

CELITO KESTERING

Reencontro Vida



REENCONTRO VIDA



Pedro & João
EDITORES

Copyright © Celito Kesting

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kesting

Reencontro Vida. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 483p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-85-7993-727-9
978-85-7993-946-4 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Genealogia. 3. História de família. 4. História de vida. 5. Autor. I. Título.

CDD – 930

Capa: Andersen Bianchi com criação de Celito Kesting

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Cacique e Eletrocratas

Estava um cacique reunindo seus homens e mulheres após um longo dia de colheita, para retornar à maloca e iniciar a batalha de beneficiar as provisões, bater os grãos, secar, moer, fazer farinha.

Do alto da barranca do rio, viu subindo o engenheiro e seu auxiliar. "Vamos passar uma estrada e construir uma ponte com dois quilômetros de comprimento, aqui neste boqueirão".

O cacique, pego de surpresa, achou absurdo, disse que não. O homem branco se irritou: "Então vocês têm que apresentar uma alternativa. Vamos, qual é a alternativa? Querem que a gente fique sem estrada, sem ponte?".

Nem o cacique nem o pajé tinham alternativas para o engenheiro. Para o seu povo, a única alternativa foi se mudar, rio acima, umas três léguas, levantar outra maloca, abrir roça nova, recomeçar tudo.

Duas safras depois, outro encontro com os homens bem vestidos que vinham em nome do progresso. Mas, aí foi bem diferente, a ponte já estava quase pronta e o povo do cacique já havia compreendido a ameaça e o transtorno de toda aquela gente estranha, com aquele maquinário rasgando e refazendo a terra.

"Vamos fazer um paredão, daqui para cima, antes da ponte, com quase cem metros de altura. Vai segurar a água, para gerar eletricidade. Todo mundo vai ter que sair".

O cacique interrompeu, e nem piscou: "É bom o senhor ter melhor alternativa porque nós não vamos sair. Esse paredão não vai ser feito!"

O homem branco pasmou. Deu a impressão de que não tinha mesmo alternativa alguma. Ficou de voltar. Num fim de tarde, desceu a barranca com sua comitiva: um topógrafo, dois grileiros e três capangas. Pegou uma lancha em que se lia Governo e Eletrocratas. Desceu o rio.

Na manhã seguinte, já não havia alternativas a se apresentar aos indígenas e nem a si próprios. Nos pilares da ponte quase pronta e no emaranhado de estruturas e andaimes das obras sobre o rio, jaziam enganchados sete corpos humanos, afogados, mas intactos, sem sinal de violência. Inexplicável... A lancha desapareceu e os eletrocratas até hoje não retornaram... (SEVÁ FILHO, 1990, p. 12-13).

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA | 35 |
| 2.1 | Patrimônio | 35 |
| 2.1.1 | Patrimônio Natural | 36 |
| 2.1.2 | Patrimônio Cultural | 40 |
| 2.2 | Memória | 44 |
| 2.2.1 | Oralidade | 46 |
| 2.3 | História | 47 |
| 2.3.1 | História Oral | 49 |
| 3 | PATRIMÔNIOS QUE O LAGO INPACTOU | 55 |
| 3.1 | Municípios Atingidos | 64 |
| 3.1.1 | Sento Sé | 64 |
| 3.1.2 | Sobradinho | 69 |
| 3.1.3 | Pilão Arcado | 70 |
| 3.1.4 | Remanso | 73 |
| 3.1.5 | Casa Nova | 75 |
| 3.2 | Patrimônio Natural Impactado | 77 |
| 3.2.1 | Clima | 77 |
| 3.2.2 | Geologia | 78 |
| 3.2.2.1 | <i>De Sento Sé</i> | 79 |
| 3.2.2.2 | <i>De Sobradinho</i> | 87 |
| 3.2.2.3 | <i>De Pilão Arcado</i> | 94 |
| 3.2.2.4 | <i>De Remanso</i> | 99 |
| 3.2.2.5 | <i>De Casa Nova</i> | 103 |
| 3.2.3 | Geomorfologia | 107 |
| 3.2.4 | Água | 113 |
| 3.2.4.1 | <i>De Sento Sé</i> | 114 |
| 3.2.4.2 | <i>De Sobradinho</i> | 117 |
| 3.2.4.3 | <i>De Pilão Arcado</i> | 119 |
| 3.2.4.4 | <i>De Remanso</i> | 119 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 3.2.4.5 | <i>De Casa Nova</i> | 120 |
| 3.2.5 | Vegetação | 122 |
| 3.2.6 | Fauna | 136 |
| 3.3 | Patrimônio Cultural | 155 |
| 3.3.1 | Pré-colonial | 155 |
| 3.3.1.1 | <i>De Sento Sé</i> | 156 |
| 3.3.1.2 | <i>De Sobradinho</i> | 165 |
| 3.3.1.3 | <i>De Pilão Arcado</i> | 168 |
| 3.3.1.4 | <i>De Remanso</i> | 170 |
| 3.3.1.5 | <i>De Casa Nova</i> | 177 |
| 3.3.2 | Histórico | 198 |
| 3.3.2.1 | <i>De Sento Sé</i> | 205 |
| 3.3.2.2 | <i>De Sobradinho</i> | 227 |
| 3.3.2.3 | <i>De Pilão Arcado</i> | 242 |
| 3.3.2.4 | <i>De Remanso</i> | 268 |
| 3.3.2.5 | <i>De Casa Nova</i> | 368 |
| 3.4 | Relocação Traumática | 383 |
| 3.4.1 | De Sento Sé | 383 |
| 3.4.2 | De Sobradinho | 391 |
| 3.4.3 | De Pilão Arcado | 391 |
| 3.4.4 | De Remanso | 396 |
| 3.4.5 | De Casa Nova | 403 |
| 4 | MAUS-TRATOS COLONIALISTAS | 409 |
| 4.1 | Ribeirinhos que Nada Tinham? | 414 |
| 4.2 | Práticas Colonialistas no Estribo da Lei | 426 |
| 5 | RESTAURAÇÃO PATRIMONIAL | 429 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 437 |
| | REFERÊNCIAS | 453 |

1 INTRODUÇÃO

Quando menino, eu era uma cria humana infeliz, a seqüela de um maldito coito, um coitado. No recôndito dos pensamentos, amaldiçoava todo dia o egoísta ato genitor, responsável por meu existir. Ao travesseiro eu segredava que o não nascimento teria sido melhor, muito melhor que a vida. Lamentava profundamente a condição humana que ouvia dizer ter-me sido imposta por um ato monocrático e extremamente autoritário do sempiterno criador do universo e da humanidade.

Minha náusea existencial transcendia muito o horizonte da vida. Além do tormento de uma angústia profunda, eu alimentava a certeza de que, quando morresse os capatazes de Lúcifer e Belzebu seguramente me arrastariam para arder nas eternas chamas do inferno. Naquele lugar maldito, escuro e fétido, eu sentiria dores mais cruéis que as queimaduras de terceiro grau, enquanto houvesse nele uma fagulha do eterno fogo ardente, muito mais quente que o da fornalha em que, para apurar o açúcar mascavo meu pai fervia por três vezes a doce garapa da cana.

Eu tinha horror ao fatídico sacramento da confissão, quando no confessionário postava-se um teutônico clérigo germânico neurótico de guerra. Eu tinha a impressão de que era mal feito todo o universo das confissões que realizava com aquele padre porque não conseguia contar como deveria todos os pecados que cometera. Agravava-se o fato de que ele não tinha a mínima condição de me compreender e perdoar-me porque, ao ortodoxo alemão recém-chegado ao Brasil, eu confessava minhas culpas na língua portuguesa imposta por Getúlio Vargas à colônia teuta. Eu não tinha a menor dúvida que o velho sacerdote teutônico interpretava-os e avaliava-os com as

referências tridentinas da tradição *Romangermanische*¹, repassadas nas aulas de catequese por *mein Onkel Johann Kestring*², conforme lhe haviam ensinado os missionários de *Münster - DE*³. Como receber o perdão de pecados que eu não revelava em sua exatidão plena? Não os exteriorizava em indemnidade porque, em meu juízo infantil, se os contasse trairia a confiança e jamais receberia o perdão de minha mãe cujos preceitos e procedimentos eram-me muito mais sagrados que os dez mandamentos da Lei de Deus, somados aos sete sacramentos da Igreja de Trento. Defendia minha genitora que, juntas todas as tradições romanas e germânicas não equivaliam à mínima percentagem da preciosidade de um momento de felicidade plena, no afago das pessoas que se ama. Na convivência harmônica com os brasileiros, ela aprendera convicções e princípios que condensava em resumidas expressões germânicas como: *In erster Linie die Verpflichtung, dann die Hingabe*⁴, *Sterben Sie den Luxus und leben Sie den Witz*⁵ e *Wer Luxus hat, isst Krebs. Wer es nicht hat, isst auch*⁶.

Além da contradição entre a obrigação de se respeitarem as *Romangermanischen* tradições herdadas de meu pai e o dever de ser feliz a qualquer custo, aprendido com minha mãe, o conceito de transgressão religiosa não me havia sido bem definido na catequese. A linha divisória entre o venial e o mortal era tênue e confusa. Confessar-me significava entrar no confessionário com uma irremediável lista de pecados a me angustiarem, para sair de lá com toda ela, indubitavelmente sem perdão, e mais um acrescido, pela confissão mal feita.

¹ Romana e germânica.

² Meu Tio João Kestring.

³ Münster é a Diocese alemã situada no estado da *Westphalia*. De lá migraram os colonos pioneiros do Vale do Braço do Norte, Santa Catarina.

⁴ Em primeiro lugar a obrigação, depois a devoção.

⁵ Morra o luxo e viva o bucho.

⁶ Quem tem luxo come bucho. Quem não o tem come também.

Anos mais tarde, no Nordeste do Brasil, compreendi que minha profunda náusea existencial devia-se grandemente a um problema crônico da humanidade: o conflito do antropofágico colonialismo etnocêntrico da tradição romana e germânica, estribado nas filosofias helênicas e princípios religiosos judaicos, contra os sentimentos libertários dos grupos autóctones da América Latina. Educados milenarmente para identificar, cultivar e cultuar valores patrimoniais e culturais próprios, os colonizadores não têm a mínima condição de reconhecerem e respeitarem o patrimônio natural e cultural dos outros. Elaboram ideologias de extermínio étnico das populações nativas e, sem pejo apropriam-se dos patrimônios delas.

Para meu tio João Kestring, catequista da família, a tradição *Romangermanische* era sacratíssima. *Folgen Sie der Tradition nicht dem Buchstaben nach*⁷ considerava-se um pecado mortal com pena ao fogo eterno, se não fosse revelado em confissão, de um jeito tal que ao padre não restasse uma mínima dúvida sequer sobre seus detalhes. Para que seu perdão fosse efetivado, impescindia-se que o portavoz do Deus de Trento soubesse se o ato de perversão fora solitário ou em companhia de outras pessoas, orientado, induzido ou consequente de um feito de sedução. Tinha que o confessor saber o tempo transcorrido entre o início e o fim da prática pecaminosa, bem como o número exato de vezes em que a infração ocorrera. Além disso, tinha-se que observar se se haviam cumprido os cinco preceitos básicos de uma boa confissão, quais eram: exame de consciência, arrependimento, propósito, acusação e penitência.

A referência de conduta coerente com os princípios da tradição romana e germânica da família Kestring que, nas conversas coloquiais do dia a dia enfatizava-se era a de meu *Bestfather*⁸.

⁷ O não cumprimento da tradição romana e germânica, ao pé da letra.

⁸ Avô, conforme o Platdeutsch, dialeto alemão da região da Wesfphalia.

Enquanto se almoçava na roça, sentados ao chão, em torno a uma grande bacia com *Gebrühte Bohnengebleicht*⁹, *Reis*¹⁰, *Kartoffel und Schweinefleisch*¹¹, *mein Onkel Joseph Kestring*¹², não poucas vezes repetia que seu pai gostava muito de trabalhar com os *schwarze und mestizische Mitarbeiter*¹³. Não apreciava trabalhar com *Brasilianer der azorischen Abstammung*¹⁴. Perguntado pelo motivo, de pronto respondia que os brasileiros de origem açoriana negavam-se a atender exigências básicas de convivência harmônica como: morar com sua família na casa grande da fazenda, de segunda a sexta feira, para iniciar bem cedo as diárias lides rotineiras da roça; aprender alemão para rezar *ein Vater unser der du bist in Himmel und eine Gegrussed seist du Maria voller Gnade*¹⁵, antes e depois de cada refeição e acompanhar a reza de um terço completo do *Rosenkranz*¹⁶ à noite, antes de dormir.

Com os trabalhadores a quem chamava de *Kamaraden*¹⁷, o almoço das nove horas, a janta do meio dia e o café da tarde serviam-se em grandes bacias ou cestas de vime, como na intimidade familiar fazia-se rotineiramente, com ou sem a presença deles. *Meine Tante Maria*¹⁸ justificava as exigências de seu pai, conforme relatava Tio Zeca, porque o padre Roher, na última missa que celebrou, à sombra da figueira que havia na sede da colônia, dissera claramente que as famílias teutônicas prosperariam se conservassem os costumes da Velha *Westphalia*. Durante o sermão, ele enfatizara que preservassem os três elementos essenciais da tradição da

⁹ Pirão de feijão escaldado.

¹⁰ Arroz.

¹¹ Batata inglesa e carne de porco.

¹² Meu tio José Kestring (Tio Zeca).

¹³ Empregados negros e mestiços.

¹⁴ Brasileiros de ancestralidade açoriana.

¹⁵ Um Pai Nosso que estais no céu e uma Ave Maria cheia de graça.

¹⁶ Rosário.

¹⁷ Camaradas.

¹⁸ Minha Tia Maria.

Diocese de *Münster: Kultur, Sprache und katholische Religion*¹⁹. Minha Tia Maria prolongava sua argumentação mais que dogmática em defesa da perseverança nos costumes herdados dos ancestrais do Velho Mundo com a frase emblemática de todo colonizador: ***Brasilianer sind alles haben nichts***²⁰.

Nada ter abrangia tudo: patrimônio material e imaterial, memória, identidade, caráter, confiabilidade, tradição, espiritualidade, religião, educação e beleza. Os brasileiros eram os bárbaros, selvagens, ignóbeis, ignotos e indesejados. Na sua autenticidade, eles eram ninguém, o reverso do bom e do bem. Os colonizadores reconheciam-nos e valorizavam-nos na proporção direta da aprendizagem e submissão deles aos atributos se sua própria identidade, condensados nos costumes, na língua e na religião católica tridentina.

Em minha mente infantil, já se plantara a ideologia do extermínio das populações autóctones na região litorânea do Estado de Santa Catarina. Em todo Vale do Braço do Norte atribuía-se aos bugreiros²¹ a responsabilidade por esse empreendimento de assepsia étnica nas terras do Conde de Orleans. Dizia-se que as tribos sobreviventes teriam migrado para os altiplanos da Serra Geral ou campos do Oeste gaúcho, catarinense e paranaense. Sobre eles, falava-se que eram ferocíssimos, traiçoeiros e resistentes. Discursava-se que a distância era a melhor estratégia para uma vida harmônica com os nativos sobreviventes. Não se cogitava a mínima possibilidade de que, pela miscigenação genética e cultural, durante os mais de duzentos anos que antecederam a migração alemã, tivessem ocorrido casamentos ou acasalamentos entre os autóctones e os colonizadores

¹⁹ Cultura (costumes), língua e religião católica.

²⁰ Os brasileiros são todos uns têm nada.

²¹ No Sul do Estado de Santa Catarina, os índios eram genericamente chamados de bugres, assim como no sertão nordestino eram conhecidos como tapuias, sem reconhecimento de etnias. Bugreiros eram profissionais responsáveis pelo seu extermínio.

portugueses da ilha de Açores. Era confortável ordenar os outros pelos parâmetros exclusivos da rebeldia ou indocilidade dos *Brasilianer die nichts haben*²² e da reverência ou submissão dos *Schwarze und Mestizen*²³.

Nas terras do Patrimônio Dotal da Princesa Isabel havia nichos territoriais específicos de colonização italiana, alemã e de brasileiros, próximo aos quais habitavam os negros e os mestiços, destituídos de áreas próprias de refúgio. Esses formavam pequenos clãs, com o aglomerado de casebres dos filhos que, à proporção de seus casamentos, ampliavam o entorno próximo da residência da matriarca, comumente mais longa que seu marido. Distinguiam-se dos italianos, germânicos e brasileiros, muito mais pelos costumes e crenças do que pela cor ou qualquer atributo outro de identidade. Em um desses clãs, morava a Negra Jordina, matriarca de numerosa prole, conhecida regionalmente como a mandingueira mais competente do Vale do Braço do Norte e, quiçá, do Rio Tubarão. Apesar de sua autonomasia sugerir ancestralidade africana, realizava rituais vinculados à tradição indígena e promovia curas para doenças do mundo, das florestas e dos encantos molestados pelos encostos espirituais nocivos.

O padre Leonir Dall'Alba narra ainda em seu livro **O Vale do Braço do Norte** que, num certo dia, lá pelo ano de 1970, próximo do ano do centenário, o Pedro Philippi e o Guilherme Daufenbach, ambos moradores de São Ludgero e filhos de imigrantes, contaram para ele que a divisão dos lotes para os colonos começou no meio do caminho, entre a Barra e São Ludgero, na curva do rio onde morava o Agostinho Becker, tio do meu pai.

A afirmação de Pedro Philippi e Guilherme Daufenbach não é de todo convincente, mas de conformidade com relatos de Agostinho Böger, para baixo da terra de Agostinho Becker,

²² Brasileiros que nada têm.

²³ Negros e mestiços.

sempre moraram quase só brasileiros, e que os colonos de origem alemã conseguiram terras naquela região mais tarde e não na divisão de lotes, quando da chegada, em 1873. (BÖGER, 2013, p. 17).

Meu *mütterlicherseits Grossvater*²⁴ Augusto Böger, décimo filho dos imigrantes Heinrich Böger e Anna Margareth Wernke, nasceu em casa, na margem direita do Rio Braço do Norte, no lado setentrional da atual cidade de São Ludgero. Tinha seis anos de idade quando, em 1892, seu pai faleceu. Cresceu e educou-se no seio da colônia alemã da Diocese de *Münster*, com base nos mesmos princípios da Tradição *Romangermanische*, em companhia de sua mãe e irmãos.

Augusto era um homem forte, com mais ou menos um metro e oitenta centímetros de altura, porte atlético, pernas e braços longos, rosto oval, cabelos castanhos e barba abundante. Gostava de se vestir bem, caprichar no visual e de usar botas compridas e bigode. Lutador incansável, não fugia das dificuldades. (BÖGER, 2013, p. 40).

O pai de minha mãe, meu *Grossvater*, era decidido. Se por uma boiada provocassem-lhe a uma contenda, por um bezerro contornava-a. Foi assim que, ao se fazer a divisão do patrimônio material de meu *Urgrossvater*²⁵, seu finado pai, sentiu-se injustiçado. Não quis confusão, porém. Mudou-se para o alto do Morro do Gato onde, durante algum tempo residiu e cultivou terra. Pela dificuldade de escoamento da produção agrícola daquele inóspito e íngreme lugar, decidiu transladar-se para a Ponte Baixa, território de concentração populacional brasileira. Comprou uma terra, estabeleceu-se e constituiu família em território onde moravam quase que exclusivamente *Brasilianer die nichts hatten*²⁶.

²⁴ Avô materno, na linguagem alemã clássica.

²⁵ Bisavô, na linguagem alemã clássica.

²⁶ Brasileiros que nada tinham.

Não lhe sorriram os dias e as noites vividas no contexto revanchista dos brasileiros maltratados pela teutônica discriminação colonialista imigrante. Amargou incontáveis e infundas ironias, soslaio e augúrios de insucesso. Resistiu, sobreviveu, casou e constituiu família naquele território brasileiro inóspito. Com o passar do tempo, porém, granjeou a confiança, o afeto, a amizade e o companheirismo dos vizinhos que originalmente também ele pensava nada terem. Da partilha e do compartilhamento de seu exótico patrimônio material e imaterial, não poucas vezes serviu-se para conquistar relativa qualidade de vida. Quando, por uma razão ou outra, algum de seus filhos acometia-se de enfermidades naturais e/ou espirituais, não titubeava em procurar os prestimosos conhecimentos de um mandingueiro ou benzedeira.

A vida era de rachar o calcanhar. Não tinha moleza nenhuma. Primeiro, havia muito medo. Quando a gente ia de um lugar para outro, pelas picadas, o cachorro ia à frente. Na cintura, um facão bem afiado, e os mais velhos, quando tinham, iam com uma pistola pica-pau na cintura. Ninguém podia se arriscar muito. Falavam em tigres e bugres matadores. Não havia como ficar despreocupado. De noite, quando os cachorros davam sinal de que estavam com medo e vinham até a porta da casa com o rabo entre as pernas, ganindo, era um sinal certo de que algum bicho brabo ou algum bugre [índio] estava rondando. As doenças eram a grande preocupação de todos. Inflamação por ter pisado em prego, espinho ou estrepe, mordida de cobra, apendicite, febre alta, o sujeito podia se preparar porque era morte quase certa. Todos tinham que apelar para vizinhos ou parentes e correr para onde dava. Médicos no lugar não havia. Os doentes da nossa região que podiam corriam para a cidade de Tubarão. Iam de aranha, carro de boi, maca ou trem, a partir de Pedras Grandes. (AUGUSTINHO BÖGER, 1984 *apud* BÖGER, 2017, p. 163).

O décimo filho do colonizador alemão Heinrich Böger tinha somente 51 anos de idade quando faleceu, em 1937, vitimado

por paratifo²⁷ concomitante a picada de jararaca²⁸ (*Bothrops jararaca*). Em um carro de bois, de balde ele foi buscar socorro médico na cidade de Tubarão - SC, a mais de 20 km de distância de sua roça. Alguns dias depois, retornou o rústico transporte, sobre cuja mesa jazia seu inerte corpo, envolto em um branco lençol, sem o precioso sopro vital. Foi cruel para minha *Grossmutter*²⁹ Paula Becker e seus onze filhos sobreviverem exclusivamente do que a roça produzia naquele acidentado território de brasileiros. Teriam sucumbido por certo, não fossem a generosidade e prodigalidade típica da cultura de seus vizinhos, filhos pobres da amada pátria gentil.

O segundo mais novo dos treze filhos de meu *Bestfather* José Kesting e de minha *Bestmother* Francisca Loch Kesting, meu pai Luiz Kesting casou-se com a terceira mais nova dos onze filhos de meu *Grossvater* Augusto Böger e de minha *Grossmutter* Paula Becker, minha mãe Tabita Böger. O ritual religioso ocorreu no dia 02 de setembro de 1949, na igreja sede da colônia alemã de São Ludgero - SC. Minha mãe mudou-se, então, do território brasileiro da Ponte Baixa para a casa de meus avós paternos, situada em nicho de genuína colonização alemã do Vale do Braço do Norte, aos pés do Morro do Gato. Na casa grande de meus avós paternos, meus irmãos e eu nascemos e criamo-nos no afago dos genitores e dos tios José, Maria e João que não casaram. Nesse ninho de amor crescemos em idade, conhecimento e graça.

²⁷ Paratifo é uma doença causada pela ingestão de ovos e/ou carnes contaminados com a bactéria *Salmonella paratyphi*. Seus principais sintomas são: febre prolongada de 39 - 40 graus, dor de cabeça, mal estar, exaustão, perda de apetite, calafrios, diarreia ou constipação, manchas rosadas no peito, aumento do baço e do fígado.

²⁸ O veneno da cobra jararaca causa hemorragia e, caso o ataque ocorra nas extremidades dos dedos das mãos ou dos pés pode provocar sua amputação. Quando alguém é picado por uma cobra, o veneno causa complicações como sangramentos, náuseas, vômitos, pressão alta e problemas na coagulação do sangue.

²⁹ Avó, na linguagem alemã clássica.

Na escola e na catequese, porém, meus irmãos mais velhos e eu vivenciávamos o terrorismo diário de um genuíno bombardeio ideológico da tradição *Romangermanische*, travestida de ensinamentos religiosos judaicos e princípios filosóficos helênicos. Nas prematuras conexões neurais hiperativas de menino mais que travesso, onde já se alojara o embrião do raciocínio lógico, germinava doentio meu sensível sistema emocional, em espinhoso berço de angústias existenciais. Pela lógica dedutiva era fácil concluir que seria impossível um menino travesso, hiperativo e ávido de vida plena como eu, ser feliz no paraíso eterno dos mansos cordeiros, obedientes aos princípios das tradições do Velho Mundo. A felicidade infinita, no éden celestial, em companhia de Deus, dos anjos e santos, tão somente seria para as almas puras dos calmos, quietos, cordeiros, piolhos de igreja, ratos de sacristia e/ou abestalhados.

Eu suava frio ao pensar que a eternidade não se acabaria jamais. Sentia vertigens ao matutar que minha alma era imortal. Na catequese, ensinava-se que se comparava a eternidade com um diamante, o mais resistente dos cristais, se esse medisse 216 km³. *Mein Onkel*³⁰ Johan Kestring havia já explicado que esse volume equivalia à distância de nossa casa, na saída do Morro do Gato, à igreja sede da colônia alemã de São Ludgero, multiplicada pela altura e largura equivalentes. Se nesse diamante, dizia nosso catequista, de cem em cem anos, um passarinho limpasse o bico, passaria um segundo da eternidade quando o precioso e duríssimo cristal desgastasse por completo. Dizia-se também que no inferno havia um grandioso relógio, dependurado em lugar estratégico, visível a todos os condenados. Ao invés do tique-taque, essa demoníaca invenção luciferiana repetiria as germânicas palavras *immer*

³⁰ Meu tio.

*und nie*³¹. Ela lembraria aos condenados que sempre ficariam e nunca sairiam daquele maldito lugar de eterno suplício.

Eu era um mijolo humano desgraçado, condenado à insanidade mental, à debilidade física, à morte prematura e ao infinito fogo do inferno. Alimentava-me muito mal. Não eram gostosas as comidas postas à mesa, por fartas e variadas que fossem. Quase todos os dias, atropelavam-me intensas cólicas intestinais e malditas enxaquecas. Faltava-me oxigênio quando, na escola, rezava-se o terço ou assistiam-se às missas celebradas pelo padre acometido de todas as insanidades mentais adquiridas no cruel massacre moral imposto pelos soldados norte-americanos ao povo alemão, no final da II Guerra mundial.

Nas noites de minha infância não havia espaço e nem tempo para sonhos. Importunavam-me renitentes pesadelos cuja temática, infalivelmente previsível, resumia-se a um tremendo e insustentável desafio que me propunha um clérigo, representante do sempiterno criador do universo, sacramentado pela Igreja de Roma, conforme ritual preceituado pelo Direito Canônico. Alvitrava o porta-voz do Deus de Trento fazer sentir-me uma minúscula cambacica (*Coereba flaveola*) cujo sentido existencial e respectiva salvação perene dependiam do dilapidar de um monstruoso rochedo, exacerbadamente resistente e áspero. No transcórrer do recalcitrante pesadelo, com apalpadelas e leves contatos faciais, eu testava a rugosidade e a resistência do enorme maciço cristalino. Sentia-me o mais asqueroso e impotente dos vermes, diante da imposição de responsabilidade muitas vezes mais difícil que a de Atlas quando Zeus determinou que ele sustentasse para sempre o céu aos ombros. Acordava clamando por socorro, em soluços e copiosas lágrimas de desespero.

³¹ Sempre e nunca.

Às noites mal dormidas seguiam-se intermináveis dias, com enxaqueca, gastrite, astenia e inapetência, flores malcheirosas, macabras e antropofágicas da profunda e crônica náusea existencial. Quando a saúde se debilitava à exaustão, minha genetriz não titubeava em perder um dia de trabalho na roça para me entregar aos cuidados da negra mandingueira Jordina. Como esquecer o suave perfume das plantas aromáticas que ela punha em infusão para, ato contínuo, a cantarolar banhar-me em rústica bacia artesanal, esculpida a golpes de enxó no robusto corpo de uma autêntica morácea costeira da espécie *Ficus adhatodifolia*? Como desdenhar sua benfazeja ordem para que eu deixasse lá, com ela e seus encantados, a responsabilidade pelo dismantelar do enorme rochedo que o sistema colonialista impunha como peçonhento e pestilento encosto espiritual?

Feliz decisão a que me fez sair, roendo amarga saudade, do ninho quente de amor, da casa de meus pais, onde a morte rondava-me com sua gadanha afiada, travestida na estrutura e forma de hediondo rochedo fantasmagórico da colonialista *Romangermanische* tradição cultural e religiosa. Eu tinha dez anos completos quando saí de casa para estudar no seminário. Era a primeira vez que eu deixava o seio da família. O acontecimento revestia-se de relevância muitas vezes superior ao que representava o simples ritual de traslado de um neófito aos renques eclesiásticos, do povoado do *Katzenhügel*³² para o Educandário São Joaquim, então Seminário Menor de São Ludgero.

Do Morro do Gato ao ateneu cultural e religioso do núcleo de colonização alemã do Vale do Rio Braço do Norte viajava-se a pé, cavalo ou *Ochsenwagen*³³. Eram poucas as famílias daquele povoado que tinham charrete. Não sei por que, junto ao Morro do Gato, chamava-se charrete de aranha. Tio Paulo possuía

³² Morro do Gato.

³³ Carro de boi

uma aranha. Ela era diferente das outras que eu conhecia porque era munida de freio. Os cavalos do tio Paulo não precisavam esforçar-se tanto quanto os dos outros colonos alemães para segurar a aranha nas descidas íngremes da estreita estrada do Morro dos Locks.

No dia de minha partida, acordamos muito cedo, como de costume. Enquanto minha mãe e eu terminávamos de arrumar as malas, meu pai punha os bois à canga e os amarrava no mourão da porteira, na saída do terreiro da casa. Nossos bois, o Barroso e o Queimado, eram bons, bem domados e mansos. Aravam terra, tiravam madeira em carretão, sulcavam, gradeavam o solo e puxavam o carro, em posição ereta, sem se estribarem³⁴ como o faziam algumas juntas mal domadas de bois que eu conhecia.

Fizemos a costumeira oração que precedia o *Frühstück*³⁵. Servimo-nos do café que se produzia na roça do morro; do açúcar e do cuscuz que se industrializava no engenho da família Kesting; do pão do milho que se moía em nossa atafona³⁶; do pão do trigo que se produzia na roça da grota funda; do leite das vacas que se criavam no pasto; das broas de polvilho que se extraía da mandioca, no engenho de farinha; da cuca e do bolo. Não faltaram também o *Schmier*³⁷, o *Schmant*³⁸, o *Quark*³⁹, o *Butter*⁴⁰, o colostro⁴¹, a murcilha⁴² e o

³⁴ Entendia-se por estribar o costume que tinham algumas juntas de bois de fazerem esforço para as laterais do cabeçalho do carro, diminuindo assim o esforço de tração que deveriam direcionar para frente.

³⁵ Café da manhã.

³⁶ Atafona era um moinho constituído por dois blocos de granito, talhados de forma circular. O bloco inferior era fixo enquanto o superior girava, triturando os grãos de milho ou de trigo que por entre eles passavam. Os grãos caíam em um orifício no centro do bloco superior e saíam triturados, em forma de farinha, pelas suas bordas laterais.

³⁷ Doce de frutas servido no café da manhã para ser consumido junto com o pão de milho ou de trigo.

³⁸ Nata de leite.

³⁹ Coalhada.

salame.

Ouvimos com atenção, meu pai e eu, os conselhos e as recomendações de minha mãe, e saímos. Meu pai dirigia os bois, sentado sobre a mala velha que tio Paulo comprara quando servira o exército no Rio de Janeiro, usada no momento para transportar meu *Ausstattung*⁴³. Em sua cintura, meu genitor portava um grande facão, peça indumentária de mil e uma utilidades, indispensável a todo o agricultor que gerenciasse um carro de bois. A mala estava bem amarrada com um torçal fixo em dois pinos encravados nas laterais inferiores do carro. Eu viajei na parte traseira do rústico transporte, em pé, segurado a dois fueiros. Era eu quem descia para abrir e fechar as muitas porteiros que havia no percurso. No carro de bois, sem saber, meu pai transportava minha mala e viabilizava minha sobrevivência em ateneus onde se ensaiava viver mundos prenhes de diversidade cultural.

Estudei no seminário durante doze anos, em companhia de adolescentes brasileiros, alemães, italianos e poloneses. Nos primeiros dias, a saudade de casa quase me fez desistir. Eu continuava alimentando-me mal, apesar da farta comida servida aos iniciantes ao sacramento da ordem. Aos tormentos existenciais vividos na infância, acresceu-se a dor da saudade. Afeiçoei-me, porém, à vida do claustro em que se respeitava a diversidade. Eu gostava de esporte. Aprendi a jogar futebol de campo, futebol de salão, vôlei, basquete, tênis de campo, tênis de mesa, espiribol e quadrilha. Deleitava-me com os trabalhos na horta. Lá se produziam repolho, alface, rabanete, nabo, couve, quiabo, milho, tomate, feijão de vara, feijão preto,

⁴⁰ Manteiga.

⁴¹ O colostro era servido como coalhada escorrida. Era feito com o leite tirado da vaca, nos primeiros dias após o nascimento do bezerro. É uma comida de sabor muito agradável, rico em proteínas e gorduras.

⁴² Murcilha é uma linguiça feita com sangue e miúdos de porco.

⁴³ Enxoval.

cebola, cebolinha e salsa. Como eram prazerosos os banhos no rio, logo que terminavam os trabalhos agrícolas!

Nas horas de estudo sério, desligava-me do mundo. Viajava na fantasia. Enquanto estudava Latim, parecia estar com Cícero no senado de Roma ou com Júlio César, nas guerras de conquista. Odiava Catilina e amava Cleópatra. Como gostava de estudar Grego! Invejava a inteligência de Homero. Que prazer me dava traduzir a bíblia do grego para o português e descobrir que palavras e frases escritas em alguns livros sagrados não haviam sido traduzidas com o mesmo significado dos textos originais! Comecei a gostar até das rezas. O padre Afonso Schlickmann preenchia quase todo o tempo da reza com cantos religiosos. Eu gostava de cantar. O canto me fez gostar da oração.

Vivi, com intensidade, a mudança no horizonte conceitual de Deus, promovida pelo Concílio Vaticano II e adotada no Seminário Nossa Senhora de Fátima, durante a maior parte do tempo que lá vivi. Durante os anos de claustro, pratiquei muito esporte; trabalhei com muito gosto; rezei e cantei feito um condenado para conquistar o céu e, acima de tudo, li e estudei tudo que me era proposto. Quando terminei o curso de Filosofia eu já estava relacionando-me muito bem com a vida. Alimentava-me como um padre santo e dormia como um porco farto. O monastério deixou-me um jovem saudável, com muita disciplina e fantástica referência cultural. Eu ainda tinha medo do fantasmagórico inferno da tradição *Romangermanische*, mas ele não me aterrorizava como nos tempos passados da infância.

O seminário fomentava o consumo de Deus como lenitivo. Eu não me importava em saber se o alívio existencial que sentia decorria da ingestão de remédio, analgésico, anestésico, droga ou ópio ideológico e nem se criava dependência física, emocional ou mental. Ele aliviou-me, por um bom tempo, as angústias, as dores existenciais, os traumas e as doenças

geradas pelas temáticas que, na estrutura colonialista da *Romangermanische* tradição cultural e religiosa veiculava-se no Sul do Brasil, durante a minha infância.

O claustro munuiu-me de uma bagagem cultural que muito bem poderia ser utilizada como asas para o voo nupcial em busca de minha sobrevivência e sucesso reprodutivo. Estavam os *genes* Kesting e Böger, assim como as ninfas culturais, prontos para voar. Dependiam somente de uma plataforma que os permitisse partir rumo a novas terras e nativas etnias com quem pudessem, pela miscigenação física e cultural, fortalecerem-se e perpetuarem-se.

Surgiu o Projeto Igrejas Irmãs, na medida perfeita para o aventureiro jovem transportar-se, fortalecer-se e reproduzir-se em um contexto biológico e cultural diferente, na região Nordeste do Brasil, entre brasileiros que nada tinham. Vivam as diferenças! Sobreviva o eficiente transportador de *genes* e bagagem cultural para se reproduzir e perpetuar-se na região semiárida do bárbaro, selvagem, ignóbil, ignoto, indesejado e de língua travada sertanejo tapuia do Nordeste brasileiro!

Cheguei à cidade de Rodelas - BA, no sertão bugre e semiárido, na primeira quinzena de março de 1975, com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais para o enfrentamento conjunto de problemas que a construção da Barragem de Itaparica traria, inundando as terras ribeirinhas do Rio São Francisco. Lá se pretendia evitar, pela conscientização e organização dos trabalhadores rurais, que se repetissem os impactos sociais e traumas de relocação que se estava impondo a parcela significativa da população ribeirinha na região de Sobradinho – BA. Naquele trecho do Rio dos Currais estava-se construindo uma barragem para se implantar o que então seria o maior lago artificial do mundo em espelho de água.

Antes de alcançar ao destino final da viagem, passei por Salvador onde visitei velhos conventos, igrejas e palácios hoje

tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Muitos deles foram edificados quando o Brasil ainda não se proclamara independente. Ao ver as grossas paredes, janelas altas e grades de ferro, extasiei-me freneticamente com a suntuosidade, segurança e riqueza daquele patrimônio material arquitetado e assentado pelos colonizadores portugueses quando, da mesma forma que em Santa Catarina, o litoral do Nordeste era ainda densamente povoado por índios de quem se dizia serem resistentes, ferozes e perigosos. A meus botões eu segredei grande infelicidade e má sorte por não encontrar nas áreas internas e nos átrios daquelas magníficas construções, um nativo sequer. Junto a elas vi transitarem, mansa e pacificamente, dóceis negros e domáveis mestiços das mesmas origens do povo com quem meu *Bestfather*⁴⁴ vivia em harmonia e dentre quem contratava seus *Kamaraden*⁴⁵. Eu lamentei profundamente porque também no Nordeste do Brasil as populações autóctones da Negra Jordina, sobreviventes ao massacre etnicida, haviam decidido ocupar regiões distantes dos nichos territoriais habitados pelos colonizadores europeus de portentoso patrimônio cultural edificado. Senti-me na casa de meu *Bestfather* quando visitei pela primeira vez a capital da Bahia de Todos os Santos. Nela não havia, porém, lugar para os ***Brasilianer die nichts hatten***⁴⁶.

Para se chegar à cidade de Rodelas, tinha-se que passar por Paulo Afonso onde se sabia localizar a maior usina geradora de energia elétrica do Nordeste do Brasil e, próximo a ela, o Centro Diocesano de Coordenação Pastoral a que se filiava a paróquia dos índios Tuxá. Lá e em todo sertão divulgava-se que o patrimônio edificado junto às acidentadas rochas de uma medonha cachoeira, a um só e mesmo tempo, represava as

⁴⁴ Avô em linguagem regionalista na província alemã da Westphalia.

⁴⁵ Camaradas.

⁴⁶ Brasileiros que nada tinham.

águas do Rio São Francisco, domesticava sua energia, alavancava o desenvolvimento regional e enchia de orgulho o reservatório da autoestima sertaneja.

Jamais esquecerei aquele magnífico cenário aonde cheguei, às cinco horas da manhã, quando ainda não despontara o sol dos últimos dias de verão. De mais a mais, eu acabava de acordar e sequer havia descido do ônibus quando, a fortes gritos e com pesadas armas em punho, soldados do exército brasileiro exigiam que todos os passageiros evadissem rapidamente do veículo, abrissem suas malas e mostrassem seus pertences. Não satisfeitos com a simples amostragem, mexeram e remexeram tudo o que dentro delas havia-se posto em alinho. Como esquecer a recepção que se me fez na capital da energia, como se eu fosse um bárbaro tapuia dos sertões nordestinos, um bugre selvagem das plagas sulistas ou um **Brasilianer der nichts hatte**⁴⁷ dos nichos germânicos colonizadores do Vale do Braço do Norte? Abordaram-me como se eu fosse um desprezível membro da espécie humana, destituído de patrimônio material e imaterial, história, memória, identidade, caráter, confiabilidade, tradição, espiritualidade, religião, educação e beleza. O tratamento a mim dispensado não foi exclusivo. Todos os passageiros daquela agonia, indistintamente sofreram, sentiram e perceberam o quanto era homogêneo o tratamento dispensado aos que não faziam parte do seletto grupo de confiança da empresa responsável pelas obras desenvolvimentistas da capital energética nordestina. Naquele episódio evidenciou-se para mim o suprassumo da secular prática colonialista que não acresce uma ínfima gota sequer ao reservatório da autoestima sertaneja.

Dirigi-me ao Centro de Coordenação Pastoral da Diocese de Paulo Afonso aonde Manoel Alcides Modesto Coelho, então vigário geral, esperava-me com uma Kombi já abastecida para

⁴⁷ Brasileiro que nada tinha.

conduzir-me à velha cidade de Rodelas, distante mais de cem quilômetros rio acima. Lá se programara fazer, naquele mesmo dia, o lançamento da Campanha da Fraternidade do ano 1975 e a concomitante apresentação do recém-formado filósofo catarinense, disposto a contribuir na conscientização e organização dos trabalhadores rurais daquele sertão bravo.

Por sinuosas e empoeiradas estradas, seguimos rumo à pré-histórica e histórica terra de Francisco Pereira Rodelas, herói maior do exército de Felipe Camarão na guerra contra os holandeses. Passamos pelas ruínas da velha cidade de Santo Antônio da Glória, destruída para dar lugar às águas que, com brevidade, represar-se-iam pela Barragem de Moxotó. Naquele cenário desolador, iniciou-se com o coordenador geral da pastoral diocesana um profícuo diálogo que nos fez benéfica companhia durante as quatro horas de relógio que se seguiram até chegarmos ao destino pretendido, escolta-nos até os dias de hoje e conduzir-nos-á, por certo, até o fim de nossos dias. Naquela viagem partilharam-se e compartilharam-se, em caráter definitivo e irrevogável, dois sistemas simbólicos recheados de sonhos e utopias, edificados sobre consistentes estruturas familiares matriarcais. De nossas genitoras herdamos valiosíssimo patrimônio imaterial, edificado na relação das famílias colonizadoras com os grupos nativos. O que aqui e ora modestamente se apresenta é o patrimônio natural e cultural (material e imaterial) das famílias relocadas pela Barragem de Sobradinho - BA, no contexto da história de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova no cenário do Rio de Lutas. Não teria a mínima condição de reconhecê-la, se não fosse a ecdise paradigmática que se operou em mim nos mais de quarenta anos de convivência com os sertanejos tapuias do Submédio São Francisco e do Sudeste do Piauí.

A ruptura paradigmática que me possibilitou reconhecer o patrimônio (material e imaterial), a memória e a história das

populações extramuros da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, ocorrida ao longo de quatro décadas, operou-se grandemente em função da convivência com o povo de Rodelas – BA, durante os anos 1975 e 1976. Ela deveu-se de maneira especial e excepcional, à convivência com os índios da Etnia Tuxá, no território Dzorobabé. Quando lá cheguei, usava ainda óculos vencidos e obsoletos da ideologia colonialista que herdara de meu *Bestfather* e *Urbestfather*⁴⁸. Com eles eu via distorcido e desvirtuado o patrimônio material e imaterial dos índios, negros e brancos do território brasileiro.

Antes de conhecer a Índia Cordolina da Etnia Tuxá, eu pensava realmente que os membros de seu povo, assim como seus vizinhos brasileiros nada tinham. Para mim, eram todos ***Brasilianer die nichts hatten***⁴⁹. Nas suas casas eu não divisava paióis, despensas e depósitos de alimentos como em profusão os via na colônia alemã do Vale do Braço do Norte. Nos terreiros de suas residências não havia porcos, galinhas e vacas leiteiras a sujar com fezes as calçadas. Não havia chiqueiro e sequer estrebarias malcheirosas. Seus humildes casebres eram extremamente limpos. Nas minhas lembranças, marcava renitente presença a frase predileta de minha tia Maria a dizer: ***In ihrem Haus ist alles sauber, weil sie keinen Schmutz haben***⁵⁰.

Porque estava muito boa a conversa, demorei-me um pouco na casa da índia Cordolina. Aos poucos vi chegarem seus netos e bisnetos portando muita comida. Um deles trazia um grande peixe eviscerado que acabara de pescar nas proximidades da Ilha da Viúva. Tratava-se de um surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) com seguros mais de vinte quilos. Não demorou a assomar outro neto com o alforje pleno de macaxeira (*Manihot esculenta*) e batata doce

⁴⁸ Avô e bisavô paternos.

⁴⁹ Brasileiros que nada tinham.

⁵⁰ Na casa deles tudo é limpo porque eles não têm com que sujar.

(*Ipomoea batatas*) que arrancara no lameiro da Ilha do Caju. Logo depois surgiram outros mais, com feijão de corda (*Vigna unguiculata*) ainda verde e arroz (*Oryza sativa*) que haviam colhido na Ilha da Porta. Em poucos minutos, os fundos da casa da nativa matriarca da Etnia Tuxá, onde nada havia instantes antes, abarrotaram-se de comida.

O alvoroço das lides domésticas tomou conta do agregado de sua residência por onde se tinha acesso ao Rio São Francisco que dela distava menos de cem metros. Em baixo da latada, coberta com uma grande lona amarela, uma linda índia pilava o arroz enquanto outra cozinhava o peixe. Uma terceira nativa de longos, lisos e grossos cabelos pretos descascava a batata doce e a macaxeira. A casa continuava impecavelmente limpa, mas o alarido do anexo residencial denunciava estar-se preparando, em dia comum, uma porção avantajada de comida de que se serviriam pelo menos trinta pessoas.

Enquanto o alarido continuava solto aos fundos da casa, a velha índia guerreira fazia-me sala. Para não descumprir o preceito bíblico que muito bem se aplicava ao contexto, aceitei ao convite que me fez a nonagenária cabocla do território Dzorobabé para almoçar com ela e os seus. (LUCAS, 10:8).

A índia anciã recebeu-me em sua casa como se eu fosse seu filho, irmão de Maria e cunhado de Geraldo. Na ocasião, ela promoveu a realização de um Toré, durante o qual conclamou seus encantados a abrirem-me caminhos no território sagrado de seu povo onde eu ensaiava ser feliz. Nunca esqueci sua feição segura, voz firme, personalidade forte e argumentação convincente, quando se referia a Dzorobabé e Ilha da Viúva como terra dos encantos e reino dos encantados. (KESTERING, 2018, p. 225).

Comi e bebi, fartamente, de tudo o que se me ofereceu. Constatei que minha tia Maria não tinha uma ínfima razão

sequer no argumento de que casa limpa era prova cabal da carência de patrimônio. Verifiquei que os herdeiros dos haveres do guerreiro Francisco Rodelas e toda a população ribeirinha tinham a seu perene dispor, no generoso Rio São Francisco, em suas margens húmicas e na pródiga caatinga do entorno, tudo que precisavam para sua sobrevivência.

No almoço que nos ofereceu a nonagenária cabocla, fizeram-nos generosa companhia os velhos índios Bidu, Maria Libânia e Vieira. Naquele furtivo momento de convivência propiciaram-me entender que, além do portentoso patrimônio material e imaterial, os índios da Etnia Tuxá, bem como a população ribeirinha do Rio da Unidade Nacional tinham memória de fazer inveja a qualquer gringo recém-chegado e história que em livro nenhum se conseguiria narrar com precisão.

Bidu começou por dizer que a sobrevivência dos índios Tuxá, em Rodelas, fez-se e faz-se à custa de muita luta e bravura, principalmente depois que se perdeu o apoio da batina protetora dos missionários. Disse que, há centenas de anos, eles sobreviveram e sobrevivem basicamente do que se produzia e se produz na Ilha da Viúva. Falou que seu povo ainda hoje se reúne nela para cantar e dançar o Toré. Com isso ele afirma sua identidade porque não esquece a dança guerreira.

O Toré é importante para nós mostrarmos que somos índios. Quem é índio dança o Toré. Negro e moreno não dançam Toré. Não me envergonho de ser índio. No passado, os índios não tinham luz elétrica. A luz era obtida da madeira ou da cera. Quando chovia, eles plantavam feijão de corda. No foguinho, faziam o café e começavam a trabalhar. As mulheres cozinhavam umas coisinhas e a gente comia. Depois veio a energia que cruzou o Rio, de Itacuruba a Rodelas. Com a energia elétrica, a coisa melhorou, é bem verdade. O índio não sofreu mais como nos tempos antigos porque começou a irrigar a terra. Índio Tuxá jamais passou fome e nunca foi visto

na cidade pedindo qualquer coisa. (BIDU *apud* MARBACK, 1989).

Esse velho nativo que já foi vereador na cidade de Rodelas prosseguiu sua história. Relatou como era o dia a dia dos membros de sua tribo nos tempos de outrora.

A cerâmica sempre foi uma das atividades do povo Tuxá. Usava-se tanto para uso como para vender. Usava-se também o pilão de pedra. Os machados de pedra eram também de nosso povo. Antes dos brancos, eles utilizavam o que eles tinham conhecimento, do que eles faziam. O que era pesado e, por isso, eles não podiam transportar, deixavam enterrado para que os brancos não tomassem conhecimento. (BIDU *apud* MARQUES, 2004).

Maria Libânia continuou a conversa com a afirmação de nunca ter ido a uma escola. Disse lembrar-se, porém, de tudo o que os mais velhos relatavam sobre os índios, antigos ocupantes da *Ipuã* de Dzorobabé. Falou que os antigos índios Tuxá saíram do ilhéu quando uma grande enchente derrubou a igreja construída por eles, com a orientação dos missionários.

Eles eram da Ilha de Dzorobabé. Então houve um dilúvio. Derrubou a igreja. Eles se localizaram primeiramente aí nas matas, num lugar por nome Lindo do Apae. Lá se encantou um bocado. Eles foram se aproximando por aqui por acolá. Não tinha ninguém. Não tinha branco nenhum. Então, numa mansidão, vieram os padres. Só não sei o nome deles. Vieram fazer missão. As índias eram as cantoras da igreja. Cantavam benditos bonitos. Quando os padres chegavam da Bahia, com os santos numa tipoia que traziam na cabeça, as índias cantavam: “Que senhora é aquela que vem na charola? Eia que vem a Senhora que vai para a glória. Ai na hei, ai na hei, que vai para a glória”. Sabe o que era a charola? O andor. Os índios não sabiam que havia Deus. Quando o relâmpago abria, que o trovão clareava, eles paravam, se ajoelhavam, se prostravam.

A igreja era dos índios. Ela foi feita pelos índios. Os padres antigos faziam e traziam as imagens. Quando eles chegavam, cansados, deitavam-se na sombra dos pés de árvores. Os índios então diziam: “Lá chegaram uns papagaios”. Aí eles tiravam a cantoria: “Os papagaios amarelos, ai como vêm tão bonitinhos!” (...) Havia um salão onde eles recebiam os padres. Havia lá um tronco onde, quando um índio errava, eles mesmos castigavam. (LIBANIA *apud* MARBACK, 1989).

Vieira relatou fragmentos da história oral que, quando menino, aprendeu no convívio com os mais velhos. Lembrou que deve esses flashes da história a seu avô paterno. Esse velho índio aproveitava as madrugadas para, enquanto remava o barco em direção à Ilha da Viúva, repetir infinitésimas vezes os conhecimentos que de herança recebera.

Nós saímos da Ilha de Dzorobabé em 1606. Eu digo que fomos nós porque foram nossos antepassados. Eles moravam lá onde uma enchente destruiu tudo. Quando a enchente veio e acabou com tudo, eles atravessaram o Rio em ajoujo de bananeira e mamoeiro, árvores verdes que boiavam. Foi assim que seiscentos índios primitivos saíram da ilha de Dzorobabé a procura de um lugar alto. Chegaram a Rodelas. Acharam isso aqui, um lugar alto de areia, e aqui ficaram. (VIEIRA *apud* MARQUES, 2004).

Na casa da matriarca Cordolina Tuxá, em 1975, eu descobri que a população a que meu *Bestfather*⁵¹ e minha tia Maria ordenariam como *Brasilianer, die nichts haben*⁵² possuía tudo. Eles tinham patrimônio, história e memória. Os índios Tuxá, os brancos e negros que conheci na cidade de Rodelas eram felizes porque mantinham sempre seu reservatório de autoestima, na cota *máxima maximorum*⁵³, sem a mínima

⁵¹ Avô (melhor pai).

⁵² Brasileiros que nada têm.

⁵³ Máxima das máximas.

dependência da Companhia Hidrelétrica do São Francisco que se propalava gerenciadora do desenvolvimento regional.

Nos dois anos que se seguiram, visitei muitas roças, fazendas, posses e casas de índios, negros e brancos da cidade do guerreiro Francisco e dos povoados de Cachauí, Araticum, Penedo, Tapera e Itacoatiara. Realizei minucioso levantamento do patrimônio material para não deixar que se repetisse o trauma da relocação de que estava sendo vítima a população dos municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, na região das cachoeiras de Santana do Sobrado. Constatei que, diferentemente do que me ensinara tia Maria, os habitantes de Rodelas tinham tudo. Eles possuíam patrimônio material e imaterial, história, memória, identidade, confiabilidade, espiritualidade, caráter, tradição, religião, educação e beleza.

Para evitar que o impacto da relocação promovida pela Barragem de Itaparica tivesse as proporções catastróficas do que se ouvia falar estar acontecendo na região de Sobradinho - BA decidiu-se, em equipe, que eu me faria Bacharel em Engenharia Agrônômica. Entendia-se necessário o acompanhamento de um profissional no ramo da agropecuária para se descobrirem as aptidões das areias quartzosas junto às quais se implantariam as unidades agropastoris da nova cidade e povoados de Rodelas.

Por puros caprichos e ironia da história, fiz-me chegar a Juazeiro - BA na primeira quinzena de março de 1977, quando se acabavam de fechar as comportas da Barragem de Sobradinho cujos efeitos traumáticos à população ribeirinha justificaram minha inserção nos trabalhos da preventiva organização popular nas terras de Cordolina Tuxá. Antes mesmo de me apresentar aos funcionários da secretaria da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), Josefina Lemos, agente de pastoral da Diocese, convidou-me a testemunhar com ela a invasão que a água represada do Rio

São Francisco promovia às ruas da cidade de Casa Nova. Mal chegados ao povoado de Papagaio, próximo ao distrito de Santana do Sobrado, populares informaram-nos de que a antiga cidade dos Viana não se podia ver porque o Riacho do Mosquito inundara a estrada que lhes dava acesso. Disse-se a nós que muitos agricultores de Sobradinho, Sento Sé e Casa Nova havia que se surpreenderam também com a água do lago artificial a invadir suas propriedades, posses e benfeitorias sem que se lhes houvesse pago indenização justa qualquer. Havia um conflito homérico entre o que seria justo indenizar. Aos prepostos da empresa responsável pela construção da Barragem, quinquilharias seriam mais que suficientes para calar a voz dos insubordinados agricultores. Melhor, muito melhor seria não estarem ocupando as terras em que o progresso exigia melhor usufruto e rentabilidade econômica, com águas represadas.

2 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Nas terras que passam a ocupar ou invadir, os colonizadores costumam não reconhecer o valor do patrimônio (natural e cultural), a memória (individual e coletiva) e a história dos outros. Por se relacionarem com a identidade das pessoas e dos grupos sociais, esses termos são polêmicos. Por isso, eles estão sempre mais presentes nas discussões acadêmicas, políticas e sociais. Seus significados e significâncias variam no tempo e no espaço. A eles atribuem-se e agregam-se valores, à proporção em que se despertam e fortalecem sentimentos de relação e pertença.

2.1 Patrimônio

No sentido literal, patrimônio é tudo que se recebe de herança. Inicialmente considerava-se como tal apenas o bem material que se herdava dos pais ou de outros antepassados. Com o passar do tempo, contudo, novos significados agregaram-se ao termo. Atualmente a ele integram-se a história, o ambiente, a cultura material e a cultura imaterial. A ele incorporam-se artefatos arqueológicos, rios, serras, danças folclóricas, músicas regionais, festejos, lendas, mitos, histórias, casos e até anedotas. Hoje, patrimônio é todo legado produzido por indivíduos ou grupos, que se faz de elo entre o passado e o futuro e se passa de geração em geração, como herança.

O que torna um bem ser dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. (TOMÁS, 2010, p. 6).

O patrimônio pode ser natural ou cultural. Na maior parte das vezes, utiliza-se o termo que o define como sinônimo de cultura. Contudo, eiva-se a natura de igual importância. Da mesma forma que se avalia um edifício histórico como um bem cultural a se preservar, também se consideram relevantes elementos e processos naturais como bens de valor patrimonial.

2.1.1 Patrimônio Natural

Um bem patrimonial pode ser de ordem natural. Ele adquire significância e valor, de acordo com as temáticas das diversas atividades humanas em que se reconhece valia, pela relação que tem com ritos e mitos e com a própria sobrevivência. O patrimônio natural é o bem não construído ou manufaturado. Ele constitui a base de sustentação para todas as expressões de vida e especialmente a dos humanos. Pela complexidade e importância de seus préstimos, o ambiente natural e sua história representam o direito mor da espécie sapiens.

O patrimônio natural contém dois componentes fundamentais: o biótico e o abiótico. O patrimônio biótico compõe-se de seres vivos e o abiótico, da natureza mineral, com especificidades regionais, fundamentais à preservação da vida, na diversidade de suas expressões. Ao patrimônio abiótico integram-se naturalmente os bens geológicos, geomorfológicos, hídricos e climáticos.

Nas iniciativas de conservação da natureza, normalmente se menospreza o componente geológico em relação ao componente biológico. Institui-se a maior parte das áreas de proteção para preservar ecossistemas ou seres vivos (biótopos). Relega-se a planos secundários a valorização e proteção de bens patrimoniais geológicos, geomorfológicos,

climáticos e hídricos. Cada vez mais cientes da importância deles para sua sobrevivência, as comunidades valorizam-nas, conservam-nas e exigem indenização condigna quando não há a mínima possibilidade de preservá-los nos processos de implantação de empreendimentos governamentais e de iniciativa privada.

O patrimônio geológico constitui-se de feições de relevo que, por sua composição e estrutura, têm valor e devem, por isso, ser preservadas. Ele compõe-se de documentos que testemunham a história da Terra e da vida que a ela se agrega e com ela interage. De acordo com as áreas específicas da Ciência da Terra, o patrimônio geológico engloba geótopos mineralógicos, paleontológicos e geomorfológicos.

É nesse contexto que se insere o patrimônio geomorfológico, traduzido pelo conjunto de locais de interesse paisagístico. Neles, a depender do viés da percepção dos grupos, as geoformas adquirem valor científico, socioeconômico, histórico, cultural e/ou estético. Elas têm importância particular porque conservam cicatrizes que contribuem para a explicação e construção da história da Terra, de seu clima e da vida que esta suporta.

A valorização desses locais pode dar-se em quatro esferas: científica (moreias que testemunham a extensão de uma geleira fóssil); histórica e cultural (montanhas ou grutas com forte carga mística ou religiosa); estética (paisagens espetaculares como litorais ou desertos); socioeconômica (paisagens propícias à exploração turística, agrícola, pecuarista ou industrial).

Para definir a temática do patrimônio geomorfológico frequentemente se utilizam termos como geodiversidade, geoconservação e paisagem cujos conceitos não poucas vezes se confundem. Emprega-se o termo geodiversidade em relação comparativa com a palavra biodiversidade, que diz

respeito à diversidade biológica do planeta e à necessidade da sua preservação.

Geólogos e geomorfólogos começaram a se valer desses termos na década de 1990, para descrever a variedade no âmbito da natureza abiótica. Com a ênfase que atualmente se dá aos aspectos da natureza inorgânica aumenta-se mais e mais a diferença nas políticas de valorização e proteção dos elementos da natureza. Geodiversidade é assim a diversidade dos elementos geológicos (rochas, minerais e fósseis), geomorfológicos (geoformas, processos de agradação e degradação) e pedológicos (sedimento com potencialidade agrícola), incluindo as inter-relações humanas e de outras espécies animais. O termo geoconservação designa o conjunto de iniciativas de conservação da geodiversidade.

À questão da geoconservação liga-se intimamente o termo paisagem. Normalmente se o utiliza para designar o componente geomorfológico do patrimônio geológico, isto porque, na perspectiva da geoconservação, seu valor paisagístico (cênico, estético) advém fundamentalmente das geoformas, sobretudo em grande escala. Nas temáticas relacionadas com o patrimônio geológico, as paisagens assumem valor enquanto testemunhos de processos de agradação e/ou degradação e valorizam-se essencialmente pelo seu potencial estético, científico e didático.

Usa-se o conceito de paisagem para designar vastas porções de espaço em que se identifica a interação de componentes naturais (biofísicos) e culturais (socioeconômicos) que constituem um sistema ambiental. A paisagem é, então, aquilo que resulta da percepção do espaço. O espaço de grande escala, com elementos naturais (bióticos e abióticos) e culturais (arquitetônicos, agrícolas, industriais, etc.), tem maior ou menor valor patrimonial na proporção de seu reconhecimento pela população. Existem, porém, paisagens

que, excepcional e independentemente da consciência da população local, por seu valor científico, histórico/cultural, estético e/ou socioeconômico, consideram-se patrimônio. Chega-se assim ao conceito de patrimônio paisagístico reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que se situa a meio caminho entre o patrimônio natural e cultural.

No Brasil, a legislação de proteção do patrimônio surgiu na década de 1930, quando se aprovaram e publicaram-se as primeiras leis de salvaguardo à natureza, os pioneiros códigos de Águas, Minas e Florestal, assim como o Decreto de Proteção aos Animais. Em certos pontos, esses atos normativos eram mais ricos e abrangentes que os atuais. O primeiro código florestal, a fito de referência, tratava da proteção à flora com vieses diversificados. Nele havia recomendações específicas para a vegetação endêmica de diferentes regiões do país, enquanto o atual propõe um tratamento homogêneo e padronizado.

Data também da mesma década a criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros, concebidos de forma a privilegiar critérios de beleza cênica e paisagística, conforme moldes do norte-americano Parque Nacional de Yellowstone. Atualmente, nos processos de criação dos parques nacionais brasileiros, sem excluir valores cênicos, enfatiza-se a preservação de agentes ecológicos, de espécies vegetais, animais e ecossistemas.

No capítulo constitucional em que se versa sobre o meio ambiente trata-se da conservação da natureza sob o ponto de vista biológico. Nele, confere-se a órgãos ambientais a responsabilidade legal e administrativa pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, pelo resguardo e restauração de processos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético,

bem como por unidades de conservação, parques nacionais e reservas ecológicas.

No início dos anos 1980 sancionou-se uma lei, criando a Política Nacional do Meio Ambiente. Esse ato normativo antecedeu e orientou todas as formas subsequentes de dispositivos legais que tratam da questão ambiental e da preservação do patrimônio natural.

2.1.2 Patrimônio Cultural

Por conter aspectos da natureza humana, designa-se tudo o que se constrói ou edifica-se como patrimônio cultural. São bens que, pela sua relevância, caracterizam-se e reconhecem-se como atributos da identidade dos grupos. A esse universo integram-se a estrutura econômica e social e os artefatos que dela derivam, quais sejam: objetos arqueológicos, artísticos, científicos ou industriais e estruturas arquitetônicas. À proporção do despertar e fortalecer de sentimentos de relação e pertença, a eles se agregam outros valores.

O estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza, adequando-os ao seu bem-estar. (TOMAZ, 2010, p. 3).

Nos séculos XIX e XX, ao patrimônio cultural do Brasil compreendiam os monumentos nacionais assim considerados por critérios estéticos ou históricos. Essa conceituação de patrimônio privilegiava os monumentos e as edificações. Enfatizava-se sua materialidade com destaque ao valor histórico e artístico.

A legislação de proteção desse legado surgiu na década de 1930, quando, pela criação de um conselho consultivo, organizou-se o patrimônio histórico e artístico brasileiro. A legislação dessa época estabelecia que se reconhecesse e se constituísse como patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação fosse de interesse.

Com a efetiva entrada do Governo Federal na questão da preservação do patrimônio, na época do governo de Getúlio Vargas, o então ministro Gustavo Capanema solicitou ao poeta Mário de Andrade que redigisse um anteprojeto para criação de um órgão especificamente voltado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Essa iniciativa resultou na criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que começou a funcionar experimentalmente a partir de 1936, mas só foi consolidado em 30 de novembro de 1937, por força do Decreto-Lei n.º 25. Nesse período o SPHAN passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES). (FONSECA, 1997 *apud* TOMAZ, 2010, p. 9).

[Definiu-se Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO-LEI Nº 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. ART. 1º).

Com o anteprojeto de Mário de Andrade, valorizaram-se as manifestações populares. Elas passaram a ser vistas de forma diferente da que até então se via. Anteriormente as atenções

governamentais e populares voltavam-se unicamente para as manifestações eruditas em que o belo era produzido pela elite.

As primeiras tentativas reais de intervenção do poder público no sentido de preservar os bens de importância para a história e as artes nacionais tiveram início em 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, que era resultado da ampliação do Museu Histórico Nacional. Cabia à Inspetoria fazer um catálogo dos edifícios de valor e interesse artístico e histórico e propor ao Governo Federal torná-los monumentos nacionais através de decreto. Igualmente se procurava uniformizar as legislações estaduais de proteção e conservação de monumentos nacionais, guardar e fiscalizar os objetos histórico-artísticos (RODRIGUES, 1988 *apud* TOMAZ, 2010, p. 9).

Embora a preservação da herança cultural do país já estivesse explicitada na legislação pioneira e garantida por constituições de diversos períodos da história do Brasil, somente a Lei Magna da República Federativa de 1988 definiu, de forma ampla e pormenorizada, o interesse pelo patrimônio cultural do Brasil. Declaram-se como patrimônio cultural brasileiro alguns conjuntos urbanos e sítios naturais cuja gestão atribuiu-se a órgãos culturais.

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Princípios adotados pelo direito ambiental como a prevenção, a precaução, o desenvolvimento sustentável, a participação coletiva e o poluidor-pagador, tornaram-se

aplicáveis nas ações de defesa do patrimônio cultural brasileiro. Vem ao caso a legislação que estabeleceu condições, critérios básicos e diretrizes gerais para o licenciamento de empreendimentos e atividades potencialmente capazes de afetar o meio ambiente. Essa legislação considera a avaliação de impactos ambientais como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. A exigência de prévia avaliação dos possíveis efeitos sobre o meio antrópico propõe que se prevejam, adicionalmente, alternativas e medidas de mitigação de impactos sobre o patrimônio cultural. A recentemente promulgada Lei dos Crimes Ambientais define as penas e estabelece valores para multas, bem como outras condições para reparação de danos causados ao patrimônio cultural.

Infelizmente, se a legislação ambiental brasileira fez-se anteceder por uma Política Nacional de Meio Ambiente, o mesmo não ocorreu com a legislação cultural. Até hoje não se dispõe de Política Nacional do Patrimônio Cultural nem de Sistema Nacional do Patrimônio Cultural que cuide da implantação efetiva dos deveres constitucionais de proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro. É imprescindível uma política pública claramente voltada para a promoção e defesa do patrimônio cultural brasileiro, incluindo a regulamentação, mediante instrumentos específicos a sua gestão. Há que se protegerem as edificações vernáculas⁵⁴ e as manifestações culturais

⁵⁴ A arquitetura vernácula é todo o tipo de arquitetura em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída, caracterizando uma tipologia arquitetônica com caráter local ou regional. No processo de planejamento e ordenação do crescimento urbano, as edificações históricas vernáculas são como artefatos na afirmação de identidades, que é caracterizada (sic) pela presença protetora do *genius loci*. (MARQUES; AZUMA; SOARES, 2009, p. 47).

populares intangíveis, ligadas a mentalidades, representações e saber-fazer.

As construções vernáculas tornam-se monumentos quando se as prestigia pela antiguidade ou por se constituírem testemunhos recentes, porém significativos da atividade humana.

(...) a emergência de um patrimônio [cultural] é, geralmente, marcada por três etapas. A primeira é uma fase caracterizada pela espontaneidade e remete para os momentos em que a sociedade ou um grupo social produz aquilo que necessita para assegurar a sua sobrevivência física. Nesta fase é sobre tudo o gesto técnico que predomina, funcionando como resposta a um problema prático. A segunda corresponde ao momento de tomada de consciência. Ela fica a dever-se a qualquer transformação que coloca fora do campo utilitário inicial o objeto produzido. A terceira é a etapa em que o objeto adquire uma identidade patrimonial, reclamando e justificando um estatuto de gestão coletiva. É na passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge e se cristaliza. (PEIXOTO, 1998, p. 2).

O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem para o resgate da história e da tradição regional. Eles viabilizam a inserção social das pessoas a uma comunidade. O patrimônio cultural, permeado por maneiras de fazer dos antepassados, conservadas pela memória, é um elo entre o passado e o presente, um elemento que fortalece o sentimento de pertencimento a uma cultura ou tradição.

2.2 Memória

O patrimônio cultural constitui-se de recordações, memórias e histórias. Quem constrói e registra histórias, compartilha memórias. A memória é uma construção atualizada e renovada do passado. Ela se integra ao patrimônio cultural e constitui

parte do conjunto de atributos da identidade dos grupos sociais.

História, tempo e memória são processos interligados. O tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da história, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. (DELGADO, 2007).

Pela memória, o passado faz-se sempre atual. Ela se alimenta de fragmentos de lembranças que se partilham e compartilham. Com ela, as lembranças instalam-se até no sagrado.

Como não ter saudades do tempo, do espaço e das pessoas quando, onde e com quem se compartilharam conhecimentos e experiências, em relações fugazes de diálogo, respeito e afeto? Não são mais reais o tempo e o espaço. Real é apenas a memória que encontrou guarida nas conexões neurais de quem fez parte e, porque partilhou, compartilha-a como atributo de sua identidade. Na memória fazem-se perenes os gestos compartilhados. A Arqueologia institui-se como ciência e religião quando nela há espaço e tempo para a celebração da memória. Fazei isto em memória de mim, dizia meu mestre. Amo a Arqueologia. (KESTERING, 2018, p. 262-263).

É bem verdade que as memórias individuais nascem de uma introspecção reflexiva. Apesar de brotarem de um contexto social, elas são experiências únicas dos indivíduos. Contudo, elas nunca são inteiramente isoladas e fechadas. Para evocarem seu próprio passado, as pessoas precisam recorrer a lembranças de outras e se transportar a pontos de referência que existem fora de si. Além disso, o florescimento das memórias individuais não é possível sem palavras, ideias e utopias que os indivíduos aprendem a plantar e cultivar em seu grupo social. Em última instância, todas as memórias individuais são essencialmente coletivas. No compartilhamento,

elas se perpetuam, com pequenas modificações que nelas se operam ao longo do tempo.

[A memória coletiva] é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

2.2.1 Oralidade

A oralidade tem grande importância na ação de registro e preservação da memória. Com ela se resgatam e consignam-se o pensamento e a voz de pessoas que já morreram ou por algum motivo não se fizeram presentes no momento da pesquisa.

A utilização da oralidade facilita a obtenção de resultados que transcendem os horizontes dos objetivos que se propõem alcançar com a pesquisa. Quando se exercita ouvir os outros ocorre interação social que enriquece não apenas à pesquisa, mas também ao pesquisador e às pessoas entrevistadas. Felizmente, no contexto atual, a utilização da comunicação oral é facilitada e enriquecida pelo acervo tecnológico de que dispõe o sistema de comunicação⁵⁵. Dela se serve a Arqueologia, principalmente no estudo de informações e impressões sobre fatos, artefatos e patrimônios de passado relativamente recente.

⁵⁵ A sociedade moderna vive em meio à tecnologia, em plena era da informação difundida pelo rádio, televisão, telefone e Internet, nos quais a oralidade se destaca nesse processo difusor da informação. (MATTOS; SENA, 2011, p. 95).

2.3 História

A história é uma representação do passado. Há possibilidade real de se a construir em testemunhos orais e objetos da cultura material. Para compreender processos históricos e sociais dos municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, no extremo norte da Bahia, realiza-se esta pesquisa no âmbito da História e da Arqueologia, em diálogo com a Antropologia Cultural, Geologia, Zoologia, Botânica, Etnologia, Etnografia, Geografia Histórica e Cultural, além de outras áreas do conhecimento. Complementou-se a pesquisa com buscas pelas informações orais que ora se compartilham, com entrevistas previamente estruturadas.

Arqueologia Histórica é o estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo, trazidos da Europa em fins do século XV e que continuam em ação até hoje. (ORSER, 1992). (...) é o campo do saber que pretende dar conta da introdução e do desenvolvimento do processo de expansão territorial e ocupação das terras indígenas na América do Sul. (GASPAR, 2003, p. 270).

Inicialmente aplicava-se a Arqueologia Histórica única e exclusivamente ao estudo da cultura material de diferentes períodos em relação à história documental. Atualmente se vale dela para compreender as sociedades históricas de forma mais ampla, considerando e integrando cultura, ideologias e identidade social.

Após o desenvolvimento de pesquisas com os mesmos métodos de investigação que se utilizavam para a compreensão de acontecimentos pré-históricos, em 1967, a Arqueologia Histórica consolidou-se nos Estados Unidos como um campo de pesquisa oficial.

(...) a partir da preocupação com a análise dos processos sociais e culturais do passado, arqueólogos históricos têm focado na

expansão europeia e no colonialismo, nos mecanismos relacionados de dominação e de resistência, e nas formas econômicas e políticas daí geradas, particularmente o avanço do capitalismo. Tais estudos são de orientação universalista e propõem caracterizar a Arqueologia Histórica como o estudo de um sistema de mundo coerente, de um tipo ou de outro, caracterizado por possuir, por todo o globo, formas semelhantes de organização econômica e política. (FUNARI, JONES E HALL, 1999 *apud* FUNARI, 2007, p. 50).

O termo Arqueologia Histórica, com tal definição, não é usado na Europa e na Ásia. Naqueles continentes, entende-se como histórica a Arqueologia Clássica e a Egípcia.

A Arqueologia Histórica na América surgiu pelo estudo de estruturas e artefatos vinculados à classe dominante como, por exemplo, monumentos e locais relevantes para a construção e validação das grandes narrativas, ou seja, atrelada a uma História tradicional e excludente em que a elite europeia e seus descendentes eram o centro dos estudos. (ZANETTINI, 2005, p. 14).

No continente americano, especificamente na América do Sul, iniciaram-se os trabalhos de Arqueologia Histórica nas décadas de 1960 e 1970, com escavações coordenadas por historiadores e arquitetos, em ruínas do século XVI, aldeias espanholas e missões jesuíticas. Nesse período, buscava-se complementar ou aferir informações de documentos históricos. Procuravam-se evidenciar estruturas arquitetônicas, recuperavam-se e descreviam-se artefatos associados a estruturas e correlacionavam-se dados arqueológicos com relatos históricos. (LIMA, 1993; FUNARI, 2003 *apud* SALERNO; ZARANKIN, 2007).

Nas últimas décadas, as características distintivas da Arqueologia Histórica foram alvo de debates, com o intuito de afastar o papel de complementar, de “história subordinada” que possuía, como também com a intenção de elevar-se ao patamar profissional do campo e de seus proponentes. Deixa de ser uma

simples disciplina que, em termos gerais, é entendida como estudo da sociedade com escrita. (FUNARI, 2007, p. 52).

Diferentemente de quem se dedica ao estudo da Pré-história, os inquiridores que trabalham com Arqueologia Histórica utilizam grande variedade de informações em seus estudos. Eles se valem de artefatos, documentos escritos, comunicações orais e da própria Arquitetura. Com os dados que conseguem evidenciar, eles dão voz a atores sociais que foram subjugados pela historiografia e nem sequer mencionados em documentos escritos ou em fontes oficiais que privilegiavam apenas a elite.

2.3.1 História Oral

A história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do que alguém vivenciou. Memória⁵⁶ é a presença de fragmentos representativos do passado, produzidos psíquica e intelectualmente em decorrência de estímulos. É a soma de lembranças individuais que, por se inserirem no contexto familiar ou social, se permeiam de inferências coletivas.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17, *apud* FELIPE; ALVES, 2016, p. 3).

⁵⁶ Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos. Também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazemos recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39 *apud* LEAL, 2018, p. 3).

Os registros da oralidade materializam-se na sistematização das lembranças. No campo das probabilidades, eles servem como referências indicativas para a formulação de múltiplas hipóteses. Na verdade, o que hoje se conhece como história oral é uma prática muito antiga, ligada intimamente aos contos populares, ao universo da comunicação humana. A história surge contada, até se constituir depoimento materializado na escrita. São as impressões registradas ou escritas que as legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar o passado, de maneira segura e perene.

A história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. (ALBERTI, 1989, p. 4 *apud* MATOS; SENNA, 2011, p. 96).

Com a História Oral, registram-se e perpetuam-se impressões, vivências e lembranças de indivíduos que se dispõem a compartilhar suas memórias com a coletividade. Dessa forma, eles enriquecem o conhecimento, com situações que, de outra forma, não seriam conhecidas.

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato. (...) A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tomar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício de historiador, as que Marc Bloch tinha assinalado na sua apologia da história e do ofício de

historiador. Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados. (RICOEUR, 1961, p. 226 *apud* DURAN; BENTIVOGLIO, 2013, p. 228).

Tempo, memória, espaço e história caminham juntos, em relação tensa de busca, apropriação e reconstrução. A relação tensionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos e lutas pelo poder, sem a mínima possibilidade de se alterar o que passou.

O tempo, entretanto, modifica ou reafirma significados, significâncias e representações do passado que foi vivido individual ou coletivamente. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado. (DELGADO, 2010, p. 34).

Emprega-se a história oral como método de pesquisa histórica, antropológica ou sociológica. Com ela realizam-se entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas e paradigmas. Estudam-se eventos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais e movimentos. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente. Somente com ela se podem conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que viveram acontecimentos relevantes de sua época

As fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Por isso o diálogo de diferentes tipos de fontes e abordagens se veem necessários para que a pesquisa seja mais aprofundada e embasada. (PORTELLI, 2006 *apud* BUENO; ESTACHESKI; CREMA; NETO, 2017, p. 301).

Não poucos pesquisadores desaprovam a utilização da história oral em pesquisas de caráter científico. Questionam principalmente a confiabilidade das fontes. Dizem que os depoimentos são fontes subjetivas, relativas à memória individual, falíveis e fantasiosas. Em contrapartida, outros a defendem com veemência e consistente fundamentação.

Nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Apesar da subjetividade a que a fonte oral está sujeita, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [Ela] transforma os objetos de estudo em sujeitos. (THOMPSON, 1992, p. 137).

Desde o início, divide-se a história oral em duas vertentes. Uma delas volta-se para as elites e a outra se interessa pelas populações sem registros. Ambas se servem dela para a realização de entrevistas que se complementam com outros documentos. Para conduzir as atividades, propostas para o desenvolvimento da presente pesquisa, realizaram-se entrevistas com várias pessoas que fizeram parte da história da região do Submédio São Francisco.

Em regra, o entrevistador deve antes de tudo saber guardar silêncio, aprender a ouvir, sem apriorismos, aquele que concede audiência à sua memória. Deve-se adaptar à psicologia da testemunha, respeitá-la, estar disposto a tomar pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento discreto se a testemunha for pouco loquaz, orientá-la sem precipitação, não a impedindo de perder-se em digressões, caso ela o seja em demasia, repetir em voz alta suas palavras se estas não forem claramente audíveis, procurar não falar no mesmo tempo que ela, não insistir quando evita uma recordação dolorosa, não se precipitar em perguntar de novo porque as recordações precisam às vezes de um tempo para vir à tona, repetir a mesma pergunta de diferentes maneiras para tentar vencer resistências. (TORTIER-BONAZZI, 1998, p. 234).

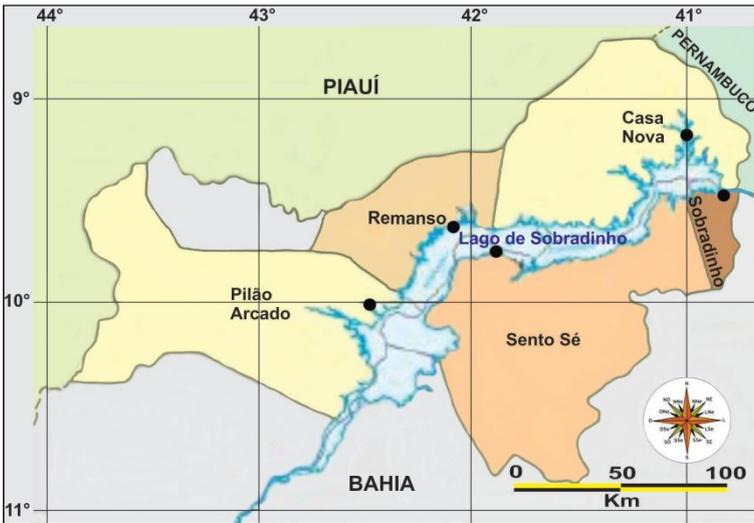
As entrevistas que se fizeram foram semiestruturadas. Levantaram-se questões básicas, apoiadas em teorias e hipóteses relacionadas com o tema da pesquisa. Não poucas vezes, as indagações deram origem a novas hipóteses a partir das respostas dos informantes. O principal foco foi reconhecer as pessoas que, de alguma forma, foram e são protagonistas da história das cidades relocadas por ocasião da implantação do Lago de Sobradinho. Buscou-se não apenas uma apresentação e análise do objeto de estudo, mas, também e, sobretudo, deu-se voz a pessoas que fizeram e edificaram verdadeiros patrimônios culturais em seus tempos e lugares.

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152, *apud* MANZINI, 2004, p. 2).

3 PATRIMÔNIOS QUE O LAGO IMPACTOU

Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova são municípios do extremo norte do estado da Bahia, cujos territórios foram parcialmente inundados quando, para regularizar a vazão do Rio São Francisco, edificou-se a Barragem de Sobradinho. (Fig. 1).

Figura 1 – Municípios cujos territórios foram parcialmente inundados



Fonte: IDE SAB (2011), adaptado pelo autor

O homem chega, já desfaz a natureza.
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar.
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar.
E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que
o Sertão ia alagar.
O sertão vai virar mar. Dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Adeus, Remanso, Casa Nova, Sento Sé.
Adeus Pilão Arcado, vem o Rio te engolir.

Debaixo d'água lá se vai a vida inteira.
Por cima da cachoeira, o gaiola vai subir.
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar.
Remanso, Casa Nova, Sento Sé
Pilão Arcado, Sobradinho,
Adeus, Adeus ... (SÁ; GUARABYRA FILHO, 1975).

Nas décadas de 1970 e 1980, encontrava-se no auge o regime militar. Marcou-se esse período por uma grave crise energética mundial, em consequência da primeira grande instabilidade do petróleo. Isso fez com que se buscassem alternativas para geração de energia renovável. A partir daí o imperativo da modernização capitalista chegou muito forte no Vale do Rio São Francisco. Inaugurou-se no sertão nordestino o processo de tratamento da água e outros componentes do patrimônio natural como mercadorias.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciava, então, que se estava começando a valorizar a água como negócio para o estado e os grupos mais ricos da sociedade. Afirmavam seus técnicos que esse modelo de desenvolvimento era autoritário. Esclarecia a população de que a classe já opulenta mandava construir grandes obras e se beneficiava com o dinheiro desse negócio. O projeto de modernidade neoliberal estava a impor o empobrecimento de amplas massas populares para enriquecimento de específicos setores da burguesia contemporânea. Lembro-me que diziam os profissionais do MAB ser um exemplo claro dessa política a implantação das barragens para o aumento da geração de energia no país. Arrazoavam tratar-se de um negócio que promovia a retirada de milhares de pessoas da sua terra de origem, com o cerceamento consequente ao usufruto de seu patrimônio natural e cultural que durante milênios serviam-se para sobreviver. Desde o início da década de 1970, o povo resistia a esse modelo econômico. Porém, o dinheiro das classes mais abastadas ditava as regras.

O modelo energético baseado na produção de energia hídrica significa 20% de toda energia produzida no mundo. Esta forma de produção de energia já expulsou de suas terras de 40 a 80 milhões de pessoas no mundo. No Brasil 92% da energia produzida vêm da fonte hídrica, já tendo expulsado mais de um milhão de pessoas de suas terras. (MAB, 2005 *apud* CORRÊA, 2005, p. 39).

Um desses projetos previa grandes barragens e usinas hidrelétricas que se constituiriam na matriz do modelo energético brasileiro, para atender aos interesses, principalmente das eletro-intensivas⁵⁷, principalmente, internacionais e transnacionais. Essas empresas passavam a prescrever novas formas de uso e significação do território nacional e dos recursos naturais. A água passou a ser vista como potencial energético dos rios, a fim de elevar projetos desenvolvimentistas conservadores quando o mundo ainda estava sob os efeitos da guerra fria. Socialistas e capitalistas disputavam terras e fronteiras em busca de poder sobre as nações e de ampliação dos horizontes de seus projetos de sociedade.

Para construção dessas barragens, nesse período, por exemplo, conforme documento da CPI das Barragens, foram inundados milhões e milhões de hectares de terras e florestas, sacrificando e precarizando muitos povos e grupos sociais históricos do campo (Indígenas, afrodescendentes - comunidades remanescentes de quilombos - meeiros, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos, camponeses etc.) que foram remanejados para outras áreas, na realidade, expulsos e expropriados de suas terras, colocando em cheque seus modos de vida, suas atividades próprias e seculares de produzir sua existência individual e coletiva, material e simbólica. (CORRÊA, 2009, p. 39).

Em 1973, com suportes ideológicos colonizadores, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável

⁵⁷ Dizia-se que eram eletro-intensivas as empresas do setor industrial que usavam muita energia elétrica.

pela construção da monumental estrutura de barramento das águas do Rio dos Currais, chegou a Sobradinho. (Fig. 2). A seus planejadores e dirigentes o sistema neoliberal exigia que, no Vale da Integração Nacional, servissem-se das mesmas cangalhas reguladoras de visão que, espontaneamente utilizavam meus ancestrais, nas pródigas terras dotais da Princesa Isabel, quando, em 1873, ocuparam o afluente Norte do Rio Tubarão, em Santa Catarina.

Figura 2 – Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco



Fonte: Gunten (1980)

A República Federal Alemã está colaborando com a CHESF no desenvolvimento de seu plano de eletrificação do Nordeste Brasileiro. Assim é que, recentemente, foi realizado um contrato com um consórcio europeu do qual fazem parte três grandes firmas alemãs e suas associadas brasileiras. 85% [dos investimentos] são assegurados por um consórcio de bancos alemães do qual participam o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), (Banco de Desenvolvimento Alemão) e o Deutsch Bank. As firmas alemãs que participam deste consórcio são a Siemens, através da Siemens alemã e sua igual no Brasil. Participam também a Voith e a Krauftwerks-Union e a sua representante

no Brasil que é a Tusa. De modo que essas são as firmas que estão colaborando para o fornecimento de equipamentos para o desenvolvimento do nosso plano energético do Nordeste do Brasil. (QUEIROZ, *apud* GUNTEN, 1980).

Eles, os burocratas do sistema, chegaram com interesses multinacionais postos em alinhamento com os discursos desenvolvimentistas do Planalto Central, para implantarem o progresso exclusivista nas terras onde, durante milênios, viveram felizes populações autóctones remanescentes de etnias tapuias. Quando chegaram, convencidos de que as conveniências da pátria das oligarquias sobrepunham-se às necessidades básicas da população local, em nome de preceitos mais que excludentes, impuseram às famílias ribeirinhas o traumático sacrifício da relocação.

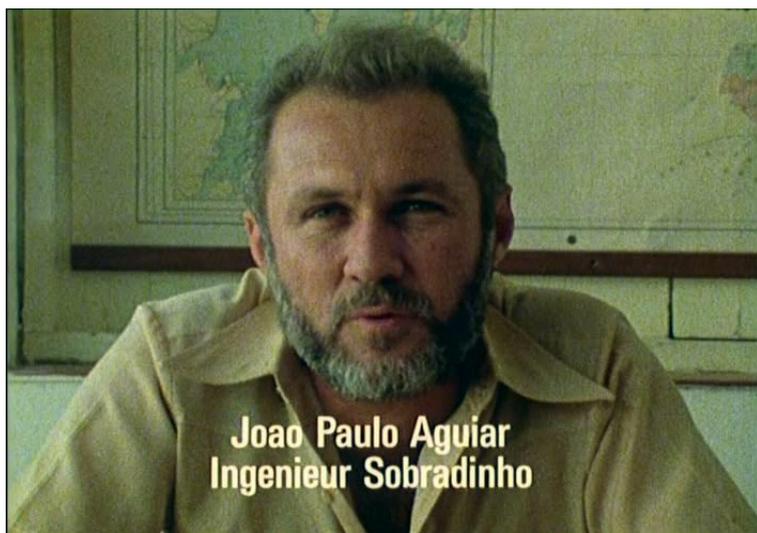
Em referências que se consultaram, teve-se acesso a uma carta que, em 1972, Eunápio Peltier de Queiroz, Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco encaminhou a Antônio Carlos Magalhães, então presidente da Eletrobrás. Nela expressava sua genuína concepção colonialista a respeito do barranqueiro típico da região.

[Trata-se] de um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, autossuficiente, analfabeto, sem contatos com os meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado culturalmente e economicamente do resto do país. (SIGAUD, 1987, p. 24 *apud* MOURA, 1997, p. 51).

Dos húmicos lameiros, como plantas impeditivas aos projetos governamentais, arrancaram-se os beiradeiros que, com sobejos haveres patrimoniais e saberes culturais, harmonicamente conviviam com seu natural pé de meia. Decidiu-se plantá-los em distante projeto de irrigação e nos

estéreis terraços fluviais arcaicos que, já se sabia, em se cultivando nada davam. (Fig. 3 e 4).

Figura 3 – Diretor de obras da Barragem de Sobradinho - BA



Fonte: Gunten (1980)

Figura 4 – Barragem de Sobradinho



Fonte: Gunten (1980)

Entre os acertos feitos para a construção da Barragem, inclusive com a participação do Banco Mundial, um dos mais importantes foi a transferência de cerca de 65 mil pessoas de uma das regiões mais pobres e marginalizadas do país, que habitavam a borda do Rio São Francisco e as áreas que iriam ser inundadas.

A CHESF elaborou, em convênio com outros órgãos governamentais brasileiros, um projeto de agrovilas, situado a cerca de 700 km da área da Barragem, para onde seria possível a transferência dessa população. Submetida à apreciação do Banco mundial, esse projeto de relocação foi aprovado e executado entre os anos de 1975 e 1977.

Nós esperávamos que cerca de cinco mil famílias se deslocassem para as agrovilas e aproximadamente mil famílias desejassem ficar na borda do Lago. Infelizmente, por atavismo (ligação muito grande que o homem nordestino tem a sua região), o projeto não teve o sucesso desejado.

Nós fizemos um projeto social um pouco demagógico. Dizíamos: Se você tem um pedaço de terra, nós vamos pagar a produção. Esta é uma coisa. Geralmente quando se faz um projeto como este na Alemanha ou Suíça paga-se o preço justo e as pessoas se vão, sem a menor possibilidade de escolherem para onde ir. Aqui, o governo lhes disse: Nós pagamos o seu pedaço de terra e você pode escolher ir [para a agrovila] ou ficar na borda do lago. Pagar a propriedade é uma coisa. Ajudar-lhe a recomeçar a vida é outra coisa.

Eu tenho consciência de que o Projeto Sobradinho representa um excelente investimento que o Brasil fez para o seu desenvolvimento. Nada se faz sem luta, sem inclusive prejudicar ou incomodar algumas pessoas. (...) Sobradinho representa a garantia da energia elétrica para o Nordeste até o ano 2000. Esse balanço resulta num saldo altamente positivo.

Toda esta região era uma região morta. Essa gente não tinha ideia de nada. Era feliz na sua miséria. (AGUIAR *apud* GUNTEN, 1980).

Os menestréis das cortes colonialistas chegaram à região de Sobradinho com critérios eminentemente econômicos, recitando o mesmo verso que, no seio da colônia alemã do Vale do Braço do Norte eu cresci ouvindo bardos ancestrais

repetirem à exaustão: **Sie, die Brasilianer haben nichts**⁵⁸. Em Sobradinho, eles chegaram recitando paráfrases da secular máxima colonizadora da América Latina: **Sie waren Glücklich in ihrem Elend**⁵⁹. (Fig. 5).

Qualquer pessoa que, ainda hoje, chegue à região, logo se inteira daquele jogo de poder. Ou pelo menos de intenções de poder. Qualquer instituição, especialmente a serviço do capitalismo, no uso da boa estratégia rapidamente se aproximava dos grupos mandantes, seduzindo-os de acordo com a personalidade, pelo argumento ou pelo favor. Ao cidadão médio, restava saber a notícia das decisões e projetos, insignificante que parecia diante dos grandes empreendimentos. É desnecessário argumentar que os planejadores de Sobradinho, à sua época, sabiam disto. (SILVA, 2010, p. 117).

Figura 5 – Diretor de Obras da Barragem de Sobradinho



Fonte: Gunten (1980)

⁵⁸ Eles, os brasileiros, nada têm.

⁵⁹ Eles eram felizes na sua miséria.

Em alguns momentos, em registros oficiais escapava a real percepção que o forasteiro colonialista ou colonizador tinha do sertanejo. Em relatório técnico realizado pela Hidroservice, com objetivo de caracterizar a área a ser atingida pela Barragem de Sobradinho, expôs-se de forma cristalina e constrangedora a visão do estrangeiro sobre o habitante nativo.

A relativa situação de isolamento em que vive a população, as suas precárias condições de vida e de trabalho não lhes permitem aberturas no seu mundo mental, nem tão pouco a aquisição de técnicas sociais, que a equipe convenientemente [sugere] para se adaptar a novos ambientes. Falta-lhes ainda qualquer qualificação profissional que lhes possibilite o engajamento em outras áreas onde prevaleça um sistema de divisão do trabalho mais moderno e complexo. (HIDROSERVICE, *apud* SIQUEIRA, 1992, p. 3).

O Lago de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além de muitas ilhas onde também se praticava a agricultura de vazante ou lameiro. A construção da Barragem artificial não foi um projeto isolado. Ela seguiu um planejamento colonialista, com objetivos muito bem definidos.

A tônica geral, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. Como se tudo começasse – o processo, a vida história – com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição. (GERMANI, 1993, p. 557 *apud* SILVA, 2010, p. 118).

Em quatro décadas de convivência com beiradeiros do sertão Tapuia, eu aprendi a ver que os habitantes do território que abrange os municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova tinham tudo de que precisavam para

serem felizes. Eles tinham patrimônios, histórias e memórias. **Die Brasilianer hier hatten alles⁶⁰.**

3.1 Municípios Atingidos

Inundaram-se 4.214 km², 10,5% da área de cinco municípios cujos territórios perfazem o total de 40.150,845 km². Observa-se que as cinco unidades federadas atingidas possuem território equivalente a quase metade do torrão catarinense de 95.346 km².

3.1.1 Sento Sé

O município de Sento Sé situa-se na margem direita do Lago de Sobradinho, região limítrofe entre o Médio e o Submédio São Francisco, estado da Bahia. (Fig. 6). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme censo de 2014, a terra que originalmente pertencia a diversas etnias autóctones possui hoje uma área de 12.871 km² e 41.102 habitantes. Até o Século XVII da era cristã, havia nela as tabas sagradas protegidas por guerreiros das etnias Amoipirá, Caimbé, Tamoquim, Timbó, Crinquirim, Tupiná e combatentes dispersos de tribos não identificadas a quem a população local reconhecia como Muribec. Sua sede atual localiza-se às coordenadas UTM24L 183679 e UTMN 8922050. Está a 404 metros acima do nível do mar e a 689 km da capital, Salvador. (Fig. 7). Emancipou-se no dia 06 de julho de 1832. Limita-se ao norte com os municípios de Casa Nova e Remanso; ao sul com Morro do Chapéu, Umburanas, São Gabriel e Jussara; a leste

⁶⁰ Os brasileiros daqui tinham tudo.

com Sobradinho e Campo Formoso a oeste com Itaguaçu da Bahia e Pilão Arcado.

Figura 6 – Município de Sento Sé



Fonte: Sento Sé – Wikipédia (2019), adaptada pelo autor

Figura 7 – Praça central da cidade de Sento Sé



Fonte: YouTube (2019)

No período de 1752 a 1783, quando se implantava a Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, ainda se registravam batizados de famílias que nela se reconheciam nativas.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de [mil setecentos e] cinquenta e três, batizei e pus os Santos Óleos ao inocente Francisco, filho de Pedro Feliz e de sua mulher Marta, índios dispersos. (...). (Registro 43).

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de [mil setecentos e] cinquenta e quatro, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente Joaquim, filho de pai incógnito e de Maria Francisca, índia dispersa, moradora na Fazenda da Utinga, desta Freguesia. (...). (Registro 93).

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de [mil setecentos e] sessenta e três, na Capela de São José do Assuruá, batizei solenemente e pus os Santos Óleos à inocente Florência, filha de pai incógnito e de Verônica, índia da Nação Caimbé, moradora no Assuruá. Foram padrinhos: Antônio e Tomásia, índios da mesma nação (...). (Registro 409).

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e quatro, na Capela de São José do Assuruá, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a inocente Anna, filha de pai incógnito e de Felipa, índia da Nação Caimbé, moradora no Sítio do Brejo Novo. (...). (Registro 411).

Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil setecentos e setenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, ao inocente Manoel, filho de pai incógnito e de Josefa, escrava do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel e lhe pôs os Santos Óleos. Foram padrinhos: João, escravo do dito e Brásida Índia (...). (Registro 594).

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual nesta Freguesia, a inocente Teresa, filha natural de Felipa Pereira Índia. (...). (Registro 648).

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do

Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, a inocente Samoa, filha natural de Maria Índia, moradora no Sítio de São Pedro. (...). (Registro 666).

Aos sete de janeiro de mil e setecentos e setenta, nesta Freguesia, na Capela do Sr. Bom Jesus do Bom Fim, batizou solenemente, de licença minha, o Padre (...) de Santa Rosa, Religioso de Nossa Senhora do (...) Carmo, a inocente Felícia, filha natural de Arcângela Índia e forra, moradores na Serra do Assuruá. (...). (Registro 685).

Aos (...) de mil setecentos e setenta, na igreja matriz de São José de Sento Sé (...) a inocente Joanna, filha legítima de Ambrósio e de sua mulher Maria, índios. (...). (Registro 749).

Aos seis dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e um, na Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, Freguesia de São José de Sento Sé, batizou solenemente de licença minha o Reverendo Padre Frei Tomás de São José, Religioso de Nossa Senhora do Carmo, a inocente (...) , filha legítima de Antônio Rodrigues e sua mulher Grácia Pereira, índios. (...). (Registro 892).

Aos vinte e sete dias do mês de (...) de mil setecentos e setenta e um, na Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, termo da Freguesia de São José de Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Frei Tomás de São José, Religioso de Nossa Senhora do Carmo, a inocente Antônia, filha natural de Arcângela (...) Índia. (...). (Registro 896).

Ao primeiro dia do mês de novembro de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José de Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Rosário a inocente Anna, filha legítima de Raimundo Índio e de Simoa Índia. (...). (Registro 1083).

Aos quatro dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e sete, nesta Freguesia de São José de Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, batizou de licença minha o Reverendo (...) Domingos (...) de Sousa e lhe pôs os Santos Óleos ao inocente José, filho natural de Lina Índia. (...). (Registro 1210).

Aos dez dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Freguesia de São José de Sento Sé, arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença

minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, a inocente Teresa, filha legítima de Antônio Índio e de sua mulher Índia. (...). (Registro 1352).

Aos vinte e dois dias do mês de maio de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente (...) a inocente (...) filha natural de Arcângela Índia (...). (Registro 1369).

Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente o Reverendo Frei Lourenço de Santana, ao inocente Antônio, filho natural de Maria Índia. (...). (Registro 1429).

Aos nove dias do mês de maio de mil setecentos e setenta e nove, nesta Freguesia de São José do Sento Sé do Arcebispado da Bahia, batizei solenemente ao inocente José, filho natural de Tereza Índia. (...). (Registro 1465).

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de [mil setecentos e] oitenta, nesta Freguesia de São José de Sento Sé, de licença minha batizou com os Santos Óleos o Reverendo Padre Manoel Dias coadjutor desta Freguesia a inocente Maria, filha natural de Teresa Índia de que foi padrinho Miguel Soares. (...). (Registro 1569).

Aos dois dias do mês de abril do ano de [mil setecentos e] oitenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os Santos Óleos à inocente Maria, filha legítima de Tomé e sua mulher Gertrudes, Índios. (...). (Registro 1636).

Aos (...) de mil setecentos e oitenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os Santos Óleos à inocente Anna, filha legítima do Índio Leandro Gomes e de sua mulher (...) da Rocha. (...). (Registro 1735).

Aos quatro dias do mês de abril de [mil setecentos e] oitenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os Santos Óleos a Francisco, filho natural do Índio Marcelino Pereira e Ponciana Ferreira. (...). (Registro 1762). (LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ, 1752-1783).

3.1.2 Sobradinho - BA

O município de Sobradinho - BA situa-se à margem direita do Lago de Sobradinho, à montante da barragem homônima e do Rio São Francisco, à jusante dela. Localiza-se no Submédio São Francisco, estado da Bahia. (Fig. 8). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a terra dos cidadãos Tatauí possui hoje uma área de 1.238,923 km² e 23.511 habitantes, conforme censo de 2014. Sua sede localiza-se às coordenadas UTM24L 301806 e UTMN 8952445. Está a 380 metros acima do nível do mar e a 552 km da capital, Salvador. (Fig. 9). Emancipou-se no dia 24 de fevereiro de 1989. Limita-se ao norte com os municípios de Petrolina – PE e Casa Nova - BA; ao sul com Campo Formoso; a leste com Juazeiro e a oeste com Sento Sé.

Figura 8 – Município de Sobradinho



Fonte: Google (2019), adaptada pelo autor

No período de 1752 a 1783, quando se implantava a Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, já existiam a Fazenda Tatauí

e os sítios Saco do Meio e Santo Antônio. Seus territórios serviram de base para a definição do que é hoje o município de Sobradinho.

Figura 9 – Vista parcial da cidade de Sobradinho - BA



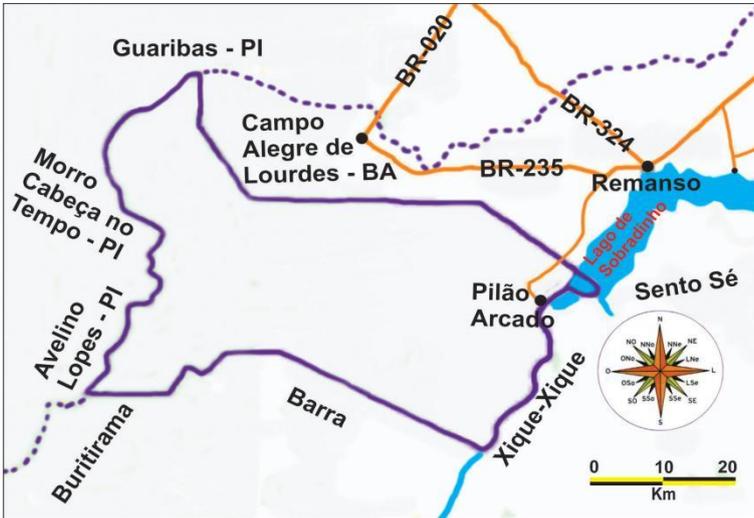
Fonte: Edie Ramalho *apud* Alves (2017), adaptada pelo autor

Com o aldeamento catequizador das etnias autóctones e a invasão concomitante de suas terras por fazendeiros dedicados à criação extensiva de gado, a região a que hoje pertencem Sento Sé e Sobradinho integrou-se à capitania da Bahia de Todos os Santos.

3.1.3 Pilão Arcado

O município de Pilão Arcado situa-se na margem esquerda do Lago de Sobradinho, no Médio São Francisco, estado da Bahia. (Fig. 10). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a terra dos pilão-arcadenses possui hoje uma área de 11.700 km² em que habitam 35.255 pessoas, conforme censo de 2014. (Fig. 11).

Figura 10 – Município de Pilão Arcado



Fonte: Pilão Arcado – Wikipédia (2019), adaptada pelo autor

Figura 11 – Monumento de Santo Antônio, padroeiro da cidade



Fonte: Régis Júnior (2016), adaptado pelo autor

Sua sede localiza-se às coordenadas UTM23L 776007 e UTMN 8893310. Está a 406 metros acima do nível do mar e a 740 km da capital, Salvador. Emancipou-se no dia 15 de janeiro de 1810. Limita-se ao norte com Campo Alegre de Lourdes – BA e Guaribas - PI; ao sul, com Buritirama – BA, Barra – BA e Sento

Sé - BA; a leste com Remanso - BA e a oeste, com Morro Cabeça no Tempo – PI e Avelino Lopes - PI.

No período de 1752 a 1783, quando se implantava a Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, o território que hoje se distribui entre os municípios de Remanso, Casa Nova e Campo Alegre de Lourdes pertencia à Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado. Esse núcleo urbano subordinava-se ao Arcebispado de Pernambuco.

Antes e durante o processo de interiorização colonizadora do Nordeste brasileiro, com início de ocupação europeia efetiva no século XVII, os índios Acoroá, Guegoá e Amoipirá ocupavam seu território⁶¹. Na segunda metade do século XVIII havia ainda índios dispersos que se reconheciam integrantes da Etnia Guegoá. Diz-se que havia uma aldeia Acoroá na Antiga Fazenda Gado Bravo.

Aos vinte e três dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e seis, com licença minha, batizou (...) de Oliveira, o pôs os Santos Óleos ao inocente Leandro, filho de pai incógnito e de Antônia de Nação Guega, escrava de Francisco Soares da Motta, morador nas Carnaibas. (...). (Registro 496).

Aos (...) dias do mês de agosto de [mil setecentos e] oitenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente Antônio, filho legítimo de Felipe de Sousa e de sua mulher Bibiana de Sousa, Índios moradores na Carnaiba Torta do Pilão Arcado. (...). (Registro 1608).

Aos catorze dias do mês de janeiro de [mil setecentos e] oitenta e um, na Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado do Bispado de Pernambuco, de licença minha,

⁶¹ O território da etnia Acoroá estendia-se da margem esquerda do Rio São Francisco até o atual município de São Gonçalo da Regeneração – PI. Lá, em solo piauiense, implantou-se o aldeamento indígena de São Gonçalo de Amarante. Esse centro missioneiro deu origem à cidade de Regeneração que se conhece hoje. “São Gonçalo de Amarante [foi] criado em 26 de setembro de 1772, por ordem do governador, com mil duzentos e trinta e sete índios Acoroás”. (MIRANDA, 2012, p. 26).

batizou e pôs os Santos Óleos o Reverendo Secretário da visita o Padre Fellis Xavier de Lima e Mello ao inocente Tomás, filho natural de Sebastiana Índia (...). (Registro 1638). (LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ, 1752 a 1783).

Implantou-se o aldeamento catequizador dessas grandes etnias autóctones e invadiram-se, concomitantemente, suas terras para a criação extensiva de gado.

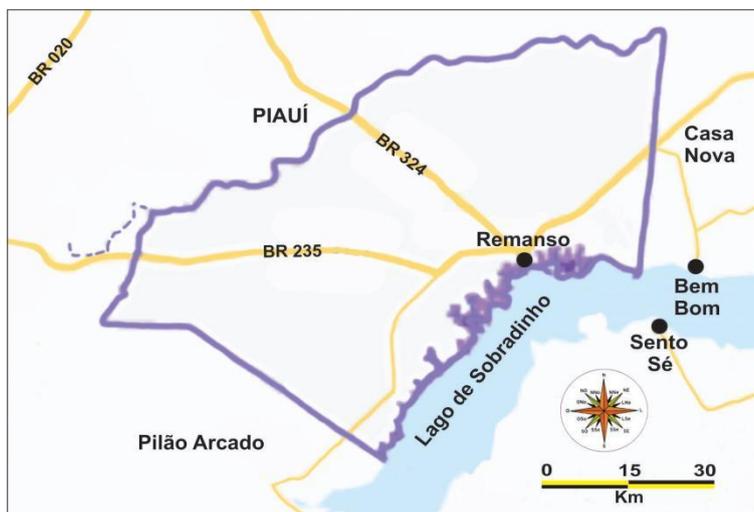
Por essas notícias, já elaboradas em obras de historiadores reconhecidos, da qualidade de Odilon Nunes e Cláudio Melo, e por outras informações contidas nos Autos de Devassa da Junta de Missões do Maranhão (1738), bem como em cartas do ouvidor da Vila da Mocha (1747), ficamos sabendo que desde o Século XVII, com intensificação no Século XVIII, os índios Gueguê e os Acoroá se afrontavam constantemente em solo piauiense com os criadores de gado procedentes da Bahia e de Pernambuco, que instalavam fazendas em grandes sesmarias à montante do Rio São Francisco. (CARVALHO, 2008, p. 69).

3.1.4 Remanso

O município de Remanso situa-se na margem esquerda do Lago de Sobradinho, região limítrofe entre o Médio e o Submédio São Francisco, estado da Bahia. (Fig. 12). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a terra dos remansenses possui hoje uma área de 4.683,412 km² e 42.056 habitantes, conforme censo de 2014. (Fig. 13).

Sua sede localiza-se às coordenadas UTM23L 820382 e UTMN 8934858. Está a 405 metros acima do nível do mar e a 720 km da capital, Salvador. Emancipou-se no dia 09 de agosto de 1900, com o lema *Progressus cum labore est*. Limita-se ao norte com o município piauiense de Dirceu Arcoverde; ao sul, com Sento Sé; a leste com Casa Nova e a oeste, com Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes.

Figura 12 – Município de Remanso



Fonte: Remanso – Wikipédia (2018), adaptada pelo autor

Figura 13 – Redemoinho que se formava no leito do Rio São Francisco



Fonte: Acervo de Lúcia Libório *apud* Ledoux (2017, p. 59)

3.1.5 Casa Nova

O município de Casa Nova situa-se na margem esquerda do Lago de Sobradinho, na região do Submédio São Francisco,

estado da Bahia. (Fig. 14). Faz parte da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui hoje um território de 9.657,51 km² e, conforme censo de 2010, 64.944 habitantes. Sua sede localiza-se às coordenadas UTM24L 283136 e UTMN 8985077. Está a 404 metros acima do nível do mar e a 575 km da capital, Salvador. Emancipou-se no dia 20 de junho de 1879. Limita-se ao norte com os municípios piauienses de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e Queimada Nova; ao sul com os municípios baianos de Sento Sé e Sobradinho; a leste com os municípios pernambucanos de Petrolina, Pau Ferro, Rajada e Afrânio e, a oeste, com Remanso - BA.

Figura 14 – Município de Casa Nova



Fonte: Casa Nova – Wikipédia (2018), adaptada pelo autor

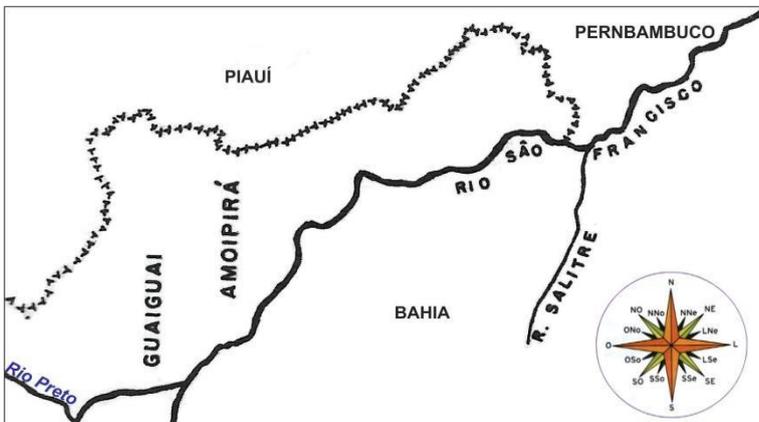
Antes e durante o processo de interiorização do Nordeste brasileiro, com início de ocupação europeia efetiva no século XVII, os índios Guegoá e Amoipirá ocupavam seu território. (Fig. 15).

Pode-se dizer que pelo fim do Século XVI, apenas as tribos habitantes de lugares mais afastados do litoral trabalhavam ainda com instrumentos de pedra, como conta Gabriel Soares dos Amoipirá, da família dos Tupi, que ocupavam a margem

esquerda do Rio São Francisco, numa extensão de mais de cem léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso. Diz ele: “Na terra onde este gentio vive estão muito faltos de ferramentas, por não terem comércio com os portugueses; e, apertados da necessidade, cortam as árvores com umas ferramentas de pedra, que para isso fazem; com o que, ainda que com muito trabalho, roçam o mato para fazerem suas roças, do que também se aproveitava, antigamente, todo o outro gentio antes que comunicasse com gente branca”.

Não era tarefa simples a realização do ritual de derrubada de uma roça. Gastavam muitos dias para cortar uma árvore. Só conseguiam derrubar troncos maiores com a ajuda do fogo. O machado servia para fazer um primeiro entalhe, ao redor da árvore. Ao invés de cortar, machucavam a casca. Feito isso e passados alguns dias, para o lugar machucado secar ou ao menos murchar, aglomeravam em torno da árvore uma porção de mato seco e depois lhe punham fogo. A parte machucada da casca pegava fogo antes do resto. Apagando o fogo, com o machado faziam saltar a camada de carvão que ficava desta primeira operação. Punham a madeira a nu. Em seguida, ateavam novo fogo que, quando apagado, soltava uma nova camada de carvão. Continuava este processo até conseguir a queda da árvore. (OTT, 1958, p. 47-48 *apud* KESTERING, 2012, p. 11).

Figura 15 – Território das etnias Guegoá e Amoipirá



Fonte: Ott (1958, p. 35) adaptado pelo autor

3.2 Patrimônio Natural Impactado

O patrimônio natural dos cinco municípios atingidos pelo Lago de Sobradinho constitui-se basicamente de aspectos climáticos, geológicos, geomorfológicos, hídricos, vegetais e animais com que se relacionavam os humanos, para edificar sua riqueza cultural.

3.2.1 Clima

Nos cinco municípios o clima é semiárido⁶² e quente, com alternância de duas estações nitidamente definidas: a da chuva (inverno), de novembro a março e a da seca (verão), nos demais meses. Em todos eles a umidade relativa do ar é de 60%, com exceção do município de Sento Sé onde, em consequência do relevo muitíssimo acidentado, é de 65,2%.

Em Sento Sé, a precipitação pluviométrica média anual é de 600 mm. Exceção fez-se em 1960 quando choveu 977,2mm. O mês de agosto é o mais seco e março, o de maior precipitação. A temperatura média anual é de 26,7°C. Outubro é o mês mais quente, com média é de 27,9°C e julho, o mais frio, com média de 25°C. A insolação média anual é de 3.200 horas.

Em Sobradinho, a precipitação pluviométrica média anual é de 444 mm. O mês de agosto é o mais seco e março, o mais úmido. A temperatura média anual é de 25,2°C, com variação de 26,5°C no mês de fevereiro e 22,8°C, em julho. A evaporação anual é de 2.849 mm. O tempo médio de insolação é de 2.800 horas anuais.

⁶² O semiárido é um tipo de ambiente caracterizado pelo baixo índice pluviométrico, altas temperaturas, solo pobre em nutrientes, baixa umidade, baixa amplitude térmica e as chuvas concentram-se em meses específicos do ano.

Em Pilão Arcado, a precipitação pluviométrica média anual é de 644 mm. O mês de agosto é o mais seco e março, o de maior precipitação. A temperatura média anual é de 26,4°C, com variação de 27,9°C no mês de outubro e 24,6°C, em julho. A evaporação anual é de 1576,8 mm. O tempo médio de insolação é de 2.846 horas anuais.

Em Remanso, a precipitação pluviométrica média anual é de 590 mm, o que equivale a aproximadamente 1,6 mm por dia. O mês de agosto é o mais seco e março, o mais úmido. A temperatura média anual é de 26,8°C, com variação de 28°C no mês de outubro e 25,3°C, em junho. A evaporação anual é de 2.245,1 mm. O tempo médio de insolação é de 3.200 horas anuais. A menor temperatura que se registrou, no dia 2 de junho de 1964, foi de 10,4 °C e a maior, de 41°, registrou-se no dia 29 de outubro de 1963.

Em Casa Nova chove, em média, 480 mm por ano. Agosto é o mês mais seco, com precipitação média de um mm e março, o mais úmido, com precipitação média de 113 mm. A temperatura média anual é de 25,4°C. Novembro é o mês mais quente, com temperatura média de 26,7 °C e julho, o mais frio, com temperatura média de 23,2°C. A evaporação anual é de 2.000 mm. O tempo médio de insolação é de 3.200 horas anuais.

3.2.2 Geologia

Nos cinco municípios impactados, algumas unidades geológicas ultrapassam as fronteiras de cada unidade federada. Há, porém, litotipos que ocorrem somente em alguns territórios. Para melhor compreendê-los há-se por bem apresentá-los separadamente.

3.2.2.1 De Sento Sé

No território de Sento Sé o patrimônio geológico constitui-se de Sedimentos Cenozoicos (1), Grupo Casa Nova (2), Formações Salitre (3) e Bebedouro (4); Grupo Chapada Diamantina (5), Granitoides Sintectônicos (6), Grupo Colomi (7), complexos Barreiro (8) e Remanso–Sobradinho (9). (Fig. 16).

O Complexo Remanso–Sobradinho (9) gerou-se no Paleoarqueano, entre 3,6 e 3,2 bilhões de anos, quando havia muitos gases vulcânicos, carbono, hidrogênio e nitrogênio e pouco oxigênio livre. A vida era ainda simples. Havia somente algas e bactérias. As rochas desse complexo constituem-se de ortognaisse migmatítico tonalítico-trondhjemítico-granodiorítico, com enclaves máficos e restos de supracrustais. (CPRM, 2005, p. 6).

O Complexo Barreiro (8) gerou-se no Neoarqueano, entre 2,8 e 2,5 bilhões de anos atrás, quando proliferavam e diversificavam-se os estrematólitos cuja fotossíntese fez aumentar consideravelmente o oxigênio. As rochas desse complexo compõem-se de metavulcanito ácido e intermediário, metapelito, metadolomito e metachert. (CPRM, 2005, p. 6).

O Grupo Colomi (7) formou-se no Paleoproterozoico, entre 2,5 bilhões e 1,6 bilhão de anos atrás, quando surgiam os primeiros eucariontes, com núcleo delimitado por envoltório e com vários tipos de organelas. Constituem-se as rochas desse grupo de “metadolomito com lentes de Magnesita e metacalcário magnesiano, formação ferrífera, quartzito, metarenito, metachert, filito, metapelito e xisto verde”. (CPRM, 2005, p. 6). Em Sento Sé as rochas desse grupo concentram-se nas Serras da Ingrata e da Bicuda onde há painéis de pintura rupestre nos boqueirões do Sítio do Padre e da Itamorena, respectivamente. (Fig. 17 a 20).

Os Granitoides Sintectônicos (6) formaram-se também no Paleoproterozoico. Constituem-se de granito e granodiorito gnaissificados, localmente augengnáissicos, calcialcalinos de alto K, metaluminosos. (CPRM, 2005, p. 6). Os mais significativos afloramentos e matacões de granitoides sintectônicos ocorrem no entorno da sede da Fazenda São Romão. Em alguns deles, como no Morrinho e nos serrotes do Pote e da Gameleirinha preservam-se painéis de pintura rupestre, feitos por grupos pré-históricos da Tradição São Francisco. (Fig. 21 a 26).

As rochas do Grupo Chapada Diamantina (5) formaram-se no Mesoproterozoico, entre 1,6 e 1,0 bilhão de anos atrás, quando a vida começou a se reproduzir sexualmente. São rochas metassedimentares resultantes de deposições eólicas e fluviais em ambientes aluviais (Formação Tombador), lacunares (Formação Caboclo) e estuarinos (Formação Morro do Chapéu).

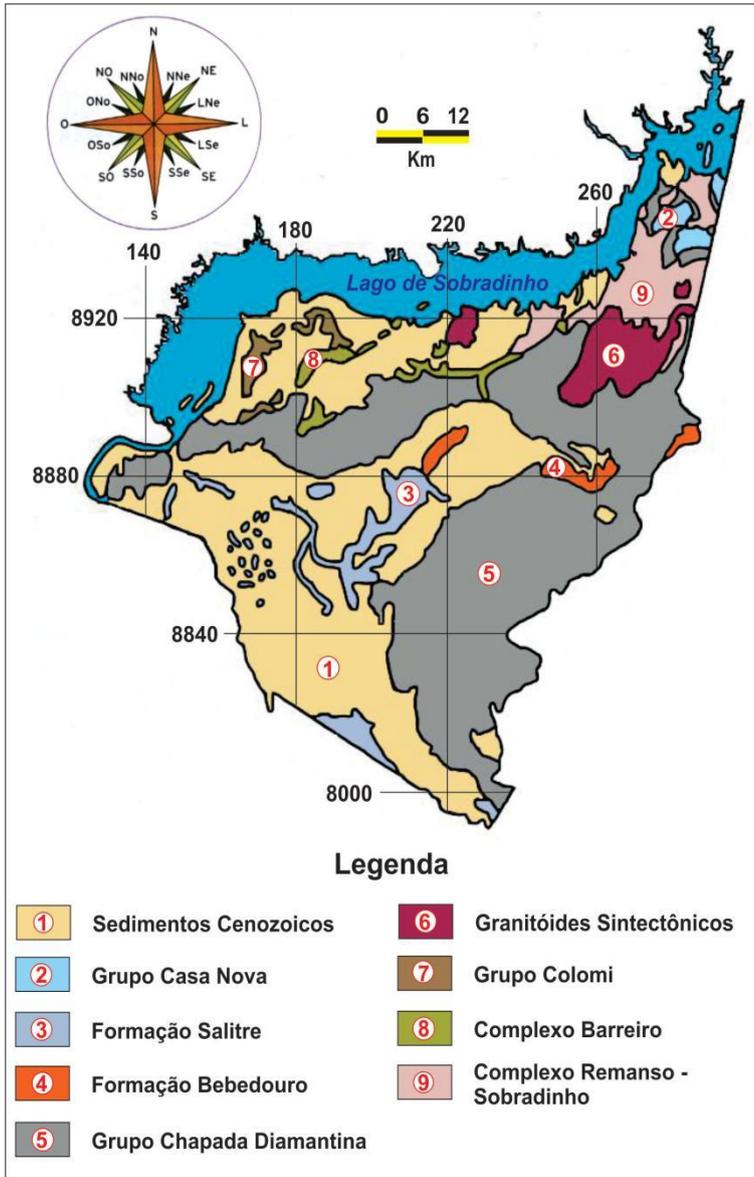
Formação Tombador: arenito, conglomerado polimítico, arenito conglomerático e pelito; quartzarenito eólico com intercalações de arenito mal selecionado e arenito conglomerático; conglomerado polimítico com lentes de arenito conglomerático e arenito mal selecionado.

Formação Caboclo: siltito e argilito rítmicos e quartzarenitos, com lentes de laminito algal, calcarenito, estromatólito colunar, arenito conglomerático e siltito; argilito e siltito laminados com níveis de arenito muito fino, e calcário e marga no topo; siltito e argilito laminados, arenito argiloso na base e calcário no topo.

Formação Morro do Chapéu: pelito laminado e arenito ondulado e lenticular; quartzarenito fino a médio bem selecionado; arenito fino a médio, em parte feldspático; conglomerado, arenito conglomerático e quartzarenito. (CPRM, 2005, p. 6).

Nessas rochas metassedimentares realizou-se a maior parte dos painéis de registro rupestre do território de Sento Sé. Estima-se que haja mais de três mil sítios arqueológicos com esses fragmentos de sistemas pré-históricos de comunicação.

Figura 16 – Esboço Geológico de Sento Sé



Fonte: CPRM (2005), adaptado pelo autor

Figura 17 – Boqueirão do Sítio do Padre



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 18 – Painel de pintura rupestre no Boqueirão do Sítio do Padre



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 19 – Boqueirão da Itamorena



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 20 – Painel de pintura rupestre no Boqueirão da Itamorena



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 21 – Morrinho



Fonte: Kesting (2014, p. 143)

Figura 22 – Painel de pintura rupestre no Morrinho



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 23 – Serrote do Pote



Fonte: Kesting (2014, p. 146)

Figura 24 - Pannel de pintura rupestre no Serrote do Pote



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 25 – Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kesting (2014, p. 149)

Figura 26 – Painel de pintura rupestre no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Acervo do autor (2014)

As rochas das Formações Bebedouro (4) e Salitre (3), bem como as do Grupo Casa Nova (2) geraram-se no Neoproterozoico, entre um bilhão e 541 milhões de anos atrás, quando surgiram as formas de vida complexa. (Fig. 27 e 28).

[As rochas do Grupo Casa Nova constituem-se de] uma sequência indivisa de micaxistos com finas intercalações de quartzitos micáceos e mármorees na parte inferior. Os micaxistos possuem coloração cinza e cinza-esverdeada, granulação fina a média, com quartzo, biotita, muscovita, feldspato e granada. (...) [Mármorees são] rochas de coloração cinza-clara, granulação fina a média, estrutura compacta e bandada, compostas essencialmente por carbonato, contendo, por vezes, quartzo, flogopita, muscovita e opacos. (...). Os quartzitos constituem o horizonte basal. São rochas de coloração esbranquiçada, creme-clara e cinza-clara, laminadas, de granulação fina, constituídas essencialmente por quartzo e secundariamente por muscovita e sericita. (ANGELIM, 1997, p. 30).

Figura 27 – Rochas do Grupo Casa Nova



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 28 – Rochas do Grupo Casa Nova



Fonte: Acervo do autor (2016)

As rochas das formações Bebedouro e Salitre pertencem ao Grupo Una e integram-se ao Supergrupo São Francisco. Diferenciam-se porque as primeiras são de natureza essencialmente clástica e constituem-se de diamictito, pelito e arenito enquanto que as da Formação Salitre são de natureza carbonática e compõem-se de calcarenito, calcissiltito e calcilutito pretos e odorosos; calcarenito quartzoso, arcóseo e siltito na base (Unidade Jussara); calcilutito e calcarenito com níveis de silexito, dolomito, arenito e pelito (Unidade Gabriel); calcilutito, calcarenito e tapetes algais (Unidade Nova América). (CPRM, 2005, p. 6).

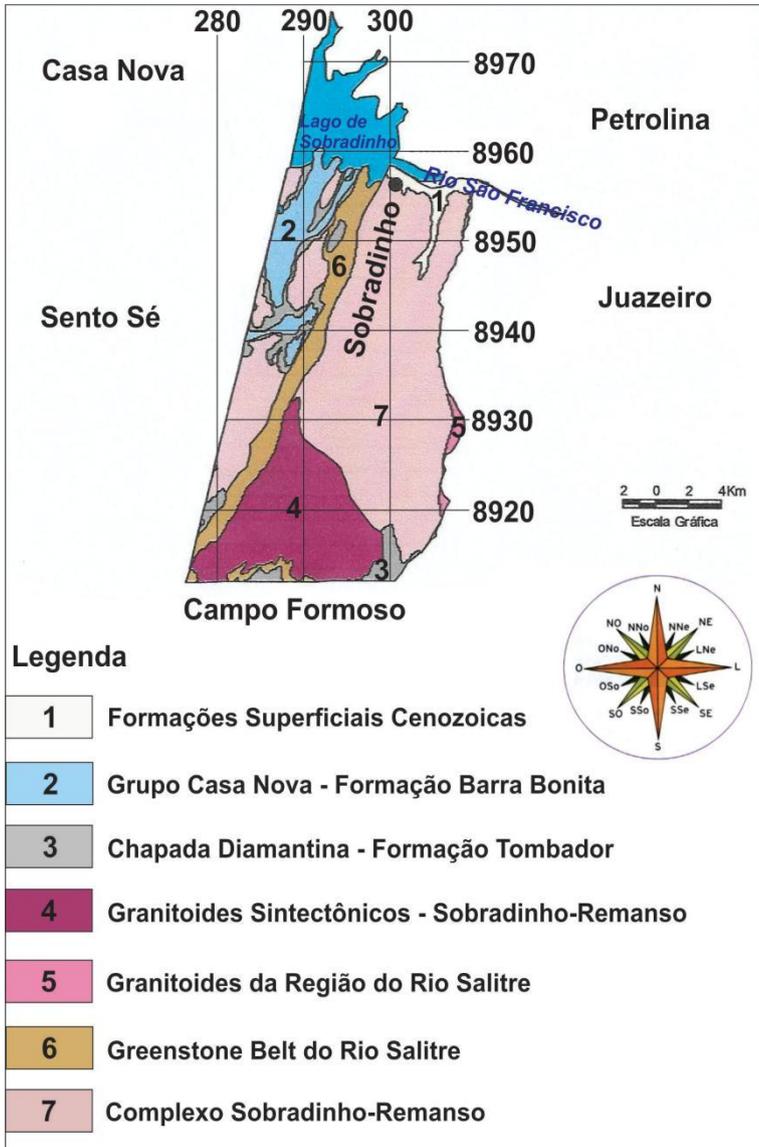
Os Sedimentos Cenozoicos (1) depositaram-se de 65 milhões de anos até os dias atuais. Constituem-se de: depósitos aluvionares recentes (areia com argila, cascalho e restos de matéria orgânica); depósitos aluvionares antigos (areia com argila, cascalho e restos de matéria orgânica); formação caatinga (brecha calcífera e calcrete); coberturas detritolateríticas (areia com argila, cascalho e crosta laterítica).

3.2.2.2 *De Sobradinho*

No território de Sobradinho a litoestratigrafia constitui-se de: Formações Superficiais Cenozoicas (1), Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita) (2), Chapada Diamantina (Formação Tombador) (3), Granitoides Sintectônicos – Sobradinho-Remanso (4), Granitoides da Região do Rio Salitre (5), *Greenstone Belt* do Rio Salitre (6) e Complexo Sobradinho-Remanso (7). (Fig. 29).

As rochas do Complexo Sobradinho-Remanso (7) formaram-se no Paleoaqueano, quando surgiam os primeiros continentes. Dele é a mais antiga evidência de bactérias que se encontraram na Austrália Ocidental.

Figura 29 – Esboço Geológico de Sobradinho



Fonte: CPRM (2005, p. 6), adaptado pelo autor

O complexo Sobradinho-Remanso ocorre na maior parte do município e é caracterizado pela ocorrência de ortogneisse migmatítico tonalítico-trondhjemitico-granodiorítico, com enclaves máficos e restos de rochas supracrustais, cortado por granitóide sintectônico constituído por granito e granodiorito gnaissificados, localmente augengnáissicos, calcialcalinos de alto K, metaluminosos, além de monzogranito e sienogranito, em parte foliados ou gnaissificados, em menor proporção. (CPRM, 2005, p. 5).

O *Greenstone Belt* do Rio Salitre (6) constitui-se de rochas metavulcanossedimentares geradas no Neoarqueano. Compõe-se de metavulcanito máfico, ultramáfico e félsico, formação ferrífera e filito. Enquanto essas rochas se formavam, proliferavam os estromatólitos. (Fig. 30).

Os estromatólitos são formações semelhantes a rochas que podem ser encontradas em meios marinhos pouco profundos e de elevada salinidade. Resultam da agregação de sedimentos por microrganismos designados por **cianobactérias**, bactérias fotossintéticas também conhecidas por ‘algas azuis’. Algumas destas formações são bastante antigas como os estromatólitos australianos que datam de há cerca de 3500 milhões de anos, do **Arcaico** (éon compreendido entre cerca de 4000 e 2500 milhões de anos). São considerados fósseis do período dos primeiros organismos que começaram a realizar a fotossíntese, responsáveis pelo aumento da concentração de oxigênio no planeta. Assim, e de acordo com o registro fóssil, os estromatólitos terão sido abundantes por volta de 2500 a 2700 milhões de anos atrás, e a sua atividade terá modificado de forma decisiva a atmosfera da Terra, tendo permitido a evolução das formas de vida aeróbicas. (VILELA, 2018).

Identificam-se rochas do *Greenstone Belt* do Rio Salitre nas serras das Traíras, Verde, Baixa, do Hugo e da Batateira. (Fig. 30 a 32). Quando se geraram, essas rochas circundavam blocos continentais de granito e gnaisse quartzofeldspático.

Figura 30 – Serra Baixa



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 31 – Pintura rupestre da Tradição São Francisco na Serra Baixa



Fonte: Acervo do Autor (2017)

Figura 32 – Serra do Hugo



Fonte: Acervo do autor (2017)

Litologicamente, os continentes do Arqueano eram constituídos de granitos e gnaisses quartzofeldspáticos, rochas pouco densas, que "boiavam" no oceano de magma que estava se resfriando, formando uma fina crosta. Esses blocos continentais eram circundados por "greenstone-belts", cinturões lineares espessos de rochas vulcânicas, com alto teor de ouro e níquel. Também eram comuns os komatiitos, que são rochas vulcânicas muito magnesianas. Também havia a geração de rochas sedimentares, como as grauvacas nas águas profundas e conglomerados nas águas mais rasas. Esses sedimentos são ricos em ouro e uraninita. O ferro oxidado que é tão comum nas rochas sedimentares mais recentes não é significativo nas rochas dessa idade. A presença de uraninita e a ausência de ferro nas rochas arqueanas sugerem uma atmosfera pobre em oxigênio, já que o primeiro só é estável em condições redutoras e o segundo, ao contrário, se dissolve em ambiente redutor. (ARQUEANO, 2017, s. p).

Os Granitoides da Região do Rio Salitre (5) também se formaram no Neoarqueano. São rochas maciças a fraturadas, com bandamento milimétrico a decimétrico, marcado por óxido anfibólio de ferro e sílica.

A litologia característica [é constituída de] paragnaisses, biotita-clorita xistos, actinolita xistos, grunerita xistos com intercalações de formações ferríferas bandadas e quartzitos, xistos com intercalações de rochas metamáficas-ultramáficas, mármore, quartzitos e formações ferríferas (...). (CARVALHO, 2017, p. 23).

Os Granitoides Sintectônicos – Sobradinho-Remanso (4) formaram-se no Paleoproterozoico.

Os granitoides presentes nesta suíte são metamonzogranitos a metassienogranitos leucocráticos de coloração cinza esbranquiçado a rosado, granulometria fina a média, textura granoblástica por vezes apresentando variações a condições textoriais porfiroclásticas a porfiroblásticas. Sua composição mineralógica é constituída por plagioclásio (40%), quartzo (25%), K-feldspato (25%) e biotita (7%), e minerais acessórios como

muscovita, sericita, epidoto, zircão, opacos e magnetita. (CARVALHO, 2017, p. 25).

As rochas da Chapada Diamantina (Formação Tombador) **(3)** geraram-se no Mesoproterozoico. São arenitos e conglomerados relacionados a sistemas fluviais e eólicos. Em Sobradinho a elevação mais representativa dessa formação geológica é a Serra do Olho d'Água. (Fig. 33).

Figura 33 – Serra do Olho d'Água



Fonte: Acervo do autor (2017)

[Constituem-se de] arenitos parcialmente silicificados, finos a médios, com estratificações cruzadas de grande porte; arenitos médios a grosseiros e conglomeráticos com estratificações cruzadas tabulares, acanaladas e festonadas; conglomerados desorganizados, eventualmente polimíticos, basais. (CPRM, 1997).

As rochas do Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita) **(2)** geraram-se no Neoproterozoico. Compõem-se de “micaxistos granadíferos, mármore e quartzitos inferiores”. (CPRM, 1997). (Fig. 34 e 35).

O Neoproterozoico foi um período na história da Terra marcado por mudanças climáticas extremas resultantes das postuladas glaciações globais da Terra “Bola de Neve” (~ 760 - 580 Milhões de anos) e subsequentes condições de efeito-destufa, mudanças importantes na geoquímica dos oceanos, a estratificação e oxigenação oceânica, e a evolução sem precedentes do biota marinho.

O final do Neoproterozoico assistiu talvez ao mais dramático dos eventos climáticos globais na história da Terra. Considera-

se a hipótese de que ocorreram várias glaciações globais, mesmo ao ponto de formarem glaciares no equador com gelo marinho tropical de 1 km de espessura. Calcula-se que as glaciações teriam durado cerca de 10 milhões anos. (MUSEU VIRTUAL DOS MINI-MUNDOS, 2019).

Figura 34 – Matações do Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita)



Fonte Acervo do autor (2016)

Figura 35 – Rochas do Grupo Casa Nova (Formação Barra Bonita)



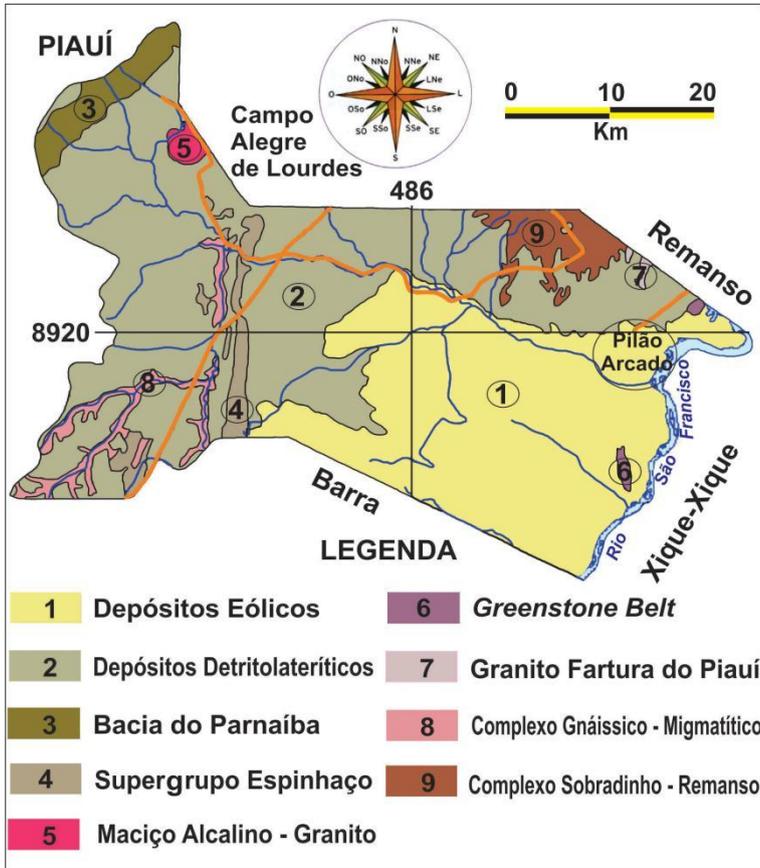
Fonte Acervo do autor (2016)

Margeando o Rio São Francisco, na porção norte do município há Formações Superficiais Cenozoicas (1). São depósitos aluviais recentes de areia com intercalações de argila, cascalho e matéria orgânica.

3.2.2.3 De Pilão Arcado

No território de Pilão Arcado a litoestratigrafia constitui-se de: Depósitos Eólicos (1), depósitos detritolateríticos (2), Bacia do Parnaíba (3), Supergrupo Espinhaço (4), Maciço Alcalino – Granito (5), *Greenstone Belt* (6), Granito Fartura do Piauí (7), Complexo Gnáissico – Migmatítico (8) e Complexo Sobradinho – Remanso (9). (Fig. 36).

Figura 36 – Esboço Geológico de Pilão Arcado



Fonte: Leite (1997), adaptado pelo autor

As rochas do Complexo Sobradinho–Remanso (9) formaram-se no Paleoarqueano e Mesoarqueano, entre 3,6 e 2,8 bilhões de anos atrás. Compõem-se de granodiorito porfirítico (quartzo, plagioclásio, microclínio, biotita, muscovita, zircão, magnetita, alanita, clorita e apatita) ou Tonalito/Granodiorito Gnaiss (plagioclásio, quartzo, microclínio, biotita, magnetita, muscovita, zircão, apatita e allanita). (PIRES, 2016, p. 92-93).

O Complexo Gnáissico – Migmatítico (8) reúne rochas arqueanas e paleoproterozoicas formadas há mais de dois bilhões de anos.

[Ele] engloba uma associação de gnaisses bandados, inter-relacionados com rochas metabásicas e metaultrabásicas, e áreas com predominância de migmatitos, ortognaisses cisalhados e ortognaisses porfiroclásticos. (ARCANJO; BRAZ FILHO, 1999, p. 11).

O Granito Fartura do Piauí (7) formou-se no Neon Paleoproterozoico, entre 2,05 e 1,8 bilhões de anos.

Em afloramentos este granitoide leucocrático apresenta coloração rosada, granulometria fina a grossa (usualmente menor que 7 mm) e textura granoblástica. Em alguns pontos a textura se torna porfirítica (cristais até centimétricos) e se apresenta uma estrutura bandada, com composição mineralógica rica em feldspatos (microclina), em torno de 40 a 50%, complementada com quartzo e plagioclásio (carlsbard), com 20-25% cada, biotita e muscovita com valores menores de 10% e elementos acessórios como allanita, apatita, zircão, clorita, titanita, monazita dispersos e associados às micas. Sericita e argilominerais como produto de alteração se originam a partir de intemperismo dos plagioclásios e k-feldspatos. (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 26-27).

Os maciços da sequência *Greenstone Belt* (6) afloram na forma de morros residuais, próximo ao Rio São Francisco. Eles compõem-se de rochas metavulcanossedimentares do Complexo Xique-Xique, com origem no Paleoproterozoico, entre 2,3 e 1,8 bilhões de anos. Elas compõem-se de uma

associação de quartzitos sericíticos, itabiritos, silexitos e formações ferríferas com intercalações de *chert*.

O maciço Alcalino – Granito (5) compõe-se de rochas magmáticas, potássicas, graníticas, alcalinas e supersaturadas em sílica. Ele teve origem no Paleoproterozoico, há cerca de dois bilhões de anos. “As melhores exposições desses corpos estão presentes nas serras do Meio, da Canastra e nos povoados de Santa Úrsula, Pitomba e Calixto”. (LEITE; FRÓES, 2019, p. 158).

A região contém uma das maiores jazidas do mundo de ferro, titânio e vanádio e um complexo carbonatítico pré-cambriano mineralizado em rocha fosfática residual com reservas que montam a 12,5 milhões de toneladas e um teor médio de 15,4% P2O5”. (SILVA *et al.*, 1988 *apud* LEITE; FRÓES, 2019, p. 157).

O Supergrupo Espinhaço (4), que se compõe de rochas metassedimentares, teve origem no Mesoproterozoico, há cerca de 1,7 bilhão de anos, com deposição “em ambiente marinho restrito de águas calmas ou num grande lago de circulação restrita, em ambiente redutor”. (SCHOBENHAUS, 1996, p. 268). No Município de Pilão Arcado, evidenciam-se dois de seus grupos: Rio Preto e Santo Onofre.

[O Grupo Rio Preto compõe-se de] xistos e filitos grafitosos, sericíticos e graníferos com intercalações de metarenitos, metaconglomerados e quartzitos subordinados; [O Grupo Santo Onofre], de quartzitos e quartzitos micáceos, intercalados com filitos sericíticos e granadíferos. (CPRM, 1999).

A Bacia do Parnaíba (3), que se constitui de rochas sedimentares, teve origem há cerca de 500 milhões de anos. Na extremidade noroeste do território de Pilão Arcado evidenciam-se maciços do grupo Serra Grande, Canindé e Pimenteirias. Eles constituem-se de arenitos, conglomerados, siltitos, folhelhos e calcários, com origem entre o Ordoviciano Superior e o início do Siluriano, há aproximadamente 450

milhões de anos, em sistema de deposição continental de leque aluvial.

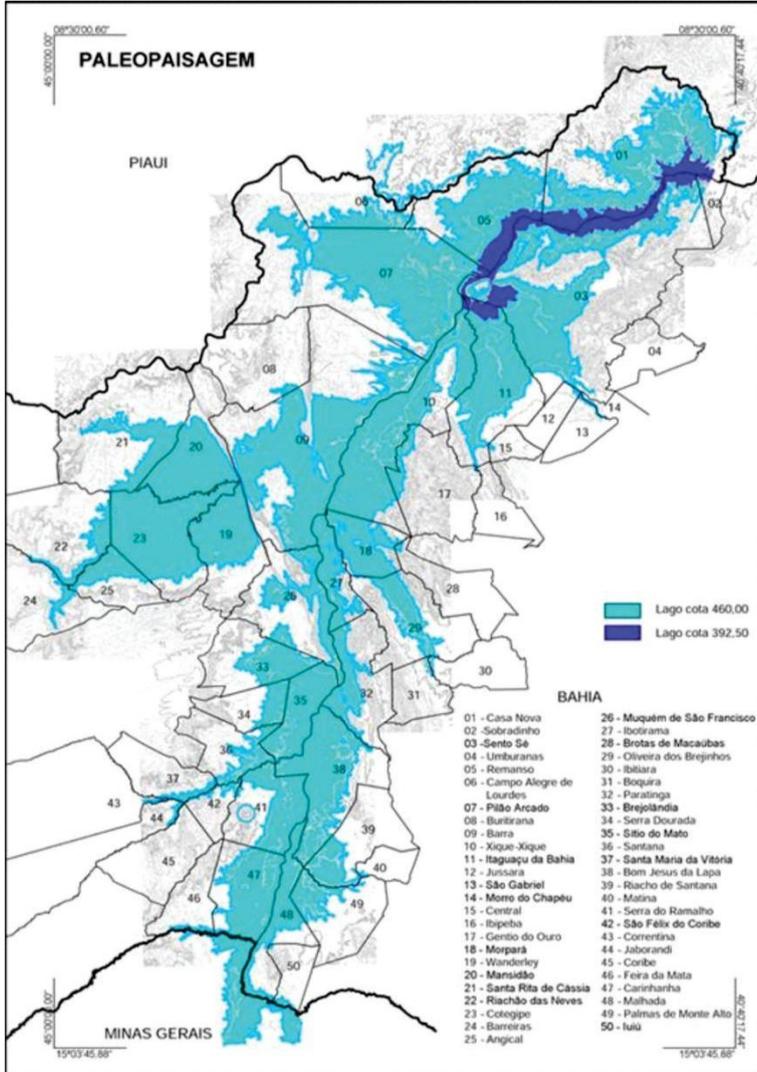
[No Ordoviciano] ocorreram várias transformações no planeta, entre elas eventos que incidiram sobre a conformação continental (na litosfera). Chamada de Gondwana, a imensa massa continental ficou praticamente restrita ao hemisfério sul, submetido a um intenso período de glaciação. A vegetação é caracterizada pelo surgimento dos primeiros vegetais fixados ao substrato terrestre, havendo uma grande predominância de algas que cobriam as regiões oceânicas. Esse período marcou para os animais invertebrados uma grande explosão quanto à diversidade de espécies. O momento circunstanciou o surgimento dos primeiros peixes agnatas (sem mandíbula). Contudo, ao final do Ordoviciano teria ocorrido um processo de extinção em massa, dizimando considerável número de organismos, certamente caracterizado por um período interglacial. (RIBEIRO, 2019).

Há extensos Depósitos Detritolateríticos intermontanos **(2)** e Depósitos Eólicos **(1)** de dunas fósseis. Não se descarta a probabilidade de parte desses sedimentos terem-se acumulado quando era endorreico do Rio São Francisco. (Fig. 37). As coberturas eólicas das dunas fósseis **(1)** formaram-se no período Quaternário, há menos de 2,6 milhões de anos. Elas estendem-se, à margem esquerda e direita do Rio São Francisco por 100 quilômetros e abrangem, respectivamente, parte substancial do território dos municípios de Barra e Xique-Xique. Entre os pesquisadores defende-se a hipótese de que a acumulação da areia se deu desde o Siluriano, há aproximadamente 450 milhões de anos até o final do Pleistoceno, há 12 mil anos. Com base em resultado de análise de sedimentos coletados na nascente do Rio São Lourenço, por onde teria fluído o Rio São Francisco, propõe-se que o antigo lago se desfez há 5.850 mil anos.

O curso [do Rio São Francisco] com direção sul-norte, nos estados de Minas Gerais e Bahia é evidentemente um vale maduro, com extensos depósitos aluviais, enquanto que o

trecho mais baixo, com direção noroeste-sudeste é mais jovem. Então, antigamente o Rio São Francisco deve ter fluído em outra direção para o Oceano (...).

Figura 37 – Área de abrangência do antigo e Lago de Sobradinho



Autoria: Flávio Barros, adaptado pelo autor

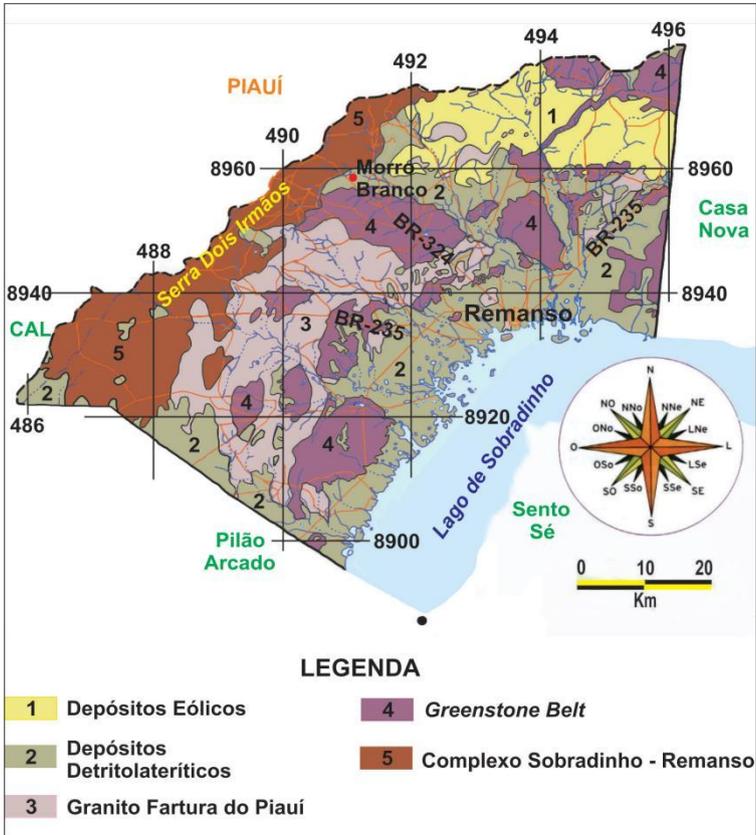
Seu curso precedente provavelmente seguia pelo largo vale aberto do atual Rio Piauí. É nesse vale do Rio Piauí que aparecem densos depósitos arenosos muito largos e extensos para um rio do seu tamanho atual. Além disso, o curso superior do Rio Piauí é separado da área de drenagem do Rio São Francisco por uma estreita faixa seca. Nesta faixa encontra-se um depósito de areia com a mesma composição do que existe no curso médio do próprio Rio São Francisco. Então, anteriormente, o rio deve ter seguido em direção norte, através dos vales do atual Rio Piauí e Parnaíba para o Oceano Atlântico equatorial onde existe um grande delta na sua foz. Os depósitos de terraço arenoso do Rio Piauí podem ser facilmente explicados pelo fato de que, imediatamente ao norte da faixa, o vale corta, de um lado a outro, os conglomerados do Grupo Serra Grande, formado entre o início do Siluriano e o Ordoviciano tardio. Quando o curso do Rio São Francisco foi interrompido pela elevação das cuestas dos grupos Serra Grande e Ibiapaba, suas águas evidentemente ficaram paradas, por algum tempo, antes do encontro com o caminho da nova drenagem em direção ao oceano. (MABESOONE, 1994 *apud* KESTERING, 2007, p. 41).

3.2.2.4 De Remanso

No município de Remanso a litoestratigrafia constitui-se de: Depósitos Eólicos (1), Depósitos Detritolateríticos (2), Granito Fartura do Piauí (3), *Greenstone Belt* (4) e Complexo Sobradinho–Remanso (5). As rochas subjacentes formam o Cráton do São Francisco. (Fig. 38 e 39).

O embasamento do Cráton São Francisco é constituído por um complexo arranjo de terrenos metamórficos de alto grau (gnaisses, granitóides e granulitos) de idade arqueana, associações do tipo granito greenstone e cinturões de rochas supracrustais paleoproterozóicas, assim como rochas plutônicas com grande variedade composicional. (TEIXEIRA, 2000, *apud* ALBERTO; PRATA, 2016, p. 2).

Figura 36 – Esboço Geológico de Remanso



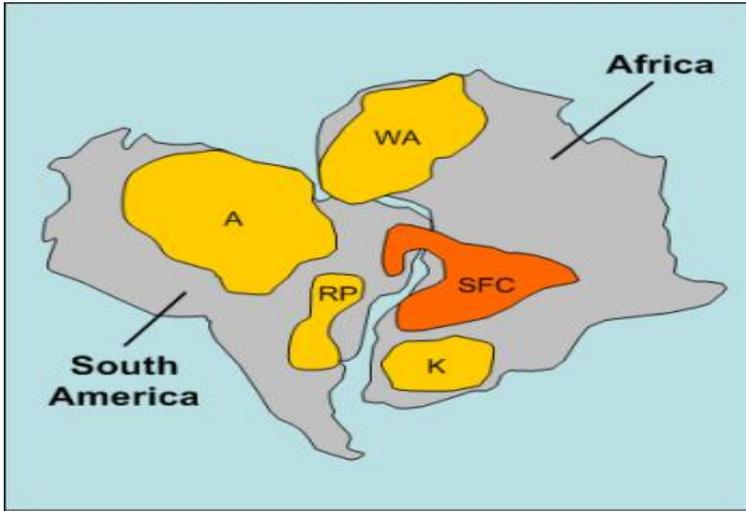
Fonte: CBPM (2003); Lima *et al.* (2017), adaptado pelo autor

O Cráton do São Francisco, no leste do Brasil forma o núcleo do chamado Escudo Atlântico. Junto com os dois outros crátons principais do Brasil, Amazonas (A) e Rio de la Plata (RP), sustenta a Plataforma Sul - Americana.

Depois do Ciclo orogênico Brasileiro / Pan Africano no final do Neoproterozoico começo do Paleozóico (500 Ma), quando os protótipos dos continentes América do Sul e África foram reunidos em uma massa continental, constituindo a parte ocidental do supercontinente Gondwana, São Francisco formou parte de um cráton maior chamado São Francisco – Congo (SFC).

Devido à quebra de América do Sul e África, associada à ruptura mesozoica (250 – 65 Ma) do supercontinente Pangeia, também o Cráton do São Francisco – Congo quebrou em duas partes. Com a abertura do Atlântico Sul no Cretáceo Superior (100 – 65 Ma), um fragmento (São Francisco) se deslocou com a América do Sul ao oeste e o outro (Congo) com a África ao leste. (BRAZIL ADVENTURE INTERNATIONAL (2006).

Figura 37 – Esboço do Cráton do São Francisco – Congo



Fonte: Brazil Adventure International (2006)

As rochas do Complexo Sobradinho–Remanso (5) originaram-se no Paleoarqueano / Mesoarqueano, entre 3,6 e 2,8 bilhões de anos atrás.

[Constituem-se de] ortogneisse migmatítico fino a médio, por vezes grosso, cinza-claro, cinza-esbranquiçado a cinza-rosado, decomposição tonalítica a granodiorítica, apresentando bandamento composicional, ora de forma descontínua, com espessura centimétrica a decimétrica, por vezes migmatizado, onde evoluem para migmatito nebulítico. Ocorrem estruturas complexas de redobramento e figuras de interferência, além de enclaves de rochas metamáfica-metaultramáfica e restos de rochas supracrustais. (LIMA, *et al.*, 2017).

A seqüência *Greenstone Belt* (4) a que se integram as rochas metassedimentares do Grupo Colomis, teve origem no período Riacinano do Neon Paleoproterozoico, entre 2,3 e 1,8 bilhões de anos. As rochas do Grupo Colomis compõem-se essencialmente de quartzitos, formações ferríferas e metacarbonatos. (Fig. 38).

Figura 38 – Serra dos Colomis, junto à BR-235



Fonte: Acervo do autor (2014)

O [Grupo Colomis] representa uma seqüência quimicossedimentar com contribuição muito subordinada de vulcanismo, que ocorre principalmente na Serra dos Colomis e serras vizinhas, onde está caracterizado pela seguinte sucessão litoestratigráfica: a) quartzitos, metarcósios e metarenitos (Unidade Serra do Choro) graduando lateral e verticalmente para um espesso pacote de metacarbonatadas-dolomito e magnesita (Unidade Castela); b) formações ferríferas bandadas (Unidade Serra da Capivara); e c) um pacote superior de metarenitos, metarcósios e quartzitos (Unidade Serra da Bicuda). (SOUZA *et al*, 1979, p. 74).

O maciço do Granito Fartura do Piauí (3) formou-se no Período Orosiriano do Neon Paleoproterozoico, entre 2,05 e 1,8 bilhões de anos. Constituem-no “o granito a granodiorito de granulação média a grossa, coloração cinza-claro a rosados, foliado”. (LIMA, *et al.*, 2017).

Os Depósitos Detritolateríticos **(2)** intermontanos geraram-se no período do Neógeno, de 23 a 2,6 milhões de anos. Esses resíduos ocupam grande parte do território de Remanso. “São sedimentos arenosargilosos, finos a médios, em parte cascalhosos, com nódulos arredondados de óxidos de ferro”. (LIMA, *et al.*, 2017). Os espaços em que jazem essas camadas sedimentares caracterizam-se como pediplanos. Neles os leitos dos riachos são ainda pouco definidos.

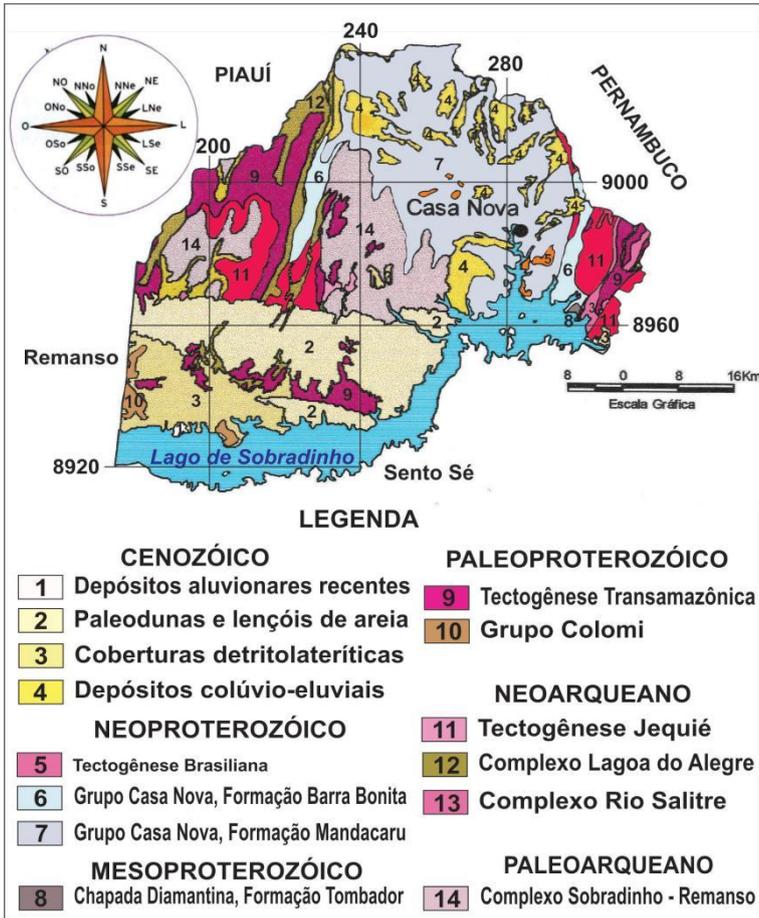
Os Depósitos Eólicos **(1)**, com exemplares de dunas fósseis alongadas no sentido leste–oeste, largura média de doze quilômetros, formaram-se no período Quaternário, há menos de 2,6 milhões de anos. “São sedimentos finos a médios, bem selecionados, brancos a cinza claros, arredondados a subarredondados”. (LIMA, *et al.*, 2017).

3.2.2.5 *De Casa Nova*

No município de Casa Nova, a litoestratigrafia constitui-se de: Depósitos Aluviáres Recentes **(1)**, Paleodunas e Lençóis de Areia **(2)**, Coberturas Detritolateríticas **(3)**, Depósitos Colúvio-eluviais **(4)**, Tectogênese Brasileira **(5)**, Grupo Casa Nova [Formação Barra Bonita **(6)** e Formação Mandacaru **(7)**], Chapada Diamantina – Formação Tombador **(8)**, Tectogênese Transamazônica **(9)**, Grupo Colomi **(10)**, Tectogênese Jequié **(11)**, Complexo Lagoa do Alegre **(12)**, Complexo Rio Salitre **(13)** e Complexo Sobradinho-Remanso **(14)**. (Fig. 39).

Das rochas que se formaram na era do Paleoarqueano, 3,6 e 3,2 bilhões de anos atrás, encontram-se afloramentos de maciços do Complexo Sobradinho – Remanso **(14)**. As rochas deste Complexo são constituídas por “ortogneisse migmatítico tonalítico-trondhjemítico-granodiorítico, com enclaves máficos e restos de rochas supracrustais, cortados por granitoides sintectônicos”. (CPRM, 2005, p. 4). (Fig. 207).

Figura 39 – Esboço geológico do município de Casa Nova



Fonte: CPRM (2005), adaptado pelo autor

Das rochas que se formaram na era do Neoarqueano, entre 2,8 e 2,5 bilhões de anos atrás, encontram-se afloramentos de maciços da Tectogênese Jequié (11), do Complexo Lagoa do Alegre (12) e do Complexo Rio Salitre (13). As rochas da Tectogênese Jequié constituem-se de “monzogranito e sienogranito, em parte foliados ou gnaissificados, calcialcalinos de alto K, metaluminosos”. (CPRM, 2005, p. 5).

O complexo Lagoa do Alegre é constituído por metamafito, metaultramafito, metachert, formação ferrífera, xisto e quartzito, e micaxisto e paragnaisse, com estauroлита, granada e sillimanita, mármore e quartzito. (CPRM, 2005, p. 4).

O Complexo Rio Salitre é constituído de rochas metavulcanossedimentares.

[A norte do Rio São Francisco compõe-se por] uma associação indivisa de micaxistos e paragnaisses a duas micas encerrando frequentes intercalações e lentes de metamáficas / ultramáficas que contêm tremolita-actinolita e hornblenda, além de plagioclásio, piroxênio e micas; localmente, lentes de talco xistos, metavulcanitos ácidos, muscovita quartzitos, formações ferríferas bandadas (quartzo + grünerita + magnetita), metachertz e calcissilicáticas. (ANGELIM, 1997, p. 17).

As rochas do Grupo Colomi (10) que se formaram no Paleoproterozoico, entre 2,5 e 1,6 bilhão de anos, afloram na serra homônima e adjacências, com as unidades Serra do Choro, Castela e Serra da Capivara.

A Unidade Serra do Choro é constituída por sericita-muscovita quartzitos, localmente com marcas onduladas, contendo cianito em zonas de alto *strain* e metarenitos bem estratificados, por vezes com estrutura maciça. Delgadas e esporádicas intercalações de formações ferríferas geralmente associadas a *metacherts* e xistos-verdes ocorrem neste pacote de metapsamitos. (...)

A Unidade Castela é um monótono pacote de metacarbonatos, com predominância de metadolomitos brancos, cinzas, rosados e castanhos, de granulação fina a grosseira, estratificados e também maciços compostos essencialmente por dolomita e calcita, subordinada. Contém corpos de magnesita branca ou rosada, de granulação média a grosseira. Intercalações lenticulares de tremolita-actinolita xistos, clorita-xistos, serpentina-talco xistos, filitos, quartzitos, formações ferríferas e *metacherts* estão presentes, subordinadamente, no conjunto litológico da unidade. (...)

A Unidade Serra da Capivara compõe-se, em quase sua totalidade, por formações ferríferas bandadas da fácies óxido, constituídas por alternâncias milimétricas a centimétricas de bandas cinza-escuros ricas em magnetita + hematita + grunerita e bandas félsicas de natureza quartzosa e/ou “chertosa”. Quando alteradas, possuem coloração marron-escuro a castanho-avermelhada. São classificadas petrograficamente como itabiritos, magnetita quartzitos e quartzitos ferríferos. O pacote itabirítico engloba eventuais intercalações de *metacherts*, quartzitos e metadolomitos. Na base da seção ocorre uma camada descontínua de *metachert* ferruginoso. (ANGELIM, 1997, p. 27).

Do Paleoproterozoico encontram-se também afloramentos da Tectogênese Transamazônica (9).

[Rochas da Tectogênese Transamazônica constituem-se de] granitóides de biotita-muscovita, leucomonzogranito gnáissico, alcalino; ferrohastingsita alcaligranito e sienogranito, superalcalinos; granito e granodiorito gnaissificados, localmente augengnáissicos, calcialcalinos metaluminosos. (CPRM, 2005, p. 5).

As rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador que se originaram na era do Mesoproterozoico, entre 1,6 e um bilhão de anos atrás, têm um único afloramento no município de Casa Nova, mais precisamente na Serra da Atravessada, ao norte do Lago de Sobradinho. (8)

[Elas constituem-se] de bancos de arenitos esbranquiçados a róseos, finos a médios, com intercalações locais de arenitos grosseiros a conglomeráticos. Os bancos de arenito exibem estratificações plano-paralelas e cruzadas. Trata-se, provavelmente de uma fácies fluvial. (ANGELIM, 1997, p. 32).

Das rochas que se formaram na era do Neoproterozoico, entre um bilhão e 541 milhões de anos atrás, encontram-se afloramentos de maciços da Tectogênese Brasileira (5) e do Grupo Casa Nova, com exemplares da Formação Barra Bonita

(6) e Mandacaru (7). As rochas da Tectogênese Brasileira afloram nos metassedimentos do Complexo Casa Nova e constituem-se de diopsídio-hedenbergita leucoquartzo monzonito/quartzo.

O grupo Casa Nova está representado pelas formações Mandacaru (estauroлита)-(cordierita)-(silimanita) granada micaxisto e metagrauvaca subordinada, turbidíticos; metagrauvaca feldspática ou quartzosa e níveis de granada e/ou cordierita micaxisto) e Barra Bonita sobreposta, sendo constituída por (cianita)-(estauroлита)-granada micaxisto, com níveis de muscovita quartzito e mármore; e muscovita quartzito no topo. Destaca-se a ocorrência de granitóides da suíte peralcalina na Serra da Esperança. (CPRM, 2005, p. 4).

As coberturas superficiais cenozoicas, depositadas de 65 milhões de anos até os dias atuais, ocorrem em extensas áreas da porção sul e segmentos isolados das porções centro e norte do município. Na porção sul encontram-se depósitos aluviais recentes (1), paleodunas (2), lençóis de areia quartzosa (2) e coberturas detritolateríticas compostas de areia com níveis de argila e cascalho (3). Na porção centro e norte, as coberturas são constituídas por depósitos coluviais e eluviais (areia, areia argilosa e cascalho) (4).

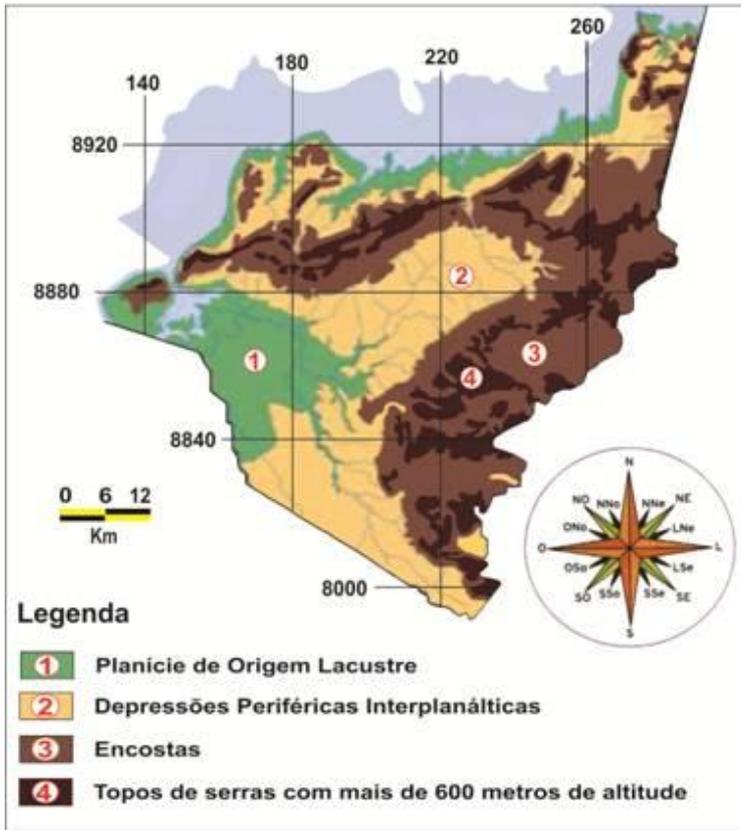
3.2.3 Geomorfologia

Cada município da área atingida pelo Lago de Sobradinho tem peculiaridades em suas feições de relevo. Assim, no território de Sento Sé há planícies de origem lacustre (1), depressões interplanálticas (2), encostas (3) e topos de serras (4). Os topos das elevações mais altas variam de 600 a 1.200 metros de altitude. (Fig. 40).

As serras mais conhecidas são: da Cumeeira, com 745 m; do Frade, com 719 m; do Saco, com 654 m; dos Caboclos, com 736

m; Grande, com 741 m; do Salgado, com 725 m; de São Pedro, com 845 m; da Caixa, com 770 m; do Caldeirão da Tiririca, com 726 m; do Pau Ferro, com 786 m; da Residência, com 915 m; do Saco do Morcego, com 646 m; do Pote, com 605 m; da Gameleirinha, com 600 m; do São Romão, com 686 m; da Ventania, com 693 m; da Cachoeira, com 730 m.

Figura 40 – Geoformas de Sento Sé



Fonte: Lima e Vale (2019, p. 12) adaptado pelo autor

São também bastante conhecidas as serras do Mulungu, com 685 m; da Gameleira do Brejinho, com 815 m; do Brejinho, com 894 m; do Mestre Campos, com 935 m; da Gameleira de

São Pedro, com 1050 m; das Magras, com 1100 m; do São Francisco, com 1112 m; do Careta da Cabeluda, com 1015 m; da Batateira, com 1041 m; do Brejinho, com 936 m; das Antas, com 1023 m; do Milagre, com 1150 m; da Cabeluda, com 628 m; do Grotão, com 1085 m; do Curral Feio, com 796 m; da Cascavel, com 868 m; do Búzio, com 795 m; do Rodoleiro, com 1027 m; do Alegre, com 1197 m; Vermelha, com 917 m; da Caiçara, com 794 m; da Baixinha, com 856 m; Olho de Pomba, com 760 m; do Tabuleiro Alto, com 661 m; do Boqueirão da Onça, com 826 m; da Bicuda, com 772 m; das Baraúnas, com 676 m; do Fogo, com 882 m; do Vento, com 924 m e Umburana de Cheiro, com 853 m.

Em Sobradinho, a maior parte do território encontra-se na Depressão Sertaneja, levemente inclinada em direção à calha do Rio São Francisco e com interflúvios de padiplanos regulares. Há nela unidades residuais de serras, serrotes e cristas rochosas. A altitude média do município é de 450 a 500 metros. Seu ponto mais elevado é o topo do Morro do Tambor, com 908 metros de altitude. Destaca-se na paisagem a Serra do olho d'Água, com 665 metros de altitude. (Fig. 41). São também conhecidas as serras: São Gonçalo, com 479 m; Redonda, com 556 m; do Agreste, com 545 m; Serrinha, com 475 m; Preta, com 527 m; do Emparedado, com 505 m; da Queimada do Alto, com 667 m e da Vaca, com 590 m.

Figura 41 – Serra do Olho d'Água



Fonte: Acervo pessoal do autor (2007)

Em Pilão Arcado, o relevo compõe-se de: Depressão Sertaneja, Campos de Dunas e Planalto da Tabatinga, com altitudes que variam de 400 a 800 metros. Por ser o campo de dunas a paisagem dominante e de grande extensão, divide-se ela em fluvial, lençóis de areia, dunas nítidas, dunas tênues e dunas dissipadas.

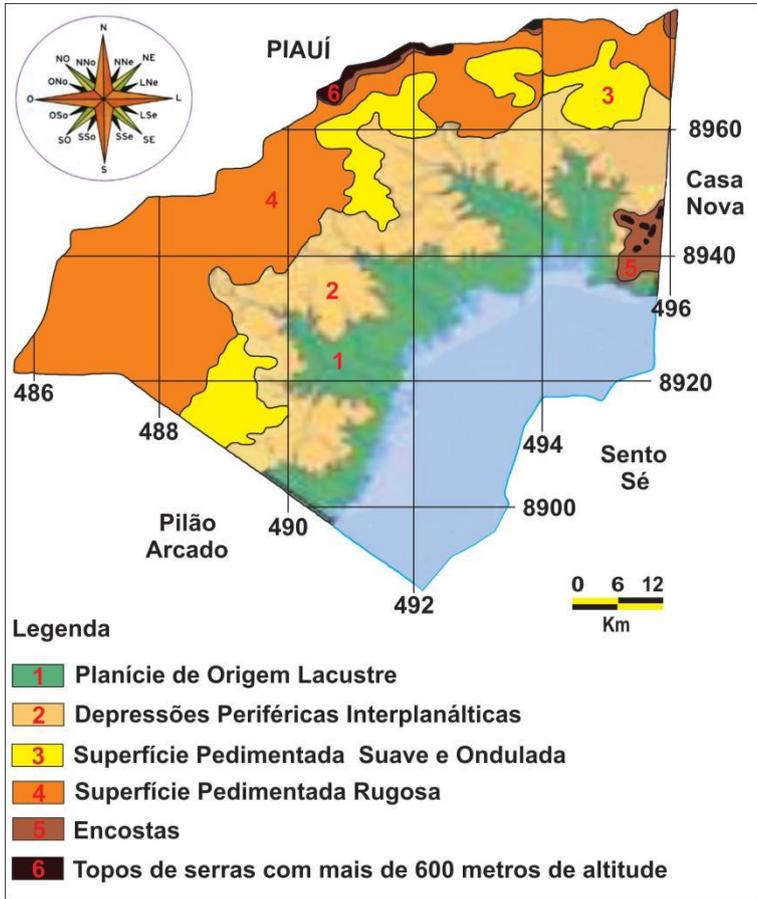
Cada domínio geomorfológico [em que se subdividem as dunas] compreende uma área com características morfológicas semelhantes, resultantes da época de sedimentação e das modificações pósdeposicionais que, a rigor, pode abranger mais de uma fase de geração. (BARRETO, 1996 *apud* DINIZ e LIMA, 2019, p. 6).

Em Remanso, o relevo compõe-se de planícies de origem lacustre (1), depressões interplanálticas (2), superfície pedimentada suave e ondulada (3), superfície pedimentada rugosa (4) encostas (5) e topos de serras (6). (Fig. 42). Os topos das elevações mais altas de Remanso variam de 600 a 1.200 metros de altitude.

A feição de relevo mais significativa constitui-se de uma extensa superfície erosiva pediplana, modelada em rochas graníticas, granodioríticas, quartzíticas, formações ferríferas, metacarbonatos gnáissicas, ortognáissicas e migmatíticas do Paleoproterozoico e Paleoarqueano. Em contraste com a paisagem dominante, distribuem-se inselbergs com relevos residuais de 500 a 900 m de altitude, dissecados com prevalência de topos aplainados que se inclinam suavemente, sem maiores desníveis, para vales de fundo plano. Destacam-se nesse cenário as serras dos Colomis com 791 m, do Tapuio com 649 m, Alta com 622 m e da Urradeira, com 641 m de altitude.

Essas feições residuais de relevo orlam-se com densos depósitos de Tálus que, por sua vez, circundam-se por extensas coberturas arenosas com as quais se fundem.

Figura 42 – Geformas de Remanso



Fonte: Lima e Vale (2019, p. 12) adaptado pelo autor

Menos conspícuos, os relevos colinosos (ondulados) de topos convexos separados geralmente por vales de fundo plano e localmente por vales em V, ocorrem de modo mais notável na parte mais setentrional da área, na região em torno da Lagoa do Alegre além de aparecerem no trecho da Serra Dois Irmãos, próximo a Bom Jardim e em pequenas áreas esparsas vizinhas à fazenda Salininha, no extremo leste da área. Outra forma de dissecação, com representação bastante subordinada, é

configurada pelos relevos acidentados de topos contínuos e aguçados, separados geralmente por vales em V e eventualmente por vales de fundo plano, ocorrendo em pequenas áreas esparsas, principalmente ao longo da divisa dos estados da Bahia e do Piauí. (SOUZA et al, 1979, p. 48).

As serras residuais da Urradeira, do Pascoal, do Tamboril e Azul, com altitudes médias de 550 a 600 m, situadas junto à fronteira do estado da Bahia com o Piauí, esculpiram-se em rochas do Complexo Sobradinho - Remanso. (Fig. 43). A Serra da Baixa do Rancho e outros morros nas proximidades da Fazenda Barreiro, com altitudes que variam de 450 a 550 m, erodiram-se em rochas vulcanossedimentares do Complexo Barreiro.

Figura 43 – Serra da Urradeira, junto ao povoado de Salina do Brejo

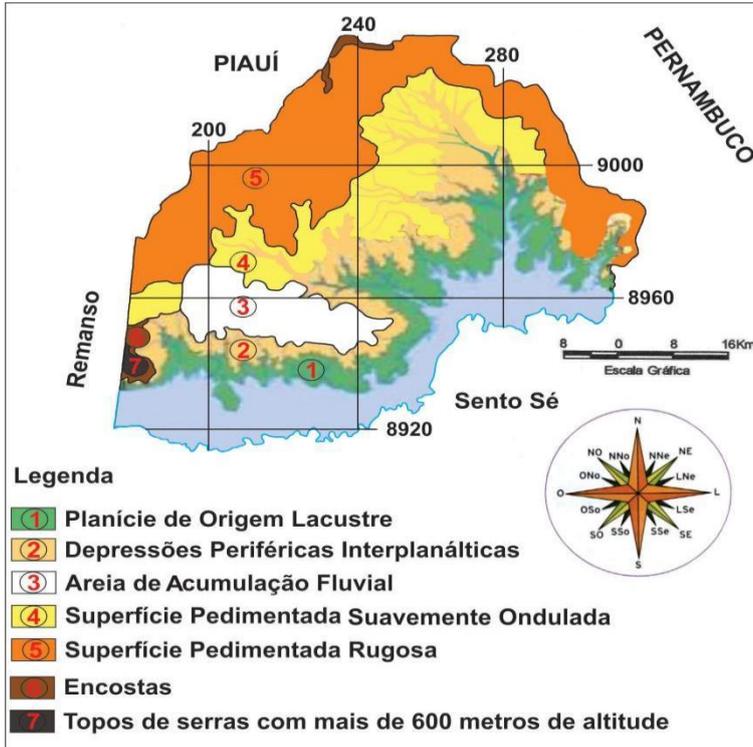


Foto: Acervo do autor (2014)

Em Casa Nova, o relevo compõe-se de planícies de origem lacustre (1), depressões interplanálticas (2), areia de acumulação fluvial (3), superfície pedimentada suavemente ondulada (4), superfície pedimentada rugosa (5) encostas (6) e topos de serras com mais de 600 metros de altitude (7). (Fig. 44). Ele insere-se na superfície de pediplanação da Depressão Sertaneja que aí se reconhece como Depressão Periférica do Médio São Francisco. Alguns inselbergs com altitude média de 400 a 500 metros sobressaem-se na paisagem extremamente dissecada. As serras mais elevadas, cujos topos situam-se a mais de 600 metros de altitude são: Colomis, junto à divisa

com Remanso, com 791 m; Curral Queimado, na fronteira com Pernambuco, com 624 m; Barreiro, na Fazenda Baraúna, com 605 m; Jatobá, próximo à fazenda homônima, com 600 m; Mata, próximo à Fazenda Aramari, com 678 m e Sobrado, junto a fazenda homônima, com 731 m.

Figura 44 – Geformas de Casa Nova



Fonte: Lima e Vale (2019, p. 12) adaptado pelo autor

3.2.4 Água

Os cinco municípios parcialmente atingidos pelo Lago de Sobradinho integram a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

que, aliás, é o único rio perene a banhar seus territórios. Com a construção da Barragem de Sobradinho, seu curso acha-se ocupado pelo lago homônimo, o maior em espelho de água da América Latina, com 34,1 bilhões de metros cúbicos de água doce.

3.2.4.1 De Sento Sé

Em Sento Sé, o riacho intermitente mais importante pela extensão e usufruto agrário é o Jacaré. (Fig. 45 e 46). Conhecido também com o nome de Vereda do Romão Gramacho, o Rio Jacaré nasce no município de Barra do Mendes e tem 210 km de extensão. Um de seus principais tributários é o riacho da Vereda do Mari cuja bacia hidrográfica abrange a maior parte da depressão interplânica.

Figura 45 – Trecho do Rio Jacaré



Fonte: Augusto *et al.* (2015)

Figura 46 – Trecho do Rio Jacaré



Fonte: Augusto *et al.* (2015)

A bacia do Rio Jacaré ocupa uma área de 18.328 km², deságua na bacia do rio São Francisco e atende diretamente os municípios de Ibitiara, Seabra, Brotas de Macaúba, Souto Soares, Barra do Mendes, Ipupiara, Mulungu do Morro, Barro Alto, Bonito, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, América Dourada, Morro do Chapéu, João Dourado, São Gabriel, Jussara, Itaguaçu da Bahia, Ourolândia Umburanas e Sento Sé. (AUGUSTO *et al.*, 2015).

Em Sento Sé é notório o profuso universo de fontes permanentes de água doce nos olhos d'água que existem, predominantemente nos boqueirões e/ou nas grotas, esculpidos pela milenar ação erosiva dos riachos nas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina. Delas se servem os agropecuaristas para dessedentação de suas famílias e dos animais que criam. Nos solos húmicos e úmidos de seu entorno, cultivam-se gramíneas para forragem de animais domésticos, bem como fruteiras e plantas de ciclo curto para subsistência familiar e comercialização dos excedentes. (Fig. 47 e 48). Conhecem-se esses nichos ambientais como brejos. São eles as pródigas despensas naturais onde também há perene reserva proteica de animais silvestres de que se serviu a população local desde tempos remotos da história e imemoriais da pré-história.

Em seu território há quatro domínios hidrogeológicos: formações superficiais cenozoicas; carbonatos e metacarbonatos; grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá; metassedimentos, metavulcanitos e cristalino. (Fig. 49).

Figura 47 – Cultivo de capim no Boqueirão do Brejo de Dentro



Foto: O autor (2001)

Figura 48 – Plantio de coqueiro no Boqueirão do Riacho São Pedro



Foto: O autor (2014)

Figura 49 – Poço tubular para captação de água subterrânea



Foto: O autor (2001)

As formações superficiais cenozoicas constituem-se de sedimentos mais ou menos silicificados que sobre jazem às rochas mais antigas. Possuem elevada permeabilidade e excelente condição de armazenamento de água. As vazões dos poços tubulares que se escavam nesses sedimentos são significativas.

Os carbonatos e metacarbonatos constituem um sistema aquífero em rochas calcárias, magnesianas e dolomíticas. Fraturas e outras superfícies de descontinuidade, alargadas por processos de dissolução propiciam porosidade e permeabilidade secundária. Isso facilita a acumulação de água em volumes consideráveis. Sua qualidade, porém, por ser carbonatada é insatisfatória.

O grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá, integra um conjunto de rochas arenosas com pelitos e carbonatos subordinados. Em geral constitui-se de metassedimentos compactos e fraturados. Caracteriza-se como aquífero fissural. Sua porosidade primária é baixa e acentuada a secundária que se faz por fendas e fraturas.

Os metassedimentos, metavulcanitos e cristalino por se destituírem de porosidade primária caracterizam-se, também como aquífero fissural. Nessas rochas a ocorrência de água subterrânea condiciona-se à existência de fraturas e fendas. Seus reservatórios são aleatórios, salinizados, descontínuos e pouco extensivos. (CPRM, 2005, p. 7).

Em 56% dos poços tubulares de Sento Sé, a água é salobra. (...). Em relação ao uso da água, 27% dos poços cadastrados são destinados ao uso doméstico primário (água de consumo humano para beber); 32% são utilizados para uso doméstico primário e secundário (água de consumo humano para beber e uso geral); e 41% para dessedentação animal. (CPRM, 2005, p. 12).

3.2.4.2 *De Sobradinho*

Sobradinho tem como principais drenagens intermitentes os riachos Tatauí e Língua de Vaca. Eles cortam a área municipal de sul a norte. O Riacho Língua de Vaca corre paralelamente ao riacho Tatauí e faz o limite leste com o município de Juazeiro.

Há, no município, quatro domínios hidrogeológicos: Formações Superficiais Cenozoicas; Grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá; Metassedimentos e Metavulcanitos; Cristalino. Em 76% dos poços a água subterrânea é salgada ou salobra.

As *formações superficiais Cenozoicas*, são constituídas por pacotes de rochas sedimentares de naturezas diversas, que recobrem as rochas mais antigas. Em termos hidrogeológicos, elas têm um comportamento de “aquífero granular”, caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d’água. Na área do município, este domínio está representado por depósitos relacionados temporalmente ao Quaternário (depósitos aluvionares recentes). A depender da espessura e da razão areia/argila dessas unidades, podem ser produzidas vazões significativas nos poços tubulares perfurados, sendo, contudo, bastante comum, que os poços localizados neste domínio, captem água dos aquíferos subjacentes.

O domínio hidrogeológico denominado grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá envolve litologias essencialmente arenosas com pelitos e carbonatos subordinados, e que têm como características gerais uma litificação acentuada, forte compactação e intenso fraturamento, que lhe confere além do comportamento de aquífero granular com porosidade primária baixa, um comportamento fissural acentuado (porosidade secundária de fendas e fraturas), motivo pelo qual prefere-se enquadrá-lo com mais propriedade como aquífero do tipo fissural e “misto”, com baixo a médio potencial hidrogeológico.

Os metassedimentos, metavulcanitos e cristalino têm comportamento de “aquífero fissural”. Como basicamente não existe uma porosidade primária nestes tipos de rochas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semiárido e do tipo de rocha, é na maior parte das vezes salinizada.

Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa no abastecimento nos casos de pequenas comunidades, ou como reserva estratégica em períodos de prolongadas estiagens. (CPRM, 2005, p. 7).

Há algumas lagoas intermitentes. As mais conhecidas são: do Riachinho, do Carão, do Veludo, do Campo Grande e da Vaca. Nas estiagens sazonais todas elas secam.

3.2.4.3 De Pilão Arcado

A maior reserva hídrica do município de Pilão Arcado é subterrânea. Estima-se que às dunas fósseis subjazem 490 milhões de metros cúbicos de água doce que se infiltra anualmente pela areia quartzosa que ali jaz.

As dunas do médio vale do rio São Francisco constituem um aquífero potencialmente muito importante na região, representando fonte potencial para o atendimento de demandas domésticas e para irrigação. Apesar disto, devido à baixa densidade demográfica da área, sua utilização tem sido bastante reduzida. (DINIZ e LIMA, 2019, p. 13).

3.2.4.4 De Remanso

Em Remanso, os riachos Grande, Tanque Real, Jatobá, Carnaíba, Jatobá dos Ferros e Jiboia ou Uruguai (...) constituem os principais tributários do Rio São Francisco (Lago de Sobradinho). (SOUZA *et al*, 1979, p. 42).

A predominância de substrato rochoso de origem sedimentar e a preponderância de relevo plano favorecem a infiltração da água pluvial para o sistema aquífero subterrâneo. Isso coloca o

território do município em situação confortável de reservas aquíferas. Contudo, nas fontes subterrâneas não se dispõe de água de boa qualidade para consumo humano. Elas são utilizadas preferencialmente para dessedentação de animais domésticos. (Fig. 50).

Figura 50 – Poço tubular junto ao povoado de Salina do Brejo



Fonte: Acervo do autor (2014)

Em relação à potabilidade da disponibilidade hídrica subterrânea em Remanso, o CPRM (2017) os classifica, em sua maior parte como “mediocre”, e uma pequena porção como “boa” e “passável”. (...). Sua capacidade de produção é classificada como baixa e muito baixa, apesar desse Município apresentar balanço hídrico variando de confortável a excelente. A vulnerabilidade desses sistemas varia entre baixa e média. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 24).

3.2.4.5 *De Casa Nova*

No município de Casa Nova – BA todas as drenagens naturais são intermitentes. As mais importantes são as dos riachos: Sobrado, Cruz das Almas, Ouricuri e Grande.

Há quatro domínios geológicos com reservas hídricas subterrâneas: formações superficiais cenozoicas (1), grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá (2), metassedimentos, metavulcanitos (3) e cristalino (4).

As **Formações Superficiais Cenozoicas** são constituídas por pacotes de rochas sedimentares de naturezas diversas, que recobrem as rochas mais antigas. Em termos hidrogeológicos. Têm um comportamento de aquífero granular, caracterizado por possuir uma porosidade primária e, nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d'água. Na área do município, este domínio está representado por depósitos relacionados temporalmente ao Quaternário (depósitos aluvionares recentes e depósitos eólicos continentais); Terciário-Quaternário (depósitos colúvio-eluviais e coberturas detritolateríticas) e Terciário (Formação Dois Irmãos). A depender da espessura e da razão areia/argila dessas unidades, podem ser produzidas vazões significativas nos poços tubulares perfurados, sendo, contudo, bastante comum, que os poços localizados neste domínio, captem água dos aquíferos subjacentes.

O **Grupo Chapada Diamantina, Estância e Juá**, que ocupa restrita área do município, envolve litologias essencialmente arenosas com pelitos e carbonatos subordinados, e que têm como características gerais uma litificação acentuada, forte compactação e intenso fraturamento, que lhe confere, além do comportamento de aquífero granular com porosidade primária baixa, um comportamento fissural acentuado (porosidade secundária de fendas e fraturas), motivo pelo qual prefere-se enquadrá-lo com mais propriedade como aquífero do tipo fissural e misto, com baixo a médio potencial hidrogeológico.

Os **Metassedimentos, Metavulcanitos e Cristalino** têm comportamento de aquífero fissural. Como basicamente não existe uma porosidade primária nestes tipos de rochas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões

produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semiárido e do tipo de rocha, é na maior parte das vezes, salinizada. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas, sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa no abastecimento nos casos de pequenas comunidades, ou como reserva estratégica em períodos de prolongadas estiagens. (CPRM, 2005, p. 6).

Lamentavelmente, 58% das águas subterrâneas de Casa Nova não se prestam ao consumo humano porque são salgadas e 34%, salobras. Apenas 8% delas consideram-se potáveis.

3.2.5 Vegetação

A vegetação característica dos cinco municípios parcialmente inundados pelo Lago de Sobradinho é a típica caatinga dos sertões nordestinos, com formas vegetais xeromórficas e lenhosas, monofoliadas decíduas, que se caracterizam como arbóreas abertas ou densas, sem palmeiras, e arbustivas, densas em alguns espaços e abertas em outros, a depender de fatores topográficos, ecológicos e pedológicos.

Nas áreas aplainadas, a caatinga arbórea aberta ocorre com porte arbustivo também aberto, constatando-se um adensamento deste estrato nas áreas de relevo dissecado em colinas e nas áreas de solos com pavimentos desérticos (solos pedregosos). (SOUZA et al, 1979, p. 40).

Na seca, a vida vegetativa entra em estagnação. O conjunto botânico da região árida foi evoluindo lentamente, adaptando-se a uma nova realidade climática, até alcançar o clímax da organização xerófila estabilizada na caatinga. É uma vegetação de baixo extrato, caules retorcidos e tortuosos, raízes possantes e profundas que absorvem a umidade subalveolar do solo com extraordinário poder de sucção osmótica. O xerofilismo no Nordeste é próprio e peculiar. É o único no mundo inteiro. Estes vegetais possuem reservas alimentícias nas raízes, nutrientes e

água para manter e reconstruir o seu corpo vegetativo. (RIBEIRO, 2007, p. 47 *apud* SILVA, 2010, p. 123).

As espécies arbóreas mais comuns são: maniçoba (*Manihot caerulescens*), angico (*Anadenanthera colubrina*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*), umburana de cheiro (*Amburana cearensis*), umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), baraúna (*Schinopsis brasiliensis*), favela de cachorro (*Cnidoscolus quercifolius*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*), jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), jureminha (*Desmanthus virgatus*), jurema vermelha (*Mimosa ophthalmocentra*), camaçari (*Caraipa densifolia*), murici (*Byrsonima cracifolia*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*) e gameleira (*Ficus catappifolia*). (Fig. 51 a 61).

Figura 51 - Maniçoba (*Manihot caerulescens*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 52 – Angico (*Anadenanthera colubrina*)



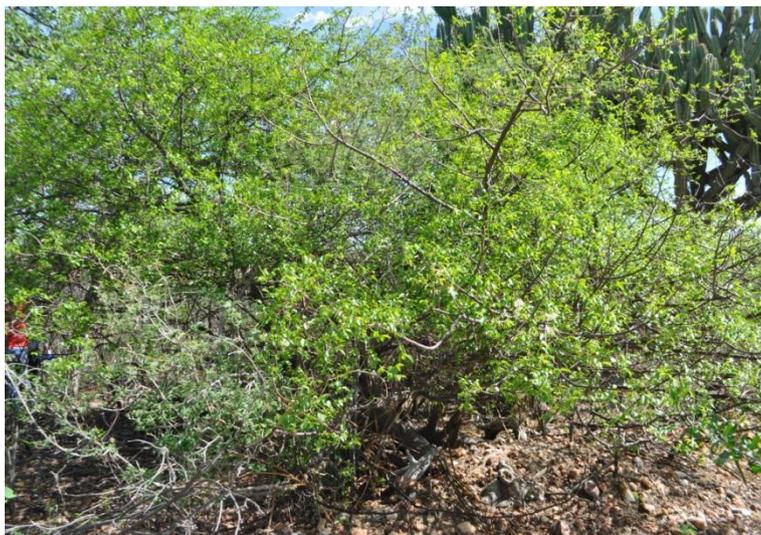
Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 53 – Umbrana de cambão (*Commiphora leptophloeos*)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 54 – Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 55 – Favela de cachorro (*Cnidocolus quercifolius*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 56 – Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 57 – Angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 58 - Camaçari (*Caraipa densifolia*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 59 - Murici (*Byrsonima cracifolia*)



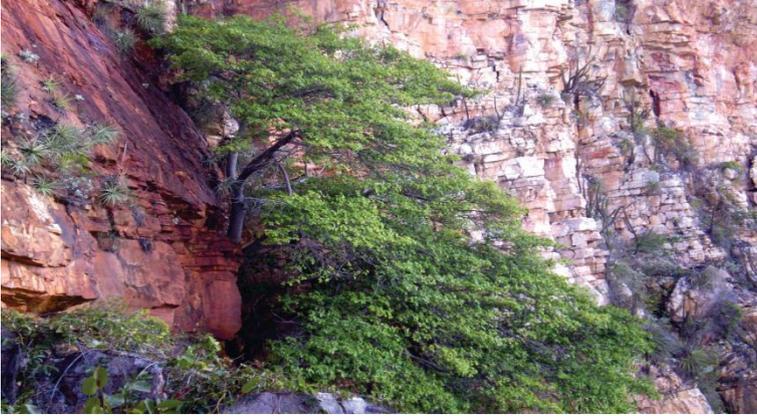
Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 60 – Jatobá (*Hymenaea courbaril*)



Fonte: Acervo do autor (2001)

Figura 61 – Gameleira (*Ficus catappifolia*)



Fonte: Acervo do autor (2001)

Dentre as arbustivas, destacam-se: carqueja (*Baccharis trimera*), cansanção (*Cnidosculus pubescens*), pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*), quebra faca (*Croton conduplicatus*), pereiro (*Aspidosperma pyriformium*), velame (*Croton heliotropiifolius*), jitirana (*Ipomoea cairica*), sete patacas (*Allamanda cathartica*), jureminha (*Desmanthus virgatus*), jurema vermelha (*Mimosa ophthalmocentra*), melosa (*Ruellia asperula*), marmeleiro (*Croton sonderianus*) e mofumbo (*Combretum leprosum*) (Fig. 62 a 67).

Figura 62 – Pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 63 – Carqueja (*Baccharis trimera*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 64 – Quebra faca (*Croton conduplicatus*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 65 – Velame (*Croton heliotropiifolius*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 66 – Jitirana (*Ipomoea cairica*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 67 – Sete patacas, dedal de princesa ou pente de macaco



Fonte: Kesting (2018, p. 196)

As cactáceas mais representativas são: xiquexique (*Pilosocereus polygonus*), mandacaru facheiro (*Pilosocereus pachycladus*), quipá (*Tacinga inamoena*), coroa de frade (*Melocactus zehntneri*) e mandacaru de boi (*Cereus jamacaru*). (Fig. 68 a 72). Elas ocorrem predominantemente em áreas de solos pedregosos e nas encostas ou cristas das serras. Nesses setores também se notabilizam as bromeliáceas como caroá (*Neoglaziovia variegata*) e macambira de lajedo (*Bromelia laciniosa*). (Fig. 73 e 74).

Figura 68 – Xiquexique (*Pilosocereus polygonus*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 69 – Mandacaru facheiro (*Pilosocereus pachycladus*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 70 – Quipá (*Tacinga inamoena*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 71 – Coroa de frade (*Melocactus zehntneri*)



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 72 – Mandacaru de boi (*Cereus jamacaru*)



Fonte: Acervo do autor (2017)

Figura 73 – Macambira de lajedo (*Bromelia laciniosa*)



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 74 – Macambira de lajedo (*Bromelia laciniosa*)



Fonte: Acervo do autor (2001)

Ao longo dos cursos de água desenvolve-se a fisionomia típica de parque que outrora também havia na margem do Rio São Francisco. Nela proliferam a carnaubeira e o buritizeiro (*Mauritia flexuosa*). (Fig. 75 a 78).

Caracteriza-se [o parque] por extensos campos de gramíneas com elementos de porte arbustivo espaçadamente distribuídos e núcleos isolados de palmeiras, principalmente carnaubeiras, e outras árvores. (SOUZA *et al*, 1979, p. 42).

Figura 75 – Carnaubeira



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 76 – Buritizeiro (*Mauritia flexuosa*)



Fonte: Du Zuppani (2007)

Figura 77 – Buritizeiro (*Mauritia flexuosa*)



Fonte: Bastos (2016)

Figura 78 - Buritizeiro (*Mauritia flexuosa*)



Fonte: Bastos (2016)

3.2.6 Fauna

Ao longo da história e da pré-história, nos municípios parcialmente inundados a fauna aquícola e silvestre sempre foi abundante. No Rio São Francisco havia muitas espécies de peixe e na caatinga, mamíferos e aves em profusão. Segundo Drumond et. al. (2005 *apud* Ministério do Meio Ambiente, 2011), 208 (duzentas e oito) espécies nativas de peixe dulciaquícola compunham a ictiofauna do Velho Rio dos Currais. As espécies mais abundantes eram: cascudo preto (*Rhinelepis áspera*), curimatã pacu (*Prochilodus argenteus*), curimatã pioa (*Prochilodus costatus*), dourado (*Salminus franciscanus*), mandi (*Pimelodus maculatus*), mandi-açu (*Duopalatinus emarginatus*), matrinxã (*Brycon orthotaenia*), pacamã (*Lophosilurus alexandri*), pacu (*Myleus micans*),

surubim ou pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), pirátamanduá (*Conorhynchus conirostris*), piranha (*Pygocentrus piraya*), pirambeba (*Serrasalmus maculatus*), trairão (*Hoplias lacerdae*) e traíra (*Hoplias malabaricus*). (Fig. 79 a 90).

Figura 79 – Cascudo preto (*Rhinelepis áspera*)



Fonte: Santos et al. (2008, p. 1)

Figura 80 – Curimatã pacu (*Prochilodus argenteus*)



Fonte: Silva (2012)

Figura 81 – Curimatã piao (*Prochilodus costatus*)



Fonte: CODEVASF (2018)

Figura 82 – Dourado (*Salminus Franciscanus*)



Fonte: LIMA; BRITSKI (2007)

Figura 83 – Mandi (*Pimelodus maculatus*)



Fonte: Oliveira (2018), adaptado pelo autor

Figura 84 – Mandi-açu (*Duopalatinus emarginatus*)



Fonte: Pruvost (2006)

Figura 85 – Matrinxã (*Brycon orthotaenia*)



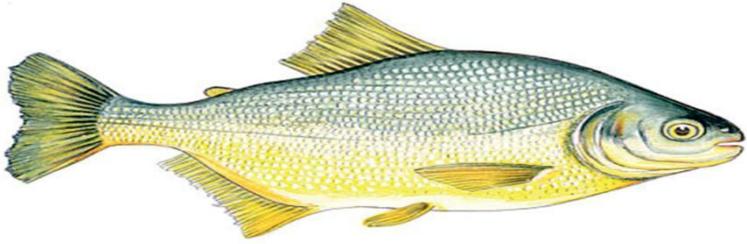
Fonte: Arquivo TG (2015) adaptado pelo autor

Figura 86 – Pacamã (*Lophiosilurus alexandri*)



Fonte: Campeche (2019)

Figura 87 – Pacu (*Piaractus mesopotamicus*)



Fonte: PNDPA (2019)

Figura 88 – Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*)



Foto: Revista Pesca e Companhia (2019)

Figura 89 – Pirá-tamanduá (*Conorhynchos conirostris*)



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2019)

Figura 90 – Piranha (*Pygocentrus piraya*)



Fonte: Chaves (2009)

Por não se ter construído canal de piracema, a Barragem de Sobradinho promoveu drástica redução de várias espécies nobres da ictiofauna do Rio São Francisco.

Na caatinga de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, os mamíferos mais comuns eram: caititu (*Tayassu tajacu*), veado (*Mazama gouazoubira*), tatu verdadeiro (*Dasyopus novemcinctus*), tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*), tatu china (*Dasyopus septemcinctus*), tamanduá mirim (*Tamandua tetradactyla*), mocó (*Kerodon rupestris*), preá (*Cavia aperea*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), cutia (*Dasyprocta Aguti*), macaco prego (*Sapajus libidinosus*), saguí (*Callithrix jacchus*), gato macambira (*Leopardus tigrinus*), lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e raposa (*Dusicion thous*). (Fig. 91 a 106).

Figura 91 – Caititu (*Tayassu tajacu*)



Fonte: Britannica Escola (2018)

Figura 92 – Veado (*Mazama gouazoubira*)



Fonte: Pereira (2009), adaptado pelo autor

Figura 93 – Tatu verdadeiro ou tatu galinha



Fonte: Araguaia (2018)

Figura 94 – Tatu peba (*Euphractus sexcinctus*)



Fonte: Ferreira (2013)

Figura 95 – Tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*)



Fonte: Girardi (2014)

Figura 96 – Tatu china (*Dasypus septemcinctus*)



Fonte: Cavalcanti (2009)

Figura 97 – Tamanduá mirim (*Tamandua tetradactyla*)



Fonte: Cunha (2017)

Figura 98 – Mocê (*Kerodon rupestris*)



Fonte: Marinho (2014)

Figura 99 – Preá da caatinga (*Cavia aperea*)



Fonte: Fauna da Caatinga (2017)

Figura 100 – Capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*)



Fonte: MyImages *apud* Vieira (2009)

Figura 101 – Cutia (*Dasyprocta Aguti*)



Fonte: YouTube (2019)

Figura 102 – Macaco prego da caatinga (*Sapajus libidinosus*)



Fonte: Santos (2012)

Figura 103 – Saguí (*Callithrix jacchus*)



Fonte: Person (2016)

Figura 104 – Gato macambira (*Leopardus tigrinus*)



Fonte: Youtube (2017)

Figura 105 – Lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*)



Fonte: Santos (2019)

Figura 106 – Raposa (*Duscion thous*)



Fonte: Cavalcanti (2013)

As aves mais comuns eram: ema (*Rhea americana*), jacucaca (*Penelope jacucaca*), seriema (*Çariama cristata*), arribação (*Zenaida auriculata*), asa branca (*Patagioenas picazuro*), juriti (*Leptotila vereauxi*), codorna (*Nothura boraquira*), perdiz (*Rhinchotus rufescens*), zabelê (*Crypturellus noctivagus zabele*), nambu (*Crypturellus parvirostris*), pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*) e paturi (*Amazonetta brasiliensis*). (Fig. 107 a 118).

Figura 107 – Ema (*Rhea americana*)



Foto: Steve Meese *apud* Vieira (2009)

Figura 108 – Jacucaca (*Penelope jacucaca*)



Fonte: Grosset (2019)

Figura 109- Seriema (*Çariama cristata*)



Fonte: Lourenço (2016)

Figura 110 – Arribação (*Zenaida auriculata*)



Foto: Souza (2014)

Figura 111 – Asa Branca (*Patagioenas picazuro*)



Foto: Cipriani (2015)

Figura 112 - Juriti (*Leptotila vereauxi*)



Fonte: Mello (2012)

Figura 113 – Codorna (*Nothura boraquira*)



Foto: Leal (2012), adaptada pelo autor

Figura 114 – Perdiz (*Rhinchotus rufescens*)

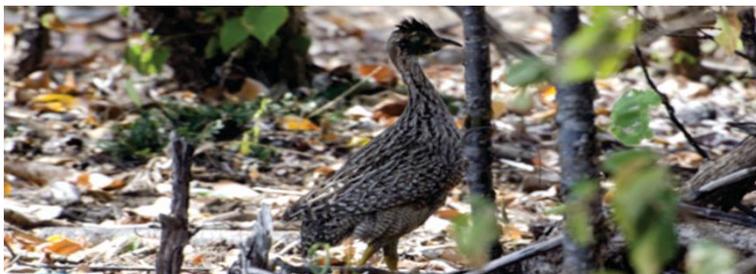


Foto: Bill (2013), adaptada pelo autor

Figura 115- Zabelê (*Crypturellus noctivagus zabele*)



Fonte: Marcos *apud* Rodrigues (2009)

Figura 116 – Nambu da caatinga (*Crypturellus parvirostris*)



Fonte: Caatinga Mata Branca (2014 *apud* Rocha, 2014)

Figura 117 – Pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*)



Fonte: ICMBIO (2019)

Figura 118 – Paturi (*Dendrocygna viduata*)



Fonte: Portal do São Francisco (2019)

Obtinha-se o mel das abelhas nativas como mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), cupira preta (*Partamona cupira*), abelha moça branca (*Frieseomelitta doederleini*) e manduri (*Melipona marginata*). (Fig. 119 a 121).

Figura 119 – Mandaçaia (*Melipoina quadrifasciata*)



Fonte: Oliveira (2011)

Figura 120 – Cupira preta (*Partamona cupira*)



Fonte: Oliveira (2011)

Figura 121 – Abelha moça branca (*Frieseomelitta doederleini*)



Fonte: YouTube (2017)

3.3 Patrimônio Cultural

Por conter aspectos da natureza própria dos grupos humanos, designa-se tudo o que se produz, constrói-se ou edifica-se na esfera material e imaterial como patrimônio cultural. São bens que, pela sua relevância e relação de pertença, caracterizam-se e reconhecem-se como atributos da identidade dos grupos. A esse universo integram-se as estruturas econômica e social e os artefatos que delas derivam, quais sejam: objetos arqueológicos, artísticos, científicos, manufaturados ou industriais e estruturas arquitetônicas.

3.3.1 Pré-colonial

Iniciou-se a edificação do patrimônio cultural de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova muito antes

mesmo da implantação das sesmarias que deram início à criação extensiva de gado. Há, em seus territórios, valiosos patrimônios culturais pré-coloniais herdados de ancestrais que, em nível preliminar e hipotético, propõe-se terem sido membros de populações autóctones das etnias Caimbé, Tupiná, Amoipirá, Crinquirim, Timbó, Tamoquim, Guegoá, Acoroá e Muribec.

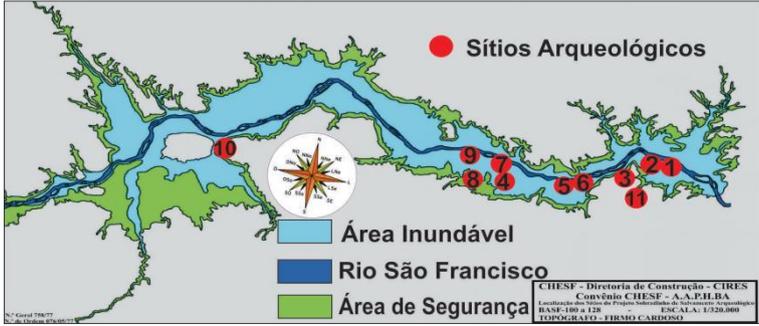
Pela distribuição espacial da cultura material pré-histórica que se encontra no Vale do Rio São Francisco, propõe-se que muitos povoados e cidades ripícolas edificaram-se onde originalmente havia aldeias de etnias indígenas. Não fosse o suporte econômico e cultural das populações nativas, os colonizadores europeus dificilmente teriam sobrevivido às agruras sertanejas. Assim é que se encontram artefatos indígenas como machadinhas, fusos de pedra e tembetás. Das populações locais não poucas vezes se ouve a informação de que as cidades e povoados justafluviais nasceram de antigas aldeias. (OTT, 1959; CALDERÓN *et al.*, 1977).

3.3.1.1 *De Sento Sé*

Os primeiros trabalhos de pesquisa arqueológica de que se têm notícia no município de Sento Sé foram realizados pela equipe de Calderón, por ocasião da construção da Barragem de Sobradinho. Na oportunidade, identificou-se e registraram-se onze sítios arqueológicos, quais eram: 1 - Sítio das Pedras (BA-SF-102); 2 - Sítio do Boqueirão (BA-SF-103); 3 - Sítio do Encaibro (BA-SF-107); 4 - Sítio de Crinquirim (BA-SF-109); 5 - Sítio de Sampaio (BA-SF-110); 6 - Sítio de Barrinha de Urucé (BA-SF-111); 7 - Sítio do Barroço (BA-SF-114-7); 8 - Sítio do Calumbi (BA-SF-119); 9 - Sítio de Américo Alves (BA-SF-120); 10

- Sítio da Serra do Tabuleiro Alto (BA-SF-121) e 11 - Sítio do Brejo de Dentro (BA-SF-128-11),⁶³ (Fig. 122).

Figura – 122 – Sítios arqueológicos do município de Sento Sé



Fonte: Calderón *et al.* (1977), adaptado pelo autor

O Sítio das Pedras localizava-se na fazenda homônima. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com aproximadamente 1000 m². Nele se encontrou e coletaram-se 128 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

A cerâmica tinha características de recente, embora um ou outro fragmento apresentasse sinais de técnica primitiva. Foram feitos 2 (dois) cortes sendo ambos estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 21).

O Sítio do Boqueirão localizava-se na Fazenda das Pedras, distrito de Bossoroca, Subfazenda Boqueirão. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto em que se encontrou e coletaram-se 123 fragmentos de cerâmica e três artefatos líticos jacentes na superfície do terreno.

⁶³ Os artefatos desses e de outros sítios arqueológicos encontrados pela equipe de Calderón estão no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Sobre eles não se processou pesquisa arqueológica alguma e nem se produziu, tampouco, qualquer conhecimento a respeito da população ribeirinha histórica e pré-histórica do Submédio São Francisco.

Em uma extensão de 50 X 20 m, coletaram-se cacos cerâmicos superficiais e foram feitos 2 (dois) cortes localizando-se amostras de carvão no corte 1 – níveis 2 e 3. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 21).

O Sítio do Encaibro localiza-se na Fazenda Bossoroça no alto da Serra do Encaibro. Trata-se de um sítio com dois painéis de pictografias. Um deles mede 26,68 m x 2,6 m e o outro, 6,9 m x 1,92 m.

(...). Em cada um deles existe um painel de desenhos e alguns isolados, todos voltados para o poente, com exceção do segundo paredão, virado para o Rio São Francisco e que possui alguns desenhos isolados voltados para o nascente.

São desenhos variados, sendo o mais comum traçados com forma de triângulos e losângulos (*sic*), semelhantes a redes. Todos pintados com a típica tinta vermelha. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 22).

O Sítio de Crinquirim localizava-se na fazenda homônima, no distrito de Piri. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, sobre rochas, com 20 m x 23 m. Nele se encontrou e coletaram-se 26 fragmentos de cerâmica e cinco artefatos líticos (três batedores, dois moedores e uma lasca). “Numa área ainda inexplorada, às margens do riacho temporário do Crinquirin, encontraram-se 25 (vinte e cinco) pilões em pedras...”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 24).

O Sítio de Sampaio localizava-se junto ao povoado homônimo, na Fazenda Curralinho. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 120 m x 65 m. Nele se encontrou e coletaram-se 201 fragmentos de cerâmica, um seixo utilizado e um batedor-moedor que jaziam na superfície do terreno.

Após o povoado do mesmo nome, entre pequenos morros, informaram os moradores locais que foram encontradas painelas contendo cinzas. Realizadas as prospecções no local só foram encontrados cacos cerâmicos. O sítio foi demarcado e feitos 3 (três) cortes que se apresentaram estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 24-25).

O Sítio de Barrinha de Urucé localizava-se na fazenda homônima. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 55 m x 25 m. Nele se encontrou e coletaram-se 105 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

Os cacos superficiais à margem do rio demonstravam a presença humana no local, seja em época remota ou recente. Foi demarcado um sítio e efetuados 2 (dois) cortes que apresentaram refugos em vários níveis, embora em pouca quantidade. [O] corte 1 apresentou refugos nos níveis: 2 (10 cacos) e 3 (2 (dois) cacos e um fragmento de pedra utilizada. [O] corte 2 apresentou refugos nos níveis: 1 (18 cacos); 2 (estéril); 3 (21 cacos); 4 (35 cacos e um fragmento de pedra utilizada; 5 (seis cacos e ossos fragmentados); 6 (nove cacos).

Os cortes 1 (nível 3) e 2 (níveis 3, 4, 5 e seis) apresentaram Amostras de carvão. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 25).

O Sítio do Barroço localizava-se junto ao povoado homônimo, na Fazenda Lagoa. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 56 m x 22 m. Nele se encontrou e coletaram-se 176 fragmentos de cerâmica e dois fragmentos de artefatos líticos que jaziam na superfície do terreno.

Os moradores afirmavam que aquele local fora aldeia indígena. Como não houvesse pistas concretas fizeram-se prospecções em alguns lugares indicados. Localizaram-se cacos superficiais com características de antigos. Fizeram dois cortes experimentais que nada apresentaram. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 26).

O Sítio do Calumbi localizava-se junto à subfazenda homônima, na Fazenda Bazuá. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto sobre rochas baixas de 800 m x 500 m de extensão, sobre que havia um painel de petroglifos de 27 m x 1 m. “São inscrições com formas antropomórficas circulares e simples traços”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 28). Nesse sítio encontrou-se e coletaram-se 17 artefatos líticos com sinais de uso.

O Sítio de Américo Alves localizava-se junto ao povoado homônimo, na Fazenda Bazuá. Tratava-se de um sítio

arqueológico a céu aberto, de 50 m x 20 m em cuja superfície encontrou-se e coletaram-se 184 fragmentos de cerâmica e 15 artefatos líticos.

Segundo informações, um morador desenterrou um aribé contendo cinzas. No local foi encontrado o aribé superficial (desenterrado tempos antes) e, procedendo às escavações, descobriu-se outro aribé contendo cinzas e fragmentos de ossos além de algumas peças líticas.

Realizaram-se 6 (seis) cortes; no segundo corte, nível 9 (+/- 90 cm de profundidade) existia o aribé com cinzas mencionado. O 3º corte, nível 9, continha 2 (dois) litos com forma de machado. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 29).

O Sítio da Serra do Tabuleiro localiza-se próximo ao povoado de Cajuí, na Subfazenda Tabuleiro Alto, da Fazenda Poço Verde. Trata-se de um sítio arqueológico com registros rupestres.

No alto da Serra do Tabuleiro Alto, foram localizados em escarpas dois conjuntos de desenhos e alguns isolados. São pictografias muito sugestivas onde predomina a cor vermelha, embora umas poucas tragam cor amarela. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 31).

O Sítio do Brejo de Dentro localiza-se junto ao povoado homônimo. Trata-se de um sítio arqueológico com registros rupestres.

Em dois paredões que caminham paralelos, existem cinco painéis com pinturas. Todas de características simples; muitos traços, algumas formas de animais e figuras humanas. Ficam próximas ao solo, aproximadamente a 1 m e 1,5 m, e compreende uma extensa área. Foi o mais extenso sítio de pinturas rupestres encontrado. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 34).

Durante 24 anos que sucederam a construção da Barragem de Sobradinho, não se realizou pesquisa arqueológica sistemática no território do município de Sento Sé. Nesse período, exceções contrariaram a normalidade lacunar acadêmica com fortuitas incursões de pesquisadores que realizavam estudos na região de Central – BA.

A partir de 2001 reiniciou-se o estudo arqueológico em feições de relevo da fronteira setentrional da Chapada Diamantina. Constatou-se na oportunidade que em boqueirões cadastrados por Calderón *et al.* (1977) como um único sítio arqueológico com painéis de registros rupestres, havia dezenas deles associados com artefatos líticos e cerâmicos. (KESTERING, 2001 e 2007). Observou-se que se tratava de lugares ocupados por grupos pré-históricos e históricos desde o final do Pleistoceno, há mais de 16 mil anos até o presente, respectivamente. (KESTERING; SILVA; CHAGAS JÚNIOR, 2013).

Em 2010 e 2011, professores e estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco caracterizaram e diagnosticaram o Patrimônio Arqueológico do Médio São Francisco. No território do município de Sento Sé, eles identificaram, inventariaram e mapearam 136 feições de relevo com pinturas rupestres e/ou outros artefatos arqueológicos históricos e pré-históricos. (Fig. 123).

Figura 123 – Vista parcial do Boqueirão da Residência, em Sento Sé



Foto: Kesting (2014)

Com parâmetros e critérios que se adotam no Parque Nacional Serra da Capivara onde durante mais de quarenta anos se realizam pesquisas arqueológicas, estima-se que somente ali,

em território sento-seense haja mais de três mil sítos arqueológicos. Em muitos desses locais há painéis de pintura rupestre, realizados por grupos da Tradição Nordeste. (Fig. 124 a 127). A maior parte deles foi feita, porém, por grupos da Tradição São Francisco. (Fig. 128 e 129).

Figura 124 – Painel de pinturas rupestres da Tradição Nordeste



Fonte: Kesting, Lima Filho e Alves (2012)

Figura 125 – Painel de pinturas rupestres da Tradição Nordeste



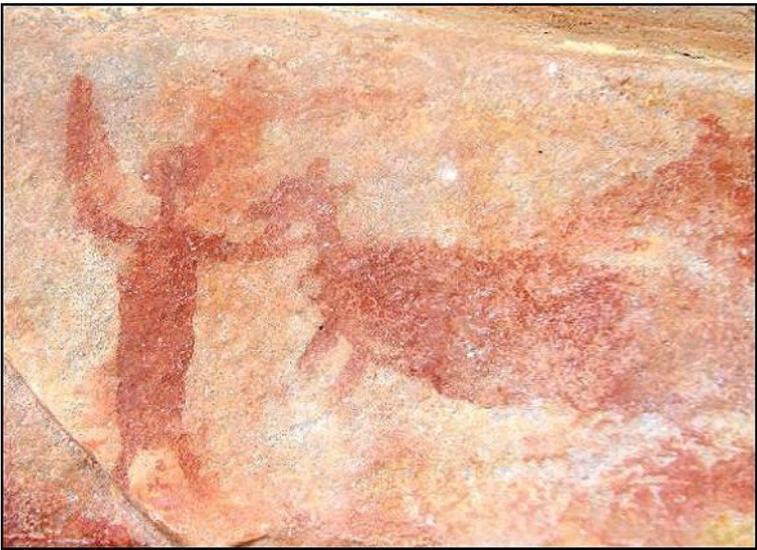
Fonte: Kesting, Lima Filho e Alves (2012)

Figura 126 – Painel de pinturas rupestres da Tradição Nordeste



Fonte: Kesting, Lima Filho e Alves (2012)

Figura 127 – Painel de pinturas rupestres da Tradição Nordeste



Fonte: Kesting, Lima Filho e Alves (2012)

Figura 128 – Painel de pinturas rupestres da Tradição São Francisco



Foto: Kesting (2006)

Figura 129 – Painel de pinturas rupestres da Tradição São Francisco



Foto: Kesting (2006)

3.3.1.2 De Sobradinho

Os primeiros trabalhos de pesquisa arqueológica de que se têm notícia no município de Sobradinho foram realizados pela equipe de Calderón, por ocasião da construção da barragem homônima. Na oportunidade, identificou-se e registraram-se dois sítios arqueológicos, quais eram: 1 - Sítio de Juacema (BA-SF-100) e 2 - Sítio de São Gonçalo (BA-SF-122). (Fig. 130).

Figura – 130 – Sítios arqueológicos do município de Sobradinho



Fonte: Calderón *et al.* (1977), adaptado pelo autor

O Sítio da Juacema localizava-se a um quilômetro do povoado homônimo, na Fazenda Tatauí que então pertencia ao município de Juazeiro. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, onde se encontrou e coletaram-se 67 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

Devido a prospecções no terreno, a 5 (cinco) m do rio, foram localizados cacos superficiais de cerâmica numa área de 8 x 5 m. Recolhido o material de superfície foram feitos 2 (dois) cortes que resultaram estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 20).

Segundo a equipe técnica responsável pelo salvamento arqueológico, o Sítio São Gonçalo localizava-se em um boqueirão, na Subfazenda de São Gonçalo que então pertencia ao município de Juazeiro.

É um dos Sítios mais conhecidos pela população regional e está numa área um pouco fora da Cota 400. Localiza-se, entretanto, próximo à borda do Lago e deve constituir mais um acampamento da mesma tradição cultural devido à proximidade. Em local de fácil acesso, encontram-se pictografias em bom estado de conservação com características pré-históricas.

Mais adiante, num ponto mais elevado da Serra, há mais 2 (dois) painéis de admirável beleza. (...). Há uma pequena gruta com desenhos no teto e nas laterais. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 31).

Com o reinício da pesquisa, Kesting (2007) constatou que havia mais duas feições de relevo com registros rupestres realizados predominantemente por grupos pré-históricos da Tradição São Francisco. São elas: Grota do Tatauí, com três sítios arqueológicos e Grota do Olho d'Água, com onze. (Fig. 131 a 133).

Figura 131 – Vista parcial da Grota do Olho d'Água



Fonte: Acervo do autor (2006)

Figura 132 – Painel de pintura rupestre na Grota do Tatauí



Fonte: Acervo do autor (2006)

Figura 133 – Painel de pintura rupestre na Grota do Olho d'Água



Fonte: Acervo do autor (2006)

Santana *et al.* (2011) identificaram um sítio arqueológico multicomponencial no povoado de Lagoa Grande, às coordenadas UTM24L 304677, UTMN 8948538. Em sua superfície encontraram fragmentos de cerâmica, fragmentos de louça e artefatos líticos. (Fig. 134 e 135).

No sítio ocorre grande quantidade de líticos lascados espalhadas por toda a área. Dentre os artefatos lascados destacam-se raspadores, furadores e *choppers*. As matérias-primas se caracterizam por quartzo, quartzito, arenito silicificado e sílex. (SANTANA *et al.*, 2011, p. 42).

Figura 134 – Sítio arqueológico multicomponencial Lagoa Grande



Fonte: Santana *et al.* (2011, p. 43)

Figura 135 – Artefatos líticos do Sítio Arqueológico Lagoa Grande

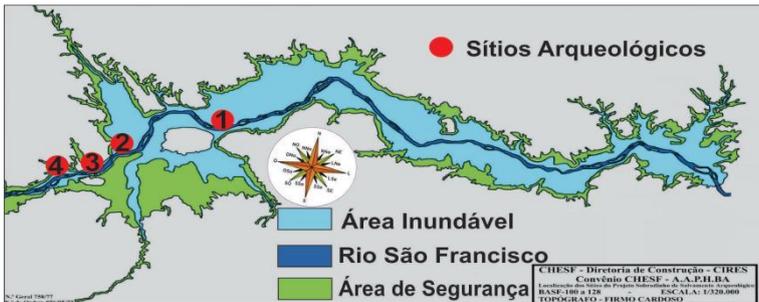


Fonte: *Santana et al.* (2011, p. 43)

3.3.1.3 De Pilão Arcado

Os primeiros trabalhos de pesquisa arqueológica de que se têm notícia no município de Pilão Arcado foram realizados pela equipe de Calderón, por ocasião da construção da Barragem de Sobradinho. Na oportunidade, identificou-se e registraram-se quatro sítios arqueológicos, quais eram: 1 - Sítio do Caroá (BA-SF-123); 2 - Sítio de Taquari de Cima (BA-SF-124); 3 - Sítio Morro da Cândida (BA-SF-125) e 4 - Sítio Morro da Aldeia (BA-SF-126). (Fig. 136).

Figura – 136 – Sítios arqueológicos do município de Pilão Arcado



Fonte: *Calderón et al.* (1977), adaptado pelo autor

O Sítio do Caroá localizava-se na sede da Fazenda Caroá. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, onde se encontrou e coletaram-se 209 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

Próximo à casa do Coronel Chico Leoba fica um Sítio onde foram coletados cacos superficiais. Foi realizada 1 (uma) escavação, tendo sido localizados cacos em alguns níveis. (...).

Níveis com vestígios: 1 - 78 cacos; 2 – 6 cacos e carvão; 5 – 52 cacos e 14 fragmentos de ossos; 8 – 12 cacos. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 32).

O Sítio de Taquari de Cima localizava-se próximo ao povoado homônimo, no sopé dos morros de areia da Fazenda Taquari. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto onde se encontrou e coletaram-se 108 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

À margem da estrada que vai dar nos morros existe apreciável quantidade de cacos cerâmicos que propiciaram o sítio BA-SF-124. A região é pouco habitada, de difícil acesso, e tem todas as características de um sítio puro, isto é, sem mistura com cacos recentes. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 32).

O Sítio de Taquari de Cima localizava-se próximo ao povoado homônimo, no sopé dos morros de areia da Fazenda Taquari. Tratava-se de um arqueológico a céu aberto onde se encontrou e coletaram-se 108 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

À margem da estrada que vai dar nos morros existe apreciável quantidade de cacos cerâmicos que propiciaram o sítio BA-SF-124. A região é pouco habitada, de difícil acesso, e tem todas as características de um sítio puro, isto é, sem mistura com cacos recentes. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 32).

O Sítio Morro da Cândida localizava-se próximo ao povoado de Queimadas, na fazenda homônima. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto onde, em área de 20 m x 50 m se

encontrou e coletaram-se 50 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno.

No Povoado de Queimadas, local inacessível por terra, entrando para a Caatinga, grandes montes de areia chamam a atenção. Falam os moradores que há muito tempo ali foi aldeia indígena. Em um sítio de 1.000 m² foram encontrados alguns cacos cerâmicos, no chamado Morro da Cândida. Não foi possível realizar cortes, devido à areia solta. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 32-33).

O Sítio Morro da Aldeia localizava-se próximo ao povoado de Saldanha, na Fazenda Manga. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto onde se encontrou e coletaram-se 855 fragmentos de cerâmica, um fragmento de moedor e três lascas que jaziam na superfície do terreno.

Neste local, somente visitado através do rio e pouco povoado, através de indicações dos moradores de Pilão Arcado, localizou-se um Sítio. A vila fica a 6 (seis) quilômetros das margens do São Francisco e o morro a mais uns 500 (quinhentos) metros para a caatinga, por detrás de uma grande lagoa. Há extensos morros de areia e um deles é significativamente chamado de Morro da Aldeia. Aí foi demarcado um Sítio e recolhido grande número de cacos. Há também litos que demonstram ser trabalhados pelo homem. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 33).

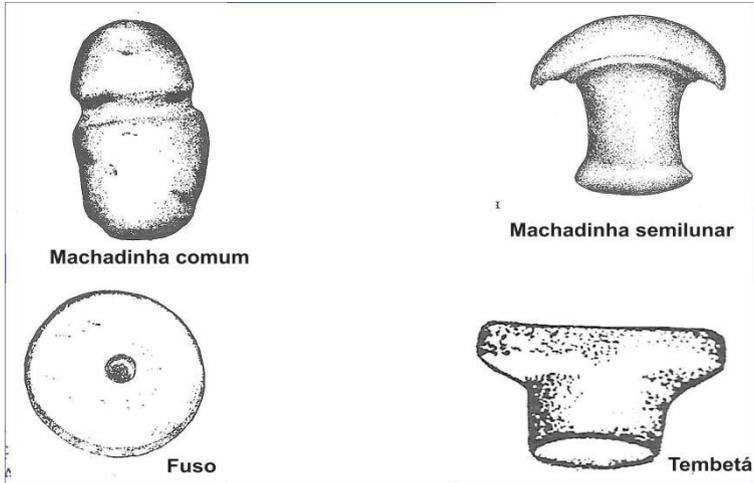
3.3.1.4 *De Remanso*

Há, no território de Remanso, valioso patrimônio cultural pré-histórico herdado dos ancestrais que, em nível preliminar e hipotético, propõe-se terem sido membros de populações autóctones das etnias Acoroá e Guegoá. (Fig. 137).

Em morros residuais que há, junto ao povoado de Brejo das Salinas, 20 km ao norte da atual cidade de Remanso, existem restos de painéis rupestres que resistiram à secular ação

depredatória de indivíduos e empresas mineradores. (Fig. 138 a 140). Eles foram elaborados por grupos pré-históricos da Tradição São Francisco, quiçá das etnias Guegoá e Acoroá, antigos ocupantes dos brejos que existem em profusão no vale do Rio Tanque Real.

Figura 137 – Artefatos arqueológicos pré-históricos de Remanso – BA



Fonte: Ott (1958, p. 59, 64, 84 e 87), adaptado pelo autor

Figura 138 – Morro residual com painéis rupestres em Salina do Brejo



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 139 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Acervo do autor (2014)

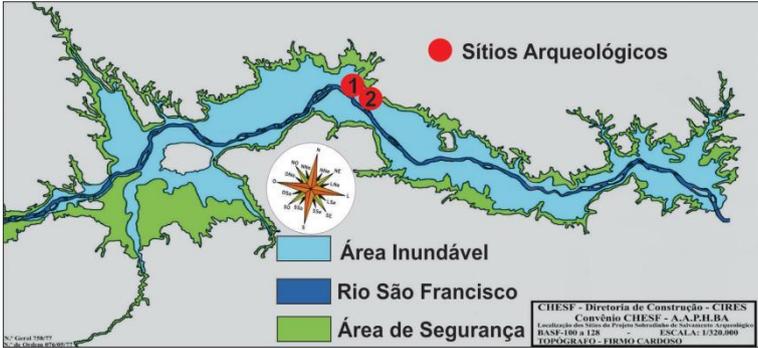
Figura 140 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Acervo do autor (2014)

Junto ao antigo Povoado de Marco, inundado pelo Lago de Sobradinho, Calderón et al. (1977) identificaram dois sítios arqueológicos pré-históricos: 1 - Sítio de Sobrado (BA-SF-115) e 2 - Sítio de Pedra Branca do Marco (BA-SF-116). (Fig. 141). O primeiro deles localiza-se na fazenda homônima, a três km de distância do antigo povoado. Trata-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 80 m de comprimento e 30 m de largura. Nele se encontraram 59 fragmentos de cerâmica e outras peças de grande valor cultural.

Figura 141 – Sítios arqueológicos do município de Remanso



Fonte: Calderón et al., (1977), adaptado pelo autor

Um morador da fazenda encontrou um machado grande de hematita em perfeito estado. Às margens do rio, nos lajedos, a mais ou menos 500 m do local do achado, encontram-se 5 (cinco) pilões nas rochas que denotam muito uso. A cerâmica superficial era escassa. Há, no local, uma pequena gruta de um metro de profundidade por 80 centímetros de diâmetro, mas não apresenta nenhum vestígio. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 27).

O Sítio Pedra Branca do Marco, situa-se também na Fazenda Sobrado, bem próximo ao antigo povoado de Marco. Nele, há painéis de registro rupestre.

Realizadas prospecções numa grande rocha isolada que fica a 200 m do Rio São Francisco, foram encontrados desenhos em profusão. Utilizaram a mesma “tinta vermelha” e as pictografias apresentam muitas semelhanças com as do Encaibro (Sítio BASF – 107). Nas partes mais baixas da rocha existem pilões em boa quantidade. Na pedra mais alta, aproximadamente 6 a 8 m de altitude, há dois painéis, um voltado para o nascente e outro para o poente. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 27).

Pela grande depleção do Lago de Sobradinho, em consequência da estiagem que, em 2015 e 2016, se prolongou excessivamente nas cabeceiras do Rio São Francisco, evidenciou-se valioso patrimônio arqueológico nas antigas ilhas e terraços fluviais holocênicos de Remanso. Pela ação dos

ventos, as águas revoltas do Lago de Sobradinho exumaram artefatos e urnas funerárias em algumas das quais havia esqueletos humanos pré-históricos. (Fig. 142 a 146).

Pela omissão e exacerbado zelo pela burocracia de órgãos responsáveis por sua preservação, depredou-se esse patrimônio de inestimável valor cultural. Com o descaso dos responsáveis pelo caso, perderam-se valiosos dados, com latentes informações genéticas que se poderiam utilizar na aferição e elucidação do vínculo filogenético de boa parte da população atual de Remanso com seus ancestrais indígenas. É mais que evidente a manutenção de costumes nativos na população atual como se provam nos rituais, equipamentos e utensílios das muitas casas de farinha. A filogenia que se constata nos costumes poder-se-ia muito bem verificar nas evidências genéticas.

Figura 142 – Artefatos de cerâmica



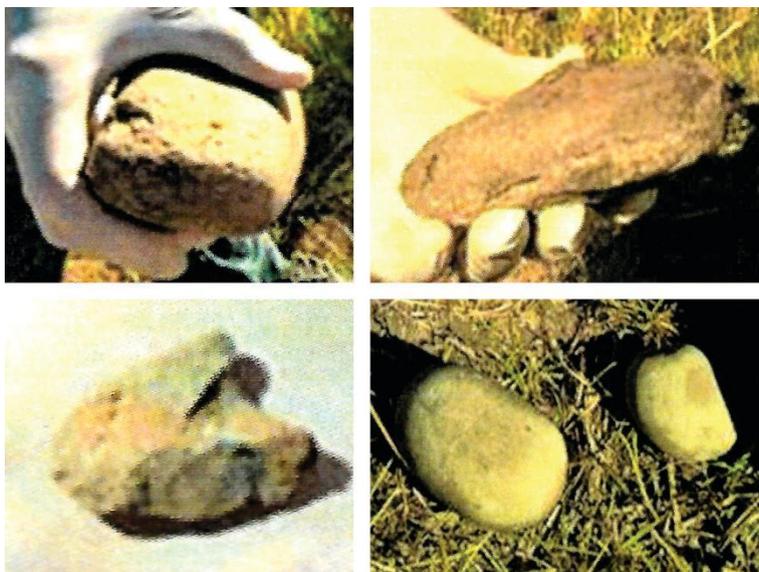
Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 143 – Artefatos e fragmentos cerâmicos



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 144 – Artefatos líticos



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 145 – Ossos humanos



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 146 – Fragmento de cachimbo



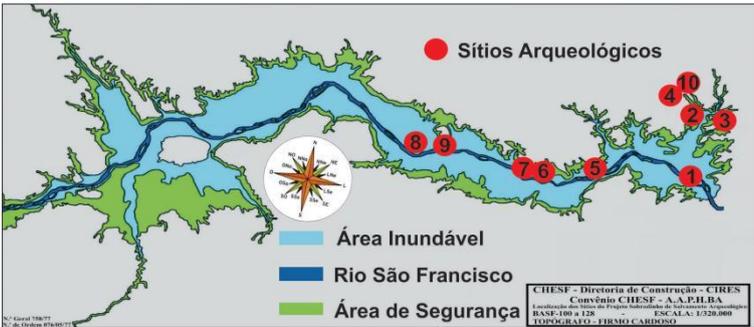
Foto: Marlos Pereira (2017)

3.3.1.5 De Casa Nova

Há, no território de Casa Nova, valioso patrimônio cultural pré-histórico herdado dos ancestrais que, em nível preliminar e hipotético, propõe-se terem sido membros de populações autóctones das etnias Guegoá e Amoipirá.

Os primeiros trabalhos de pesquisa arqueológica de que se têm notícia nesse município foram realizados pela equipe de Calderón, por ocasião da construção da Barragem de Sobradinho. Na oportunidade, identificaram-se dez sítios arqueológicos: 1 – Sítio de Santana (BA-SF-101), 2 – Sítio do Olho d'Água (BA-SF-104), 3 – Sítio da Pimenta (BA-SF-105), 4 – Sítio de Lagoas Novas (BA-SF-106), 5 – Sítio de Areia Branca (BA-SF-108), 6 – Sítio de Curralinho I (BA-SF-112), 7 – Sítio de Pau Ferro (BA-SF-113), 8 – Sítio de Curralinho II (BA-SF-117), 9 – Sítio do Choro (BA-SF-118) e 10 – Sítio de Currais de Pedras (BA-SF-127); (Fig. 147).

Figura – 147 – Sítios arqueológicos do município de Casa Nova



Fonte: Calderón *et al.* (1977) adaptado pelo autor

O Sítio de Santana localizava-se na ilha de Santana do Sobrado. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto. Nele se encontrou e coletaram-se 105 fragmentos de cerâmica, um de pedra utilizada e 112 de ossos, jacentes à superfície do terreno.

Seguindo indicações dos moradores, localizou-se a oeste da ilha e a uns 30 (trinta) m do rio, um sítio com cacos superficiais, numa extensão de 17,20 x 16,30 m. Realizaram-se 2 (dois) cortes nas extremidades N-S do sítio, verificando-se a ausência total de cerâmica e a presença de muitos fragmentos de ossos em desintegração. Possivelmente, trata-se de um enterratório de incineração. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 20).

O Sítio do Olho d'Água localizava-se na fazenda homônima. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto sobre rochas.

O local foi visitado por indicação de um morador. Ao sopé da serra existem pilões de pedras nas rochas isoladas e foi recolhido um lito com formato de machado. Foi feito um corte ao lado do olho d'água, resultando estéril. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 21).

O Sítio da Pimenta localizava-se na serra homônima, na Fazenda Olho d'Água. Tratava-se de um sítio arqueológico em que se encontrou um painel de registros rupestres.

No lugar denominado Pedra Escrivida, próximo à Serra da Pimenta, numa região pedregosa, rochosa, existe uma pedra isolada, de tamanho maior que as demais, com a face voltada para o poente, totalmente trabalhada em inscrições ou petroglifos. É um extenso painel com profusão de formas sendo algumas antropomórficas. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 22).

O Sítio de Lagoas Novas localizava-se em frente à serra, na fazenda homônima. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, sobre rochas, com pictografias, representando traços e rastros de aves. Nele também se encontrou e coletaram-se 238 fragmentos de cerâmica e 76 de ossos. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 22).

O Sítio de Areia Branca localizava-se junto ao povoado homônimo, na fazenda Urucé. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 53 m x 18,8 m de extensão. Nele se encontrou e coletaram-se 51 fragmentos de cerâmica, jacentes à superfície do terreno. Fizeram-se nele duas

sondagens que resultaram estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 24).

O Sítio de Curralinho I localizava-se na subfazenda homônima, na fazenda Santarém. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 50 m x 30 m de extensão. Nele se encontrou e coletaram-se 98 fragmentos de cerâmica e um fragmento de artefato lítico, jacentes à superfície do terreno.

[Era a] área inacessível por terra. Apenas pode ser alcançado de lancha. Encontraram-se indícios de cacos cerâmicos. Como o terreno fosse arenoso e pouco promissor pois os cacos pareciam recentes, não foram realizadas escavações. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 25).

O Sítio de Pau Ferro localizava-se próximo ao povoado da fazenda Santarém. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 700 m x 500 m de extensão. Nele se encontrou e coletaram-se 275 fragmentos de cerâmica, três pilões em matacão, nove artefatos líticos trabalhados e quatro lascas, jacentes à superfície do terreno.

Por indicação dos moradores de Santarém, foram visitados morros de areia onde existiam fragmentos cerâmicos e litos trabalhados. Longe de qualquer área habitada ou de pedreiras, os litos aí encontrados denotavam, todos, trabalhos de utilização do homem. Eram pilões, batedores e cacos de cerâmica espalhados por extensos areais. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 26).

O Sítio de Curralinho II localizava-se na Fazenda de Fora. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com 100 m x 30 m de extensão. Nele se encontrou e coletaram-se 101 fragmentos de cerâmica e um artefato lítico (batedor), jacentes à superfície do terreno. “Feito um corte experimental, o subsolo mostrou-se estéril em vestígios que demonstram ocupação humana”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 28).

O Sítio do Choro localizava-se próximo ao povoado homônimo, na Fazenda de Fora. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu

aberto, com 200 m x 200 m de extensão. Nele se encontrou e coletaram-se 64 fragmentos de cerâmica e sete fragmentos de artefatos líticos trabalhados, jacentes à superfície do terreno. “Foi feito um corte que resultou estéril”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 28).

O Sítio de Currais de Pedras localizava-se na Fazenda Lagoas Novas. Tratava-se de um sítio arqueológico a céu aberto, com muros de 700 m x 500 m de extensão, 1,2 m de altura e 0,95 m de espessura. Nele se encontrou e coletaram-se 64 fragmentos de cerâmica e sete fragmentos de artefatos líticos trabalhados, jacentes à superfície do terreno. “Foi feito um corte que resultou estéril”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 28).

No cimo da Serra de Lagoas Novas, encontram-se vários muros de pedra, formando com as elevações rochosas um grande recinto, chamado pelos nativos de região de “currais de pedras”. Logo depois, em rochas próximas, encontraram-se traços e sinais com características de desenhos indígenas. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 33).

Durante mais de 38 anos não se realizou pesquisa arqueológica alguma no município de Casa Nova, até que, pela depleção do Lago de Sobradinho, em consequência da estiagem que, em 2015 e 2016, se prolongou excessivamente nas cabeceiras do Rio São Francisco, evidenciou-se valiosíssimo patrimônio pré-histórico em seus terraços fluviais holocênicos. Esse acervo cultural não se havia identificado quando, para cumprir formalidades legais com a celeridade que o aristocrata sistema colonizador exigia de seu subordinado séquito menestrel, executou-se o Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico.

Com a implantação do lago artificial, reativaram-se as dunas que, há milênios, graças à cobertura vegetal mantenedora de sua estrutura, jaziam inativas. Muitas plantas foram arrancadas, com a desarrumação consequente dos sedimentos que bordejavam o lago artificial. Pela ação dos ventos e das águas

revoltas exumaram-se, assim, muitos e preciosos artefatos das indústrias lítica e cerâmica. (Fig. 148 a 150).

Figura 148 – Reativação das dunas fósseis



Fonte: Acervo do autor (2015)

Figura 149 – Erosão que promoveu a reativação das dunas fósseis



Fonte: Acervo do autor (2015)

Figura 150 – Preciosos artefatos exumados pela água e pelo vento



Fonte: Acervo do autor (2015)

Durante mais de vinte anos, sempre que havia estiagem e ocorria depleção acentuada do Lago de Sobradinho, um agricultor coletava pontas de projétil, nos lugares onde os ventos agiam com maior intensidade sobre a areia desnuda de vegetação. Por considerá-las extremamente belas, procurou comercializá-las. Não consumou, contudo, seu intento porque, em tempo e a propósito, um magistrado da Comarca de Casa Nova – BA expediu mandado de busca e apreensão delas. Ato contínuo destinou-as à Universidade Federal do Vale do São Francisco para que sobre elas realizassem-se estudos e produzissem-se conhecimentos a respeito dos grupos autóctones que as confeccionaram e ou utilizaram. Classificaram-se e acondicionaram-se os artefatos líticos no Laboratório do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial onde estão sendo custodiados pela UNIVASF. (Fig. 151 a 172). Acordou-se, na oportunidade, uma visita de prospecção ao local em que se havia coletado o material. Deparou-se lá com grande quantidade de artefatos arqueológicos pré-históricos, espalhados na superfície do terreno. (Fig. 173 a 189).

Figura 151 - Ponta de projétil fragmentada em quartzo leitoso



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 216, p. 68)

Figura 152 - Ponta de projétil em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 apud Maciel, 2016, p. 69)

Figura 153 - Ponta de projétil em quartzo leitoso



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 apud Maciel, 2016, p. 69)

Figura 154 - Ponta de projétil em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 apud Maciel, 2016, p. 70)

Figura 155 - Ponta de projétil em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 70)

Figura 156 - Ponta de projétil fragmentada em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 71)

Figura 157 - Ponta de projétil fragmentada em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 71)

Figura 158 - Ponta de projétil fragmentada em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 72)

Figura 159 - Ponta de projétil em quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 72)

Figura 160 - Ponta de projétil em quartzo hialino



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 73)

Figura 161 - Ponta de projétil em quartzo hialino



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 73)

Figura 162 - Fragmento de ponta de projétil em quartzo hialino



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 74)

Figura 163 - Fragmento de ponta de projétil em quartzo hialino



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 74)

Figura 164 - Ponta de projétil fragmentada em sílex



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 75)

Figura 165 - Ponta de projétil fragmentada em sílex



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 75)

Figura 166 - Fragmento de ponta de projétil em quartzo leitoso



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 76)

Figura 167 - Ponta de projétil foliácea em quartzito



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 76)

Figura 168 - Ponta de projétil foliácea em sílex



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 77)

Figura 169 - Ponta de projétil em sílex



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 77)

Figura 170 - Ponta de projétil fragmentada em quartzito



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 78).

Figura 171 - Ponta de projétil em quartzito



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 79)

Figura 172 - Ponta de projétil em quartzito hialino



Foto: Ana Caroline Teixeira Maciel (2016, p. 81)

Figura 173 - Lascas, núcleo e ponta de projétil



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 66)

Figura 174 - Lascas em sílex e núcleo de quartzo



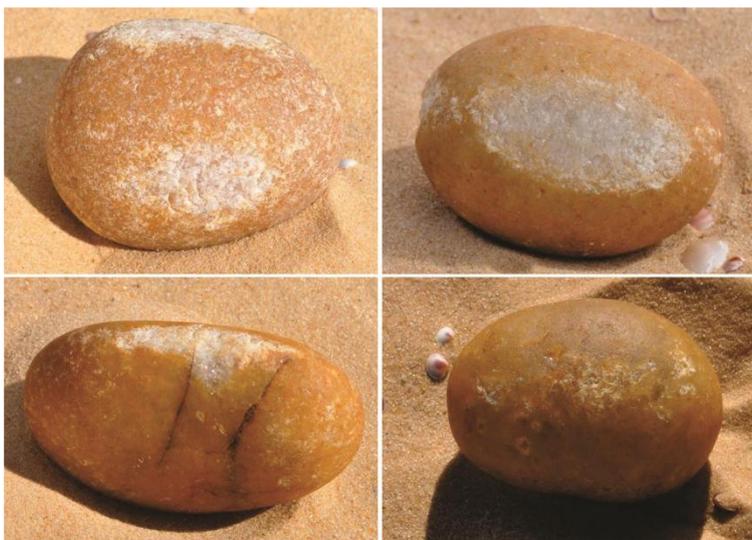
Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 67)

Figura 175 - Fragmento de cerâmica



Foto: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 67)

Figura 176 – Seixos rolados com marcas de uso



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 85)

Figura 177 – Seixos rolados com marcas de uso



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 89)

Figura 178 – Almofarizes



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 85)

Figura 179 – Almofariz



Foto: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 89)

Figura 180 – Lascas e núcleos



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 86)

Figura 181 – Lascas e núcleos



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 90)

Figura 182 – Fragmentos de cerâmica



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 86)

Figura 183 – Fragmentos de cerâmica



Fotos: Kesting (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 87)

Figura 184 - Machadinha de hematita polida



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 79)

Figura 185 – Machadinha de mão, de hematita polida



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 80)

Figura 186 – Raspador de calcário



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 80)

Figura 187 – Plano-convexo (lesma) em sílex



Foto: Ana Caroline Teixeira Maciel (2016, p. 78)

Figura 188 – Ponta de projétil em quartzito



Fonte: Acervo do autor (2015)

Figura 189 – Artefatos da indústria lítica em sílex



Fonte: Acervo do autor (2015)

Pela omissão e/ou exacerbado zelo pela burocracia de órgãos responsáveis por sua preservação, não se fez o ensejado resgate do pré-histórico patrimônio arqueológico identificado. O Lago de Sobradinho voltou a encher e recobriu os artefatos que, em vão, dispuseram-se os professores e estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF a, em tempo, ocasional e oportunamente resgatar. Perdeu-se, assim, mais essa porção substancial do patrimônio cultural que a população de Casa Nova herdou de seus ancestrais autóctones.

3.3.2 Histórico

Não há como compreender a história dos municípios atingidos pelo Lago de Sobradinho sem que se vincule à de Pernambuco, da Bahia e da Casa da Torre. Assim pode-se sobejamente afirmar que ela teve início em 1549 quando na esquadra do Governador Geral Tomé de Souza, fundador da

primeira Capital do Brasil, chegou o almoxarife Francisco Garcia d'Ávila. Foi ele a cepa mestra da família que se consagrou pela ocupação das terras tapuias do Sertão de Dentro onde promoveu intensiva e extensiva criação de gado.

Entre os anos 1565 e 1609 esse português de ambições feudais construiu a Casa da Torre nas proximidades de Salvador - BA. Sua construção em forma de castelo desempenhou papel importante na defesa da capital da Bahia, quando ainda era jovem o Brasil. Francisco Garcia d'Ávila recebeu por esse apoio o título de Conde da Torre ou do Castelo, o que lhe deu oportunidade e fôlego para ampliar a conquista e ocupação efetiva da terra onde, em 1552, criava já "perto de 200 cabeças de gado, fora porcos, cabras e éguas". (CALMON, 1974, p. 26 *apud* FONSECA, 1996, p. 18).

Em razão do crescimento requeria em 1º de maio e lhe era concedida a primeira sesmaria de "duas léguas pelos campos de Itapuã, entre os limites da cidade e a sesmaria de 6 (sic) léguas de litoral e 14 de fundos doada ao Conde de Castanheira. (CALMON, 1974, p. 24 *apud* FONSECA, 1996, p. 18).

Em 1573 a família de Francisco Garcia d'Ávila já se dedicava à criação de gado em amplas áreas do território baiano. Suas fazendas já se haviam estendido de Salvador ao Rio Real.

Não o impediram de desenvolver o rebanho, os índios em volta dos currais. Soube conviver com eles, tanto que em 1553 tirou uma cabocla da choça paterna, deu-lhe o nome cristão de Francisca Rodrigues e dela teve uma filha, que se chamou Isabel d'Ávila e foi genitora de seu neto e sucessor Francisco Dias d'Ávila (o primeiro). (FONSECA, 1996, p. 18).

Em 1574, Francisco Garcia d'Ávila iniciou a arquitetar a conquista das terras que hoje pertencem ao estado de Sergipe. Ele participou ativamente na articulação e promoção de uma guerra para ocupar aquelas terras ao norte do Rio Real onde pretendia criar gado para dar suporte aos engenhos de açúcar da Bahia. A Francisco Dias d'Ávila, seu neto sucessor que, por

cedo haver perdido o pai Diogo Dias, com ele se havia criado, destinou a responsabilidade de ampliar a ocupação até alcançar o Rio São Francisco e ultrapassar suas fronteiras. Em 1589 efetivou-se a guerra de conquista de Sergipe.

A guerra trouxe exterminação da sociedade indígena e também a escravização de muitos índios. O território foi dividido em 205 sesmarias, e ingressado no sistema de capitanias hereditárias. Antes de 1590, Sergipe não pertencia à administração real.

Em relação às sesmarias, os Ávila foram os que mais se beneficiaram; porém outros sesmeiros também receberam terras: como por exemplo, Belchior Moreia e Simão Dias. A maioria dos que receberam terras era de poucas posses, recebeu pelo menos uma légua de terra. Eles eram os brancos pobres, os peões, aventureiros de todos os bordos. (NUNES, 2011).

A seu filho Francisco Garcia d'Ávila II, Francisco Dias d'Ávila deixou a incumbência de ampliar as fazendas implantadas até então. Na qualidade de Capitão das Gentes, assim como haviam sido seus antecessores, Francisco Garcia d'Ávila II participou da guerra de expulsão dos holandeses. Nessa guerra lutou também a favor dos portugueses o famoso índio Tuxá Francisco Pereira Rodela. Embora nada se tenha escrito a respeito, é muito provável que se conheceram nos campos de batalha Garcia d'Ávila II, o aventureiro bisneto de Francisco Garcia d'Ávila I e o guerreiro índio Francisco Rodela.

Foi de Rodelas e vizinhança, quero dizer, da gente da tribo procás, que em 1639 partiu um reforço de 200 guerreiros sob o comando de um moço índio que se imortalizaria com o nome de Rodela, para, ao lado do índio Felipe Camarão, pôr a correr os holandeses da ribeira das Alagoas do São Francisco. Voltou herói o chefe guerreiro e seria batizado com o nome de Francisco – Francisco Rodela ou Francisco Pereira Rodela. Aí, em Rodelas, situaram-se os primeiros curreleiros da Sesmaria, que seriam possivelmente os primeiros das corredeiras do São Francisco, para, em seguida, alcançar a margem esquerda do rio

e penetrar Piauí a dentro até as terras da Paraíba e Rio Grande do Norte. Subindo o Rio Até Carinhanha. (FONSECA, 1996, p. 12).

Casou-se Francisco, em 1621, com Maria Pereira, filha de Manoel Pereira Gago, homem honrado a quem Francisco Garcia d'Ávila, em cláusula testamentária confiou os destinos do neto herdeiro e a guarda do patrimônio conquistado durante os sessenta anos que viveu no Brasil.

Deu-lhe, mais, como cérebro político e empresarial da Casa da Torre que assim já era chamada, ao Padre Antônio Pereira, seu filho. Esse afim de Francisco, tão logo se ordenou, tomou capelania na igreja de Nossa Senhora da Torre e daí não saiu jamais até à morte, salvo para acompanhar o cunhado Francisco Dias d'Ávila e mais tarde, o sobrinho cunhado Garcia d'Ávila e ainda o último sobrinho, o segundo Francisco Dias d'Ávila, aos vastos sertões da Bahia e Pernambuco. (FONSECA, 1996, p. 21).

Pelo que se lê em documentos do Arquivo Público da Bahia, o território atualmente pertencente aos municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova fazia parte do que se conhecia como Sertão de Rodelas. É muito provável que a ocupação do Médio e Submédio São Francisco efetivada pela Casa da Torre no Século XVII, tenha-se dado em função de acordo verbal que Francisco Garcia d'Ávila II celebrou com Francisco Rodela sem que dele tivessem conhecimento muitas etnias que ocupavam o vale. Ao índio guerreiro parecia vantajoso fazerem-se vaqueiros seus irmãos autóctones, com a proposta de permanecerem livres para a coleta, a caça, a pesca e o cultivo das caçaras de lameiro, na terra que sempre lhes pertenceu. Agradou-lhe, sobretudo, a proposta de terem à disposição bons cavalos e a apropriação de um quarto das crias do rebanho que para zelo lhes confiassem.

Embora anote, aqui, o ano de 1646 referindo-se à conquista, o que se deu nesse ano não foi ainda isso, porém, conforme escreve documentalmente em História da Casa da Torre, o descobrimento das aldeias dos índios Rodela ("o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de

Rodelas”, que são muitas” – diz a transcrição do papel, adiante). A conquista do chamado Sertão de Rodelas que, segundo outros autores alcançava o Piauí e, subindo o rio São Francisco chegava ao rio Carinhanha, viria depois, sendo seu promotor Francisco Dias d’Ávila, o segundo desse nome, e custaria muito sangue indígena. Aliás, não foi nesse ano de 1646 senão o requerimento da sesmaria, eis que estando as terras já então “povoadas de gados”, como aí se anotou, seu descobrimento se dera anteriormente. Recebendo em 1641, o título de capitão de ordenança, esse segundo Garcia, percorria, a partir de então, os caminhos sertanejos, a seu lado o tio Padre, que no ano seguinte o casaria com sua irmã Leonor. Pouco antes, em 1639, um moço indígena que se fez célebre com o nome de Índio Rodela, capitaneava duas centenas de seus irmãos na luta contra o invasor holandês. Não se sabe se Garcia d’Ávila, que, segundo Pedro Calmon, também esteve nesse campo de luta, o conheceu pessoalmente. Não há registro de que seu período de campanha coincidissem com o do índio. Entre 1639 e 1641, só são dois anos, e não é impossível o encontro dos dois chefes guerreiros, cada qual no comando de um troço militar. Sabia, sem dúvida, de seus feitos heroicos e teria informações sobre suas terras no Rio São Francisco. E ávido por terras como era, mais que os antepassados, disso tratariam, amigavelmente, quando do descobrimento das aldeias do Rodela. Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o índio Rodela “matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão”. (FONSECA, 1996, p. 24).

Pelo que se extrai das leituras de requerimentos e doações de sesmarias, nos primeiros tempos a ocupação portuguesa do território sertanejo do Vale do Rio São Francisco ocorreu por força de entendimentos que se fizeram entre os representantes da Casa da Torre e os líderes indígenas locais. Nessas negociações, pelo artifício do bombardeio ideológico colonialista missionário, recheado com proselitismo paternalista, os índios a eles subordinados parecia não perceberem estar sendo objetos passivos da história.

Pensavam ter participação ativa na relação que, sob seu ponto de vista lhes estava a trazer benefícios.

Dizem o Capitão Garcia d'Ávila e o Padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndio de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias, que são muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras lhas entregaram, e como tais as povoaram de gado. (FONSECA, 1996, p. 25).

De compra em compra, de presente em presente, de requerimento em requerimento, de sesmaria em sesmaria, em 1675, a família d'Ávila tinha já ampliado suas fazendas da margem sul do Rio São Francisco desde o Oceano Atlântico até a fronteira com o atual estado de Minas Gerais. Quando faleceu, Garcia d'Ávila II deixou afeito às lides pecuaristas e às longas jornadas sertanejas seu filho Francisco Dias d'Ávila II (para distingui-lo de seu avô que, por ter perdido seu pai em tenra idade foi criado por seu bisavô Francisco Garcia d'Ávila). Desde os dez anos de idade, ele o acompanhava na garupa do cavalo e ouvia as recomendações de seu tio conselheiro, o Padre Antônio Pereira. Aprendeu cedo a identificar e enfrentar as adversidades do sertão bravo.

Quanto aos índios Rodela, é certo que estes acolheram bem os descobridores e isso está perfeitamente entendido no requerimento de sesmaria transcrito no capítulo III: “despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias”... Quer dizer, com pequenas dádivas “compraram” as terras e a boa vontade dos legítimos senhores e tudo a partir daí, correu tão bem, que os Rodela estiveram

presentes às guerras de matança da raça ao lado do conquistador, mais de uma vez. Simples e ingênuos, deviam estar boquiabertos com a presença vistosa, encavalada e armada a fogo, da nova gente. A partir disso pode-se dizer pacífica a convivência ainda que na base do engodo. E também é justo dizer-se que a população indígena rodeleira conviveu desde os primeiros tempos com a população branco/mestiça em termos de explorado e explorador. Por exemplo, a sina de vender sua terra a troco de nada – bugigangas aqui, adiante fumo e cachaça, foi de nosso desprevenido nativo até quando já não teve o que vender. (FONSECA, 1996, p. 61).

A partir de 1674, Francisco Dias d'Ávila II iniciou a conquista de terras no além São Francisco, ampliando as sesmarias que, desde 1658 seus ancestrais haviam recebido na então capitania de Pernambuco até o Rio Carinhanha, fronteira atual da Bahia com Minas Gerais, e o Sudeste do Piauí. Depois, expandiu-se o latifúndio. Em 1711, a Casa da Torre tinha-se apropriado de oitenta léguas ao norte do Rio São Francisco, abrangendo terras do Piauí, Maranhão e Paraíba. (FONSECA, 1996, p. 131). Auxiliaram-no nessa campanha, seu tio-avô o Padre Antônio Pereira, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Souza Fagundes, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Ravasco, Francisco Julião, Domingos e Francisco Rodrigues de Carvalho e Manoel Gonçalves.

Viriam também outras terras à margem esquerda do São Francisco, que estavam entre o rio Pajeú e o rio Carinhanha, penetrando longe as terras de Pernambuco, Piauí, Maranhão e Paraíba. Era tudo. Todo o mundo sertanejo, não ficava nada para outrem. (FONSECA, 1996, p. 135-136).

Os membros da Casa da Torre não conseguiram colonizar e nem tampouco conhecer toda a terra que conquistaram. Não lhes restou alternativa que não fosse o arrendamento. Os rendeiros, seus agregados e escravos foram, assim, os verdadeiros povoadores das terras concedidas.

(...) E nessas terras, parte os donos delas têm currais próprios, parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano dez mil réis de foro. E enfim, como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e outras capitânicas, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais, que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado e os pastos, assim nos sítios como nos caminhos. (ANTONIL, 1711 *apud* OITICICA, 1969, p. 186).

Não foi diferente nos territórios hoje pertencentes aos municípios atingidos pelo Lago de Sobradinho. A ocupação europeia efetiva de seu atual território ocorreu quando ali se instalaram rendeiros, com o intuito de desenvolverem criação efetiva de gado bovino. Desses heróis da pecuária nordestina pouco se escreveu e rara memória se conservou.

[Por] bem sucedidos que fossem, currais com milhares de reses, curtiram o sertão bruto, enfrentaram fome e sede muitas vezes, muitas vezes doenças que, se não levavam à morte de pronto, traziam-na muito cedo na vida, em plena mocidade, no melhor da maturidade. A morada dos vaqueiros, nos primeiros dias foi o rancho de pau a pique e folhas na cobertura. Em seguida veio a casa de taipa. Mesmo os curraleiros - rendeiros, a regra era construírem a casa de taipa, salvo um ou outro, de grandes posses. (FONSECA, 1996, p. 139).

3.3.2.1 *De Sento Sé*

Francisco Garcia d'Ávila morreu relativamente jovem, quando seu filho Garcia, bisneto daquele que Tomé de Souza trouxera de Portugal à Bahia, tinha apenas 21 anos de idade. Para que ficasse em família o patrimônio conquistado até então, em 1642, Padre Antônio Pereira incentivou e celebrou o

casamento de seu sobrinho Garcia d'Ávila com sua irmã Leonor Pereira, tia do nubente. Para distingui-lo de seu bisavô, esse d'Ávida era conhecido como Garcia II.

Em 1646, ele e seu tio o Padre Antônio Pereira lavraram requerimento solicitando que lhes fosse oficialmente doada “uma terra sita no Rio de São Francisco, na parte onde chamam as aldeias do Rodela”. (FONSECA, 1996, p. 25). Argumentaram que haviam despendido mais de dois mil cruzados na educação dos índios e implantação de fazendas em terras que originalmente pertenciam aos nativos. No dia 22 de abril de 1651, o Governador Geral João Rodrigues de Vasconcelos e Souza assinou a carta, confirmando a concessão da sesmaria solicitada.

(...) hei por bem, e lhes faço em seu Real nome dar de sesmaria a terra que contém a sobredita Carta, que dela lhes havia passado, que é toda terra que se achar desde a primeira cachoeira, que o Rio São Francisco faz, por ele acima até ultrapassar a última aldeia dos Caririguaçus, com as ilhas, pontas, enseadas, pastos, matos e água, que a dita terra em si tiver, e da dita cachoeira para baixo até entestar com terras que estejam povoadas, e para a banda do sul, que é o limite da Capitania de Sergipe Del Rei toda a terra, que se achar até entestar com o termo desta da Bahia pelo termo que a divide no sertão, (...) dar em nome de Sua Majestade as terras nela contidas ao Capitão Garcia d'Ávila e ao Padre Antônio Pereira pelos respetos acima declarados. Para Vossa Excelência ver. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1651 *apud* FONSECA, 1996, p. 26-27).

Traduzindo-se o termo de concessão da sesmaria demandada e concedida a Garcia d'Ávila II e Padre Antônio Pereira, tem-se na então Província da Bahia a área de terra compreendida entre o Rio São Francisco, ao norte, o Rio Real ao Sul; o estado de Sergipe a leste e o Rio Salitre (última aldeia dos Caririguaçus) a oeste. Observa-se que, em 1573, as fazendas de gado da

família d'Ávila estendiam-se de Salvador (Rio Vermelho) ao Rio Real.

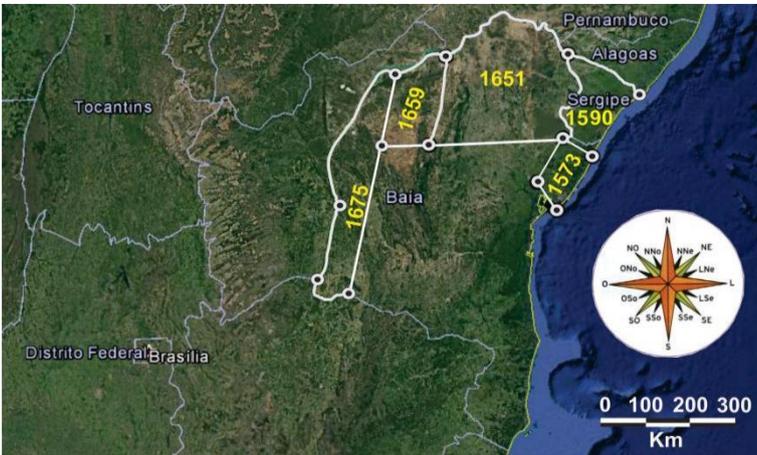
Em 1659, agregou-se nova sesmaria ao patrimônio da Família d'Ávila. O Padre Antônio Pereira, tio de Garcia d'Ávila, recebeu o trecho de terra que tinha o Rio Salitre como referência. Ela estendia-se rio acima até a foz do Riacho dos Paes, próximo à atual sede do município de Sento Sé.

Em 1659, o Padre Antônio Pereira obtém sua sesmaria de 20 léguas ao Sul do S. Francisco, a começar no Rio Salitre, que se constitui como o ponto de partida das 20 léguas, dez para um lado e dez para o outro. Carta de 2 de janeiro de 1659, 20 léguas pelo Rio de São Francisco acima no sertão, da parte do sul, toda a terra da barra do Rio Salitre no lugar onde se mete o Rio São Francisco, que se tomará como peão, descendo pelo Rio de São Francisco abaixo até encontrar com a dada que lhe deu o capitão-mor Baltazar de Queiroz, que o concessionário tem povoado, e da barra do Salitre 20 léguas de terra pelo mesmo Rio de São Francisco acima, rumo direito ressaltando pontas, enseadas e ilhas que houver para cima e para baixo, mas do Rio de São Francisco para o lado do sul, a largura que houver na jurisdição desta capitania, até entestar com a Bahia rumo de leste a oeste, que divide uma da outra da nasença do Rio Real, para o sertão com outro ponto de comprimento acima e abaixo quando tiver pelo Rio de São Francisco inclusive dentro desta dada, a nasença do Rio Itapicuru, e as serras de Eigipe-Iba e Jacobina com as mesmas que ficaram dentro desta dada, com todos os seus logradouros. (FREIRE, 1906, p. 29-30 *apud* FONSECA, 1996, p. 134).

Em 1675, a família d'Ávila ampliou seu patrimônio com mais 50 léguas da margem sul do Rio São Francisco. Alcançou, assim, a foz do Riacho de Ibotirama. Como naquele trecho o Rio São Francisco flui no sentido sul norte, alcançou igualmente o extremo oeste do lado direito do rio. Eram fronteiras desse latifúndio: o Riacho dos Paes, a leste; o Rio São Francisco, a oeste; o mesmo caudal permanente, ao norte e o Estado de Minas Gerais, ao Sul. (Fig. 190).

Em outubro de 1675 o Capitão Garcia d'Ávila, o mesmo Padre Pereira, Catarina Fogaça, Francisco Dias d'Ávila e Bernardo Pereira, obtém uma sesmaria de 10 léguas para cada um, 50 léguas pelo alto São Francisco, a começar do fim da sesmaria do Padre Pereira. Nos sertões do Rio de São Francisco acima, (...) correndo sempre o rumo direito pela baixa do Baixo S. Francisco acima, ressalvando pontas, enseadas, ilhas que o dito rio fizer, e caso se encontre de permeio terras de caatingas e penedias, se ressalvaram também, de sorte que as 10 léguas de cada um sejam de pastos e terras onde possam criar gado, e para a parte do sul a largura que houver até entestar com a jurisdição da capitania da Bahia, fazendo rumo de leste a oeste que dividir uma da outra, e da nascença do Rio Real para o sertão com outro tanto de comprido acima quanto o que tiver pelo rio de S. Francisco acima com todas as terras, matos, pastos, águas que ficarem da parte de dentro. (FREIRE, 1906, p. 33 *apud* FONSECA, 1996, p. 134-135).

Figura 190 – Sesmarias conquistadas à direita do Rio São Francisco



Fonte: Google Earth (2019), adaptado pelo autor.

Quando faleceu, Garcia d'Ávila II deixou afeito às lides pecuaristas e às longas jornadas sertanejas seu filho Francisco Dias d'Ávila II (para distingui-lo de seu avô que, por ter perdido seu pai em tenra idade foi criado por seu bisavô Francisco

Garcia d'Ávila). Desde os dez anos de idade, ele o acompanhava na garupa do cavalo e ouvia as recomendações de seu tio conselheiro, o Padre Antônio Pereira. Aprendeu cedo a identificar e enfrentar as adversidades do sertão bravo.

A vida era curta para esses desbravadores, sujeita a adversidades de toda espécie – alimentação pobre nas jornadas, constituída em regra de carne seca e farinha, paçoca, certamente alguma caça, para os senhores, isso mesmo ou o que se desse para a soldadesca e os escravos. Não raro, fome e sede, as borrachas vazias para abastecer de cacimba em cacimba, em distâncias incertas. O gozo maior era o de somar o exercício de poder e a acumulação de terras, poder-se-ia dizer único – fazer multiplicarem-se bois e cavalos, ampliar o patrimônio familiar, o feudo, é bem a palavra, deixando tudo aos sucessores. Fora disso, distrair-se com as pobres e desprevenidas índias, ação repetidamente condenada, mas condenada em vão, pelos missionários. (FONSECA, 1996, p. 29).

Para administrar de perto as suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia de Sento Sé. (Fig. 191). Na oportunidade os índios da região estavam já em número reduzido e sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho subira o Rio São Francisco. Devido ao grande número de fazendas existentes, o Rio São Francisco ficou então conhecido como Rio dos Currais.

Figura 191 – Casa Imperial edificada pela Casa da Torre em Sento Sé



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kesting, 2014, p. 13)

Diz-se, pela história oral que o primeiro contato pessoal entre portugueses e índios ocorreu por acaso. Garcia d'Ávila II teria encontrado enfermo o chefe indígena da Etnia Amoipirá. Cuidou dele e conseguiu curá-lo da enfermidade. Desse contato teria nascido uma amizade longa e proveitosa para ambos. Há versões que diferem desse relato nos detalhes, mas preservam a essência dos fragmentos que se alojam nas conexões neurais da população sento-seense.

(...) numa noite como aquela, naquele mesmo local, homens como os que ali se encontravam, mantiveram-se em vigília na casa-grande, esperando os índios que, já tendo vindo por duas vezes de sua aldeia, para atacar a sede da Feitoria de São José da Barra, voltariam naquela noite, como os boréis estavam anunciando no escampo das trevas. E como os boréis avisaram, a indiada veio. A luta foi cruenta e crua, com os guerreiros de ambos os lados combatendo como feras, mas os portugueses e mamelucos, que defendiam a Feitoria, tinham a sorte ao seu lado, e a prova é que, no fragor do combate, o cacique atacante, ao tentar transpor uma paliçada, meteu o pé numa armadilha, caindo prisioneiro. Com o aprisionamento do chefe, os assaltantes debandaram-se, acossados pelos reinóis e mamelucos até dentro de sua aldeia, que foi incendiada para em seu lugar surgir, mais tarde, uma nova Feitoria.

A fazenda instalada sobre os restos fumegantes da aldeia destruída, embora registrada com outro nome, ficou sendo conhecida simplesmente por Aldeia, denominação que conserva até hoje.

O cacique aprisionado, como era costume, foi feito escravo dos que o tinham preado, sendo posto a trabalhar na Feitoria. O seu nome era Centocé (sic). Jovem ainda e muito hábil, não demorou a familiarizar-se com os reinóis e mamelucos, adaptando-se aos seus hábitos, aprendendo suas técnicas, a ponto de se tornar um elemento útil e estimado. Além dos serviços que prestava no amanho da terra e na criação do gado. Ajudava a pacificar as aldeias circunvizinhas, não tardando a que, graças ao seu gênio político e às suas inatas qualidades de diplomata, toda a vasta faixa de terra que compreendia a Feitoria entrasse a viver em paz com os índios das redondezas.

Cessado o perigo do ataque da indiada, o velho sesmeiro achou que tinha chegado o momento de ir buscar sua família para o sertão. Lá, um dia ele viaja para o litoral e depois de longos meses de espera regressou ao vale trazendo a mulher e os filhos, entre eles, vinha uma bela moça branca, de longas tranças e vestidos longos, que desde o primeiro instante encheu-se de amor pelo jovem índio, que, já então, ocupava um lugar de destaque na administração da feitoria.

Em princípio, a família se opôs ao romance, mas o par enamorado acabou vencendo a oposição dos parentes. E, cinco anos depois de haver caído escravo dos senhores da feitoria de São José da Barra, o cacique Centocé (sic) se casava com a filha mais velha de seu antigo amo. Havendo sua jovem esposa recebido como dote a sede da Feitoria e as terras circunjacentes, o caboclo reconquistou pelo casamento o que lhe tinha sido tomado pela força, voltando a reinar sobre a terra de seus maiores. Do casamento do sabido chefe índio com a filha do desbravador português nasceu os Nunes que, juntando aos velhos nomes portugueses o apelido Amoipirá do cacique, herdaram as terras e a fama do caboclo que se fez chefe branco. Com o passar dos séculos, a fazenda de Centocé (sic) virou, sucessivamente, Arraial, Freguesia, Vila Imperial e Município. (LINS, 2014 *apud* BORGES, 2017).

Muitos anos depois da morte de Sento Sé, esculpiu-se e postou-se um busto em sua homenagem na Vila Imperial. Em 1719, construiu-se a Capela de São José da Barra que, em 1752, elevou-se a Freguesia, com o nome de São José da Barra de Sento Sé, subordinada ao Arcebispado da Bahia. Seu primeiro vigário foi o Padre Domingos Alves de Souza.

A partir de 1763, quando a indústria açucareira decaiu na Zona da Mata e a capital do Brasil Colônia transferiu-se de Salvador para o Rio de Janeiro, o Nordeste inteiro sofreu grande depressão econômica e política. O café tornou-se a maior fonte de lucro na região Sudeste e a economia de Salvador entrou em declínio.

A região do Rio São Francisco, não poucas vezes, tornou-se, a partir de então, o refúgio de pessoas que viviam à margem da lei. A geração de feudos, a um só e mesmo tempo, promoveu o surgimento de fazendeiros com fama de heróis e vaqueiros com atributos de jagunços serviçais. Nesse período, muitas famílias procedentes do Piauí e de Pilão Arcado estabeleceram-se no território do atual município de Sento Sé para plantar cana de açúcar, instalar engenhos e fundar feitorias onde já se criava muito gado desde os velhos tempos das sesmarias concedidas à Casa da Torre.

Em vários brejos onde se plantava cana e produzia-se açúcar conservam-se seculares restos de fornos e moendas artesanais, torneadas em troncos de madeiras de lei. Elas são restos evidentes da cultura material produzida no período em que Sento Sé era autossuficiente na produção de charque, couro, laticíneos, açúcar e sal. Os brejos (boqueirões e grotas) eram ocupados por grupos pré-históricos, como atestam os painéis de pintura rupestre que neles se conservam com abundância. (Fig. 192 a 202).

Figura 192 – Grota do Brejo dos Paes, próximo ao Riacho dos Paes



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 193 – Restos do forno de um velho engenho de açúcar



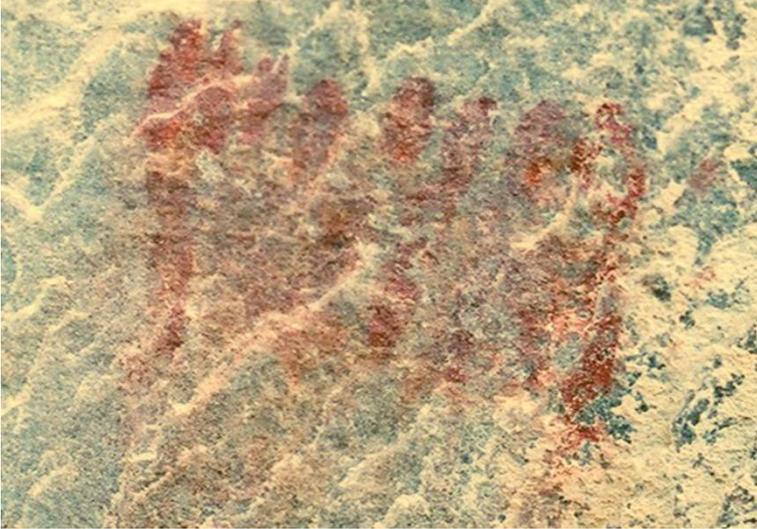
Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 194 – Conjunto de moendas no Brejo dos Paes, em Sento Sé



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 195 – Grota de Pintura rupestre no Brejo dos Paes



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 196 – Boqueirão da Imbaúba, próximo ao Brejo da Brásida



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 197 – Restos do forno de um velho engenho de açúcar



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 198 – Resto de moenda no Boqueirão da Imbaúba, Sento Sé



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 199 – Painel de pintura rupestre no Boqueirão da Imbaúba



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 200 – Boqueirão do Quirino, próximo à Lagoa do Mari



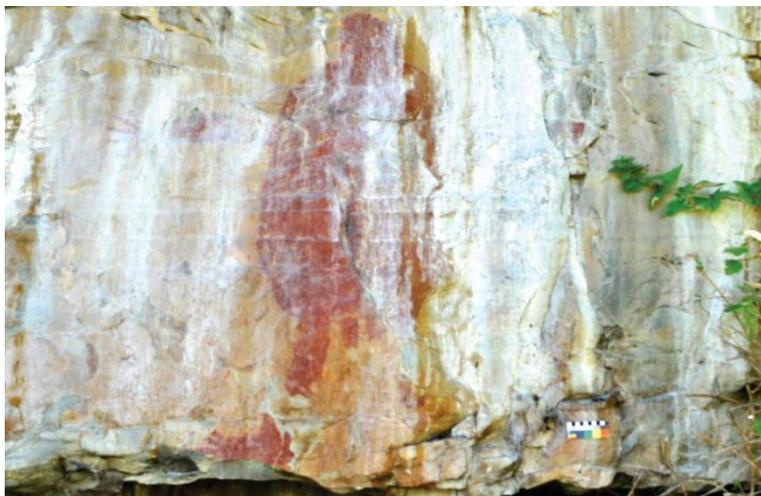
Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 201 – Moenda artesanal no Boqueirão do Quirino



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 202 – Painel de pintura rupestre no Boqueirão do Quirino



Fonte: Acervo do autor (2010)

Pelo Decreto Imperial de 06 de julho de 1832, Sento Sé emancipou-se e, em 1833, instalou-se sua sede na antiga

povoação que se fundara na velha aldeia da barra do Riacho Mulungu. Em 21 de novembro de 1883 confirmou-se a emancipação política com a presença do presidente da província, Joaquim José Pinheiro Vasconcelos. (COELHO, 2009 apud KESTERING, 2014, p. 12).

Enquanto Sento Sé prosperava em ambiente relativamente tranquilo, na vizinha cidade de Pilão Arcado, por diversas vezes, implantou-se o terror, com ferrenhas lutas entre Militão Plácido de França Antunes e a família Guerreiro. Derrotada em 1843, a família Guerreiro recolheu-se no solar da Vila Imperial, em Sento Sé. Esse panorama da história demonstra o significado que teve a Vila Imperial para o Vale do Rio São Francisco. O solar que nele havia foi restaurado no ano de 1873, como atestava o brasão fixado sobre sua porta de entrada.

Anos mais tarde, o Coronel Franklin de Albuquerque, nascido em 1881 e falecido em 1944, antes de se transferir para Pilão Arcado, estabeleceu-se na Vila Imperial. Sabe-se pela tradição oral que ele participou de muitas batalhas sangrentas, incluindo aquela de 1927, quando localizou e acuou rebeldes da Coluna Prestes. (Fig. 203).

Figura 203 – Coluna Prestes



Fonte: Pereira (2017 apud Borges, 2017)

A Coluna Prestes já havia tentado cruzar o São Francisco por duas vezes, mas sempre obstados pelas forças regulares do Exército e das polícias da Bahia, Sergipe e Pernambuco, retrocediam para a caatinga. A situação deles estava desesperadora, mas, impelidos pelo ideal da regeneração política no país, encontravam, em si mesmos, forças que venciam o cansaço e o inimigo. Naquela manhã de junho, rumando para Tabuleiro Alto, eles iam sem receio de encontrar opositores, sabedores que eram, de que as forças do governo estavam longe, [...] mal sabiam, porém, que àquelas horas o governo estava apelando para que os chefes regionais juntassem seus cabras às forças da legalidade. (LINS, 1964, p. 224 *apud* BORGES, 2017).

Em 1909, criou-se o distrito de Lagoa. Em 1911, quando Santo Sé, Alegre, Boqueirão, Lagoa, Oliveira e Tabuleiro Alto eram distritos, transferiu-se a sede municipal para o Arraial de Almeida, modificando-se o topônimo para Manoel Vitorino. Dois anos depois, a sede retornou para Santo Sé, ainda com o nome de Manoel Vitorino.

Em 1932, os sento-seenses passaram por momentos de apanhamento quando Lampião esteve em Oliveira, no distrito de Américo Alves. Ele e seu bando fizeram o povo tremer de medo. Depois de assaltar o comércio, pernoitou no Brejo da Palmeira e foi-se em boa hora, no outro dia cedo. O Brejo da Palmeira era ocupado por grupos pré-históricos como atestam os abundantes painéis de pintura rupestre que se conservam nas rochas metassedimentares de seu entorno. (Fig. 204 a 206).

Figura 204 – Brejo da Palmeira onde o grupo de Lampião pernoitou



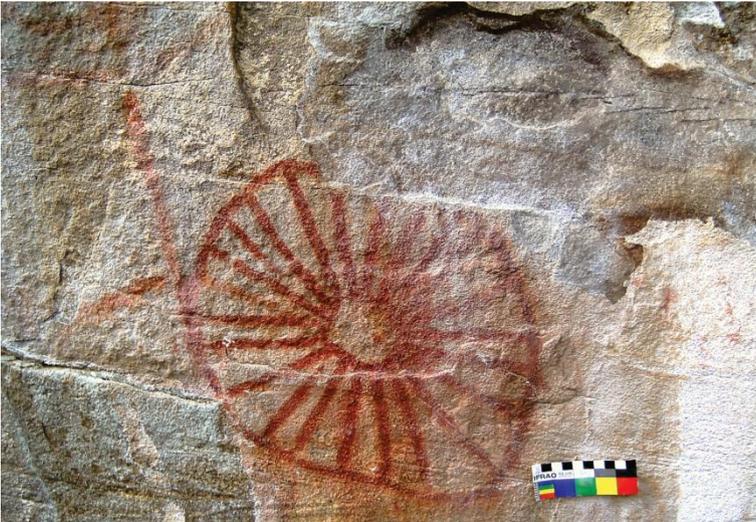
Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 205 – Vista aproximada do Brejo das Palmeiras



Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 206 – Pannel de pintura rupestre no Brejo das Palmeiras



Fonte: Acervo do autor (2010)

Por volta de 1933, “o bandoleiro Lampião atacou Oliveira, saqueando o comércio, mas fugiu antes da chegada da “volante” (polícia)”.

O prefeito e coronel de Sento Sé, nosso primo, Janjão, recebeu um bilhete, no qual seu irmão Tonhá, se declarava preso por Lampião e pedia 5:000\$000 (cinco contos de réis) para o seu resgate. Foi feito contato com o secretário da polícia do Governo à época, que determinou a ida a Sento Sé com uma pequena força e uma estação de Rádio da Polícia. Quando chegaram ainda pela madrugada em Oliveira, encontraram a população sobressaltada, a loja de Tonhá saqueada e de Lampião, nem rastro, porque preferira não esperar pelo dinheiro.

De imediato foi publicado no jornal O Estado da Bahia, “No momento a situação exata é a seguinte: praticado o saque de Oliveira e adjacências, em Sento Sé, Lampião encontra-se na Região de Serras que se estende de São Pedro a São Romão, talvez em rumo do Junco e Brejo da Brásida donde uma escapada eventual o poderá levar a municípios vizinhos”.

No município de Sento Sé, ele não contava com o coiteiro (indivíduo que o auxiliava, fornecia animais, indicações, munição de guerra e de boca) para sua salvação.

Depois da façanha de Oliveira e quando rumou para as serras, Lampião fez derrubar grande número de imbuzeiros, o que para o povo constituía indício de que preparava uma volta, aproveitando então as raízes sumarentas dos imbuzeiros.

Nos primeiros dias de permanência em Oliveira, Lampião e seu bando espancaram várias pessoas. O número de mulheres espancadas vem do fato de exigirem delas principalmente “ouro e dinheiro”, palavras que pronunciavam em primeiro lugar em qualquer povoado. O vaqueiro Ezequiel foi espancado porque, vendo o grupo, armou-se com o rifle e o enfrentou.

Quando o coronel Antônio Sento Sé (Tonhá) foi atender a porta, deparou-se com Lampião e dois bandidos, que o agarraram pelos braços. (VIEIRA *apud* BORGES, 2017).

Em 1933, Sento Sé constituía-se de cinco distritos, a saber: Manoel Vitorino (ex-Sento Sé), Alegre, Boqueirão, Lagoa e Tabuleiro Alto. Em 1934, pela Lei Estadual nº 8.818, volta a ser

denominado Sento Sé. Em 1936, tinha seis distritos: Sento Sé, Alegre, Boqueirão, Lagoa, Oliveira (ex-Manoel Vitorino) e Tabuleiro Alto.

Em 1938, pelo Decreto Estadual nº 11.089, os distritos Alegre, Oliveira e Tabuleiro Alto tomaram respectivamente as denominações Ouro Branco, Américo Alves e Cajuí. Em 1939, compunha-se de seis distritos: Sento Sé, Américo Alves (ex-Oliveira), Boqueirão, Cajuí (ex-Tabuleiro Alto), Lagoa e Ouro Branco (ex-Alegre). Em 1944, pelo Decreto Estadual nº 12.978, os distritos Boqueirão, Lagoa e Ouro Branco tiveram seus topônimos respectivamente alterados para Bossoroca, Piri e Amaniú.

Em 1950, constituía-se de seis distritos: Sento Sé, Amaniú (ex-Ouro Branco), Américo Alves, Bossoroca (ex-Boqueirão), Cajuí (ex-Lagoa) e Piri. Em 1953, pela Lei Estadual nº 628, foi criado o distrito de Minas do Mimoso (ex-povoado de Mimoso), com terras desmembradas do distrito de Amaniú. Em 1960, era constituído de sete distritos: Sento Sé, Amaniú, Américo Alves, Bossoroca, Cajuí, Minas do Mimoso e Piri. A velha Sento Sé era mais uma das tantas pacatas cidade do vale do Rio São Francisco. (Fig. 207 a 211).

Figura 207 – Velha cidade de Sento Sé



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kesting, 2014, p. 15)

Figura 208 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Acervo pessoal de José Gomes (2012)

Figura 209 – Praça central da velha cidade



Fonte: Coelho (2010)

Figura 210 – Vista parcial da velha cidade



Fonte: Borges (2017)

Figura 211 – Igreja da velha cidade



Fonte: Nascimento (2012)

Em Sento Sé, conservam-se, na memória popular, alguns mitos de origem indígena e/ou cabocla que se traduzem em lendas repassadas em prosa e verso. Às vezes, no legendário popular, mescla-se mitologia com pré-história e história remota com história recente. Em vários povoados e na sede do município conservam-se os mitos do Caipora, Caboclo Muribec, Homem Folhagem e Negro d'Água.

Caipora é uma entidade da mitologia indígena que se traduz como habitante do mato. Diz-se que seu corpo é todo coberto de pelos. Montado em completa nudez sobre um porco silvestre, caipora domina todos os animais. Em alguns lugares se defende ser ele um pequeno caboclo cocho, com um olho no meio da testa. Há quem afirma ser um índio ágil de baixa estatura, que se encantou para defender o meio ambiente. Outros argumentam tratar-se de um homem peludo, com vasta cabeleira. (Fig. 212).

Figura 212 - Caipora



Fonte: A lenda do Caipora (2010 *apud* Kesting, 2014, p. 19)

Ele ataca os caçadores que não cumprem acordos verbais celebrados com ele. Assim como o Curupira, de quem é parente ou se confunde, tem a missão de proteger os animais da floresta. É o terror de quem caça além do que necessita. O Caipora usa todos os seus conhecimentos sobre a vida na floresta para fazer armadilhas aos caçadores, destruir armas e bater nos cães de caça. Assusta caçadores, reproduzindo sons da floresta, além de modificar os caminhos e rastros para fazer com que se percam.

Aos domingos, sextas-feiras e dias santos o Caipora age com mais força e de maneira mais intensa. Uma forma de escapar da ação dele é oferecer-lhe fumo de corda e outros presentes, que devem ser deixados próximo ao tronco de uma árvore, de preferência numa quinta-feira, dizendo em alto e bom tom: "Toma, Caipora, deixa-me ir embora". Mesmo assim, não é garantia de que o Caipora não irá agir, pois dizem que ele pode ser traiçoeiro. O fracasso na empreitada é atribuído a seus ardis. Costuma-se dizer que alguém está com o Caipora quando atravessa uma fase de infelicidade e de empreendimentos mal sucedidos. (LENDA DO CAIPORA, 2010, *apud* KESTERING, 2014, p. 18-19).

Diz-se também em Sento Sé que no alto das serras da Chapada Diamantina mora o encantado Caboclo Muribec. Nunca foi visto. Vaqueiros e caçadores já ouviram sua voz, rouca e cansada. Não é de muita conversa. Quando alguém põe fogo na caatinga ou mata uma fêmea prenhe, costuma reclamar dizendo: "Aqui é lugar de respeito... Tem caboclo Muribec". Contam os garimpeiros que o Caboclo Muribec sabe onde o Romão Gramacho escondeu ouro, prata e diamante quando percorreu as caatingas do Vale do Rio Jacaré com grande carga de riquezas minerais, posta em alforjes no lombo de muitos burros e jumentos.

Contam os mais velhos que, nas trilhas das caatingas, principalmente perto dos boqueirões e das grotas, costuma

esconder-se o Homem Folhagem. Veste-se com folhas secas que cola no corpo com resina de amescla. Ele promove queda nas pessoas mal educadas, mas ensina o caminho de volta, quando o visitante tem bom comportamento, respeita a fauna e a flora e não deixa lixo espalhado nos lugares por onde anda.

Há pescadores na região de Sento Sé – BA que, ao sair para pescar, levam uma garrafa de cachaça e atiram-na ao lago, para que não se lhes aconteça de virarem a embarcação. Eles afirmam existir o Negro d'Água, alto e forte e careca. (Fig. 213).

Figura 213 – Negro d'Água



Fonte: Imagens de Negro D'água (2010 *apud* Kestering, 2014, p. 20)

Apresenta nadadeiras de anfíbio, corpo coberto de escamas intercaladas com pele desnuda. Tem os pés e as mãos de pato. Manifesta-se com gargalhadas e derruba a canoa dos pescadores quando se recusam a lhe dar um peixe. Costuma aparecer para pescadores e outras pessoas que pescam no Rio São Francisco e no lago. Sua função é preservar as águas. Amedronta as pessoas que não preservam a sua santa morada. Dá sustos, parte anzóis de pesca, fura redes, provoca enchentes e vira barcos. Gosta de virar as embarcações de quem derruba e queima a mata ciliar, joga lixo ou despeja esgoto no lago. Sua ira é maior contra aqueles que praticam a pesca predatória.

3.3.2.2 *De Sobradinho*

A colonização e a história efetiva do território hoje pertencente a Sobradinho iniciou em 1659 quando o Padre Antônio Pereira, tio de Garcia d'Ávila, recebeu como sesmaria o trecho de terra que tinha o Rio Salitre como referência. Ela estendia-se rio acima até a foz do Riacho dos Paes, próximo à atual sede do município de Sento Sé.

O Padre Antônio Pereira nunca fixou residência na sesmaria que lhe concedeu a Coroa portuguesa. Morava próximo a Salvador, na Casa da Torre onde foi capelão durante toda sua vida. Não lhe restou alternativa de ocupação efetiva que não fosse o arrendamento das terras. Rendeiros, agregados e escravos foram, assim, seus verdadeiros povoadores.

Esse afim de Francisco, tão logo se ordenou, tomou capelania na igreja Nossa Senhora da Torre e daí não saiu jamais até à morte, salvo para acompanhar o cunhado Francisco Dias d'Ávila e mais tarde, o sobrinho-cunhado Garcia d'Ávila e ainda o último sobrinho, o segundo Francisco Dias d'Ávila, aos vastos sertões da Bahia e Pernambuco. (FONSECA, 1996, p. 21).

Uma parte da sesmaria Padre Antônio arrendou a Domingos Afonso Sertão. Esse português nascido em Mafra fixou residência em uma casa assobradada que havia na Fazenda Tatauí ou, mais precisamente no Sítio Saco do Meio que a ela se integrava, junto à curva que o rio fazia antes que nele se construísse a Barragem de Sobradinho.

Domingos Sertão é referenciado no Sobradinho a partir de 1671. (...) Partindo de terras arrendadas no Sobradinho, fez a guerra aos índios do Piauí com os Ávilas. Aí foi sesmeiro e acumulou fortuna. (FONSECA, 1996, p. 13 e 47).

Na Fazenda Tatauí, Domingos Sertão mantinha posseiros agricultores nas caixaras de lameiro e escravos vaqueiros nas caatingas. Dois deles foram assassinados por índios da Etnia

Guegoá quando, em 1671, eram perseguidos por fazendeiros do Submédio São Francisco, na guerra em que, cruel e covardemente se mataram quase quinhentos nativos.

No dia seguinte, atravessou-se o riacho Dosré [Salitre] e acharam-se, no campo do inimigo, muitos bois mortos e retalhados e muitas cabras, algumas já meio assadas. Mas, como tudo isso já tinha um dia de permeio e ficara exposto ao Sol, tudo apodrecera e deixara emanações, que dificultavam a nossa presença. Fomos, então, a três léguas daí, a uma fazenda que os inimigos haviam incendiado depois de haver matado o dono e um negro, de que vimos os cadáveres. Encontramos muitos bois, que matamos e fizemos secar, para poder seguir o inimigo. (NANTES, 1701, p. 53).

Segundo a tradição oral, aos pés da Cachoeira de Sobradinho, no Serrote da Aldeia, hoje Vila São Francisco, residia uma tribo da Etnia Tamoquim, provável taba remanescente de grupos pré-históricos que, nas serras próximas, deixaram impressos profusos painéis de pintura rupestre.

Eles viram implantar-se e prosperar a fazenda em que se dizia transitar pelo céu das noites sem lua, uma estranha flecha de fogo que, na linguagem nativa chamava-se Tatauí (Tatá = fogo, uí = flecha). Nessa terra que lhe arrendou o Padre Antônio Pereira, Domingos Afonso deve ter deixado um casal de escravos, dez novilhas, um casal de equinos, um casal de cães, galinhas, porcos e sementes para lavoura, como o fez nas fazendas que anos depois implantou no Sudeste do Piauí.

Os índios Tamoquim aprenderam a arte de criar gado e ensinaram os portugueses a enfrentarem as durezas da vida no sertão nordestino. Essa aproximação fomentou casamentos com negros e portugueses, gerando os destemidos vaqueiros que fizeram prosperar a fazenda. Nela, durante séculos e coletivamente, criou-se gado solto na caatinga, caçaram-se pequenos animais nas chapadas, pescou-se no caudaloso Rio São Francisco e plantaram-se culturas individuais de subsistência familiar quando ele vazava.

Implantou-se, assim, a cultura do couro que se definia pelo respeito às tradições portuguesas como a dança da Roda de São Gonçalo e a Corrida de Argolinhas e pelo apreço aos milenares costumes indígenas quais eram o hábito de se banhar diariamente nas águas do rio, dançar o Toré, dormir na rede e viver do que a natureza oferecia. As casas de farinha, de onde saía o produto manufaturado para a confecção de beijus, papas, mingaus, bolos de macaxeira fresca ou puba, tapioca e paçoca, têm hoje os mesmos caracteres da pré-história. Elas são a mais autêntica comprovação da adequação portuguesa aos milenares costumes indígenas locais.

Ao morrer, no dia 18 de junho de 1711, Domingos Afonso Sertão deixou testamento em que constavam os jesuítas da Bahia e outros herdeiros de seu patrimônio edificado em solo piauiense e baiano.

Não tendo herdeiros, Domingos Afonso Sertão instituiu herdeira a sua alma, fórmula com que então se faziam grandes obras de misericórdia ao próximo, quer no sentido estrito da caridade imediata de misericórdia temporal, quer de misericórdia espiritual, sustentando instituições de ensino e formação de jovens, que iriam depois, já formados, exercitar de uma e outra maneira a caridade para com o próximo. O melhor de seus bens deixou-os ao noviciado que fundara; deixou também alguns ao Colégio da Baía; e inúmeros legados a seus servidores, amigos, irmãs, sobrinhos, e confrarias; alforriou a diversos escravos seus, dotou moças pobres e honestas; não esqueceu o Padre *procurador do próximo* (pobres e presos da cadeia); e instituiu encargos pios de missas, que deveriam ser ditas perpetuamente (ajuda indireta à Igreja), para os quais deixou rendimentos adequados. Nomeou em primeiro lugar executor do Testamento e administrador de todos os seus bens, o Reitor do Colégio da Baía, o que o fosse no momento, e os que lhe sucedessem. Era, na ocasião, o Pe. João Antônio Andreoni. Aceitou o encargo e oito dias depois escreve ao Geral, resumindo as disposições testamentárias e o que fez na

primeira semana, que se seguiu ao falecimento do fundador. (LEITE, 1945, p. 143).

Os vaqueiros ribeirinhos da Fazenda Tatauí viram centenas de mineiros e garimpeiros subirem o Rio São Francisco, procurando ouro e minérios diversos nas Minas Gerais, na época em que a mineração atingiu lugar de destaque na economia colonial, entre os anos 1696 e 1760. Esgotaram-se as minas e os sertanejos Tatauí continuaram dedicando-se às atividades agrícolas, extrativistas e coletoras que herdaram dos índios e às lides pecuaristas que aprenderam com os colonizadores.

De imediato, como amor à primeira vista, os nativos Tamoquim afeiçoaram-se à vaqueirama. Na segunda metade do Século XVIII, em território hoje pertencente a Sobradinho sediava-se a Fazenda Tatauí e os sítios Saco do Meio (Juacema) e São Antônio. Na Fazenda Tatauí moravam membros das famílias Pereira, da Fonseca, Alves, Rodrigues, Aguiar e da Silva; no Sítio Saco do Meio, componentes das famílias Pereira, Carvalho, Sousa, de Sousa e dos Santos; no Sítio de Santo Antônio, integrantes das famílias Rodrigues, Vicente, da Costa, Coelho, da Conceição, Pacheco e Ferreira.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de [mil setecentos e cinquenta e quatro], batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente José, filho de Gonçalo Pereira e de sua mulher Lucinda Carvalho, moradores no Sítio do Saco do Meio: (...). (Registro 65).

Aos oito dias do mês de outubro de mil setecentos e sessenta e quatro, batizei solenemente e pus os Santos Óleos à inocente Caetana, filha de Estêvão Pereira e de sua mulher Catarina da Fonseca, moradores no lugar de Tatauí (...). (Registro 467).

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil setecentos e sessenta e sete batizou o Reverendo padre Frei Francisco de Sebastião, religioso capucho, superior da Missão de Juazeiro, de licença minha, e pôs os Santos Óleos, tudo solenemente, ao inocente Francisco, Filho de Ignácio Alves e de sua mulher Anna Rodrigues. Foram padrinhos

Eugênio de Aguiar Alves, filho de Francisco de Aguiar Alves e Joana de Aguiar Alves, filha de Ignácio de Aguiar Alves, todos moradores da Fazenda Tatauí (...). (Registro 510).

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano [mil] setecentos e sessenta e sete batizou o Reverendo Padre Frei Francisco de Sebastião, religioso capucho, superior da Missão de Juazeiro, de licença minha, solenemente e pôs os Santos Óleos ao inocente Manoel, filho de pai incógnito e de Maria, escrava de Francisco de Aguiar Alves. Foi padrinho Manoel de Aguiar, solteiro, todos moradores da Fazenda Tatauí. (...). (Registro 511).

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, ao inocente Manoel, filho legítimo de Ignácio de Aguiar e de Damiana da Silva, moradores na Fazenda do Tatauí (...). (Registro 605).

Aos dezesseis dias do mês de março de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo coadjutor o Padre Manoel do Rosário, a inocente Brásida, filha legítima de Marcos Rodrigues Vicente e sua mulher Antônia Maria da Costa, e pôs os Santos Óleos. Foi madrinha Anna Maria, casada, todos moradores no Sítio de Santo Antônio (...). (Registro 1059).

Aos sete dias de janeiro de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha o Reverendo Frei Ignácio de Jesus, ao inocente Manoel, filho legítimo de Bernardo Coelho e de sua mulher Anna Maria da Conceição. Foram padrinhos José Pacheco Ferreira e, por devoção, Nossa Senhora da Conceição, todos moradores no Sítio de Santo Antônio (...). (Registro 1062).

Aos vinte dias do mês de março de mil setecentos e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha o Reverendo Padre José Dias Denis Peres, da Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, a inocente Maria, filha legítima de Bernardo Pacheco e de sua mulher Anna Maria da Conceição. Foi padrinho Marcos Rodrigues

Vicente, casado, todos moradores no Sítio de Santo Antônio (...). (Registro 1063).

Aos oito dias do mês de março de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia de São José de Santo Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os Santos Óleos o Reverendo Coadjutor atual o Padre Manoel do Rosário ao inocente José, filho legítimo de Paulo Sousa e Anna de Sousa. Foram padrinhos José dos Santos, solteiro, e Maria de Sousa, solteira, filhos legítimos de Francisco de Sousa, todos moradores no Saco do Meio (...). (Registro 1135). (LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ, 1752-1783).

Em 1971, iniciou-se novo capítulo da história de Sobradinho quando se decidiu construir a barragem destinada a regularizar a vazão do Rio São Francisco para a geração constante de energia elétrica nas usinas à jusante quais eram a de Paulo Afonso e Moxotó e seriam as de Itaparica, Xingó e Orocó. Em 1973, o Ministério das Minas e Energia, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF instalou-se na região com o exclusivo propósito de construí-la. Para a escavação e o assentamento das fundações da barragem e as obras de concreto que começaram em 1974 empregaram-se em torno de 20.000 trabalhadores, chefes de famílias de 21 Estados da Federação. Concluídos os diques, com a média de 41 metros de altura e 13 quilômetros de extensão, represou-se o Velho Chico, em 1977, quando se iniciou a geração de 1.050 Megawatts de energia elétrica. A conclusão das obras de Sobradinho ocorreu em 1981 quando se implantou o moderno sistema de eclusa que viabilizou a navegação do trecho de 1.500 quilômetros do Rio São Francisco, compreendido entre as cidades de Pirapora - MG e Juazeiro - BA. (Fig. 214).

Para abrigar a mão de obra especializada, composta por técnicos, engenheiros, médicos, profissionais de educação e respectivas famílias, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) construiu as vilas Santana e São Francisco, com infraestrutura completa. As casas eram confortáveis e seguras.

Dotaram-se as vilas de energia elétrica, rede de esgoto, hotel de trânsito, restaurantes, escolas, igrejas, supermercados, cinemas, pista de pouso e clubes com campos de futebol e quadras poliesportivas. Na Vila Santana, espaço que se dizia dos ricos, morava o staff da obra (engenheiros, médicos, técnicos, professores, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais). Na Vila São Francisco, espaço dos que se chamavam cachimbos, residiam mestres de obra, pedreiros, carpinteiros, encanadores e professores. Nela havia um complexo comercial, um clube social com cinema, um pequeno zoológico, uma escola exclusiva para os filhos de funcionários, uma igreja e um grande restaurante (Oresthur), que posteriormente passou a ser a sede da gerência da CHESF.

Figura 214 – Escavação para fundações da Barragem de Sobradinho



Fonte: Moreira (2017)

A maioria das pessoas que afluiu a Sobradinho constituía-se, porém, de funcionários de empreiteiras e de subempreiteiras que, por se haverem encantado com as promessas que se lhes faziam, buscavam melhores condições de vida. Nada era como

pensavam que fosse. O seu salário era baixíssimo (aproximadamente 32 centavos de dólar por hora). O que ganhavam dava mal para comer. Os perigos na construção eram constantes. Com carga de trabalho de mais de 10 horas diárias, muitos se acidentaram e morreram. Diz-se que, muitos deles no próprio canteiro de obras eram concretados ou enterrados para que ninguém ficasse sabendo e, assim, não se pagava indenização à família. Era uma verdadeira história de terror a desses infelizes trabalhadores. Não se evadiam porque não tinham condições financeiras para fazê-lo.

A população dos que se dizia nada terem assentou-se na Vila São Joaquim, no Alto do Zé Pretinho que, por ser infestada de ectoparasitas conhecia-se como Alto dos Carrapatos, indenizou-se a Juca Pombo. Formou ali um aglomerado humano abrigado em barracos de papelão, folhas de flandres, lona, esteira de tabua e taipa. No centro dele, onde anos mais tarde se implantou a Praça Sete de Setembro, havia um grande umbuzeiro em cuja sombra ficava a antiga feirinha. Próximo a ela, em rústicas estruturas de esteira, tábuas velhas e sacos vazios, concentrava-se o conjunto de serviços essenciais como matadouros, armarinhos, mercearias, bares, cafés, costureiras e açougues. Havia também o cinema do cigano, que se montou em lona. Ali, instalavam-se, periodicamente, também os parques de diversão e os circos. Sobradinho fez-se, assim, o maior e mais desumano povoado do Distrito de Junco, município de Juazeiro. Aos poucos, ordenou-se a ocupação transformando-se em comunidade. Com o passar do tempo, essas habitações foram melhorando e surgiram as primeiras casas de taipa, com cobertura de palha. Posteriormente, elas foram substituídas por casas de alvenaria e telhas de cerâmica.

Fora do acampamento da empresa construtora da barragem, os trabalhadores da Vila São Joaquim, amargavam cruel sentimento de exclusão. A maioria dela, chegada que era de vários estados do Nordeste, mormente do Vale do São

Francisco, exercia atividades ligadas à agricultura de subsistência, à pesca e ao comércio. Em janeiro de 1982, organizou um movimento popular para a retirada da cerca da vergonha que a separava do acampamento.

Os desapropriados da área do reservatório foram os primeiros habitantes da Vila São Joaquim. Muitos forasteiros em busca de trabalho, com suas crenças e traços culturais próprios, somaram-se aos nativos da região. A vida pacata da Fazenda Tatauí, cedeu lugar à agitação do aglomerado humano desorganizado. Começaram os registros de violências, crimes, assaltos e prostituição. Assim, o Alto do Carrapato passou a ser conhecido como Cai Duro. Nele os operários que moravam nos alojamentos da Vila São Francisco, frequentavam o baixo meretrício armados de peixeira e revólver. Com isso, Sobradinho ficou conhecido em toda a região por sua violência.

Em 1974, havia já 910 habitações de alvenaria e 570 de taipa. Visando abastecer a população com água tratada implantou-se rústico sistema de abastecimento com sete chafarizes tanques, substituídos anos mais tarde por 32 comuns, distribuídos nas quadras.

Esse sistema perdurou por mais de dez anos. Não poucas vezes acordei às três horas da madrugada para colocar latas na fila do chafariz. Vi quando, em uma dessas filas empurrou-se meu velho amigo Antão Dias da Mota, batendo sua cabeça em uma pedra que junto a ele se pusera. Veio a falecer meu grande amigo, dias depois, em hospital de Juazeiro, vítima de edema pulmonar.

Outro capítulo da história de Sobradinho teve início com o término das obras de construção da barragem, quando o desemprego e a fome grassaram e assolaram o maior povoado do Município de Juazeiro. Nenhuma alternativa havia sido planejada para garantir a sobrevivência dos barrageiros, em maioria agricultores da região Nordeste do Brasil.

Graças à resistência, teimosia e coragem de seu povo, Sobradinho lutou contra todas as adversidades e conseguiu emancipar-se política e administrativamente, no ano exato em que Mikhail Gorbachev desnudava o bloco socialista para revelar ao mundo o fracasso da ditadura do proletariado. A bipolaridade que, durante décadas, justificara a guerra fria entre capitalistas e socialistas, cedeu lugar à multipolaridade, no exato momento em que, em Sobradinho, davam-se tréguas às divergências pessoais e ideológicas para, em mutirão, emancipar-se a terra que os barrageiros adotaram como sua.

Em 08 de janeiro de 1989, realizou-se um plebiscito para a aprovação de sua emancipação política. Dos 7.867 eleitores inscritos na localidade, 5.125 compareceram às 27 urnas para depositarem seu voto. 4.885 disseram “sim” à emancipação política, 81 anularam seus votos, 88 posicionaram-se contrários e 71 votaram em branco. Emancipou-se oficialmente do Município de Juazeiro no dia 24 de fevereiro de 1989, por força da Lei Estadual nº 4.843, publicada no Diário Oficial da Bahia, em 25 de fevereiro do mesmo ano. Sua sede integra as vilas Santana, São Francisco e São Joaquim.

Sobradinho, que fora idealizada inicialmente para servir apenas de acampamento aos trabalhadores necessários à construção da barragem, passava à categoria de Município porque muitas famílias decidiram adotar o lugar como moradia e nele fixaram residência. Após sua emancipação, passou a receber novos contingentes populacionais, com destaque ao conjunto de índios da Etnia Truká, oriundo da Ilha da Assunção, município de Cabrobó - PE.

Em Sobradinho conservam-se algumas memórias de mitos de origem indígena e/ou cabocla que se traduzem em lendas repassadas em prosa e verso. Às vezes, no legendário popular, mescla-se a mitologia pré-colonial com a história colonial e pós-colonial. Os principais mitos da tradição Tamoquim são: Juacema, Jurupari, Curupira e Negro d'Água.

Diz-se que Juacema nasceu próximo ao Serrote da Aldeia, onde se edificou a Vila São Francisco. Contam os velhos que ela desabrochou para a vida no início da primavera, quando os juazeiros floridos prenunciavam as chuvas. Recebeu, por isso, o nome de Juazeiro Florido que, na linguagem indígena local, se dizia Juacema. A natureza privilegiou-a com rara beleza. Quando menina moça era cobiçada pelos curumins da tribo. Banhava-se, solitária, na cachoeira que ali havia, em um pequeno caldeirão esculpido em maciça rocha, pelas águas cristalinas do Rio São Francisco.

O sol via-lhe todos os dias, na intimidade de sua completa nudez, laureada pelo arco-íris desenhado em tênue véu que o vento tecia com ínfimas gotas de água suspensas no ar. Apaixonou-se por ela. De seu amor nasceu Jurupari, curumim travesso que cresceu aos pés da cachoeira, banhando-se com sua mãe nas águas do Rio. Juacema viu chegar o colonizador português. Casou-se com um deles e gerou filhos que viveram felizes, na margem do Rio São Francisco, junto à ilha de Santana do Sobrado. No ano de 1977, as águas do Lago de Sobradinho cobriram o povoado de Juacema onde se diz ter vivido e foi sepultada a mãe de Jurupari.

Quando adolescente, Jurupari, filho de Juacema, encantou-se e incorporou-se em um grande morcego. Escondia-se nas tocas de pedra da Serra de Sobradinho para proteger o rio e a cachoeira onde se haviam banhado sua mãe e ele. Toda noite rondava as pedras, fiscalizando cada palmo do local onde nascera.

Diz-se que construção da barragem na cachoeira de Sobradinho despertou em Jurupari um profundo sentimento de revolta. Enfurecido, faz chegar, por isso, fortes ventos na região, nos meses da florada do juazeiro, quando relembra o aniversário de sua mãe. Formam-se, então, grandes ondas no Lago de Sobradinho, pondo em risco a vida de barqueiros desavisados. Velejadores de todo o Brasil não temem, porém,

a ira de Jurupari. Armados de bravura desafiam-no, anualmente, na Copa Sobradinho de Vela.

José de Anchieta fazia menção ao Curupira, em 1560. É uma figura do folclore brasileiro, caracterizada em várias regiões do Brasil como uma entidade das matas. É um anão de cabelos compridos e vermelhos, cuja característica principal é a de ter os pés virados para trás. Protege a floresta e os animais, afugentando caçadores que não respeitam o período de procriação e amamentação dos animais e caçam além do necessário à sobrevivência.

Costuma-se dizer que provoca ruídos semelhantes à queda de grandes árvores para atemorizar lenhadores que depredam a natureza ou promovem a derrubada de árvores de forma predatória. O Curupira emite agudos assovios para assustar e confundir caçadores e lenhadores, além de criar ilusões, até que os malfeitores se percam ou enlouqueçam-se no meio da mata. Seus pés, virados para trás, servem para despistar os caçadores, que, ao irem atrás das pegadas, vão na direção errada. Para que isso não aconteça, caçadores e lenhadores costumam suborná-lo com iguarias deixadas em lugares estratégicos. O Curupira, distraído com tais oferendas, esquece-se de suas artes e deixa de dar as pistas falsas e os chamados enganosos. Dizem que o Curupira habita as serras dos arredores de Sobradinho. Provoca acidentes, às vezes fatais, a quem agride a natureza. Seus maiores inimigos são os que derrubam árvores, põem fogo nas matas e praticam a caça predatória.

Há pescadores na região de Sobradinho – BA que, ao saírem para pescar, levam uma garrafa de cachaça e atiram-na no rio, para que não tenham sua embarcação virada. Eles afirmam que o Negro d'Água existe. Dizem que é uma fusão de um negro alto e forte, com um anfíbio. Tem nadadeiras de anfíbio e corpo coberto de escamas mistas com pele. É negro e careca. Tem os pés e as mãos de pato. Contam que se manifesta com

gargalhadas e derruba a canoa dos pescadores quando eles se recusam a lhe dar um peixe. Segundo a tradição oral, o Negro d'Água costuma aparecer a pescadores e outras pessoas que estão no rio. Não há evidências de como surgiu esta tradição. O que se sabe é que só habita os rios e raramente sai dele. Sua função é preservar o leito dos fluxos de água. Amedronta quem não preserva a sua santa morada, dando sustos, partindo anzóis de pesca, furando redes, provocando enchente e virando barcos. Gosta de virar as embarcações de quem derruba e queima a mata ciliar, joga lixo ou despeja esgoto no rio. Sua ira é maior contra aqueles que praticam a pesca predatória, principalmente nos meses da piracema.

À cultura original dos remanescentes da Etnia Tamoquim, somaram-se rituais da cultura portuguesa e das regiões de origem dos construtores da Barragem de Sobradinho. Assim, preservam-se na Terra da Barragem as danças: de Abóbora faz Melão, Ciranda, Saga de Vaqueiro, Roda de São Gonçalo, Xaxado, Reisado, Quadrilha de São João e Roda de Capoeira. (Fig. 215 a 222).

Figura 215 – Dança de Abóbora faz Melão



Fonte: Kesting e Belarmino (2016, p. 110)

Figura 216 – Dança da Ciranda



Fonte: Kesting e Belarmino (2016, p. 116)

Figura 217 – Dança da Saga do Vaqueiro



Fonte: Kesting (2016, p. 122)

Figura 218 – Dança da Roda de São Gonçalo



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 143)

Figura 219 – Dança do Xaxado



Fonte: Sousa *et al.* (2016, p. 154)

Figura 220 – Reisado



Fonte: Florio *et al.* (2016, p. 163)

Figura 221 – Quadrilha de São João



Fonte: Coelho *et al.* (2016, p. 172)

Figura 222 – Roda de Capoeira



Fonte: Kesting *et al.* (2016, p. 213)

3.3.2.3 *De Pilão Arcado*

Não há como compreender a história de Pilão Arcado sem que se vincule à de Pernambuco, da Bahia e da Casa da Torre. Muito embora fosse o seu território concedido em sesmaria que se fez aos membros da família d'Ávila, seus primeiros colonizadores efetivos foram membros das famílias portuguesas Guerreiro e Bernardo.

No dia 18 de janeiro 1771, por uma carta régia, implantou-se a Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado em cuja sede se construiu uma capela. O topônimo liga-se à tradição oral de que, à margem do Rio, alguns pescadores teriam encontrado um pilão em que se triturava sal para a desidratação do pescado.

Dos fins do Século XVIII até o ano de 1808, houve lutas entre as famílias Guerreiro e Militão Plácido da França Antunes,

conseguindo-se com elas anular o predomínio dos primeiros. Em 1820, Militão apoderou-se de todo o território hoje pertencente aos municípios de Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes. Ali exerceu grande poder político e econômico até o ano de sua morte, em 1860.

Seu poder econômico confundia-se com prestígio político e força militar. Para consolidá-los, tinha a seu serviço uma numerosa e muito bem armada milícia de jagunços. Ele era, assim, de fato, a autoridade absoluta do Médio e Submédio São Francisco. “No vazio institucional, Militão era o Estado”. (SILVA, 2010, p. 61).

No dia 15 de janeiro de 1810, por força de um Alvará, o distrito de Santo Antônio de Pilão Arcado elevou-se à categoria de vila.

No dia 14 de dezembro de 1857, por força da Lei Provincial nº 650, extinguiu-se a Vila de Pilão Arcado e transferiu-se sua sede para o município de Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado.

No dia 23 de julho de 1889, por força da Lei Provincial nº 2693, restaurou-se a freguesia e, no dia 31 de outubro de 1890, elevou-se novamente à categoria de Vila de Santo Antônio de Pilão Arcado. Em 1938, elevou-se à categoria de cidade.

Na velha cidade não havia bairros e nem quadras. Ela se dividia por ruas. As mais importantes eram: Barão do Rio Branco, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, das Flores, Barão de Cotegipe, J. J. Seabra, Santa Isabel e do Meio. Havia quatro praças conhecidas como: Coronel Franklin Lins, Castro Alves, Central e Barão do Rio Branco. Seus principais edifícios públicos eram: Escola Professora Sofia Mascarenhas de Albuquerque, delegacia, mercado municipal, cemitério, cais e a oitocentista Igreja Santo Antônio. (Fig. 223 a 226).

Nos quarenta dias que antecedem à Páscoa da Ressurreição, realizavam-se em Pilão Arcado as penitências. Elas eram levadas a efeito pelos disciplinadores e alimentadores de almas.

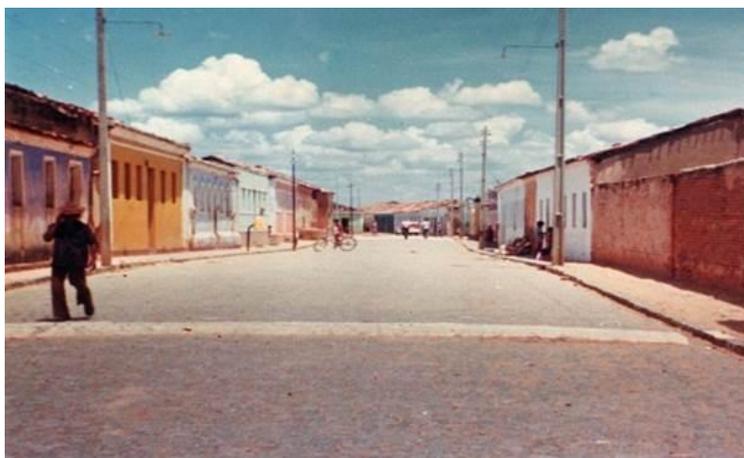
(Fig. 227). Diz-se que se devem essas tradições religiosas aos capuchos e franciscanos que, no início do Século XVIII, as introduziram no Vale do São Francisco.

Figura 223 – Rua Barão de Cotegipe



Fonte: Acervo do IBGE (1957)

Figura 224- Rua do Meio



Fonte: Pilão Arcado Submersa (2013 *apud* Silva, 2016, p. 38)

Figura 225 - Praça central da antiga cidade de Pilão Arcado



Fonte: Pilão Arcado Submersa (2013 *apud* Silva, 2016, p. 39)

Figura 226 – Oitocentista igreja matriz da cidade de Pilão Arcado



Fonte: Acervo do IBGE (1957)

Figura 227 – Penitentes e alimentadores de almas



Fonte: Viva o Sertão (2015)

Os cordões saem de suas respectivas casas de oração, entoando benditos e ladainhas. Uma cruz preta de cedro virgem, entrelaçada por uma toalha branca com o rosto de Jesus Cristo vai carregada pelo primeiro alimentador do cordão (geralmente um homem). Logo atrás, uma penitente faz soar a matraca – instrumento de percussão feito de uma tábua de madeira com uma argola de ferro que, ao ser girada, produz um ruído seco. Ao terminar o ritual de cada noite, os alimentadores terão cumprido sete estações, em sete cruzeiros espalhados pelo percurso. Sete também é o número de anos do compromisso que cada membro do cordão assume com a penitência. Se acaso não cumprirem o tempo previsto, um parente deve substituir. Ao terminar o compromisso com saúde, geralmente, o presidente o renova por mais sete anos. (VIVA O SERTÃO, 2015).

3.3.2.4 *De Remanso*

Inicia-se, a caracterização do patrimônio cultural histórico de Remanso pela compreensão de sua estrutura econômica que, durante séculos baseou-se ora mais, ora menos, na pecuária,

na agricultura, na exploração de salinas e no comércio portuário.

Para atender às demandas da economia açucareira eminentemente litorânea, em meados do século XVI, introduziu-se gado vacum (*Bos taurus*) ao Brasil. Foi Tomé de Souza quem promoveu a importação da maior quantidade de cabeças para as capitanias de Pernambuco e Bahia, com o objetivo de suprir a carência de transporte, a tração animal e o abastecimento alimentar dos engenhos de cana-de-açúcar.

Inicialmente as atividades pecuárias limitavam-se ao litoral, porém os rebanhos danificavam as plantações. Com essa justificativa mais que convincente, promoveu-se a transferência das mancheias para o interior. A interiorização do gado visava também conter as invasões indígenas e manter reservas florestais próximas às fazendas canaveiras, para suprir as necessidades das caldeiras dos engenhos.

A princípio, os currais de gado localizavam-se na faixa costeira do Brasil, junto das lavouras de cana-de-açúcar. Devido aos conflitos provocados pela penetração dos animais nos canaviais, a criação do gado na costa foi proibida pelo governo português. Antes disso, Dom Pedro, em 30 de janeiro de 1698, ordenou que os pecuaristas, estabelecidos nas áreas entre Itapuã e Rio Vermelho na Bahia, deslocassem suas cabeças de gado para o interior num prazo de um mês, sob a alegação de os rebanhos estarem destruindo as roças de mandioca da região. Em 30 de janeiro de 1705, D. Rodrigo da Costa (Governador do Brasil), indeferiu o requerimento da Câmara da Vila de Boipeba que solicitava autorização para sua população criar, dentro do termo da vila, seus gados; e em outra carta, o mesmo D. Rodrigo notificou o Padre Vigário, o Coadjutor e demais moradores de Boipeba por continuarem a criar gado nas proximidades das plantações, acrescentando que se sua determinação não fosse atendida ele iria tomar as resoluções para se fazerem cumprir as ordens de sua majestade. Uma das providências tomadas pelo governo Provisório da Revolução Pernambucana, pelo decreto de 24 de março de 1817, foi de afastar o gado da lavoura: ‘todos

os nossos patriotas do prefixo termo dum mês da data do presente decreto retirem seus gados para os sertões [...] todo lavrador tem autoridade de matar o gado de qualquer qualidade que se achar devastando a lavoura'. (GOULART, 1966, p. 17).

O movimento de conquista colonialista do sertão da Bahia iniciou-se com a implantação de fazendas de gado nas margens dos rios Itapicuru, Paraguaçu e São Francisco. A importância desses cursos de água na ocupação e desenvolvimento dos sertões da Província de Todos os Santos deveu-se também à necessidade de transporte dos excedentes da produção agrícola e pecuária da região.

O sistema colonialista apoderou-se da margem esquerda do Rio São Francisco devido ao interesse de a coroa portuguesa efetivar o assenhoreamento de todo o território da colônia. Para tanto ela promoveu doações de terra para que os coronéis de sua confiança implantassem grandes fazendas de criação extensiva de gado. Assim, a ferro e fogo, consolidaram-se grandes fazendas pelas quais a Coroa Portuguesa ocupou o território sertanejo.

No sertão, a mestiçagem e a condição climática peculiar promoveram o surgimento do gado crioulo, com rusticidade, resistência, morfologia e fisiologia singulares.

No interior da capitania da Bahia, autoridades coloniais frequentemente deram cartas de sesmarias aos criadores de gado que reclamavam imensas áreas para a expansão da atividade. As doações de terras aos colonos portugueses no século XVI destinavam-se ao plantio de cana e à criação de gado. Os portugueses trouxeram boi, vaca, novilho, bezerro, cavalo, jumento, carneiro, bode, porco e aves domésticas. Assim, grande parte da tradição na pecuária brasileira é remanescente de Portugal. (PEIXOTO, 2006; CASCUDO, 1956 *apud* LEDOUX, 2015, p. 39).

O gado caracterizou o panorama econômico e social do sertão nordestino do século XVII. Atendeu a demanda do litoral, do

Maranhão à Bahia. Recife, Olinda e Salvador destacavam-se como centros consumidores.

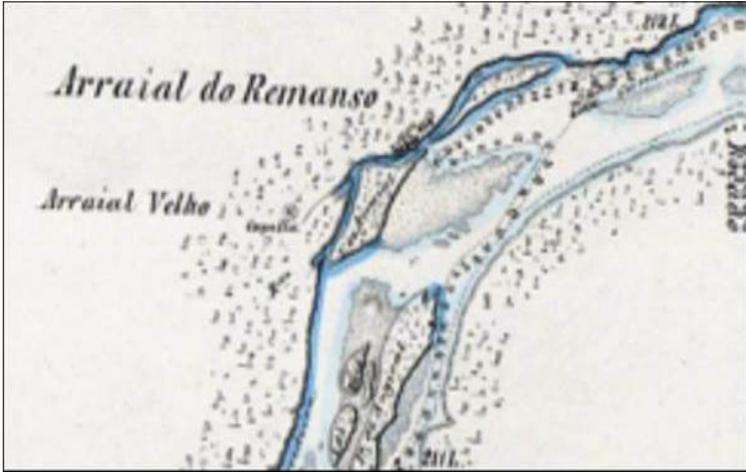
As primeiras incursões de colonizadores de origem ibérica à região onde hoje se localiza a cidade de Remanso datam do século XVII, quando se iniciou o processo de interiorização dos sertões brasis nordestinos. A colonização portuguesa do sertão sertanejo do Rio São Francisco estribou-se, fundamentalmente, na implantação de fazendas destinadas à criação extensiva de gado. Seus derivados como a carne, o leite e o couro, tornaram-se os subprodutos da economia regional. A pecuária impôs-se assim, como a atividade econômica predominante no Vale dos Currais. Ela foi responsável pela efetiva ocupação e povoamento colonizadores desse território e de sua integração com as demais áreas da América portuguesa. (SANTOS, 2005).

(...) as condições históricas sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro tornaram, pouco a pouco, as terras livres – onde se desfrutava de —paz e sossego – em terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras. (GERMANI, 2006, p. 142 *apud* SILVA, 2010, p. 56).

No final do século XVIII, alguns fugitivos das lutas armadas que se travavam entre fazendeiros de Pilão Arcado refugiaram-se à margem do Rio São Francisco, aumentando significativamente a população do então povoado de Remanso. Esse refúgio sustentou-se e prosperou porque as terras daquele lugar eram férteis e a vegetação, propícia à criação de gado⁶⁴. No remanso do rio havia muitas ilhas em que se plantava de vazante. (Fig. 228).

⁶⁴ Entre 1852 e 1854, a expedição científica coordenada por Halfeld descreveu pormenorizadamente o Rio São Francisco desde Pirapora até a foz. Nessa ocasião, registrou o arraial de Remanso.

Figura 228 – Arraial de Remanso segundo a expedição de Halfeld



Fonte: Halfeld (1853 apud Gandara 2014, p. 13)

Nesse tempo, as terras ocupadas pelos fugitivos de Pilão Arcado integravam a Fazenda Arraial de Nossa Senhora de Remanso, então pertencente à Casa da Ponte⁶⁵. No ano de 1810, graças à fartura das vazantes e prodigalidade da forragem nativa das caatingas, Remanso desmembrou-se de Juazeiro e passou a pertencer a Pilão Arcado, com o distintivo de distrito Nossa Senhora do Remanso.

Em 1824, devido às revoltas separatistas dos pernambucanos contra o Império, o território atualmente pertencente a Remanso integrou-se à Província de Minas Gerais. Em 1827,

⁶⁵ Os antigos cronistas asseveraram que o sertão da Bahia estava dividido entre a Casa da Torre e a Casa da Ponte. Somente depois de inúmeros litígios, os Ávila e os Guedes de Brito entram em acordo amigável na demarcação de suas terras. Dizem os juristas Amâncio José de Souza Neto e José Bonifácio de Abreu Mariani que, impedido pelo poderoso Guedes de Brito de se expandir rio acima, Francisco de Ávila – o famoso coronel, o mais destacado sertanista do último quartel do século XVII – voltou-se para a margem esquerda do rio São Francisco, ao longo da qual realizou a sua expansão. (ATAÍDE, 1995).

juntamente com todo o Além São Francisco, passou à administração da província da Bahia. Em seguida, segundo a tradição oral, doou-se à Casa da Torre de Garcia d'Ávila, pela contribuição que esse fidalgo português dera à expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco. Graças à intenção que a "Casa da Torre" tinha, de chegar ao que hoje corresponde ao território do estado do Piauí, construiu-se uma base militar na área correspondente ao atual município de Pilão Arcado a que Remanso se integrava. Implantou-se essa base por ordem do vice-rei D. João de Lencastre, com o intuito de explorar as muitas salinas e apoiar os colonizadores que se dedicavam à criação de gado e eram frequentemente atacados por grupos nativos resistentes.

Em 1829, para saldar uma dívida de Maria Francisca da Conceição Aragão, a fazenda onde se implantara o arraial do Remanso, que media duas léguas de margem por quatro léguas de fundo, foi arrematada por Joaquim José Gonçalves, ao preço de quatro contos de réis.

Em 1857, passou a integrar o território de Vila de Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado. Fundada por colonizadores de tradição cristã, em Remanso logo se edificaram templos religiosos que passaram por modificações e ampliaram-se ao longo do tempo. Iniciou-se com a construção de uma pequena capela com a frente voltada para o Rio São Francisco. Anos mais tarde, essa humilde edícula elevou-se à categoria de igreja matriz quando, em 1882, o Padre Henrique José Cavalcante iniciou naquele lugar a edificação de um suntuoso templo. (Fig. 229 e 230). Mesmo inacabado, ele foi inaugurado em 1894 e teve como primeiro vigário o Padre Bernardino Nunes de Almeida.

A velha cidade constituía-se de ruas estreitas, paralelas ao Rio São Francisco, com os principais edifícios públicos (delegacia, mercado municipal e cemitério) no mesmo sentido. Justificava-se que as frentes dessas edificações e estruturas se voltassem

para o rio porque era dele e por ele que chegavam os recursos fundamentais à sobrevivência da população. (Fig. 231 a 233).

Figura 229 – Igreja edificada por Padre Henrique Cavalcanti



Fonte: Acervo pessoal de Lúcia Libório (2016)

Figura 230 – Vista lateral da igreja matriz edificada pelo Pe. Henrique



Fonte: Remanso Passado e Presente (2018)

Figura 231 – Os recursos fundamentais à vida chegavam pelo rio



Fonte: Ferreira (1958, p. 151)

Mas naquela época, em que não havia estradas, comunicações instantâneas e tudo ia e vinha pelo rio, Brasil e Bahia eram abstrações. O pertencimento real – território real – estava na água e na terra, de onde emanava a vida. (SILVA, 2010, p. 64).

Figura 232 – A antiga cidade de Remanso era toda voltada para o Rio



Fonte: Flogão (2006)

Figura 233 – A velha cidade de Remanso voltava-se para o Rio



Fonte: Flogão (2006)

O crescimento econômico ocasionou desenvolvimento às cidades portuárias, especialmente aquelas que polarizavam o comércio, seguido dos serviços, como é o caso de Remanso e Juazeiro. Para elas convergiam a entrada e saída de produtos, bem como divisas para o Vale do São Francisco.

No dia 08 de setembro de 1890, por força da Lei Estadual nº 369, Remanso elevou-se à categoria de cidade, deixando de pertencer a Pilão Arcado. Após arvorar-se a cidade, a terra dos redemoinhos fluviais prosperou. Tinha como principais fontes de renda a pecuária, agricultura e piscicultura. Originalmente, constituía-se de três distritos: Remanso, Poços e Peixe que se mantiveram inalterados até 1938 quando, por força do decreto estadual nº 11089, o distrito de Peixe teve seu topônimo mudado para Campo Alegre de Lourdes. Remanso passou a ter a composição atual por força da lei estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1953, quando se compunha de quatro distritos: Remanso, Catita (antiga Campo Alegre), Peixe e Poços.

Inicialmente, a cidade das águas revoltas possuía apenas o logradouro da Latada, posteriormente intitulado de Rua Castro Alves a que a população local chamava de Rua da Latada⁶⁶. (Fig. 234). Deu-se esse nome porque, antes de construírem suas casas de pau a pique, as pessoas que lá chegavam, abrigavam-se em latadas de pano e palha.

Figura 234 – Rua da Latada em 1971



Fonte: Acervo de Lucíola Libório *apud* Ledoux (2017, p. 59)

Entre 1896 e 1920, os remansenses sofreram muito com acontecimentos relacionados a dois grupos políticos hegemônicos da época, os Cascudos e os Borboletas. Essas duas facções dividiram e envolveram a quase totalidade da população em acirrada contenda. Brigava-se pela administração da cidade. Esse conflito repercutiu até nas disputas entre bandas musicais.

Os Cascudos|| eram integrados por famílias de grande influência política e econômica na cidade: os Pinto, os Pereira, os Guanaes, os Branco. Do lado dos Borboletas estavam os Leite, os Lino, os Teixeira, os Rodrigues, os Nolasco, os Carmelo, os Antunes, clãs de menor projeção e poder de fogo. Os Cascudos|| sempre

⁶⁶ Latada é uma grade horizontal ou inclinada, de paus roliços, varas ou caniços que, disposta ao longo de uma parede, oferece suporte para panos, palhas, videiras ou outras plantas trepadeiras.

tiveram maior proeminência, destacando-se duas famílias que chegaram ao mando político por mais tempo e com maior intensidade, sendo a primeira, a família Guanaes, com três representantes ocupando a intendência no período: Tibúrcio Guanaes (1901), seu filho Landulfo Guanaes e em seguida, Eurico Guanaes, em 1933. Com o tempo, a família Guanaes passou a ter projeção no Estado, mas os descendentes não tiveram interesse pela política em Remanso. A segunda família, os Branco, posteriormente Castelo Branco – souberam manter-se no centro decisório por um período longo, tanto associada aos cargos políticos locais, como na dinastia coronelista que comandou a região até os anos 1930. Foi o mais proeminente dos Castelo Branco que pôs fim à disputa, no estilo da época: Essa divisão entre Cascudos e Borboletas só terminaria em 1919, quando o Cel. Anfilóbio Castelo Branco toma o poder político e expulsa os Borboletas de Remanso. (SANTOS, 2005, p. 27 *apud* SILVA, 2010, p. 89-90).

Passadas as brigas entre Canudos e Borboletas, começaram os coronéis a se conflitarem pelo domínio das propriedades rurais e do comércio portuário.

Desde janeiro, esta cidade está transformada numa praça de guerra. Atualmente, temos aqui 60 soldados, com espingardas e metralhadoras. Contínuas diligências são levadas a efeito no centro do município. O que delas resulta é a perseguição de fazendeiros indefesos, que vêm as suas propriedades invadidas, depredadas, saqueadas. Essas verdadeiras razias são dirigidas por criminosos da pior espécie, emparceirados com a polícia. Muitos fazendeiros, outrora opulentos, não possuem agora uma só cabeça de gado, outros procuram vender tudo que ainda lhes resta, para mudar de domicílio e fugir da inimizade política dos mandões Leobistas. (SANTOS, 2005, p. 103).

Com o crescimento da cidade, a Rua da Latada ampliou-se e implantaram-se alamedas. Surgiu, assim, o primeiro aglomerado urbano com o nome de Capão⁶⁷. Esse aglomerado

⁶⁷ Capão é um topônimo da caatinga. Constitui-se de uma área aberta, com vegetação baixa.

deu início aos cinco primeiros bairros, quais eram: Capão de Cima, Capão do Meio, Capão de Baixo, Gameleira e Piseiro. (Fig. 235 a 238). Nos bairros mais afastados do centro da cidade, havia problemas crônicos de pavimentação. A maioria das casas era de taipa, algumas das quais tinha cobertura de folhas de carnaúba. (Fig. 239).

Figura 235 – Capão de Cima



Fonte: Acervo de Adelaido Viana *apud* Ledoux (2017, p. 62)

Figura 236 – Capão do Meio



Fonte: Acervo de Adelaido Viana *apud* Ledoux (2017, p. 63)

Figura 237 – Capão de Baixo



Fonte: Acervo de Adelaido Viana *apud* Ledoux (2017, p. 63)

Figura 238 – Banca que ligava o centro da cidade ao Capão



Fonte: Acervo de Marisa Muniz (2000 *apud* Ledoux (2017, p. 61)

Figura 239 – Casas de taipa da periferia de Remanso

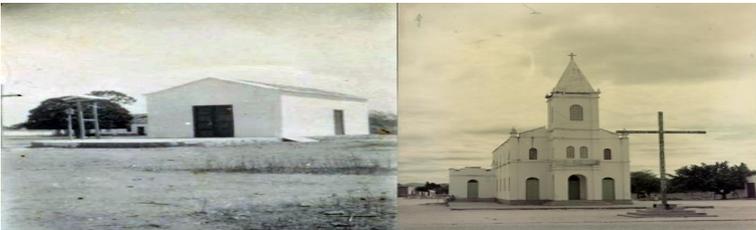


Fonte: Acervo de Lúcia Libório *apud* Ledoux (2017, p. 65)

(...). Uma banca de areia e granito era o seu elo com o centro da cidade. A várzea que se formava entre eles, por ocasião de grandes chuvas, enchia-se de água, transformando-se numa grande piscina natural, onde as crianças, além de se banharem, recolhiam ovos de lagartixa e retiravam barro para fazer brinquedos. Por que não adoeciam, ninguém sabe explicar, era o milagre da época. Com um forte comércio estabelecido, igreja, escolas e hospital, o capão tinha vida própria. (FIGUEIRÊDO, 2004, p. 13).

No Capão de Baixo localizava-se o Matadouro, a Capela da Sagrada Família, o Colégio Municipal Ruy Barbosa, o Grupo Escolar Olímpio Campinho, a Igreja Cristã Evangélica Ebenezer, O Centro Administrativo do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto, a Caixa d'Água, o Hospital da Fundação SESP e a Rua Chile onde havia uma difusora que a população conhecia como Rádio Primavera. (Fig. 240 a 244).

Figura 240 – Capela da Sagrada Família, antes e depois da reforma



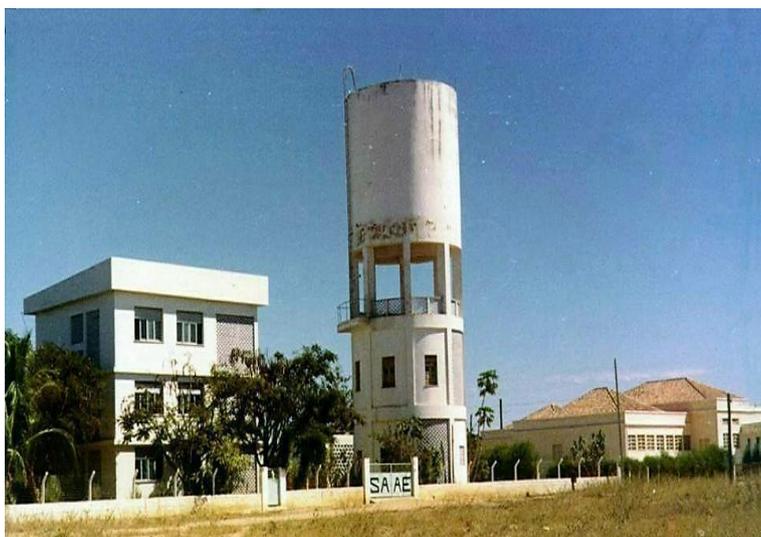
Fonte: Acervo da AABB (1978 *apud* Ledoux, 2017, p. 68)

Figura 241 – Igreja Cristã Evangélica Ebenezer



Fonte: Acervo de Adelaido Viana *apud* Ledoux (2017, p. 68)

Figura 242 – Sistema de Abastecimento, Caixa d'Água e Hospital



Fonte: Acervo de Zolany Campinho *apud* Ledoux (2017, p. 69)

Figura 243 – Colégio Municipal Ruy Barbosa na década de 1970



Fonte: Acervo de Marisa Muniz (2000 *apud* Ledoux, 2017, p. 70)

Figura 244 – Rua Chile na década de 1970



Fonte: Acervo de Adelaido Viana *apud* Ledoux (2017, p. 69)

Na pecuária de hoje, predominam os rebanhos de caprinos e ovinos em relação aos de bovinos. (Fig. 245). A pesca que antes era uma atividade econômica importante, praticada no Rio São Francisco é hoje decadente em função da escassez crescente do peixe no Lago de Sobradinho.

Figura 245 – Hoje, há pouco gado bovino na caatinga remansense



Fonte: Acervo do autor (2014)

No interior do município de Remanso, conservam-se algumas estruturas das fazendas originais, quando se criava muito gado solto nas caatingas. Na antiga Fazenda Brejo das Salinas, por exemplo, há um grande muro de pedra que, segundo se diz, foi construído com a utilização da mão de obra escrava dos nativos, catequizados nos aldeamentos que havia em Sento Sé, São Gonçalo do Salitre, Juazeiro e Ilha do Pontal. (Fig. 246 a 248).

Pela tradição oral preserva-se a informação de que essa enorme estrutura servia para proteger o gado, principalmente os bezerros, dos ataques frequentes das onças que em abundância havia nas serras do entorno.

Na sede da Fazenda Brejo das Salinas há uma fonte permanente de água doce. Nela dessedentam-se animais

domésticos, viventes silvestres e as famílias dos vaqueiros. Aproveita-se ainda hoje, como sempre dela se valeu, para se plantarem culturas permanentes e temporárias de subsistência nos solos húmicos e úmidos do entorno próximo. (Fig. 249 a 251).

Figura 246 – Muro de pedra na Fazenda Brejo das Salinas



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 247 – Muro de pedra na Fazenda Brejo das Salinas



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 248 – Muro de pedra na Fazenda Brejo das Salinas



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 249 – Sede da Fazenda Brejo das Salinas



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 250 – Fonte permanente de água doce na sede da fazenda



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 251 – Plantio de culturas permanentes e temporárias



Foto: O autor (2016)

A mandioca é cultivada praticamente em todo território brasileiro. Ela desempenha importante papel social quando utilizada para o consumo humano. É fonte de carboidratos e tem grande valor econômico devido à rusticidade, à facilidade de manejo, ao desembaraço no processamento e à liquidez comercial da farinha e fécula.

Na agricultura de Remanso sempre se destacou o cultivo de plantas de ciclo curto, destinadas ao autoconsumo e comercialização de excedentes. Sobressaem-se a mandioca, o milho, o feijão, a abóbora e a melancia. As várzeas e ilhas do Rio São Francisco onde outrora se desenvolviam as atividades agrícolas mais importantes, estão hoje encobertas pelas águas do Lago de Sobradinho.

Assim, concomitante à economia curraleira, conservaram-se em Remanso as milenares lides agrícolas de lameiro e de sequeiro. O principal afazer rurícola continuou sendo a do plantio, cultivo, e industrialização da mandioca, como muito bem o faziam, originalmente, os grupos pré-históricos ocupantes desse território. É por isso que as caiçaras e casas de farinha em que, respectivamente, ainda se utilizam técnicas artesanais de cultivo e processamento da mandioca, caracterizam-se como patrimônio cultural histórico.

As casas de farinha de Remanso – BA são monumentos históricos não apenas por serem espaços de processamento da mandioca, mas também porque nelas se preservam tradições passadas de pais para filhos em histórias, lembranças e vivências das atividades que ali se sucediam e se sucedem. Nesse espaço físico de processamento acontecem situações de ordem cultural que se preservam na memória individual e coletiva dos que fazem parte de tal processo. As atividades oportunizadas pelo ambiente, os artefatos e equipamentos constituem a identidade desses grupos.

O processo de fabricação da farinha, mais que uma atividade laborativa, era um acontecimento social. Reuniam-se as famílias da redondeza em uma casa de farinha, e num trabalho coletivo animado, se fazia a —desmancha, que consistia em raspar, triturar e prensar a mandioca, escoando seu líquido azedo, para em seguida torrar a massa seca em fornos de pedra, produzindo assim a farinha. O trabalho duro era abastecido com garrafas de pinga que circulavam entre as rapadeiras, carregadores ou torradores, cada um tirando uma — lapada|| para suportar o

esforço. O engenho de trituração da mandioca era movido por uma grande roda de madeira, girada por duas manivelas, que os homens acionavam, num trabalho que, mesmo excruciante, ainda rendia cantorias e chistes, sendo um evento de interação social muito aguardado. O pagamento pelo trabalho geralmente era feito em produto, que era dividido entre as famílias participantes. (SILVA, 2010, p. 132).

Por razões de inércia filogenética e por cumprirem funções mnemônicas⁶⁸, mantiveram-se nas casas de farinha de Remanso, durante séculos, técnicas e ações ritualísticas que se caracterizam como atributos da identidade remansense.

Entende-se como inércia filogenética a manutenção de atributos de identidade que foram úteis à sobrevivência de um grupo social no passado, porém são inapropriados para as condições ambientais presentes. As culturas e os *genes* têm sistemas de heranças conservadoras que podem não responder instantaneamente às provocações das circunstâncias novas. As pessoas adquirem, dos mais velhos, conhecimentos que podem ser inadequados para momentos em que estejam ocorrendo mudanças sociais ou ambientais. Os traços culturais não podem, por isso, ser explicados simplesmente em termos de adaptação, porque eles conservam atributos de identidade somente compreensíveis à luz da história (SHENNAN, 2002, apud KESTERING, 2007, p. 34).

A relevância destes espaços configura-se nos aspectos histórico, cultural, econômico e social. Além de corresponderem a um potencial atrativo turístico, tais casas fazem-se palco em que se resgatam costumes e se afirmam e confirmam a identidade e a memória locais. Nas casas de farinha, além de se fazerem presentes para produzirem farinha de mandioca, reuniam-se escravos e famílias camponesas para realizar diversas manifestações culturais. Elas têm importância histórica e

⁶⁸ As estruturas mnemônicas são arquivos de memória com os quais se reconhecem os traços essenciais dos objetos e fatos. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se aquilo que se associa com essas estruturas. (KESTERING, 2007, p. 33).

cultural porque nelas se mantiveram estruturas construtivas e instrumentos utilizados desde épocas pré-coloniais. Nelas se preservam termos de origem indígena para nomear fases e produtos do processo de fabricação, bem como cantos entoados durante o trabalho.

A comercialização e o consumo da farinha e dos pratos que a utilizam como base alimentar ilustram o valor econômico e cultural destes espaços. Quanto ao caráter social, no processo produtivo das casas de farinha, observa-se uma forte cooperação nas relações sociais e a participação de todos na produção da riqueza, modelo que poderia transcender à extensão delas, e fortalecer a cidadania e a capacidade participativa da população em âmbito geral.

Casas de farinha do município de Remanso precisam ser preservadas porque se consideram patrimônio histórico e cultural não apenas no que se refere à materialidade, como também as produções imateriais que ocorreram naqueles espaços. A necessidade de preservação de um patrimônio histórico deve-se ao fato de que a vida de uma comunidade ou de um povo, relaciona-se e vincula-se com seu passado, sua vivência, bem como às transformações ocorridas em sua história.

Nesse contexto, estudam-se algumas dessas casas, que não foram privilegiadas pela história oficial, mas que se entendem como autênticos patrimônios do povo sertanejo. Exploram-se informações orais, artefatos e fontes imagéticas para entendimento delas como instrumento de enaltecimento à história, valorização ao patrimônio e reforço à identidade sertaneja.

A farinha de mandioca sempre foi e é indispensável na alimentação de grande parte da população de Remanso. Deve-se o seu grande consumo à praticidade de fabrico e à facilidade de se encontrarem ramas de mandioca (*Manihot esculenta*) para plantio. Desde a pré-história e os primórdios da história

regional, ou seja, antes mesmo da chegada dos europeus, os índios faziam uso dos tubérculos de mandioca em sua alimentação. Utilizavam-nos de variadas formas: crus, cozidos ou transformados em farinha.

Com a chegada dos povos do continente europeu ao Brasil, seu uso expandiu-se e sua produção aperfeiçoou-se ao longo do tempo. Os portugueses não apenas a experimentaram. Eles gostaram dela e mantiveram sua utilização para a subsistência de suas famílias. Com o passar do tempo, a produção de farinha aumentou. Começou-se a produzir excedentes para a comercialização, visto que as famílias, em sua maioria, não deixavam faltar farinha e fécula nas suas casas. As casas de farinha começaram, assim, a se tornarem apêndices das residências dos agricultores.

A casa de farinha é o local onde se transforma a mandioca em farinha que se consome e/ou se extrai a fécula que se emprega na fabricação de vários alimentos, entre os quais o *beiju*⁶⁹ ou tapioca, muito apreciado na região Nordeste do Brasil. No município de Remanso - BA herdou-se dos índios e, durante mais de quatro séculos, conservou-se a prática do cultivo da mandioca nas margens e ilhas do Rio São Francisco, bem como nos solos arenosos das caatingas, favoráveis a sua lavra e manejo.

Ainda que os materiais de uso e o processamento tenham sofrido pequenas alterações técnicas no decorrer do tempo, a prática da fabricação da farinha de mandioca tradicional persiste e é passada de geração em geração, como herança cultural. A prática embasa-se em costumes, hábitos e habilidades que se perpetuam pelo uso da memória e das histórias contadas de pais para filhos.

⁶⁹ Espécie de panqueca feita a partir da fécula extraída do processamento da mandioca.

As casas de farinha existentes em Remanso – BA preservam os modelos tradicionais, mais comuns no sertão. Apresentam uma estrutura arquitetônica e maquinários, em sua maioria, com pouca tecnologia, se comparados às industriais que se começam a implantar. Isso, todavia, em hipótese alguma elimina ou diminui o valor das casas de farinha tradicionais. Elas foram e são mediadoras de acontecimentos que concedem identidade ao povo que trabalha com esse meio de produção, conservando os saberes como herança passada de geração a geração.

A farinha e a fécula são ingredientes alimentares comuns na mesa brasileira. Por serem fontes de carboidratos de fácil aquisição na região, de remoto passado até hoje, para muitas famílias sertanejas são indispensáveis nas principais refeições. Utilizam-se para a subsistência das famílias e seu excedente é facilmente comercializado.

Realizaram-se entrevistas com proprietários de casas de farinha localizadas no município de Remanso – BA. Duas delas se encontram na cidade e as outras duas na zona rural. Uma das que se localizam na sede do município foi idealizada e edificada por Marisa Muniz no Museu do Sertão Antônio Coelho⁷⁰. Trata-se de uma réplica da que havia no Bairro Capão da antiga cidade de Remanso – BA. No museu, ela serve como base comparativa para se visualizar o que se conservou e/ou modificou nas casas de farinha atuais. (Fig. 252 e 253).

Nossa vida era muito pacata no Capão e eu, como sempre, *inventadeira* (sic). Quando eu não tinha o que fazer, corria para a beira do rio, para as casas de farinha. Eu ia para a casa de farinha da Bié. O marido dela chamava-se Vital. Ele era carroceiro. Lá chegavam os pacotes de mandioca do outro lado do rio. Vinham das roças que o povo plantava nas ilhas. Então chegavam aqueles pacotes cheios de mandioca. As

⁷⁰ O Museu do Sertão foi inaugurado no dia 17 de junho de 2009. Localiza-se à Rua Coronel Francisco Leobas, nº 586, Quadra 11, Remanso – BA.

peessoas botavam as mandiocas naqueles balaios. Eles chegavam e botavam na casa de farinha. Aí eu gostava! Eu morava no Remanso, mas eu gostava de fugir da minha casa e ir pra lá. Lá eu até dormia. Lá ficavam aquelas mulheres. Umas tinham uma esteira, outras não tinham. Sentavam no chão mesmo, com aquele monte de mandioca, raspando com pequenas facas. Às vezes sentavam duas. Era de meia. Uma raspava daqui para baixo e ficava o restante para outra. Eu sei que, num instante, elas raspavam. Era tudo muito rápido. Depois que elas raspavam a mandioca, ali já estava uma pessoa do molinete. Molinete é o ralo. Uma pessoa na roda, rodando e o outro, colocando no molinete. Então a mandioca virava já o farelo. Aí espremia na prensa manual. Aquele caldo era a manipueira. Espremia, botava naquelas bacias grandes ou gamelas. Ali já era a tapioca. Então a massa depois era espremida. O próximo passo era ir ao forno⁷¹ para virar farinha. (MUNIZ, 2014, *apud* CERQUEIRA, 2014, p. 34-35).

Figuras 252 – Museu do Sertão Antônio Coelho



Foto: Cerqueira (2014, p. 38)

⁷¹ Questionada sobre como eram os fornos das casas de farinha da velha Remanso, Muniz (2014) esclarecia: “Era grande. Não era pequeno não. Às vezes bem comprido, o forno era forrado por uma pedra especial que se coloca em forno, que esquenta para botar farinha em cima. As pedras comuns saem os pedacinhos, mas essa não, arrancava não. Os alicerces eram de alvenaria ou barro. Tinha casas de farinha que eram de telha, outras de barro. Dependia das condições do dono. Geralmente trabalhavam homens, mulheres e crianças”. (CERQUEIRA, 2014, p. 35).

Figura 253 – Réplica de casa de farinha da velha cidade de Remanso



Foto: Cerqueira (2014, p. 36)

No museu, a solícita museóloga amadora mostra todos os aparatos que faziam parte do processo de fabricação da farinha de mandioca. Mostra a roda de ferro que os trabalhadores, com movimentos braçais, giravam para movimentar o bolinete que ralava a mandioca. Explica que a mandioca ralada no bolinete era transportada, em cesto de borracha, à prensa manual de madeira. Aí, em recipiente quadrado, era apertada até se exaurir toda manipueira. Da prensa, explica, a massa saía pronta para a torrefação.

Ao contar sobre suas memórias relacionadas às casas de farinha da velha Remanso, Muniz (2014) relatou que no espaço de tempo da produção de farinha, vários acontecimentos se sucediam, alternando entre bons e ruins. Cantarolavam-se músicas das mais diversas. Debatiam-se assuntos relacionados à política, Conversava-se sobre problemas fundiários e criação de gado. Ou seja, era muito mais do que um ambiente / espaço utilizado para produção, porque envolvia a junção cooperativa de familiares e moradores dos arredores da comunidade. Todos

os envolvidos estabeleciam relações sociais que, para sempre, ficavam gravadas em suas recordações. Os modos de fazer próprios daquele grupo e todas essas manifestações eram de suma importância para os aspectos valorativos que regiam esse povo, os identificavam como tal e se faziam presentes tanto na forma imaterial, pela memória, quanto material, pelos dos instrumentos e matéria prima utilizada. (CERQUEIRA, 2014, p. 36).

Enquanto escritora e historiadora, amante da Museologia, a senhora responsável pelo Museu do Sertão de Remanso contribui de maneira significativa na perpetuação dos relatos sobre a importância da produção da farinha de mandioca na velha cidade.

Cantávamos e fazíamos prosa, como por exemplo: ‘A lua clareou, clareou, clareou. (...). Quando o rio estava enchendo era um trabalho a mais para aproveitar a mandioca, porque se o rio cobrisse: perdia, se tivesse uma enchente tinha que arrancar a mandioca para fazer a farinha. Essas raspadeiras de mandioca tinham uma crença na pombinha do Divino Espírito Santo, que era feita e colocada num pau com a bandeirinha branca, para elas isso era o que fortalecia a fé. (MUNIZ, 2014 *apud* CERQUEIRA, 2014, p. 37).

A segunda casa de farinha que se pesquisou pertence a Manoelina Andrade Lima. Ela situa-se na área industrial que dista 3 km do centro da cidade. Foi edificada em estrutura simples, com parede de blocos de cimento apenas na lateral onde se erigiu o forno. Utilizaram-se vigas de madeira rústica para sustentação do telhado. (Fig. 254). Difere da casa de farinha que Muniz edificou no Museu do Sertão apenas porque nela, há mais ou menos dez anos, utiliza-se maquinário elétrico.

Há cinco anos, não mais está em operação porque, em função da estiagem prolongada, não se realizaram plantios de mandioca na região. Entre os equipamentos de trabalho que havia nela constava um molinete, uma prensa, uma peneira, um forno a lenha com duas aberturas e uma forrageira.

Figura 254 – Casa de farinha de Manoelina Andrade Lima



Fonte: Cerqueira (2014, p. 34)

A terceira casa de farinha visitada pertence ao Senhor Manoel Carlos da Mota que mora na zona rural, distante 7 km do centro da cidade, próximo à estrada que dá acesso a São Raimundo Nonato - PI. Ela foi edificada em 1986, com paredes de adobe⁷² e cobertura de telha. (Fig. 255). O proprietário se mostrou solícito e durante a pesquisa facilitou o acesso tanto às informações orais quanto ao espaço de produção de farinha e fécula.

Figura 255 – Casa de farinha de Manoel da Mota



Fonte: Cerqueira (2014, p. 39)

⁷² Tijolo feito com uma mistura de barro cru, areia em pequena quantidade, estrume e fibra vegetal.

Em sua maioria, o maquinário é manual. Possui um molinete movido a motor. A prensa de madeira foi instalada fora da cobertura e o forno quadrado, construído com duas aberturas externas para colocar lenha.

O Senhor Manuel não possuía casa de farinha na velha Remanso, apenas no município de Remanso atual. Segundo seus relatos, depois que ali se estabeleceu, já produziu muita farinha. Em tempos de boas chuvas conseguia manter muitas plantações de mandioca.

Contou que, nas farinhadas, se reunia ele, sua esposa, os filhos e demais parentes e vizinhos que moravam nas proximidades. Era um trabalho colaborativo. As mães levavam seus filhos, que desde muito pequenos já eram ensinados a trabalhar com tal processamento. Relatou que sua produção não era usada prioritariamente para a venda e sim para distribuir entre os familiares que colaboravam com a produção. Durante o processo contavam histórias, lendas, cantavam músicas, comiam e davam farinha acompanhada de algum outro alimento, como por exemplo, carne seca, para os seus filhos se alimentarem enquanto estavam naquele local de trabalho. (CERQUEIRA, 2014, p. 39).

A quarta casa de farinha localiza-se no povoado de Salgadinha, a 13 km do centro da cidade. Antônio Pereira da Mata e Francisca Nascimento da Mata, nascidos naquele mesmo povoado, edificaram-na, em 1984, com paredes de bloco em uma das quais implantaram dois fornos de torrefação com quatro bocas externas e cobertura de telhas. (Fig. 256 e 257). Nessa rústica edificação, os equipamentos que se usam são de madeira, a exemplo do rodo, a estrutura de proteção do molinete, a medida de cinco pratos e alguns coxos.

As casas de farinha dependem de atividades específicas. O primeiro passo, obviamente indispensável, é o plantio da maniva. Elas são cortadas e fincadas no solo. Esse processo deve ocorrer no período de chuva ou na vazante do rio. Cinco pessoas realizam esse trabalho numa extensão de cinco a seis hectares de terra. Cultivam-se dois tipos de mandioca, a brava

que não serve para ser consumida sem processamento e a mansa que pode ser consumida, cozida ou frita.

Depois de aproximadamente um ano, a depender da regularidade da chuva e/ou do nível da vazante do rio, as raízes de mandioca estão prontas para a colheita e transporte para as casas de farinha. As vazantes do rio ocorrem na região a partir do mês de março, fazendo com que a colheita se antecipe quando o rio retorna a encher mais cedo que o normal. Dez pessoas, em média, são necessárias nessa atividade.

Na prensa utilizam-se seis sacos de tela e seis tábuas de madeira para o processo de apertar a mandioca ralada e transformá-la em massa. Inicialmente, coloca-se a primeira tábua na base da prensa. Depois se coloca um saco de tela preenchido com mandioca ralada e outra tábua por cima. Faz-se esse mesmo procedimento com os demais sacos e tábuas, empilhados todos da mesma forma. Em seguida, uma pessoa gira o parafuso que é acoplado à prensa e aperta toda a massa colocada ali.

Quando as sacas de tela estão bem espremidas, elas são retiradas da prensa e colocadas em um cocho de onde são levadas para o forno de zinco que tem mais ou menos um metro de altura e paredes de barro. Do lado de fora da casa de farinha há bocas para colocar lenha, duas para cada forno. A função do forno é receber a massa, que nele é mexida por alguém com experiência nesse tipo de atividade, para fazê-la torrar e virar farinha. Caso não a mexam da maneira correta, com rodo próprio, frequência e tempo necessário, pode ficar crua ou queimada.

Depois de torrada, a farinha passa pela peneira para ficar mais fina. Produzem-se dois tipos de farinha: a grossa, que fica por cima da peneira e a fina, que desce para o cocho. Por vezes, além da peneira, faz-se uso de uma forrageira para triturar e afinar a farinha.

Em seguida, mede-se a farinha em uma caixa de madeira. Nela cabem cinco pratos de farinha. Em cada prato cabem cinco litros. Depois se juntam quatro medidas de cinco pratos e se enche uma saca de mais de um metro de altura, equivalente a 20 pratos, que dão 80 litros. Depois de armazenada em sacas, a

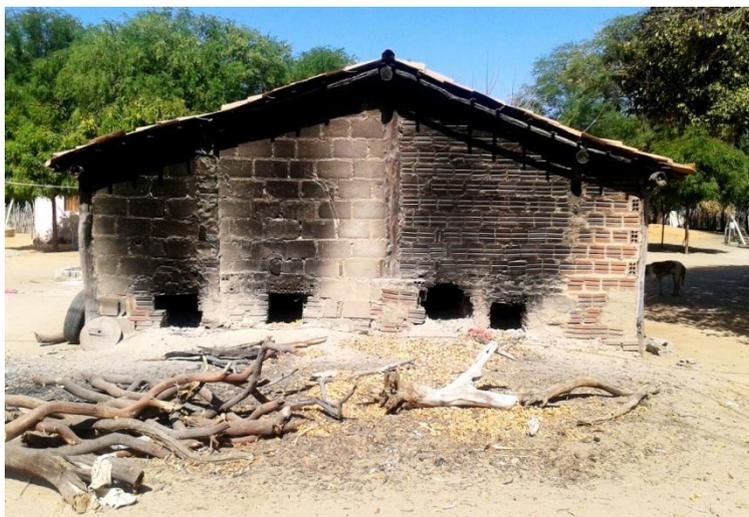
farinha está pronta para o consumo próprio e/ou para a venda. (CERQUEIRA, 2014, p. 41-43).

Figura 256 – Antônio e Francisca junto à casa de farinha



Fonte: Cerqueira (2015, p. 40)

Figura 257 – Fachada da casa de farinha



Fonte: Cerqueira (2015, p. 41)

No processo de produção da farinha, extrai-se também a fécula ou tapioca. Ela é feita a partir do líquido que escorre na prensagem da massa triturada pelo molinete. Deposita-se esse

líquido em coxos artesanais de borracha onde ele repousa durante oito horas, tempo suficiente para que ocorra sua decantação. Em seguida, cõa-se a fécula que se obteve, em sacos de algodão bem fino.

O que é coado vai para baldes e fica mais um tempo repousando para não arruinar, até o dia em que se quiser usar a massa para fazer beiju, polvilho ou pão de queijo. Ele também pode se destinar à venda, geralmente no mercado municipal de Remanso - BA ou em pequenos comércios. (MATA, 2014 *apud* CERQUEIRA, 2014, p. 43-44).

As atividades que cada indivíduo realiza em grupo apresentam saberes, modos de fazer e valores que, apesar de em sua totalidade chegarem ao mesmo interesse que é a feitura da farinha e da fécula em seu estado final de produção, não se limitam a esse feitio. O espaço da casa de farinha é importante porque nele se operam relações de compartilhamento de saberes individuais que, na ação, se fazem coletivos.

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados. (TOMAZ, 2010, p. 2).

Ao se referirem aos objetos e equipamentos que se utilizam nas casas de farinha, os personagens entrevistados conceituam-nos com palavras e frases que ora se registram. Lembram que esses pertences são imprescindíveis nas atividades operacionais do processamento da mandioca. Constituem, por isso, um conjunto coerente e sistêmico de objetos que, por transcenderem o valor individual de uso,

dotam-se de valor patrimonial associado às casas de farinha. Sem eles, os farinheiros não teriam a mínima condição de executarem as diversas e fundamentais atividades do processamento da mandioca. Dessa forma, no espaço das casas de farinha, os objetos adquirem sentido próprio, na relação com os outros objetos e com as pessoas que os utilizam. Essas relações contínuas estabelecidas entre as partes permitem que se realizem atividades de consenso. Elas reforçam a ideia de pertencimento ao local, produto e processamento. São, por isso, atributos da identidade do grupo que os fabrica e deles se serve nas farinhadas.

Roda é um equipamento de madeira que os farinheiros usam para movimentar o molinete. (Fig. 258).

Molinete manual é um equipamento cilíndrico de madeira com dentes de ferro (serrilhas) em que, movimentado por uma roda manual, se rala mandioca. (Fig. 259).

Molinete a motor é um equipamento cilíndrico de madeira com dentes de ferro (serrilhas) que, movimentado por um motor elétrico, utiliza-se para ralar mandioca. (Fig. 260 e 261).

Prensa é um equipamento quadrado, de madeira que, ao ser apertado, facilita a retirada a manipueira da massa, deixando-a pronta para a torrefação e posterior peneiramento. (Fig. 262).

Prensa de parafuso é uma armação quadrada e vazada, própria para espremer a mandioca ralada (cevada) e eliminar a manipueira. (Fig. 263).

Ferro é um cabo cilíndrico de metal, próprio para encaixar no parafuso da prensa e acochá-la para comprimir a massa da mandioca. (Fig. 264).

Saco de tela é um saco em material de náilon, próprio para colocar e prensar a mandioca ralada. (Fig. 265).

Prancha é um pedaço de madeira quadrada cuja finalidade é prensar ou apertar a mandioca ralada posta em sacos de tela. (Fig. 266).

Pneu é um cocho de borracha, em que se deposita a manipueira proveniente da prensagem. (Fig. 267).

Cocho é um recipiente fixo de alvenaria, próprio para armazenar a massa de mandioca que foi prensada. (Fig. 268).

Forno a lenha é um equipamento fixo, de formato quadrado, com base de mais ou menos um metro de altura e estrutura em adobe. Sua superfície é uma chapa de (zinco), onde se mexe e torra a massa até que esteja pronta para o consumo. (Fig. 269).

Rodo é um equipamento de madeira, com cabo e suporte que se utiliza para mexer a massa de mandioca no forno. (Fig. 270).

Peneira circular é um equipamento que se usa para retirar impurezas e separar farelos mais grossos dos finos, que já podem ser ensacados. (Fig. 271).

Forrageira é um equipamento ligado à energia para quebrar e afinar grãos da farinha. (Fig. 272).

Medida de cinco pratos é um utensílio quadrado de madeira, próprio para armazenar cinco pratos, sendo que cada prato tem quatro litros. (Fig. 273).

Figura 258 – Roda manual da casa de farinha do Museu do Sertão.



Fonte: Cerqueira (2014, p. 47)

Figura 259 – Molinete manual da casa de farinha do Museu do Sertão.



Fonte: Cerqueira (2014, p. 48)

Figura 260 - Molinete a motor



Fonte: Cerqueira (2014, p. 50)

Figura 261 – Local em que se aloja a massa triturada pelo molinete



Fonte: Cerqueira (2014, p. 50)

Figura 262 – Prensa manual de madeira



Fonte: Cerqueira (2014, p. 49)

Figura 263 - Prensa de parafuso



Fonte: Cerqueira (2014, p. 51)

Figura 264 - Ferro



Fonte: Cerqueira (2014, p. 52)

Figura 265 – Saco de tela



Fonte: Cerqueira (2014, p. 52)

Figura 266 – Pranchas de madeira



Fonte: Cerqueira (2014, p. 53)

Figura 267 – Pneus de casa de farinha



Fonte: Cerqueira (2014, p. 53)

Figura 268 – Cocho de casa de farinha



Fonte: Cerqueira (2014, p. 54)

Figura 269 – Forno a lenha para torrefação da farinha



Fonte: Cerqueira (2014, p. 55)

Figura 270 – Rodo para mexer a farinha posta ao forno



Fonte: Cerqueira (2014, p. 55)

Figura 271 – Peneira circular



Foto: Imagem do Google (2013 apud Cerqueira, 2014, p. 56)

Figura 272 – Forrageira de casa de farinha



Fonte: Cerqueira (2014, p. 57)

Figura 273 – Medida de cinco pratos



Fonte: Cerqueira (2014, p. 58)

Os memoráveis feitos das casas de farinha tinham e têm importância porque marcaram e marcam a vida das pessoas. As lembranças do que lá acontecia durante as farinhadas guardam-se na memória e compartilham-se nos registros escritos para que não se apaguem na esteira do tempo. Elas são atributos da identidade remansense.

A busca pela preservação é a busca pela memória social e coletiva do lugar e de quem a ele pertence; é a busca pela identidade em um mundo em que a singularidade do lugar perde espaço para a multipluralidade dos novos tempos. (SANTOS, 2014, p. 23).

Afere-se a qualidade da farinha de mandioca por parâmetros⁷³ apreendidos pelos sentidos, tais como sabor, consistência, coloração e aroma. Esses aspectos ou atributos qualitativos resultam de processos que compreendem e dependem de condicionantes essenciais relacionados com saberes, técnicas de execução, potencialidade dos cultivares, efeitos decorrentes dos artefatos e equipamentos empregados, bem como da sinergia dos integrantes do grupo.

É por isso que os consumidores com sentidos apurados conseguem identificar a origem da farinha e da tapioca que consomem. Com propriedade dizem, com grande probabilidade de acerto, o produto que saboreiam proceder do Pará, do Maranhão, de Pernambuco, de Nazaré das Farinhas, de Sergipe ou das ribanceiras de Remanso – BA.

O crescimento do consumo de carne bovina sertaneja e a abundância de sal natural nos baixios do norte da Bahia e Sudeste do Piauí propiciaram a produção e comercialização da carne salgada ou charque. Com o passar do tempo, a criação de gado fomentou a curtição e comercialização do couro. Assim, a criação de gado e a curtição do couro estimularam a exploração das salinas e, conseqüentemente, a autonomia da

⁷³ Parâmetro é uma variável com a qual se aferem variabilidades.

atividade pecuarista. As atividades econômicas da criação de gado, agregadas à curtição do couro, da carne salgada e da extração do sal nos baixios salobros, perduraram e tornaram-se afazeres da rotina sertaneja remansense.

Apesar da presença do Rio São Francisco, opondo-se à seca e escassez de alimentos do árido sertão próximo a ele, a maior parte da população vivia na miséria. São ricos só uns poucos grandes fazendeiros em cujas propriedades se estabelecem agregados. Eles dominam a indústria de todo o distrito, detendo também o controle da maioria das salinas. (GONÇALVES, 2000, p. 22).

Ao opulento contexto da criação de gado, curtição do couro e exploração do sal, no final do Século XIX e início do Século XX cresceu-se a economia da extração do látex de maniçoba em todo norte da Bahia e sudeste do Piauí. Essa opulência econômica regional repercutiu na edificação das ricas casas dos coronéis da velha cidade e de lugares estratégicos da caatinga. Construíam-nas conforme os padrões franceses que a Velha República recomendava à aristocracia brasileira.

Originalmente, a maioria das residências da cidade antiga era de pau a pique e coberta com folhas de sapé ou carnaúba. (Fig. 274). As ruas eram de terra batida. Não havia saneamento básico e nem energia elétrica. Em 1930, graças ao pujante suporte econômico propiciado pela exploração agropecuária, extração do sal grosso dos baixios salobros e exploração do látex de maniçoba exportados no mercado do cais, Remanso fez-se próspera.

Muitas residências do centro, com eiras e beiras lapidadas ao estilo arquitetônico francês, ostentavam a riqueza de seus proprietários fazendeiros, salineiros e comerciantes. A velha cidade centenária constituía-se então de oito bairros. Havia água encanada e tratada, além de um incipiente serviço de esgoto para os moradores do centro. O cemitério dividia-a em centro e capões.

Figura 274 – Moradia de um trabalhador rural de Remanso, em 1912



Fonte: Teixeira (1912)

O Decreto Municipal nº 21, de 4/06/1939, definiu a cidade-beira Remanso em área urbana e área suburbana. A disposição espacial citadina integrava a sua topografia, distribuída em dois altiplanos, separados por uma várzea inundável. Na área urbana denominada Remanso era a do seu nascedouro com as edificações bem próximas à caixa do rio, ou seja, a beira-rio São Francisco. Essa área formava o centro da cidade. Ali estavam edificadas a Prefeitura, as repartições públicas, o comércio, a Igreja, o cais e outros edifícios voltados aos serviços. E, ainda, as residências das famílias mais antigas, ditas tradicionais. As ruas seguiam paralelas ao cais, próximas do rio. Poucas ruas eram pavimentadas com paralelepípedos. Já na área suburbana, segundo altiplano, estavam os Capões que seguiam o sentido de descida do rio. Compreendia os bairros Capão de Baixo e Capão de Cima, situados há aproximadamente duzentos metros da zona urbana, separados por um terreno baldio, chamado Várzea. O Cemitério Municipal dividia os dois altiplanos, Remanso e Capão. Com o passar do tempo, numa área intermediária aos dois Capões surge uma nova aglomeração de casas, a qual passou a ser chamado Capão do Meio. Compunha a área suburbana os bairros Piseiro, situado a leste da zona urbana, surgido aproximadamente ao mesmo tempo da parte central e

a Gameleira, Poarema e Cancelão. Como se vê, a cidade de Remanso em fins da década de 30 já se compunha de oito bairros, o que comprova o seu crescimento físico. (GANDARA, 2014, p. 14).

A comunidade remansense constituía-se então de comerciantes, médicos, advogados e fazendeiros que dividiam cargos na política como prefeito, juiz, delegado, subdelegado, juiz de paz, tesoureiro, promotor e escrivão. Algumas pessoas possuíam bodegas ou lojas. Estas viviam especialmente do comércio.

Havia pequenos bodegueiros e lojistas que não possuíam terras e nem parecem ter interesse pela pecuária ou agricultura. Ali era comum um filho seguir o ofício do pai, talvez por falta de oportunidades de se aprender outros ofícios. (GANDARA 2014, p. 9).

Pelo estudo da toponímia⁷⁴ do município de Remanso percebe-se a grande quantidade de jazidas de sal e o quanto elas foram importantes para o enriquecimento dos proprietários salineiros⁷⁵, para os criadores de gado e a sobrevivência dos trabalhadores. Pelo que se extrai da cartografia regional, no território atual e Remanso há onze localidades cujos nomes remetem à atividade de extrativismo do sal. São elas: Salininha, Salina 1, Salgada, Caldeirão do Sal, Salina 2, Salina 3, Lagoa Salgada, Salina do Brejo, Salgadinho, Fazenda Salina Grande e Terra de Sal.

Salininha localiza-se junto ao Serrote do Vicente, próximo ao povoado de Jatobazeiro; Salina 1, à margem direita do Rio Jiboia, próximo ao povoado de Poços; Salgada, no lado norte da BR-235, próximo ao povoado de Caraíba; Caldeirão do Sal, entre os povoados de Santo Antônio e Jatobá; Salina 2, ao norte dos povoados de Boa Vista e Campo Largo; Salina 3, ao

⁷⁴ Toponímia é o estudo do nome dos lugares, relacionados à busca de informações históricas, antropológicas e geográficas.

⁷⁵ Nome dado aos proprietários das salinas, ou empresários do sal.

norte do povoado de Galeão e a leste do povoado de Pedrinha; Lagoa Salgada, ao norte do povoado de Barracão; Salina do Brejo, junto à Serra Urradeira; Salgadinho, próximo à nascente da Vereda Salgadinha; Fazenda Salina Grande, à margem direita da Vereda Salgadinha, próximo à Fazenda Caraibinhas e Terra de Sal, próximo à BR-235, a sudoeste do povoado de Caraíbas.

Conservam-se ainda algumas estruturas das fazendas onde se extraía sal grosso nos muitos de seus baixios salobros. Na antiga Fazenda Salinas do Major Desidério da Silva⁷⁶, por exemplo, mantém-se uma residência representativa dos áureos tempos de opulência dos coronéis das salinas. (Fig. 275 e 276).

Figura 275 – Casa do Major José Desidério da Silva



Fonte: Carlos Rocha (2014 *apud* Ledoux (2015, p. 20)

⁷⁶ Questionados sobre a patente de major do Sr. José Desidério da Silva, seus familiares nada souberam responder. Eles se limitaram a dizer que no início do Século XIX ele veio de Portugal a Remanso. Era senhor de muitas posses e tinha muitas cabeças de gado. Era juiz de paz. Muitas vezes realizava os rituais de casamento civil na sua própria casa. Morreu no dia 06 de junho do ano 2000, com 97 anos de idade.

Figura 276 – A casa de Desidério circundava-se de baixios salobros



Fonte: Google Earth (2018), adaptada pelo autor

Essa casa foi edificada no final do Século XIX para que nela morassem o Major Desidério e sua esposa Maria Rosa da Silva. Como não tinham filhos, o casal proprietário da residência adotou a sobrinha e afilhada Maria Angélica Roza da Franca como filha. Como única herdeira, no ano de 1889, ela recebeu a posse oficial da casa.

O corpo do Major foi sepultado junto a sua residência, em suntuoso túmulo que difere dos demais pela dimensão, forma e localização centralizada no cemitério. Postada à frente dele, plantou-se uma grande cruz de madeira de lei, indicativa de que suas exéquias obedeceram fielmente ao ritual exigido pela Igreja Católica Apostólica Romana. No contexto da simplicidade sertaneja, esses elementos sugerem prestígio, hierarquia e poder que Desidério tinha de sobra. No cemitério antigo da cidade de Remanso, essas mesmas peças mortuárias fazem-se presentes nos faustosos túmulos dos coronéis de então. (Fig. 277 e 278).

Figura 277 – Túmulo onde se sepultou o corpo de Major Desidério



Fonte: Carlos Rocha (2014 *apud* Ledoux, 2015, p. 52)

Figura 278 – Suntuosos mausoléus no antigo cemitério de Remanso



Fonte: Acervo de Lucíola Libório (2015 *apud* Souza, 2016, p. 40)

A Casa do Major José Desidério da Silva é muito mais que um bem de família. Numa microrregião onde a maioria das estruturas arquitetônicas remanescentes do período histórico

de Remanso está submersa nas águas do Lago de Sobradinho, considera-se um tesouro patrimonial a residência que se conserva íntegra, em local facilmente acessível. Ela tem valor pela sua materialidade, pelo simbolismo, pela história e representatividade do espírito do lugar.

Essas considerações não são argumentos para legitimar a busca por algum tipo de elo perdido. O que se propõe é produzir trabalhos que, de certa forma, forneçam informações sobre esse recorte de tempo a que não se tem acesso pela materialidade da velha cidade destruída. (LEDOUX, 2015, p. 47).

A partir dos anos 1890, começa-se a valorizar e a comercializar um grande universo de produtos nativos. Pelo porto de Remanso exportam-se: fibra de caroá, cera de carnaúba, borracha de maniçoba e mangabeira, couros e peles, peixe salgado, algodão e maniçoba.

Cria-se uma economia de coleta, em que se desenvolvem novos processos sociais. Novos atores se inserem no meio produtivo e novas relações se estabelecem. As técnicas artesanais de coleta e beneficiamento de produtos, antes limitadas ao sal e rapadura, agora diversificam a geração de renda, oferecendo oportunidades de investimento, geralmente na pecuária, que acabaram por gerar novos ricos, com ascensão social e política. Multiplicam-se os estabelecimentos comerciais, com movimentações cada vez maiores, capitalizando poder para um novo grupo – os mercadores – que se estabelecia no conjunto das forças locais. Os mais antigos referem-se à atividade de coleta como — catadoll, em que se guardavam couros e peles de animais silvestres, que eram vendidos em lotes aos barqueiros e comerciantes locais. Estes couros de peles de jacarés, onças, lagartos, e uma diversidade de animais eram curtidos com casca de angico e seguiam para exportação, na maioria das vezes. Já os couros bovinos, caprinos e ovinos eram utilizados para embalar produtos de exportação, notadamente o fumo, e eram moeda de troca comum na região, entre pequenos comerciantes e, chegando a Juazeiro, seguiam para Salvador pela ferrovia. (MELLO, 1999, p. 49 *apud* SILVA, 2010, p. 69).

Como polo comercial, em virtude do transporte fluvial, a velha cidade de Remanso conquistou destaque no Vale do Rio São Francisco. Durante muito tempo, o Rio dos Currais foi o centro da economia da região. Por ele abastecia-se o comércio, com mercadorias trazidas nos vapores. O povo servia-se dessas embarcações também para o transporte de passageiros às cidades e povoados ribeirinhos.

O transporte fluvial na época era composto por três companhias de navegação que posteriormente se fundiram em uma só, se tornando assim a Companhia de Navegação do São Francisco. Os vapores mais conhecidos eram o Benjamim, São Francisco, Barão de Cotegipe e o Guimarães Braz. Existiam também os pequenos barcos que eram produzidos na velha cidade, numa pequena fábrica. (FIGUEREDO, 2004, *apud* LEDOUX, 2015, p. 45).

Privilegiada pela posição em relação ao rio, e pela proximidade com o Piauí e Pernambuco, Remanso prosperou. Tornou-se um porto relevante para a entrada e saída de produtos, pessoas e informações. Não demorou muito para que se estabelecesse um clima de competição e rivalidade dos coronéis fazendeiros de Pilão Arcado com os barões do comércio portuário de Remanso.

Por volta de 1918, o coronel Franklin Lins e a família Correa de Queiroz, ambos de Pilão Arcado, estavam em meio a disputas por terras onde havia carnaubais, quando o primeiro, detentor dos contatos comerciais e políticos externos ao Vale, começa a adquirir armas em quantidade cada vez maior, despertando a desconfiança dos demais chefes da região. Na iminência de um conflito maior, o coronel Francisco Leobas, de Remanso, junta-se aos Correa, num aparente equilíbrio de forças, uma vez que os demais coronéis permaneceram na neutralidade. As violentas refregas não tardaram a explodir. Num episódio sangrento, as forças de Remanso – os Leobas – e dos Correa fizeram cerco de quase cinco dias em Pilão Arcado, com desfecho na casa de Franklin, que não chegou a ser tomada, verdadeira fortaleza que era. A vendeta do coronel não tardou. Recuperadas as forças, o

comandante deflagrou uma verdadeira caça à família Correa, que dada à desproporção de recursos, terminou expulsa da região, uma vez que, encaminhando pedido de socorro ao governo estadual, este decidiu por não intervir, evitando uma indisposição contra o poder de Franklin.

Este acontecimento é importante por redefinir o jogo de forças no Vale, afirmar a rivalidade entre Remanso e Pilão Arcado, que se perpetuaria, e o cerco de quarenta dias que se impôs a Remanso, anos depois, que deixou maior parte da cidade destruída, vitimou quase todos os homens e consumou a vingança de Franklin Lins. A partir de então, é constante a tensão entre a rede comercial e produtiva de Pilão Arcado, onde se concentravam os maniçobais e carnaubais de Franklin, e Remanso, onde estava o porto e entreposto comercial. A habilidade comercial e o poder da milícia garantiriam a Franklin Lins a preponderância no Vale durante décadas. Com o tempo, o poder do coronel ganharia fama nacionalmente, culminado com a perseguição que empreendeu à coluna Prestes, expulsando-a para a Bolívia, em 1927. A morte de Lins, em 1947, marcou também o fim de uma era para Pilão Arcado e, finalmente, a possibilidade de ascensão política de Remanso. (MELLO, 1999, p. 62; PEREIRA, 1949, p. 73 *apud* SILVA, 2010, p. 78-79).

A partir de 1950, o Rio São Francisco consolidou-se como o principal meio de transporte de Remanso e de todo o Norte do estado da Bahia. Por ele vinham vapores trazendo mercadorias de São Paulo e Minas Gerais, para abastecerem o comércio da região. Nesse tempo, havia uma única estrada, muito precária, que ligava Remanso às sedes dos municípios vizinhos. Havia a estrada dos maniçobeiros, de Remanso a São Raimundo Nonato – PI.

O Rio também era fonte de renda para muitas pessoas. Nele havia muitos peixes que serviam de alimento para as famílias dos pescadores e/ou eram comercializados, gerando sustento, sobretudo para os mais pobres.

A população do município, segundo o recenseamento de 1950, era de 23540 habitantes, assim distribuídos: 11407 homens e 12138 mulheres; 8434 brancos, 3227 pretos e 11843 pardos; 6663 casados, 4381 solteiros, 965 viúvos e 1 desquitado; 80,174% da população estavam localizados na zona rural. (...). As aglomerações urbanas apresentavam a população seguinte: cidade de Remanso com 4073 habitantes e as vilas de Catita e Poços com 553 e 41 habitantes, respectivamente. Com a elevação do povoado de Peixe à categoria de vila, em 1953, ficou o município acrescido de mais uma aglomeração urbana. A vila de Peixe tem uma população estimada em 100 habitantes. (...). Conta com 71 logradouros públicos, 15 dos quais totalmente pavimentados com paralelepípedos, três arborizados e ajardinados e 37 iluminados com luz elétrica. De seus 1371 prédios, apenas 127 são providos de energia elétrica. Tem 2 hotéis e 1 pensão, 8 automóveis e 14 caminhões registrados na repartição competente. (IBGE, 1950 *apud* FERREIRA, 1958, Vol. 21, p. 152-153).

O comércio da velha cidade distribuía-se em três espaços: Rua Barão do Rio Branco, Mercado Municipal e Capão. Cada um desses lugares tinha suas especificidades. Na Rua Barão do Rio Branco que também se conhecia como Rua do Comércio, no centro da cidade, havia lojas de tecidos e armazéns. (Fig. 279 e 280). Alice Palmeira, os Castelo, Manoel Firmo Ribeiro e Mário Lins vendiam tecidos; Antônio Castro comercializava tecidos e fogões; Manoel Amâncio Coelho vendia tecidos e máquinas; Lauro e Floriano negociavam com miudezas diversas.

No Mercado Municipal sediavam-se as lojas de Pedro Geleia, Arthur Freire, Dominginhos, Zé Mariano, Hemitério, Antônio Galego, Lulu Macedo e Salomão. Ali a população comprava produtos alimentares do que se cultivava no próprio município, a saber: abóbora, melancia, feijão e milho verde, mandioca, batata doce, abacaxi, manga e coco. Vendiam-se também grandes peixes de água doce, que se capturavam no Rio São Francisco, bem como carne de caprinos, ovinos, suínos,

bovinos e galinha caipira que se criavam nas caatingas. (Fig. 281).

No Capão havia lojas e armazéns de Bertinho Zoim, Paulo Ferreira, Raimundo e Reinaldo Ferreira, **Alcides Modesto de Sousa**, Wanderlino Braga, Salomão, Juvêncio Guimarães e outros. Muitos deles, assim como os comerciantes do Mercado Municipal, possuíam rancharias⁷⁷ onde o povo do interior vendia seus produtos.

Figura 279 – Rua Barão do Rio Branco em 1957



Fonte: IBGE (1957)

Figura 280 – Rua Barão do Rio Branco na década de 1970



Fonte: Silva (2010, p. 113)

⁷⁷ Chamava-se de rancharia o conjunto de bancas e grandes mesas sobre as quais os agricultores, criadores e pescadores punham seus produtos à venda a comerciantes ou diretamente a consumidores.

Figura 281 – Mercado municipal



Fonte: IBGE (2018)

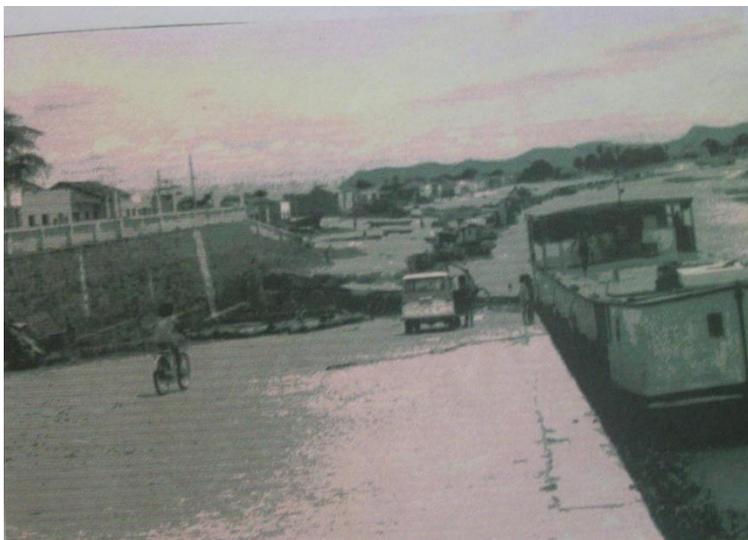
Na verdade, misturavam-se e confundiam-se a velha cidade e o cais. Na muralha de grandes matações, calafetados com argamassa cimentada, atracavam vapores, barcas, canoas e paquetes que rotineiramente chegavam abarrotados de mercadorias produzidas em outras cidades, vilas e povoados ribeirinhos. (Fig. 282 a 285). No cais, em dias de feira, com grande burburinho, a população comprava, vendia e alvorçava-se em autêntico frenesi sertanejo quando neles reconhecia familiares, amigos e conhecidos chegadeiros que de há muito não via.

Figura 282 – Antigo cais do porto de Remanso



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Remanso (2016)

Figura 283 – Antigo cais do porto de Remanso



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Remanso (2016)

Figura 284 – Antigo cais do porto da velha cidade de Remanso



Fonte: IBGE (2018)

Figura 285 – Cais do porto da velha cidade de Remanso



Fonte: Acervo pessoal de Lúcia Libório (2015 *apud* Souza, 2016, p. 29)

O maior volume dos produtos industriais que abasteciam o comércio da cidade portuária das águas em redemoinho vinha de Juazeiro – BA, Januária e Pirapora – MG. Os vapores que os traziam ancoravam-se no cais, em grandes anéis de ferro, fixos na robusta muralha. Essa parruda estrutura, edificada na década de 1930, tinha a concomitante função de impedir que a água do Velho Chico transitasse sobeja pelas ruas da cidade, em épocas de cheia.

Pela regularidade das visitas, fizeram-se os mais famosos: Saldanha Marinho, Presidente Dantas, Benjamim Guimarães, Halfeld, Barão de Cotejipe, Raúl Soares, São Francisco, Wenceslau Braz, Jansen Melo, Djalma Dutra, Delsuc Moscoso, São Salvador, Antônio Nascimento, Siqueira Campos, Francisco Bispo e Cordeiro de Miranda. Para o povo de Remanso, eles não eram simples objetos ou pertences de outros. Pelas infinitésimas vezes que chegaram e partiram, trazendo e levando mercadorias, passageiros e sonhos, tinham guarida nas conexões neurais das pessoas em que compunham o mosaico temático de seu sistema simbólico. Reconheciam-se, assim, como patrimônios e atributos da identidade remansense.

Com 28 metros de comprimento, o Saldanha Marinho começou a navegar no Rio das Velhas, em 1871 e depois, por quase sessenta anos, no trecho de Pirapora – MG a Juazeiro – BA do Rio São Francisco. (Fig. 286). Nele se transportavam no máximo vinte passageiros e até seis toneladas de mercadorias.

Figura 286 – Saldanha Marinho ancorado no porto de Juazeiro – BA



Fonte: Kelly (2014)

Sua origem ainda permanece desconhecida, alguns historiadores e pesquisadores acreditam que o vapor foi construído, a pedido de Saldanha Marinho, por Henrique Dumont, pai de Santos Dumont (1876-1932). Outra parte assegura a tese de que o vapor foi construído nos Estados Unidos, onde navegou no Rio Mississipi. No fim do século retrasado, segundo os que acreditam nessa versão, o gaiola teria sido desmontado e enviado para o Brasil. Primeiro, para ser usado no Rio Amazonas. Depois, no Velhas. Para isso, teria sido desmontado novamente e enviado para o povoado de Quinta do Sumidouro, próximo a Lagoa Santa, onde foi montado e colocado no rio. (OLIVEIRA, 2014).

Com 30,5 metros de comprimento e capacidade para 20 toneladas, o Presidente Dantas foi o segundo gaiola do São Francisco. (Fig. 287). Veio da Baía da Guanabara para fazer companhia ao Saldanha Marinho. Foi comprado em 1865 pelo governo da Bahia, da Companhia Ponta d’Areia, do Rio de Janeiro. Foi desarmado e transportado até Salvador, a bordo

de um navio. Da capital da Bahia foi de trem até Alagoinhas, de onde seguiu para Juazeiro em carros de bois. Somente em 1862, foi lançado às águas do São Francisco, em Juazeiro - BA. Sua primeira viagem foi em 22 de dezembro de 1872, de Juazeiro – BA até Santa Maria da Boa Vista – PE. (FERREIRA, 2011).

Figura 287 – Presidente Dantas abastecendo-se com lenha



Fonte: Casa de Osvaldo Cruz (2018)

Com 43,8 m de comprimento e 60 cavalos de potência, o Benjamin Guimarães foi construído nos Estados Unidos, para transporte de no máximo 190 passageiros e até 78 toneladas de carga. Começou a singrar as águas do Rio São Francisco no final da década de 1920 e ainda hoje navega, em roteiros turísticos, nas proximidades de Pirapora – MG. É reconhecido como patrimônio cultural e tombado pelo estado de Minas Gerais, em decreto nº 24.840, de 1º de agosto de 1985. (Fig. 288).

Construído pelos armadores James Rees Sons & Co., em 1913, não se sabe o mês de batismo do navio. Ele chegou ao Brasil para servir à Amazon River Plate Company, no Rio Amazonas. Pelos trilhos da Central do Brasil, chegou desmontado a Pirapora, no fim da década de 1920, e recebeu o nome do pai do dono da empresa, Júlio Mourão Guimarães. Seria destinado ao transporte de passageiros na primeira e segunda classes,

além de puxar lanchas a reboque com lenha, gado e outros tipos de carga. (PARREIRAS, 2013).

Figura 288 – Benjamim Guimarães



Fonte: IEPHA/MG (2007 apud Rangel, 2016)

Com 49 metros de comprimento, 360 cavalos de potência e capacidade para deslocar até 150 toneladas, o Halfeld foi construído em Hamburgo, na Alemanha em 1927. Ele foi transportado, desmontado, até o Rio de Janeiro e dali, de trem, até a cidade de Pirapora (MG) onde foi montado e lançado ao rio em 1930. Navegou no Rio São Francisco até o ano de 1965 quando a Companhia de Navegação do São Francisco o desativou. (Fig. 289).

Figura 289 – O Halfeld



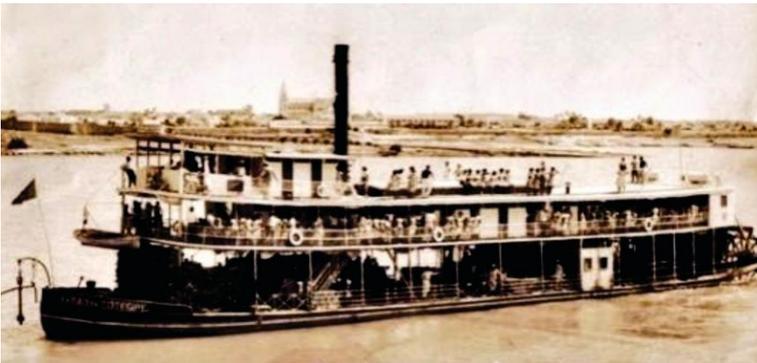
Fonte: Chaves (2010)

Com 43 m de comprimento e capacidade para deslocar até 80 toneladas, o Barão de Cotegipe era o vapor preferido para se viajar de Xique-Xique à Juazeiro - BA. (Fig. 290). Em Rodelas – BA conserva-se a tradição oral de que alguns índios da Etnia Tuxá trabalhavam nele como remeiros.

Ao iniciar-se a era do transporte fluvial de Rodelas a Jatobá e a Juazeiro, os índios foram em regra os remeiros. E bons remeiros. No curso Juazeiro a Pirapora, destacou-se o índio rodelense Manoel de Souza – Caboclinho, como prático, se não erro, do vapor Barão de Cotegipe. Antes do exercício de prático de vapor, Caboclinho foi piloto de uma barca no percurso Jatobá – Juazeiro. O preguiçoso de que falam as crônicas antigas, tinha uma razão de ser: o índio produzia para o seu sustento, não precisava de mais que o pescado, a caça, a fruta silvestre e uma pequena roça de legumes. Veio o branco colonizador e o pôs escravo, para o suor de sol a sol dos seus afazeres – suas minas, seus engenhos, suas fazendas – e ele não se sujeitava a isso, rebelava-se, não queria dinheiro, se não precisava de mais nada além do alimento, a maloca e a esteira. (FONSECA, 1996, p. 40).

Ele foi fabricado nos Estados Unidos em 1913 e reformado em Pirapora MG, em 1967. Foi criminosamente abandonado no porto de Pirapora - MG, com o casco enterrado num banco de areia onde ficou até sua total destruição.

Figura 290 – Barão de Cotegipe em Juazeiro - BA



Fonte: Chaves (2015), adaptado pelo autor

O "Barão de Cotegipe" foi o vapor que mais deixou saudades nas barrancas do Rio São Francisco. Até hoje, os barranqueiros comentam saudosamente sobre o som melodioso do seu apito. Quando apontava na curva do "Canal do Guaxinim", que separa a "Ilha do Gado Bravo" da "Ilha do Miradouro" com destino ao porto de Xique-Xique (BA), o "Prático", da sua cabine de comando, acionava o dispositivo para que toda a população tomasse conhecimento de que o "Barão" estava chegando. Era uma alegria geral com todos correndo em direção ao cais para assistir o vapor ancorar ou "encostar" como a gente dizia. Na saída, quando levantava âncora e já no meio do Rio São Francisco, o "Barão" emitia novo apito, desta vez com um timbre e uma frequência diferentes que o povo, ainda de pé e postado na beira do cais, entendia como de despedida ou de um até logo.

Todo mundo em Xique-Xique (BA), pode-se afirmar, identificava o apito do "Barão", como era carinhosamente conhecido por todos os barranqueiros. (CHAVES, 2015).

Com quase 38 metros de comprimento e capacidade para deslocar até 80 toneladas de carga, o Vapor Raúl Soares que inicialmente se chamava Melo Viana, foi construído em 1927, na cidade de Hamburgo, Alemanha. Chegou ao Rio de Janeiro totalmente desmontado e daquele porto foi transportado de trem para a cidade de Pirapora – MG onde foi montado. Em 1930, ele foi lançado ao Rio São Francisco onde navegou, de Pirapora - MG a Juazeiro - BA, até o ano de 1965, quando foi desativado. (Fig. 291).

Figura 291 – Raúl Soares



Fonte: Chaves (2011)

Com 38,8 m de comprimento e 60 cavalos de potência, o Vapor São Francisco deslocava cargas de até 80 toneladas. Ele foi construído nos Estados Unidos, em 1913, para navegar no Rio Mississippi. O Brasil comprou-o em 1930 para singrar as águas do Rio São Francisco. (Fig. 292).

Parcialmente destruído pelo fogo, no porto de Pirapora MG, foi, em 1983, recuperado e reformado no estaleiro de FRANAVE em Juazeiro BA. Após a reforma zarpuou de Juazeiro BA com destino a Pirapora MG, conduzindo uma equipe da BBC de Londres, sendo esta sua última viagem. Dos mais de 30 vapores que navegavam no rio São Francisco, o "São Francisco" foi o último a ser desativado. (CHAVES, 2013).

Figura 292 – São Francisco no porto fluvial de Juazeiro – BA



Fonte: Chaves (2013)

O Wenceslau Braz era considerado um dos melhores vapores para o transporte de passageiros e mercadorias no Rio São Francisco. (Fig. 293). Getúlio Vargas dizia que era um palácio flutuante. Nele havia deck para dança, teatro e lazer. Desde 1920, singrou águas calmas e corredeiras no trecho de Pirapora – MG e Juazeiro – BA. Em 1968, naufragou junto a uma pequena eclusa que havia na Cachoeira de Sobrado, então município de Juazeiro - BA.

Após o naufrágio, recuperado, ainda navegou até o ano de 1975 e, em julho de 1981 foi totalmente desativado e transformado em "chata" para o transporte de carvão vegetal. Foi mais um vapor criminosamente desativado do Rio São Francisco, deixando os ribeirinhos e a própria Nação sem o concurso de um seguro e barato meio de transporte. E, extrema ironia, quando navegava consumia lenha para alimentar sua caldeira e, após desativado continuou a ajudar no desmatamento agora transportando o carvão que terceiros obtêm da queima das matas. (CHAVES, 2009).

Figura 293 – Wenceslau Braz



Fonte: Langsten (2018)

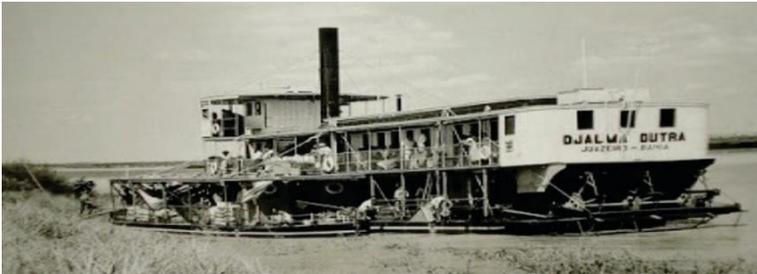
No início do Século XX, havia o Jansen Melo que singrava mensalmente o Rio São Francisco e um de seus principais afluentes, o Rio Preto. Nele se transportava café, sal, açúcar, querosene, bolacha, tecidos, cereais, peles de animais e bolas de látex de maniçoba. Nas cidades, vilas e povoados onde ele aportava, seus tripulantes aqueciam os negócios. À noite, faziam leilões em praça pública, onde e quando se arrematavam frangos e perus recheados. “Havia ainda disputa de futebol entre os visitantes e o time local, no campinho junto à beira do rio. Enfim, era uma festa. E quando o vapor partia, era aquela saudade!”. (SANTOS, 2015).

Era o rio Preto das canoas a remo, das balsas de buriti, do ajoujo de Casemiro Marques, como os primeiros meios de

transporte, que cederam lugar ao vapor Jansen Melo, que, por mais de cinco décadas, singrou suas águas, fazendo a ponte Juazeiro / Formosa / Juazeiro, levando passageiros e mercadorias, até que, em 1960, após sua última viagem a Formosa, visões políticas equivocadas, aposentaram-no compulsoriamente, fazendo-o ferro-velho, sem nenhum respeito a sua história, que ele soube enriquecê-la e fazê-la credora da gratidão dos rio-pretenses, pois que não fora pequena sua contribuição ao fortalecimento comercial e econômico daquela região, integrando-se a sua cultura. (LANDIM, 2017).

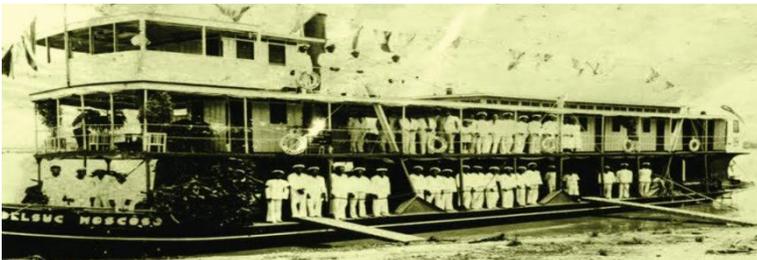
O Djalma Dutra e Delsuc Moscoso eram importantes vapores que navegavam pelo Rio São Francisco. Eles faziam a linha de Juazeiro – BA a Pirapora – MG, com cargas e passageiros. (Fig. 294 e 295).

Figura 294 – Djalma Dutra



Fonte: Chaves (2013)

Figura 295 – Delsuc Moscoso



Fonte: Chaves (2014)

O São Salvador, impulsionado por hélice, foi construído em 1937, pela empresa Dourado Viana & Cia., em Juazeiro - BA, com capacidade para transportar até 63 toneladas de carga e mais de cem pessoas, entre passageiros e tripulantes. (Fig. 296). Inicialmente denominado de Alfredo Viana, esse vapor navegou pelo Rio São Francisco até 1969, quando foi desativado.

Figura 296 – São Salvador



Fonte: Chaves (2013)

Depois de navegar muitos anos fazendo o trajeto entre Juazeiro (BA) e Santa Maria da Vitória (BA), foi vendido ao comerciante Sr. Clemente Araújo Castro, e depois adquirido pela Cia. Indústria e Viação de Pirapora, que fez uma reforma, transformando-o em vapor de grande porte sendo então batizado com o nome de “São Salvador”. (CHAVES, 2013).

Antônio Nascimento foi o quinto vapor a navegar no Rio São Francisco. Originalmente pertencia à empresa Nascimento & Irmãos quando trafegava, em missões de compra e venda, de Pirapora a Bom Jesus da Lapa. Comprado que foi pela Navegação Mineira do São Francisco, passou a navegar até o porto de Juazeiro – BA. Foi desativado em 1965. (FERREIRA, 2011).

O vapor Siqueira Campos, durante muitos anos, transportou mercadorias e passageiros para todas as cidades ribeirinhas, de Juazeiro - BA até Pirapora – MG. (Fig. 297).

Figura 297 – Siqueira Campos



Fonte: Chaves (2013)

Francisco Bispo, de que se dizia ser o menor e mais veloz vapor do Rio São Francisco, foi adquirido pelo industrial Júlio Mourão Guimarães, em 1930, no Rio Amazonas. Ele foi batizado com esse nome em homenagem a quem se considerava o melhor mecânico de todo o Vale do Rio da Integração Nacional. (FERREIRA, 2011).

Com 28,7 metros de comprimento e 60 cavalos de potência, o Cordeiro de Miranda foi fabricado em 1912, na Escócia. Sabe-se que chegou ao porto de Juazeiro – BA, em lombo de animais. Seu nome anterior era Rio Branco quando, por ser muito alto e estreito, naufragou duas vezes.

Depois, com o novo nome “Cordeiro de Miranda”, trafegou por longos anos, vindo a naufragar em 13 de fevereiro de 1943, acima de Remanso a 48 km, num lugar denominado “Malhadinha” morrendo seu comandante Samuel Ayres do Nascimento, de Juazeiro, além de 27 pessoas entre tripulantes e passageiros. Os sobreviventes do naufrágio foram socorridos pelos tripulantes do “gaiola” Engenheiro Halfeld a meia noite e meia, exatamente na horta do acidente. (FERREIRA, 2011).

Além desses, os mais famosos, conta-se que havia mais de cinquenta barcos que levavam cargas e pessoas de Juazeiro a

Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Barra, Xique-Xique, Pirapora, Januária, Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Icatu e Barreiras. Muitas pessoas iam a Pirapora onde pegavam o trem para São Paulo.

Naquela época não havia estradas vicinais para o transporte de mercadorias de abastecimento alimentar e gêneros de elementares e rotineiras necessidades domésticas. Havia no porto de Remanso uma barca da Companhia Baiana de Alimentos (COBAL), grande supermercado móvel em que se comprava todo tipo de alimento, objetos e utensílios para uso diário. Nele, as cargas mais transportadas eram rapadura, cachaça, fumo e mantimentos (feijão, arroz, milho e farinha).

À deriva da lista dos vapores, havia as barcas que, em maioria, tinham uma carranca na proa. As mais conhecidas eram: **Antônio Coelho**, Antônio Joaquim, Mangaratiba, Dardanelos, Mississipi, Pita, Nina e Vitória Régia. Existiam ainda os remeiros que, em vida difícil e grandes perigos, ajudavam a levar as barcas a seus destinos. Quando ventava, usavam velas para as barcas se movimentarem. Quando não ventava, usavam varas que os ajudavam a não as deixar encalhar nas pedras da beira do rio. Muitas vezes, a vara quebrava e pedaços entravam no peito dos remeiros. Diz-se que eles queimavam o peito com sebo para calejar a pele, mas tornavam o trabalho menos penoso e cansativo cantando loas para as barcas e vapores, quando ancoravam para fazer a feijoada.

O apito dos vapores, quando da sua partida, enchia de saudade o coração dos familiares cujos parentes iam para São Paulo em busca de trabalho. Quando da sua chegada, ouvia-se o primeiro apito quando eles chegavam ao Morro do Limoeiro. Era um acontecimento social. Fogos anunciavam que alguém estava voltando de São Paulo, geralmente vestido em capa colonial, usando um chapéu e trazendo um rádio de pilha, mesmo que fizesse um calor de 40º. Era o remansense que

voltava a sua terra com um sotaque paulistano, mesmo em lá estando por alguns meses apenas.

Na antiga cidade havia manifestações culturais como Levada de Santo, Marujada, São Gonçalo, Reis de Boi e Samba de Velho, com a relocação da população se tornam mais raras a cada dia por causa da perda da conexão com o espaço. Repentinamente as pessoas distanciaram-se dos antigos vizinhos e dos parentes com quem se reuniam para a realização de rituais relativos à cultura imaterial. Além disso, com a construção da Barragem de Sobradinho ocorreram mudanças profundas no estilo de vida das pessoas.

As memórias relacionadas à cidade antiga constituem um fragmento importante na identidade local, porém a imagem vendida e consumida por muitos moradores é que tudo relacionado à antiga cidade retrata o “atraso”, o passado doloroso que “morreu afogado” para dar espaço para o progresso. A memória que se constrói nesse cenário quebra a espontaneidade relacionada aos eventos culturais. (LEDOUX, 2017, p. 122).

Na Levada de Santo, caminhava-se nas ruas, em procissão, com velas acesas e ramos nas mãos, acompanhando o andor com a imagem de São José. Essa prática era comum nas épocas de estiagem, quando o povo rogava ao santo que intercedesse junto ao criador do universo para mandar chuva. (Fig. 298).

Figura 298 – Ritual da Levada de Santo



Fonte: Régis Júnior (2016 *apud* Ledoux, 2017, p. 123)

A Marujada era uma festa folclórica que se fazia nas primeiras segundas feiras após a semana santa, em agradecimento por graças que se alcançavam com a intercessão do santo negro. (Fig. 299). Havia crianças e adolescentes que se vestiam de marujo e, descalços, acompanhavam o cortejo.

Figura 299 – Ritual da Marujada



Fonte: Marinalva Xavier (2016 *apud* Ledoux, 2017, p. 124)

Moça, rapaz, casado, solteiro, nós brincava a Marujada dos alvorado. A noite toda, nós bebendo e comendo. No início, amanhecia o dia e o sol saía, a gente cantando: alvorado, alvorado, alvorado sim senhor, alvorado capelas de flor, hoje é dia do nosso amor. Aí, nós saía para as casas e cantava: saímos, saímos, saímos aqui agora, saiu para alvorado nesse instante, nesta hora. Quando nós chegava nas casas nós cantava: cheguemos, cheguemos, cheguemos aqui agora, cheguemos o alvorado neste instante e nesta hora. A gente juntava era um bocado de moça e rapaz. Era casado, solteiro, era quem fosse. (ZILDA SANTOS, 2012 *apud* LEDOUX, 2017, p. 124).

Roda de São Gonçalo era uma dança que se fazia para retribuir graças recebidas por intercessão do benevolente dançarino de Amarante. Faziam-se duas fileiras compostas por homens e mulheres que, segurando arcos adornados com fitas e/ou flores mostravam gratidão ao santo dançarino, representado por uma imagem que se punha sobre uma mesa. (Fig. 300).

Figura 300 – Ritual da Roda de São Gonçalo



Fonte: Marinalva Xavier (2016 *apud* Ledoux, 2017, p. 126)

Reis de Boi era uma mistura de dança e teatro que, com frequência regular se realizava na cidade velha. (Fig. 301).

Figura 301 – Reis de Boi



Fonte: Marinalva Xavier (2016 *apud* Ledoux, 2017, p. 127)

A história que envolve a dança e a seguinte: um rico fazendeiro possui um boi muito bonito, que inclusive sabe dançar. Pai Chico, um trabalhador da fazenda, rouba o boi para satisfazer sua mulher Catarina, que está grávida e sente uma forte vontade de comer a língua do boi. O fazendeiro manda seus empregados procurarem o boi e, quando o encontram, ele está

doente. Os pajés curam a doença do boi e descobrem a real intenção do Pai Chico. O fazendeiro o perdoa e celebra a saúde do boi com uma grande festa (LIBÓRIO; XAVIER, 2014, p. 25 *apud* LEDOUX, 2017, p. 126).

Samba de Velho era uma tradição remansense secular. Constituía-se da mistura de ritmos dos índios e negros quilombolas. (Fig. 302).

Figura 302 – Samba de Velho



Fonte: Marinalva Xavier (2016 *apud* Ledoux, 2017, p. 128)

A gente bate samba de veio, canta batucada, aquela toada. Depois da toada, canta aqueles versos e aquele samba, tocando o tambor. Aí elas dançando, dando umbigada umas com as outras e aí cai tudo dentro. Aquelas que não sabem dançar, sapateia, arruma o pé no chão, faz aquela roda ali. Outras que sabem dar umbigada não vão lá com vergonha de dançar, porque o samba, a pessoa que sabe entra, sapateia e dá umbigada para as outras e as que não sabe fazem aquela roda. (HILDA SANTOS 2014, p. 23 *apud* LEDOUX, 2017, p. 127).

No contexto do comércio portuário, chegaram e estabeleceram-se em Remanso as famílias Modesto e Coelho Maia a que pertence Manoel Alcides Modesto Coelho. A elas eu devo minha vinda ao Sertão Semiárido e boa parte do sistema simbólico e referencial teórico que hoje utilizo para compreender a vida, bem como para registrar as histórias e memórias que ora faço.

A família Modesto integrou-se à história do Rio São Francisco, no início do Século XX, quando chegou a Remanso seu ancestral Alcides Modesto de Sousa. Ele era moreno, de olhos castanhos e cabelos grisalhos. Nasceu no estado de Sergipe, próximo às fábricas de tecido de Simão Dias, no dia 02 de janeiro de 1887. Era filho de José Modesto de Souza e Maria Joana de Sousa. Em sua face exibia as cicatrizes de varíola de que fora acometido na infância. (Fig. 303).

Figura 303 – Atributos da identidade de Alcides Modesto de Sousa



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Não se sabe ainda, ao certo, a razão que o fez abandonar a terra de origem para se embrenhar Vaza Barris a fora e São Francisco a dentro, até chegar ao porto de Remanso onde se fixou, plantou sonhos, viveu feliz e encantou-se na memória dos parentes e amigos. É provável que a grande seca, que assolou o Nordeste no início do Século XX, tenha exigido dele o mesmo sacrifício a que se submeteram muitos cearenses, paraibanos, pernambucanos, alagoanos, sergipanos e baianos desertores de suas terras em busca de regiões pródigas de água e/ou recursos econômicos.

Diferentemente do que acontecia no restante do Nordeste, pela Serra dos Dois Irmãos unia-se o sudeste do Piauí com o norte da Bahia para viver a efervescência da extração e exportação do látex de maniçoba. Para essa região afluíu muita gente. Foi assim que, em 30 anos, de 1890 a 1920, a população de São Raimundo Nonato passou de 5.997 para 19.851 habitantes. (EMPERAIRE *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 246). Diz-se na região Sudeste do Piauí que, em 1912, a maniçoba viabilizou a emancipação política de São Raimundo Nonato.

A exploração da maniçoba para a produção láctea tornou-se economicamente viável com alta nos preços internacionais da borracha na segunda metade do século XIX, e início do século XX. Impulsionada pela demanda de países industrializados, sobretudo a Inglaterra constituía o principal comprador e distribuidor dessa matéria prima. (QUEIROZ, 1994, p. 29).

O ambiente semiárido contribuiu, de forma positiva e decisiva, para o cultivo da maniçoba e a extração do látex. Essa planta, abundante na caatinga, pertence à família das euforbiáceas da qual fazem parte várias espécies do gênero *Manihot*. A esse gênero pertencem as espécies de valor econômico como a mandioca (*esculenta*) e a maniçoba (*glaziovii*). As euforbiáceas são muito resistentes à seca porque têm caules e sistemas radiculares apropriados à reserva de água. Assim, a maniçoba produzia látex durante o ano todo. No final do Século XIX e início do Século XX comercializava-se muito látex de maniçoba da região sudeste do Piauí e norte do estado da Bahia, nos portos de Remanso e Juazeiro.

Eu era menino. O movimento daqui era só maniçoba. Vieram uns homens de Pernambuco, botaram barracão em alguns lugares para comprar maniçoba. Exportavam para Remanso, de cavalo, jumento e burro. Não tinha carro. Não tinha rodagem nesse tempo. Lá o vapor recebia e tocava com ela aí no mundo. A maniçoba nasceu muito aí nessas serras. Ela deu dinheiro

durante muitos anos. Aí o povo começou a plantar ela em suas roças. (SOARES *apud* OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2013, p. 63)⁷⁸.

Por ser uma atividade altamente rentável, a extração do látex da maniçoba passou a ser a principal alternativa econômica da região Sudeste do Piauí e norte da Bahia. Ela desenvolveu-se, porém, sem impedir que, concomitantemente, se continuassem as práticas seculares da agricultura de subsistência e pecuária. Estas persistiram como atividades importantes à sobrevivência dos sertanejos. Prosseguiram-se os plantios de milho, feijão e mandioca que eram as bases alimentares do povo. Complementava-se o cardápio popular sertanejo com a caça e criação de galinhas, porcos, ovelhas, gado *vacum* e cabras. Comercializavam-se os excedentes da produção, nos portos de Remanso e Juazeiro.

No período chuvoso, os maniçobeiros não trabalhavam com a maniçoba. Aproveitavam para plantar e colher feijão, milho e mandioca. Segundo José Clementino, 78 anos, as pessoas naquela época ainda não conheciam o arroz. Poucas pessoas o produziam. O café vinha de Juazeiro – BA e a rapadura, de Januária – MG. Os tropeiros faziam o transporte dessas mercadorias de Remanso – BA a São Raimundo Nonato - PI. (BRITO; SILVA; OLIVEIRA, 2013, p. 108).

No comércio do látex da maniçoba, extraído no início do Século XX, os tropeiros exerciam papel capital. Transportava-se grande parte das mercadorias em tropas de burros e/ou jumentos. Os comerciantes locais responsabilizavam-se pela entrega dos produtos nas cidades de onde seguiam para os portos exportadores.

Os tropeiros tinham função muito importante no comércio local, principalmente, quando faziam o transporte do produto das áreas de extração para Remanso, na Bahia, cidade localizada a 98 km da cidade de São Raimundo Nonato. As tropas levavam maniçoba, peles de bode e farinha. Na volta, traziam tecidos,

⁷⁸ Noé Ribeiro Soares, 99 anos.

café, rapadura, sal e outros produtos. A maniçoba era transportada seca e ensacada. A viagem de São Raimundo Nonato a Remanso durava entre três e quatro dias. A produção de goma de látex de cidades vizinhas era comercializada a partir de São Raimundo Nonato para a cidade de Remanso - BA, a partir da qual era encaminhada para Juazeiro – BA, por hidrovia. Em Juazeiro era embarcada, na linha férrea da Leste em direção aos portos de Salvador e Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2001, p. 73).

No contexto da agitação econômica promovida pela extração e comércio do látex da maniçoba no sudeste do Piauí e norte da Bahia, Alcides Modesto de Sousa decidiu sair de Simão Dias – SE para acompanhar uma caravana de viajantes da família Libório, em direção a Remanso – BA. É muito provável que ele e os comerciantes da família Libório tenham seguido por uma trilha muito antiga, de aproximadamente 400 km, que ligava Simão Dias - SE a Juazeiro - BA.

Segundo a tradição oral, esse caminho era o mesmo que os tropeiros e viajantes, desde os tempos do Brasil Colônia utilizavam para o transporte de mercadorias e o estabelecimento de contatos comerciais entre o litoral canavieiro e o sertão dos índios de língua travada, de Francisco Pereira Rodelas. Por esse caminho, passava-se por Cícero Dantas, Jeremoabo, Canudos, Uauá e Pinhões, até se alcançar Juazeiro – BA onde se fazia a travessia do Rio São Francisco, para prosseguir viagem ao Sudeste do Piauí ou se tomava uma embarcação para se chegar aos povoados e cidades ribeirinhas. (Fig. 304).

De Juazeiro - BA, normalmente se seguia de barco a vela ou vapor até Remanso, transpondo-se aproximadamente 200 km, com muita dificuldade porque entre as duas cidades havia a Cachoeira de Sobradinho – BA. (Fig. 305). O porto de Juazeiro era o ponto onde todas as embarcações paravam. Dali para baixo, elas não desciam porque o Rio São Francisco não era navegável devido às muitas corredeiras que havia entre esta cidade e Paulo Afonso.

Figura 304 – Trilha de Simão Dias – SE a Juazeiro – BA



Fonte: Google Earth (2017), adaptado pelo autor

Figura 305 – Viagem a Vapor de Juazeiro a Remanso



Fonte: Google Earth (2017), adaptado pelo autor

É provável que os membros da Casa da Torre tenham usado parte do caminho seguido por Alcides Modesto e os comerciantes da família Libório porque é o trajeto mais curto entre a atual Praia do Forte onde estão as ruínas de seu casarão e o Submédio São Francisco. Para se chegar a Juazeiro,

por esse caminho, passava-se por Alagoinhas, Euclides da Cunha e Uauá. Segundo a tradição oral, os capuchinhos que catequizaram os índios das missões de Juazeiro e São Gonçalo teriam adentrado ao Sertão pela trilha do Rio Vasa Barris. Esses missionários marcaram presença no Submédio São Francisco desde 1679.

Em 1670, já haviam chegado às terras baianas, os primeiros missionários capuchinhos (franceses da Bretanha), com o intuito de catequizar os índios Kariris no sertão. Os italianos que chegaram, no século XVII, conquistaram o povo baiano através de sua pregação, de modo que conquistaram grande popularidade entre os fiéis. Os capuchinhos franceses foram expulsos de Salvador, pois haviam sido acusados de intermediários durante a ocupação holandesa no Nordeste, por conta disso o hospício da Piedade, ficara vago. A coroa portuguesa, de modo algum, desejaria que os italianos permanecessem na colônia, pela sua ligação com a Santa Sé, no entanto, pelo patrocínio de Garcia d'Ávila, os capuchinhos voltaram ao Brasil. (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE, 2015).

Alcides Modesto de Sousa tinha completado 23 anos de idade quando chegou a Remanso - BA, no mês de janeiro de 1910. Deixou em Sergipe sua mãe, a senhora Maria Joana de Sousa, viúva, a quem carinhosamente chamava de Sinhá. (Fig. 306).

Na nova cidade, com o apoio de membros da família Libório, o imigrante sergipano começou sua vida de comerciante junto ao cais do porto. Não se passaram muitos dias até que, na feira, junto ao embarcadouro, encontrou-se com Maria Amorim dos Santos, uma linda jovem por quem perdidamente se apaixonou à primeira vista. No encontro dos olhares cruzaram-se sentimentos recíprocos de amor e arrebatamento, aditivados pela efervescência dos hormônios que ambos aprisionavam em profusão em seus corpos juvenis. Nascia ali um grande amor que deu sentido maior à vida de Alcides e o fez decidir viver em Remanso até o final de sua existência. (Fig. 307).

Figura 306 – Carteira da previdência de Maria Joana de Sousa



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

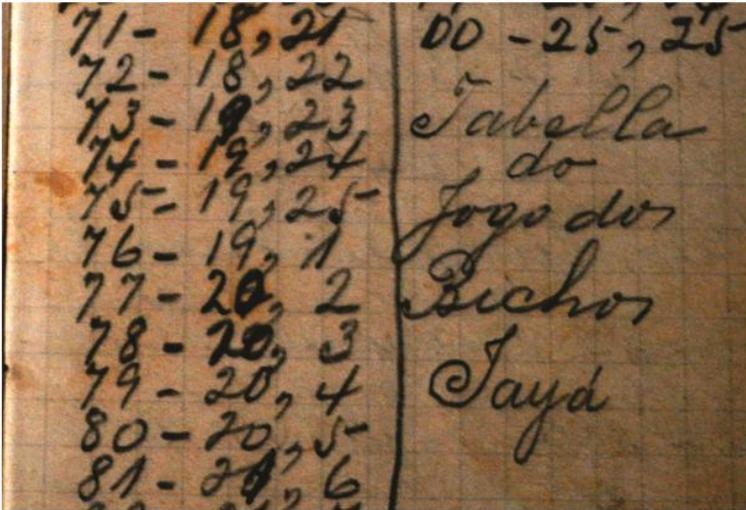
Figura 307 – Maria Amorim dos Santos



Fonte: Acervo da Família Modesto (2016)

Maria (Iaiá) era da família Amorim, de Bem Bom e Pau a Pique, Casa Nova. Ela era obcecada pelo jogo do bicho. Para fazer um dinheirinho extra, apostava diariamente, nem que fossem alguns tostões. No caderno de anotações contábeis do comerciante Alcides ela encontrava espaço para materializar o sonho de ser contemplada pela sorte. (Fig. 308).

Figura 308 – Anotações no caderno de Alcides Modesto



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Depois de conhecer Maria Amorim, Alcides convenceu-se de que não tinha sentido algum voltar a Simão Dias - SE com qualquer objetivo que não fosse o de buscar sua mãe para morar com ele em Remanso. Tinha apenas três sonhos que pretendia alcançar, custasse que fosse qualquer sacrifício, o afeto de Maria Joana, sua mãe, o amor de Maria Amorim, sua namorada e a felicidade dos três. Não escondia seu amor, paixão e encanto pela jovem Maria Amorim dos Santos. Em seu caderno de anotações, materializava-os em prosa e verso.

*Como é grato pensar-se em quem se adora!
Como nos sentimos feliz quando junto da pessoa a quem
dedicamos o nosso sincero afeto!*

Esquecemos as horas e não reparamos o incômodo que podemos estar causando até mesmo a quem amamos. (...) De súbito achei-me em um belo jardim cujas grades de maciças barras de ferro formavam uma inquebrantável muralha.

Depois de algum tempo, andar por ali passeando, já um pouco fatigado pelo ardor do sol, tomei a resolução de descansar alguns minutos. Pelo que me dirigi para junto de alta e frondosa árvore que pouco distava do sítio, em pura admiração, onde me achava.

Sentei-me em belo banco que havia ali e fiquei apreciando as belezas naturais que me rodeavam. Aqui, plantas cujos ramos, entrelaçando-se uns aos outros, formavam um labirinto sorridente e atrativo. Ali, miríades de borboletas confundiam-se, formando no ar uma continuada lista de variegadas cores. Mais além, pássaros encantados desferiam os seus gorjeios suaves que, misturando-se ao monótono desligar de uma bela corrente, encantava os meus ouvidos e fazia despertar em mim, mil recordações cheias de belezas.

Permaneci por algum tempo naquele abrigo que me convidava a cismar. Em vista de tais magnificências, o meu coração expandiu-se em fantasias e belas esperanças que podem favorecer um amor sincero e ardente.

Pensei na bela dos meus sonhos e incessantes pensamentos. Julguei que me seria puramente grato vê-la também naquele lugar, sentada no mesmo banco onde eu estava. O dia era de completa ventura para mim. Quando menos esperava, como uma aparição celeste, vejo-a em minha frente, estendendo para mim os seus braços de anjo.

Surpreendido com tal milagre, eu quedei-me por dois segundos, em pura admiração. Apertei com afeto e carinho aquela mãozinha acetinada e alva que depois beijei. Com amor, pedi-lhe para sentar-se a meu lado e ela, entre compassiva e receosa, veio risonha aceitar o meu convite ou pedido.

Conversamos muito, unicamente do nosso amor. Sua boca de santa repetiu-me mil vezes que me amava. (...)

Ausente de um bem que adoro

Nada do mundo eu desejo.

Só penso que estou na glória

*Benzinho quando te vejo.
Enquanto o mundo for mundo
Não vejo a quem amar.
Só assim eu deixar-te-ei
Quando o mundo se acabar.
Deixa o tempo correr
Deixa o mundo construir
Que o que tiver de ser teu
Às tuas mãos há de ir.
Quando será este dia?
Glórias de minha alegria!
Que alívio aos meus pensamentos!
Quando será este dia?
Quando será este dia?
Quando será este, quando?
Que eu me deitar em teus braços
Os teus carinhos gozando?
Se tu tiveres de ser minha,
Se eu tiver de ser teu,
Com o maior sacrifício
Gozarei os beijos teus.
De longe também se ama,
De perto se sabe amar,
De longe causa ciúme,
Depressa faz se deixar.
Amor é um fogo que arde sem saber,
É ferida que dói e não se sente.
É um contentamento descontente,
É um não querer mais bem querer. (SOUSA, 1910).*

Seus versos e prosas mostram que era possuidor da cultura geral de um grande professor que o burilou nas terras de Sergipe. Sem dúvida alguma, esse professor foi muito importante na formação de uma geração de intelectuais de origem humilde. As obras dele são consequência da estrutura desse sistema simbólico que ele formou em Sergipe, com seu professor.

O velho Alcides Modesto começou a namorar Maria Amorim dos Santos (mamãe laiá), no mês de abril de 1911. Essa paixão fez com que ele tomasse a decisão de buscar sua mãe para Remanso. Em março de 1912, o jovem comerciante casou-se

com ela. Foram muito bons aqueles momentos de sua vida. Papai Alcides usufruía do confortável afeto de sua mãe que agora morava com ele na terra dos serenos redemoinhos do Rio dos Currais e o amor de Maria Amorim com quem sonhava viver para sempre. (Fig. 309).

Figura 309 – Alcides Modesto de Souza e Maria Amorim dos Santos



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Os sonhos de Alcides Modesto tinham que se concretizar a qualquer custo. Assim o fez com seu peculiar pragmatismo sergipano. Organizou seu comércio, trouxe sua mãe para Remanso, planejou seu casamento e consumou-o no dia 29 de março de 1912.

Alcides Modesto de Sousa tornou-se um grande comerciante em Remanso, sem perder os vínculos com seus amigos e suas raízes rurais sergipanas. Alguns membros da família Libório, seus companheiros de peregrinação a Sergipe, continuaram residindo e dedicando-se ao comércio naquela mesma cidade portuária. Outros prosseguiram no ramo do comércio em Juazeiro e demais ainda, na região sudeste do Piauí.

É por isso que o farmacêutico e advogado Libório Filho era seu maior amigo na cidade de Remanso. Ele era mais advogado do

que farmacêutico. Tinha uma farmácia só para sobreviver. O Libório pai morava no Piauí. Ele esteve presente no casamento de minha mãe, como atesta a fotografia feita por meu pai. Meu pai gostava de fotografias. Tinha um laboratório onde revelava suas fotos. Ele botou todo o mundo para se posicionar na frente de um pano, no fundo do quintal da casa do meu avô, como se fosse o ato do casamento, e fez a fotografia em que estava presente o Libório pai. Nessa foto registrou-se a presença de Deli, filha de Libório filho, que foi uma das damas de honra do casamento de minha mãe. (MODESTO COELHO, 2016).

Quando Alcides Modesto de Sousa veio a Remanso, os Libório, comerciantes e tropeiros do Sul do Piauí, faziam viagens frequentes para comprar mercadorias em Sergipe. Como tropeiros, durante a viagem de ida a Sergipe, eles comercializavam a produção agropecuária do sertão. Na viagem de volta, eles negociavam a produção das indústrias sergipanas.

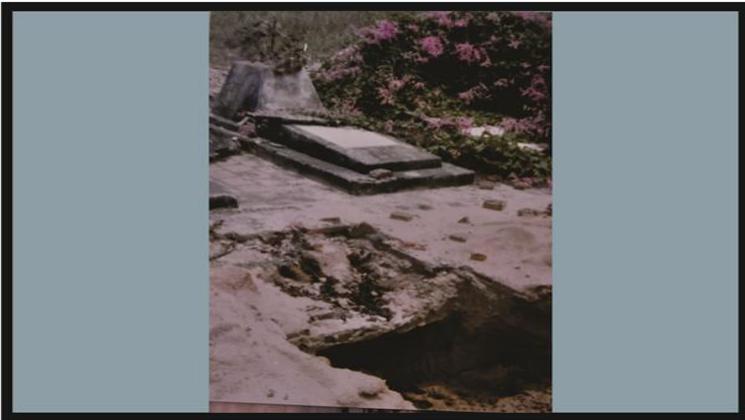
Primeiro eles vinham com os mostruários, depois iam comercializar com as tropas. Os tropeiros tinham papel importante no escoamento e na exportação da produção agropecuária. Para sorte dele, ele caiu no meio desse grupo de viajantes. Nesse período, o Sudeste do Piauí só tinha o porto de Remanso que era muito importante porque os tropeiros que desciam do Sudeste do Piauí passavam por Remanso para chegar ao estado de Sergipe. Eles tinham também um grande comércio em Juazeiro. Remanso tinha um papel importante para receber os importados e exportar a produção local. Por Remanso passava toda a exportação do Sudeste do Piauí, até o porto de Salvador. Por Remanso passava toda a produção de maniçoba, mamona, algodão e pele. De Juazeiro ia de trilho para Salvador. (MODESTO COELHO, 2016).

Dona Iaiá chegou a Remanso – BA, em março de 1912, quando Alcides Modesto tinha 25 anos de idade e São Raimundo Nonato, graças à grande produção e comercialização de látex de maniçoba, emancipava-se politicamente. Saiu de Simão Dias – SE, em companhia de comerciantes da Família Libório do

Sudeste do Piauí. Em Remanso sua genitora viveu na casa de seu filho até o fim de seus dias. No velho cemitério da antiga cidade de Remanso plantou-se seu corpo quando lhe faltou o sopro vital. (Fig. 310).

Ela foi sepultada aqui. Um detalhe é que meu pai, antes de inundar o cemitério, retirou os ossos do meu avô e da minha avó e levou para Januária onde fez um túmulo para eles. Por isso é que se diz que nem os mortos foram respeitados. Isso não é coisa do passado distante. Aconteceu em plena ditadura militar. O sistema colonialista e coronelista não sofreu descontinuidade alguma de dominação e crueldades. É nesse aspecto que eu quero contribuir com vocês para mostrar as ligações destas raízes da maldade colonizadora. Quando não conseguiram dominar os índios, foram buscar os negros para destruí-los à distância para morrerem de saudade de suas raízes da África. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 310 – Exumaram-se os ossos de Alcides Modesto e Sinhá



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Os dois primeiros filhos de Alcides Modesto de Sousa tomaram os nomes dos pais dele. O mais velho chamava-se José Modesto de Souza (Dedé) e a filha mais velha, Maria Joana Modesto de Sousa (Sinhá), mãe de Manoel Alcides. Depois nasceram Estelita e Nilza. (Fig. 311).

Figura 311 – Dedé, Iaiá, Sinhá, Estelita, Alcides e Nilza



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Minha mãe era mais conhecida em Remanso pelo apelido da minha bisavó do que pelo seu próprio nome. A maneira como meu bisavô chamava minha bisavó ela gostava que a chamassem também. Papai Alcides chamava minha avó de mamãe Iaiá porque era assim que seu pai chamava sua mãe. Era essa a maneira do pai dele falar carinhosamente com a mãe dele. É por isso que, em seu caderno de anotações pessoais e de contabilidade da bodega dele, papai Alcides apreciava rabiscar o nome de Iaiá, sua mãe. Era assim que ele treinava a melhor letra para escrever uma carta para ela. Assim, nós chamávamos nossa avó de mamãe Iaiá e nosso avô de papai Alcides. (MODESTO COELHO, 2016).

Em Remanso – BA, Alcides Modesto de Sousa dedicava-se ao comércio. Tinha um armazém onde vendia fumo de Arapiraca, rapadura dos Brejos e cachaça de Januária – MG.

Eu não saía de perto do meu avô. Eu tinha uma loucura, uma paixão por ele. Meu avô era íntimo amigo das pretinhas da rua à direita da Matriz. É nisso que eu me baseio porque, diante do preconceito que havia pelo lado de meu pai. Os Coelho, de Duarte Coelho até os do Cafundó do Judas são de raça pura. Nas horas vagas, nos bate-papos Papai Alcides estava na casa das pretinhas. A mãe dessas pretinhas era mais ou menos da idade de minha bisavó. Uma dessas pretinhas era música. Tocava

bandolim. Meu avô gostava de serestas. Era o lugar que ele tinha certamente alguma relação anterior, porque em Juazeiro da Bahia, havia também alguns Modestos, todos vindos deste núcleo genético dos Modestos de Simão Dias, que passaram pelo interior de Curaçá. (MODESTO COELHO, 2016).

O comerciante sergipano morava na área de inundação do Capão de Baixo, próximo ao local onde se construiu a capela da Sagrada Família. Morava no fim do capão de Baixo e começo do Capão do Meio, junto à Praça Barão do Cotegipe, bem próximo ao casarão da Família Libório onde moravam outras famílias tradicionais de Remanso como os Campinhos e os Teixeiras. (Fig. 312). Seu comércio situava-se entre o Capão de Cima, o Capão do Meio e o Cemitério.

Quando íamos, todos os sábados, ao cemitério, meu pai estava trabalhando no local do comércio dele que foi ampliando. No início era mais depósito. Os comerciantes começavam comprando um lugarzinho para ser depósito porque a principal atividade de Remanso era a consignação de receber mercadorias de exportação vindas da produção do Sudeste do Piauí, do município de Remanso, Campo Alegre. Naquela época tudo era município de Remanso. Só existia São Raimundo e Remanso se delimitando na Serra dos Dois Irmãos. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 312 – Casa residencial de Alcides Modesto de Sousa



Fonte: Silva (2010, p. 253)

O depósito de Alcides Modesto de Sousa situava-se na área de inundação da velha cidade de Remanso. Quando o rio enchia, alagava-o. A água fluía em toda a várzea. Não invadia o cemitério porque havia nele uma parede. Nessa área baixa da cidade havia um colégio que pertencera ao Professor Leal. Nele muitos rapazes e moças da região estudavam em regime de internato.

Meu avô comprou o colégio e transformou-o em um grande depósito. No meio do colégio havia um paredão que separava a ala dos rapazes da ala das moças. Moravam em um casarão ao lado desse paredão. Havia um buraco redondo no alto do paredão. Havia um sótão para o qual se subia por uma escada. De lá se viam os vapores vindo de longe, de Juazeiro ou de Pirapora. Nesse depósito, ele prestou uma homenagem ao estado de onde ele saiu, mas que amava muito. Ele fez uma arcada por sobre o portão onde fez questão de escrever Villa Sergipe. Com frequência ele visitava os lugares que produziam tecidos, onde havia fábricas de tecidos. (MODESTO COELHO, 2016).

Ele chegou a Remanso sem capital algum e acabou se tornando um dos maiores comerciantes da cidade. Sem esquecer-se de que era sergipano de origem tornou-se remansense de coração. Deixou os Libório continuarem suas lides comerciais no Sudeste do Piauí. Decidiu ficar no porto de Remanso. Eles é que venham para cá, dizia ele, com sua tradicional espiritualidade.

Ele era inteligente e estrategista. Botou uma bodega, começou a vender fumo de Arapiraca e cachaça de Januária para os barqueiros fumarem e beberem enquanto empurravam os barcos nas duras pelejas, rio acima, na cachoeira de Sobradinho. Com a venda de fumo e cachaça, ele começou sua vida em Remanso.

Quando meu avô comprou o casarão, ele já tinha uma roça no Alagadiço. Quando o rio enchia, entrava pelos fundos desse casarão. Até onde passa aquela estrada que foi feita depois,

pelo governo, era a entrada de São Raimundo. Ela saía nos tabuleiros onde havia um cruzeiro antigo de Dona Alice Palmeira. A estrada antiga que ligava São Raimundo Nonato a Remanso era a estrada do telégrafo que passava nos areões dos tabuleiros, logo depois dos alagadiços. A primeira vez que eu fui ao Itaú, nós fomos de carroça. A carroça foi na estrada em que o caminhão passava. (MODESTO COELHO, 2016).

No terreno do Alagadiço, que Alcides Modesto de Sousa chamava de Pequena Sergipe, ele cultivou um pomar com grande variedade de fruteiras. Plantou muitas laranjeiras e limoeiros. Situou até laranjeiras de umbigo que eram muito cultivadas em Sergipe e Alagoinhas – BA. Alagoinhas era o centro de manutenção das ferrovias. Lá havia muitas oficinas. A manutenção dos trens era toda feita lá. De Alagoinhas saía um ramal de trilhos para Sergipe.

No terreno da Pequena Sergipe havia uma tamareira que se avistava de longe, quando os vapores vinham do Porto de Juazeiro. Ela foi plantada nos fundos da casa. Nessa roça havia irrigação. Nela, o velho sergipano construiu canais de tijolo queimado para conduzir até as plantas a água que puxava de uma cisterna. Lançava-a em um tanque e, por gravidade, molhava suas plantas. Era o único quintal de Remanso que tinha fruteiras em abundância. No seu pomar, Alcides colhia laranja, pinha, goiaba, coco, manga e tâmara. Essa última espécie de fruteira o velho sergipano havia plantado muito antes mesmo de a EMBRAPA começar a fazer experimentos com ela no Semiárido.

Um dos filhos mais novos de Alcides Modesto e Maria Amorim chama-se Alcides Modesto Filho. Ele cursou o ginásio e fez o primeiro ano do segundo grau no Seminário de D. Inocência, em São Raimundo Nonato - PI. Quando entrou em crise vocacional, ele escreveu uma carta manuscrita a seu pai, argumentando que não se sentia vocacionado para a vida de padre. O velho Alcides Modesto de Sousa, seu pai, respondeu-lhe com alguns conselhos entre os quais sugeria que

continuasse estudando porque, mesmo não sendo padre, seria um bom cidadão.

Hoje Alcides Modesto Filho mora na Checoslováquia para onde, a fim de não ser preso e torturado pelos integrantes do Regime Militar, precisou fugir em um navio. Naquele país, graças a uma bolsa conseguida por Jorge Amado, quando estava trabalhando na Comissão do Vale do São Francisco (COVASF), ele prosseguiu seus estudos e casou-se com uma mulher checa chamada Helena. O casal teve um filho que se chamava Alcides Modesto Neto. (Fig. 313).

Figura 313 – Alcides Modesto Filho, Helena e Alcides Modesto Neto



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Foi Jorge Amado quem conseguiu essa bolsa para ele. O filho dele, Alcides Modesto Neto, já morreu. Era afilhado meu. Um ano antes de morrer ele visitou-me na Fazenda Itaú. Parece que estava adivinhando. (MODESTO COELHO, 2016).

Alcides Modesto de Sousa não era tão somente um comerciante de renome. Ele amava as lides agrícolas e pecuárias. Foi por isso que a Pequena Sergipe ficou realmente pequena para praticar o que aprendera gostar na terra onde nasceu. No lençol de areia das proximidades de Remanso,

adquiriu uma propriedade rural para se dedicar à criação de pequenos animais. Chamava-a de Fazenda Guarany.

Ela foi da época em que meu pai namorava minha mãe. Ele vinha a cavalo. Às vezes nem vinha até Remanso. Já entrava nas carnaubeiras onde havia uma estrada à esquerda. Na Fazenda Guarany havia um casarão muito bonito onde meu pai namorava minha mãe. (MODESTO COELHO, 2016).

Anos mais tarde, Alcides Modesto comprou uma fazenda na Serra Dois Irmãos, junto à fronteira da Bahia com o Piauí, próximo à Fazenda Queimadas de Bonfim. Essa fazenda localiza-se próximo à atual cidade de Dirceu Arcoverde. O velho comerciante de fumo de Arapiraca e cachaça Januária entendeu que o nome mais apropriado para a propriedade seria Itaú porque na linguagem indígena chamar-se-iam as grandes pedras pretas que ele encontrou nessa propriedade. A Fazenda Itaú está a 50 km do Lago de Sobradinho. Construiu nela uma residência e edificou algumas estruturas de arquitetura vernácula e caráter ecológico.

Ao que Alcides Modesto chamava de Fazenda Itaú, conhecia-se originalmente como Fazenda Mato Verde, graças à exuberante vegetação de caatinga nativa que havia no lugar. É muito provável que os primeiros colonizadores a ocuparem aquele espaço originalmente indígena tenham sido os criadores de gado de Queimadas do Bonfim, fundada por fazendeiros ligados à Casa da Torre, no final do Século XVII. A principal atividade da antiga fazenda sempre foi a criação de bovinos, caprinos e ovinos. Nela se praticava também a agricultura de subsistência, com o cultivo de mandioca, milho e feijão de corda. Quando o velho comerciante sergipano chegou nesse paradisíaco cenário sertanejo natural encontrou apenas uma rústica casa de taipa. (Fig. 314).

Eu tenho só o documento que registra a venda do Mato Verde. Isso aqui foi desbravado. Aqui era mata. Não tinha esse lugar trabalhado. Meu avô fez a escolha deste lugar porque era o

cenário mais bonito de Remanso. Ele gostava de lugares que projetassem um cenário bonito. Quando ele construiu esse lugar, nós saímos de uma casa de taipa do Mato Verde. Lá ainda estão os escombros dessa casa. Ainda tem as estacas. Quando ele comprou, a fazenda se chamava de Mato Verde. O nome Itaú foi dado ao lugar da Fazenda Mato Verde que ele mais gostava e escolheu para ser a sede por causa daquelas pedras pretas. José Lima foi o primeiro vaqueiro desse lugar. Antônio, o filho caçula dele, que tem uma memória fantástica, mora em Milagres. Ele conta tudo, com detalhes. Outro que pode dar informações é Joaquim Gomes, da Fazenda Santa Maria, no lado leste da pista. Antônio e a Neta de dona Tecla, que moram a dois quilômetros daqui sabem dizer quando e como surgiu a fazenda Mato Verde. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 314 – Ruínas da casa da antiga fazenda, nos anos 1970



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

No lugar onde se edificou a atual casa da fazenda, havia caatinga fechada e muitos animais silvestres com predominância de mocó (*Kerodon rupestris*), saltitando nas pedras pretas do entorno. Diz-se na região que, onde há mocó, devem-se redobrar os cuidados com animais peçonhentos porque na companhia desses roedores sempre há barbeiros (*Triatoma infestans*) transmissores de *Tripanossoma cruzi*, agente da doença de Chagas e cobras cascavel (*Crotalus durissus*) que se alimentam desse mamífero roedor.

A cascavel possui um chocalho na extremidade da cauda. Ao contrário do que se diz, o número de anéis de seu chocalho não representa sua idade. Ela muda de pele de duas a quatro vezes por ano e, a cada vez que isso ocorre, acrescenta um novo anel. (Fig. 315). Alimenta-se de pequenos roedores. Sua reprodução é vivípara e ocorre no período de novembro a fevereiro quando nascem de 16 a 24 filhotes. Ela é muito venenosa e, por isso, perigosa, mas não agressiva. A espécie encontrada no Brasil possui veneno neurotóxico, que atua no sistema nervoso e faz com que a vítima tenha dificuldades de locomoção e respiração. (FIOCRUZ, 2018).

Nos primeiros anos da Fazenda Itaú houve um caso fatal de picada de cobra cascavel. José Lima, um dos vaqueiros, estava arrancando pés de malva nas proximidades de um umbuzeiro, perto do açude, no setor leste da roça. Ele não viu que havia uma cascavel junto a uns galhos secos e foi picado por ela. Encostou-se no umbuzeiro porque não conseguia mais andar. O filho dele foi avisar meu avô para dar socorro. Ele faleceu logo depois. Para não esquecer o episódio, queimaram-se os galhos secos que havia no local. Até hoje se preserva o carvão desses galhos. Eles são marcadores de memória. Quando se vê o carvão, lembra-se de José Lima e do perigo que a cobra cascavel representa quando se está junto às pedras do entorno da residência. Ele foi enterrado no cemitério das Queimadas de Bonfim. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 315 – Cobra cascavel (*Crotalus durissus*)



Fonte: Fiocruz (2018)

As tradições religiosas que se preservam nos povoados vizinhos à antiga Fazenda Mato Verde sugerem grande influência dos missionários da Igreja Católica. Neles se celebram rituais religiosos da semana santa. Reza-se a Via Sacra em caminhada que passa próximo a um cruzeiro e termina-se na gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Fazem-se grandes festejos em homenagem a Santo Antônio.

Eu mesmo me surpreendi quando fui chamado para fazer uma reflexão na novena da igreja de Santo Antônio. Quando eu cheguei lá com Conceição, ao começar a novena. Primeiro a arrumação das coisas. As pessoas todas sentadas no chão, sobre esteiras e tapetes. Começaram uma celebração toda em latim. Latim, antigo mesmo. Com as palavras tão... Eu me admirei. Dava-me a impressão que eu estava na Idade Média. A música, a maneira de cantar... Perguntei se algum padre tinha vindo... Disseram-me que não. Os missionários que ensinaram em latim para esse povo e eles transmitiram de geração em geração, até chegar aos dias de hoje. Nessas comunidades pode ter algum viés das litânias e até de exéquias. (MODESTO COELHO, 2016).

Nesses povoados se dançam as Rodas de São Gonçalo comandadas por um senhor que se chama Antônio. Esse mestre de cerimônias canta as letras em melodias e ritmos originais da Tradição Portuguesa da cidade de Amarante. Os próprios nomes dos povoados do entorno da Fazenda Itaú, quais sejam, Queimadas do Bonfim, Bonfim, Milagres, Santa Fé e Santa Maria sugerem grande influência dos missionários católicos na região norte da Bahia e Sudeste do Piauí.

Das Queimadas é que sai toda a ocupação e os costumes que ainda se conservam na comunidade dos Milagres. É antigo isso. Tem uma pedra na fronteira da Fazenda Itaú com a Fazenda Milagres, que é cheia de inscrições gravadas na pedra. Essa pedra é uma referência para a ocupação da Fazenda Milagres de onde a Fazenda Itaú se desmembrou. Aqui se chamava Santa Fé. Santa Fé deve ter referência com os missionários colonizadores. Esse latim que se preserva vem confirmar a antiguidade da

colonização. Ou pelos missionários ou por uma família de grande influência missionária. (MODESTO COELHO, 2016).

Para comprar a Fazenda Itaú, o Velho Alcides Modesto vendeu sua empresa ao filho José Modesto de Sousa e aos genros Antônio Coelho Maia e Nilo Braga de Moura. Comprou-a de Dona Tecla, mãe do Sr. Vítor que era vaqueiro do gado, juntamente com outro vaqueiro que tomava conta dos caprinos e ovinos. A Fazenda Itaú constituía-se de áreas desmembradas da Fazenda Milagre. Confrontava-se com a Fazenda Santa Maria, Fazenda Santa Fé e com o estado do Piauí, na Serra Dois Irmãos.

Vendia-se o excedente da produção agropecuária da fazenda aos tropeiros que, desde os tempos do Brasil Colônia, comercializavam-na junto ao porto de Remanso ou a transportavam em frotas de burros e jumentos, a Juazeiro, Feira de Santana e Caruaru – PE.

No começo meu pai trabalhava para a firma de meu avô que passou a chamar-se de Alcides Modesto e Companhia. Acho que vendeu como forma de indenizá-los porque eles trabalhavam nela. Com a falência da empresa Alcides Modesto e Companhia, meu avô passou a se dedicar totalmente à fazenda Itaú. (MODESTO COELHO, 2016).

Alcides Modesto de Souza faleceu em Remanso – BA, com 65 anos de idade, no dia 25 de maio de 1952. (Fig. 316). Antônio Coelho Maias trasladou os ossos de seu sogro Alcides Modesto e sua sogra Maria Amorim, de Remanso - BA para Januária - MG. Os ossos de Maria Joana de Sousa, mãe de Alcides, não mais se encontraram. Haviam eles já se transformado em húmus.

Meu pai era o genro de confiança de meu avô. Quando papai Alcides morreu, ele confiava mais em meu pai do que em seu próprio filho. O filho dele só queria o venha nós, e o vosso reino nada. Meu pai era muito cuidadoso com todos os documentos de meu avô. É por isso que eles chegaram a mim. Ele tinha uma

memória brilhante. Descrevia todos os detalhes de quem conversava com ele, mesmo que a conversa demorasse um dia todo. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 316 – Lembrança da missa de ano



Fonte: Acervo da Família Modesto (2016), adaptado pelo autor

Alcides Modesto era habilidoso. Ele construiu vários móveis de cedro para trastejar sua casa na Fazenda Itaú. (Fig. 317 a 320). Naquela época, todo o cedro que se utilizava em trabalhos de marcenaria no Submédio São Francisco, passava pelo porto de Remanso. O cedro era transportado em balsas flutuantes feitas com toros de madeira. Quando o rio enchia, eles começavam a descer de Minas Gerais e de Goiás. Os barqueiros saíam vendendo os toros de madeira nos portos, até desembarcarem tudo em Juazeiro. Os índios Tuxá, de Rodelas, faziam esse transporte de madeira de Minas Gerais a Juazeiro. Esse transporte levava vários meses até o rio baixar.

Eram os troncos amarrados uns nos outros. Os negros e os índios, com aquelas varas grandes, conduziam o conjunto de toras de madeira. O pessoal que fazia isso era o pessoal da navegação. Era uma grande embarcação, chata, em forma de tablado. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 317 – Penteadeira fabricada por papai Alcides



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 318 – Baú feito para transportar o enxoval de Maria Amorim



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 319 – Bidé com madeira e mármore, feito por Alcides



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 320 – Oratório confeccionado por Alcides



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Na Fazenda Itaú, Alcides Modesto de Sousa fez barragens, cacimbas e caixilhos para armazenar água destinada a consumo humano e animal. Dois dos açudes que ele construiu (um na extremidade leste e outro no extremo oeste da propriedade) estão parcialmente assoreados. (Fig. 321 e 322). Neles se observa o trabalho do velho comerciante sergipano, filho de dona Iaiá, preocupado com o desassoreamento e a consequente revitalização do Rio São Francisco a partir das cabeceiras de seus riachos tributários. Segundo se sabe pela tradição oral, ele foi pioneiro na argumentação de que, se em todos os riachos afluentes se retivessem os sedimentos, não se assorearia o Velho Chico. Com as referências acadêmicas que se hoje é fácil argumentar que a melhor forma de desassoreamento do Rio da Unidade Nacional é, de fato, a revitalização das bacias dos rios e riachos tributários.

Figura 321 – Barragem no setor leste da fazenda



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

Figura 322 – Barragem no setor oeste da fazenda



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

O barramento de cursos de água constitui uma das mais antigas técnicas de aumento da disponibilidade hídrica para atendimento às demandas das sociedades. Eles são construídos para elevar o nível de água, criar um reservatório de acumulação ou regularizar vazões.

A barragem do setor oeste da fazenda Itaú foi construída em 1901 com cal batido e sedimento da própria localidade. O trabalho foi iniciado pelo avô de Manoel Alcides e seus auxiliares. O objetivo era, a princípio, obter água em qualidade e quantidade suficientes para atender a todas as necessidades da fazenda, inclusive nos períodos de estiagem prolongada.

Construiu-se esse açude com a utilização de várias técnicas de arquitetura vernácula. Uma delas consistia em acender fogo sobre o lajedo para aquecê-lo. Quando esse estava com temperatura elevada, jogava-se água fria sobre ele para causar um choque térmico que promovesse fraturas na rocha, dando origem a matacões que eram usados como material de construção. Betumavam-se esses matacões com cal e areia, na edificação das paredes da barragem.

Observa-se que as barragens dos açudes da Fazenda Itaú não eram hermeticamente vedadas. Elas tinham fendas por onde pequenas quantidades de água fluíam naturalmente, sem registros, perenizando bom trecho do riacho a sua jusante. (Fig. 323). É provável que essa técnica de construção de barragem baseava-se nos mesmos conhecimentos de engenharia vernácula que, anos mais tarde o padre Cícero Romão receitava às populações campestres dos sertões cearenses. Esse líder messiânico do sertão nordestino recomendava que as barragens nunca retivessem toda a água nos reservatórios. Segundo esse líder religioso dever-se-ia deixar que um pouco de água seguisse seu curso natural para que os riachos se perenizassem, promovendo equilíbrio ambiental na bacia hidrográfica jusante.

Figura 323 – Riacho perenizado à jusante da barragem



Foto: Maria Betânia de Castro (2014).

Além dos açudes, Alcides Modesto promoveu o armazenamento de águas pluviais em caldeirões, caixilhos e cisternas. Caldeirões são cavidades naturais esculpidas na superfície da rocha pela ação diferenciada de agentes de intemperismo. (Fig. 324). Caixilhos são escavações feitas em solo compacto ou em rocha fragmentadas pela ação de agentes de intemperismo, nas depressões naturais do terreno. (Fig. 325).

Essa técnica consiste na escavação de um buraco de mais ou menos dois metros de profundidade no chão. Ao encher, desenvolve-se na superfície uma espécie nativa de aguapé cujo sistema radicular e foliar promovem a absorção dos coloides suspensos na água, filtrando-a e evitando que ela evapore. (Fig. 326).

Sempre que passava em direção a São João do Piauí e São Raimundo Nonato, eu entrava para ver a Fazenda Itaú. Nunca deixei de passar por aqui. Quando minha avó resolveu vender o Itaú, o comprador foi Jó Pereira Braga, conhecido como Tio Nem, ex-prefeito de Remanso e ex-marido de Stelita Modesto, minha

tia, filha de Alcides Modesto de Sousa. Jó Pereira era da família Braga, conhecida em toda essa região. Minha tia se casou com ele, poucos dias antes do casamento de minha mãe com o meu pai. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 324 – Caldeirão em rocha



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

Figura 325 – Caixilho escavado em rocha intemperizada



Foto: Maria Betânia de Castro (2014)

Figura 326 – Aguapé nativo na superfície da água do caixilho



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

A família de Antônio Coelho Maia, pai de Manoel Alcides Modesto Coelho, é oriunda de São João do Piauí. Seus pais chamavam-se Henrique Rodrigues Coelho, nascido em São João do Piauí e Maria Leodônia Maia, nascida no estado de Ceará. (Fig. 327).

Figura 327 – Maria Leodônia Maia e Henrique Rodrigues Coelho



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Em São João do Piauí, Antônio Coelho Maia viveu sua infância e adolescência, até completar 16 anos de idade quando sua mãe o levou a Petrolina, para trabalhar na farmácia do Dr. Álvaro Rocha.

Álvaro Rocha era o único doutor em Farmácia que havia de Januária a Petrolina. Ele tinha uma farmácia em Januária e outra em Petrolina. Na farmácia que ele tinha em Petrolina, meu pai adquiriu grande experiência em manipulação de remédios. Minha avó, Maria Leodônia Coelho Maia, mãe dele, foi quem o levou a Petrolina. (MODESTO COELHO, 2016).

Pouco tempo depois, ele retornou a São João do Piauí onde começou a trabalhar na farmácia de Dr. Barroso. Não demorou muito tempo para que o Sr. Júlio Paixão, renomado comerciante da região Sudeste do Piauí, soubesse do seu bom desempenho na ciência e arte de manipular medicamentos. Convidou-o, então, para tomar conta de uma farmácia e um laboratório que este homem de negócios acabava de inaugurar a cidade de São Raimundo Nonato - PI.

Nesse período em que morava na cidade de São Raimundo Nonato – PI, Antônio Coelho Maia conheceu Maria Joana Modesto (Sinhá) em um casamento que se realizou na igreja matriz. (Fig. 328). Encantou-se com a filha de Alcides Modesto e Maria Amorim que, na ocasião, trajava um lindo vestido de cor rosa.

Antônio Coelho, meu pai, era metódico. Ele atrasou um ano o casamento porque seu pai adoeceu. Minha avó mandou chamá-lo para dar assistência ao pai porque ele era empregado de farmácia que manipulava remédios. Aprendeu a aplicar o que o médico lhe ensinava. Ele foi aprendendo ao lado do médico. Como era ele que manipulava, sabia das receitas dos doentes e tinha que dar (aplicar) injeção, ele adquiriu do meu padrinho Raul Macedo de quem se escreveu um livro. (MODESTO COELHO, 2016).

Depois que conheceu Maria Joana, Antônio Coelho Maia, não poucas vezes, a cavalo, visitou sua namorada na Fazenda

Guarany, em Remanso. (Fig. 329). Para ele, a distância entre São Raimundo Nonato e Remanso era café pequeno quando se tratava de encontrar-se com o grande amor de sua vida. Com ela casou-se pouco tempo depois. (Fig. 330 e 331).

Figura 328 – Igreja matriz de São Raimundo Nonato



Fonte: IBGE (1959 apud Oliveira e Oliveira, 2013, p. 64)

Figura 329 – A cavalo, viajava-se de São Raimundo a Remanso



Fonte: Acervo de Josimar Rocha (2013)

Figura 330 – Casamento de Antônio Coelho Maia com Sinhá



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 331 – Maria Leodônia com Maria Joana (Sinhá), em 1958



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Após o casamento de sua filha Maria Joana (Sinhá) com Antônio, inicia-se uma nova fase na vida do genro de Alcides

Modesto de Souza em São Raimundo Nonato – PI. Integrou-se a várias iniciativas agropecuárias da Fazenda Socorro e em empreendimentos comerciais relacionados às usinas de descaroçamento de algodão, nas muitas bolandeiras que se implantaram na região Sudeste do Piauí. Define-se bolandeira como uma grande roda dentada que trabalhava nos engenhos de descaroçamento de algodão.

Quando meu pai se casou, nos primeiros cinco ou seis anos de casamento ele permaneceu em São Raimundo Nonato – PI. Quando se casou, ele já era empregado de Júlio Paixão. A casa de Júlio Paixão é uma das poucas que se conservam na descaracterização generalizada de São Raimundo Nonato Antiga. (MODESTO COELHO, 2016).

Os primeiros três filhos de Antônio Coelho Maia e Maria Joana (Sinhá) nasceram nesse período de atividades em São Raimundo Nonato - PI. Seu sogro Alcides Modesto resolveu, então, levá-lo para trabalhar em Remanso – BA, por causa do estado de saúde de sua esposa que estava debilitada em decorrência do falecimento de dois filhos, Iracema e Alcides Henrique (nome dos dois avós). Esse fato deixara Maria Joana (Sinhá) muito abalada emocionalmente.

Após a morte dos dois primeiros filhos, eles se mudaram para Remanso – BA onde iniciaram uma nova história. Remanso foi o ancoradouro dos Coelho. Eles saíram do Piauí com uma cachorrinha apenas. No porto de Remanso, se você comprasse um barracão onde pudesse guardar as coisas, começava a ganhar dinheiro. Era o porto que fazia Remanso. Aquele cais, daquele jeito, era a alma de Remanso que está morta. (MODESTO COELHO, 2016).

Maria Joana (Sinhá) cultivava grande estima pelo médico Dr. Raul Macedo porque foi ele quem deu assistência ao menino Alcides Henrique quando ele teve crupe e morreu.

Nas coisas de meu pai, descobri o lugar onde ele foi sepultado. Ele morto, pronto para ir para o cemitério. [Dr. Raul Macedo] tinha uma santa ao lado dele. Ele era esquizofrênico. De vez em

quando tinha crises. Quando se aperreava demais em São Raimundo Nonato, vinha para a casa de minha mãe, em Remanso, porque minha mãe era quem colocava ele nos eixos. (MODESTO COELHO, 2016).

Em Remanso – BA, Antônio Coelho Maia, Maria Joana (Sinhá) e seus filhos acomodaram-se em uma pequena casa que Alcides Modesto de Souza havia construído na Pequena Sergipe. Naquele terreno, em tempos de outrora, havia um antigo colégio de internato. (Fig. 332 a 334). Por causa dos problemas de saúde de Sinhá, Maricélia foi criada por sua tia Stelita.

Figura 332 – Casa da família de Antônio e Sinhá, na Pequena Sergipe



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 333 – Manoel Alcides e Maricélia na Pequena Sergipe



Fonte: Acervo pessoal da família Modesto (2016)

Figura 334 – Manoel Alcides, Helvécio e a babá na Pequena Sergipe



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

A gente morava dentro dessa roça. Quando minha mãe foi para Remanso, havia na Pequena Sergipe uma casa que dava para a família (a gente) morar. Aí meu avô cedeu para meu pai ficar morando muitos anos nessa casa. Essa casa aparece em outra foto que eu bati antes de ela se acabar (Fig. 21). Era a casa que ficava dentro da roça de meu avô onde havia plantio de mangueiras e muitas outras fruteiras. (MODESTO COELHO, 2016).

Com a compra da Fazenda Mato Verde, em 1945, o velho comerciante remansense de origem sergipana vendeu a empresa Alcides Modesto e Companhia aos genros Antônio Coelho Maia e Nilo Braga de Moura, para se dedicar exclusivamente às lides campesinas nas terras que passaram a se chamar de Fazenda Itaú.

Durante um bom tempo, o comércio prosperava. Contudo, graças a um voto de confiança não correspondido por uma empresa governamental que se instalou na região para implantar a estrutura do cais da velha cidade, a empresa abriu falência. A partir de então, Antônio Coelho e seu sócio desequilibraram-se financeiramente e passaram o restante de suas vidas pagando dívidas. (Fig. 335).

Figura 335 – Antônio Coelho, aos 35 anos de idade



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Em 1944, Antônio Coelho e Maria Joana (Sinhá) tiveram que mudar-se para o Rio de Janeiro onde ficaram durante muitos meses. Foram cuidar de um problema de tireoide de Dona Sinhá, que demandava uma cirurgia delicada. Para chegarem à Cidade Maravilhosa eles embarcaram em um barco a vapor, no porto de Remanso e foram a Pirapora - MG. De Pirapora ao Rio de Janeiro viajaram de trem.

Ao retornarem desse período de cirurgias no Rio de Janeiro, meu avô decidiu que a minha tia Stelita Modesto ficaria dispensando cuidados a minha irmã Maricélia assim como o fizera nos seus primeiros meses de vida. (MODESTO COELHO, 2016).

O regresso do casal à cidade de Remanso marcou o início da vida de Antônio como barqueiro. Diz-se que essa era uma atividade que ele tinha o maior medo de exercer. Pelas

coincidências da vida, assim que sua empresa entrou em falência, ele encontrou-se com o barqueiro Adelson Moura, em Petrolina. (Fig. 336). Esse barqueiro tinha uma indústria de sabão e vela. Tornou-se depois um grande empresário industrial de Petrolina.

Por força das circunstâncias, Antônio Coelho começou a assumir o ramo da embarcação. Deixou toda a experiência dele com farmácia e comércio por causa da falência da empresa, provocada pelo governo que não pagou uma dívida. Isso o fez ir para a atividade de barqueiro que ele mais detestava.

Ao deixar a vida de barqueiro, Adelson Moura encontrou-se com meu pai e disse. Seu Antônio, você está falido. Eu tenho uma barca e tenho dinheiro para você movimentar um comércio daqui até Januária. Você vai e volta com essa barca. Você se torna meu sócio. Quando você puder, você compra minha barca. Foi assim que meu pai começou a história de barqueiro. É por isso que a embarcação começa a tomar um rumo que o leva a se fixar em Januária - MG. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 336 – Antônio Coelho e Adelson Moura



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Por um curto espaço de tempo, de 1958 a 1960, Antônio Coelho morou com sua família em Juazeiro – BA, em uma daquelas ruas que se localizam ao sul do prédio onde atualmente funcionam a Agência dos Correios e a Prefeitura Municipal. Na enchente de 1960, sua casa foi inundada. Isso o fez mudar-se provisoriamente para Petrolina – PE e de lá encaminhar sua família para Brasília, enquanto ele continuava dedicando-se à vida de barqueiro, no Velho Rio dos Currais⁷⁹.

Minha mãe resolveu ir para Brasília, por facilidade de educação e para estar perto da família. Moravam lá seu irmão Otto e sua irmã caçula, minha tia Célia e Helvécio, meu irmão mais velho. Aí eles puxaram toda a família para Brasília. Meu irmão Helvécio disse: Olha mamãe, a senhora gosta de vender umas coisinhas. Eu vou alugar um Box lá na W3, Asa Sul, onde está começando um comércio. Lá você vai vender essas coisas do Ceará, dentro de Brasília. (MODESTO COELHO, 2016).

Antônio Coelho ainda passou uma temporada razoável visitando regularmente, de três em três meses, sua família em Brasília. Contudo, nem ele se acostumou a essa vida peregrina e nem sua família adaptou-se à vida e aos costumes de Brasília. (Fig. 337). Pressionou-o para que regressassem ao Vale do Rio São Francisco. Por que não morar em Januária - MG onde havia um importante porto comercial, na rota que seguiam as embarcações de Remanso a Pirapora? Assim, com esse argumento mais que convincente, a família contribuiu para que ele adquirisse como atributo de sua identidade o vínculo estreito com o Rio da Unidade Nacional.

⁷⁹ Na casa onde morava sua família a água da enchente de 1960 chegou a um metro de altura. Seus móveis (cama e beliches) perderam-se todos. É por isso que, na década de 1970, quando Eliseu Martins do Nascimento vendia os primeiros lotes do Bairro Jardim Encontro, costumava dizer que os terrenos mais altos tinham mais valor porque, na enchente de 1960, o gado criado na periferia da cidade de Juazeiro refugiou-se e salvou-se neles. Ele recomendava, por isso, que se mantivesse sua altura original para a edificação das casas.

Figura 337 – Foto da família de Antônio Coelho Maia em Brasília



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Aventurou-se à nova vida mais que sugerida pela esposa e filhos. Deixou laiá e Sinhá com os meninos em Brasília e partiu em busca de um lugar para morar em Januária - MG. Antes de se fixar nela foi primeiro a Montes Claros, vender alguns produtos de exportação. Assim ele passou a ser um homem profundamente marcado pela sua relação com o Rio São Francisco.

Por isso é que no seu sepultamento acompanhou-o um pacote com uma vela, no Rio São Francisco, passando, com a vela aberta, pela Cachoeira de Sobradinho. Assim, entram na sua história as várias etapas de embarcação. (MODESTO COELHO, 2016).

A mudança da família para Januária - MG aconteceu aos poucos. Primeiro ele resolveu trazer os menores com laiá e Maria Joana (Sinhá), para estudarem. Em Brasília ficaram somente os maiores que já trabalhavam. Foram para Januária a Celina, o Luiz, o José Nei e o Gildásio. Cecéa trabalhava em São Paulo; Helvécio, Carlinhos e Marileia, em Brasília. laiá acompanhou a família em todas as mudanças, para Juazeiro, Petrolina, Brasília e Januária, onde faleceu. (Fig. 338 a 341).

Meu pai disse a minha mãe: eu lhe levo e você pega esses menores que estão fazendo ginásio e jardim de infância. Mirian, caçula, tinha três anos. Os sete mais novos foram para Januária onde alugou uma casa. Isso justificou que minha ordenação fosse realizada em Januária. Os mais novos continuaram seus estudos de segundo grau em Januária. (MODESTO COELHO, 2016).

Figura 338 – Iaiá, Sinhá, Marileia e Ana Maria, em Januária – MG



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 339 – A família de Antônio Coelho em Januária - MG



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 340 – Casa e igreja dos pescadores de Januária, hoje demolida



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 341 – Na fuga, Helvécio despediu-se da família em Januária



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Quando se formou, José Ney foi morar com Cecéa que trabalhava em uma paróquia de Santos – SP. Celina foi morar com Manoel Alcides em Paulo Afonso - BA. Gildásio começou a estudar no seminário em Salvador – BA, mas depois, com o objetivo de ficar mais perto de sua irmã, transferiu-se para um seminário em Santos – SP. Saiu do seminário, começou a

trabalhar no banco e continuou seus estudos. Depois se mudou para Brasília.

Na Ditadura Militar, antes de o pau quebrar, Gildásio fugiu para a Checoslováquia. Ele estava estudando Engenharia no Rio de Janeiro. Ele trabalhava na Comissão do Vale e estudava no Rio. Eu estava estudando Teologia em Salvador e ele passou em um navio cargueiro. Eu fui lá, no porto, me despedir dele. Ele se comunicava sempre comigo. (MODESTO COELHO, 2016).

Assim todos fizeram sua história, adaptando-se e readaptando-se às circunstâncias. Uma ficou com Manoel Alcides, em Paulo Afonso - BA. Outro ficou com Cecéa, em Santos - SP. Outro ficou com Marileia, em Brasília - DF. Quem primeiro se casou foi Carlinhos. Casou com uma funcionária da câmara, filha de um sírio libanês, nascida em Goiás. Depois dele, quem primeiro casou foi Marileia, na ordenação de Manoel Alcides, ela já tinha uma filhinha, a Ana Maria.

Manoel Alcides desenvolveu seu gosto pela militância política e social, no seio de sua família. Participaram efetivamente dessa formação o seu avô Alcides Modesto de Sousa; sua avó Maria Amorim dos Santos; seu pai, Antônio Coelho Maia e sua mãe Maria Joana (Sinhá). Seu pai era integralista convicto e fervoroso. Ele frequentava assiduamente a missa dominical celebrada por Dom Inocêncio, na Igreja Matriz de São Raimundo Nonato – PI e participava das atividades sociais que o velho bispo espanhol, em parceria com Getúlio Vargas e o movimento integralista internacional promovia na região Sudeste do Piauí.

Integralismo é uma corrente do pensamento político contemporâneo, surgida na Europa no início do século passado. Em linhas gerais, o integralismo pode ser caracterizado pela sua associação à moral religiosa, pelo seu apelo nacionalista e, principalmente, pela defesa da hierarquização social como forma de manter a ordem e a paz interna. Além disso, seus seguidores também acreditam que uma sociedade deve fundamentar-se na meritocracia, respeitando as aptidões

individuais. Originalmente, o integralismo pregava o antiliberalismo, contrapondo-o ao fortalecimento do Estado, e à participação popular, mas numa concepção bem diferente daquela praticada no início do século XX. Na época, especialmente na Europa, havia uma integração cada vez maior da população como um todo no sistema político-social. Parte desse contingente, formado por trabalhadores, acabou sendo capitaneado por doutrinas socialistas, comunistas ou anarquistas. Ao contrário dessas correntes de pensamento, o integralismo defendia a participação popular, mas através dos apelos irracionais dos mitos e símbolos que representavam o nacionalismo que seus partidários tanto defendiam. (ANGELO, 2008).

Não é sensato avaliar a ação dos integralistas com as referências dos dias atuais. É oportuno que se os avaliem com as referências do contexto em que eles viveram. Assim foi que Dom Helder Câmara, ferrenho integralista em juventude tornou-se revolucionário socialista na fase adulta de sua existência. (Fig. 342).

Figura 342 – Dom Helder Câmara, do integralismo ao socialismo



Fonte: Diocese de São Carlos (2018)

Dom Hélder é um religioso dos mais complexos: começou a atuar politicamente como integralista — quer dizer, como fascista, liderado pelo escritor Plínio Salgado, e, a partir da

década de 1960, aproximou-se da esquerda, definindo-se como socialista defensor de um “socialismo de face humana”. (BELÉM, 2017).

Muito embora não compartilhasse dos ideais e métodos integralistas, o que se comprova pelos debates ferrenhos com seu genitor, Manoel Alcides reconhece que sua relação com a Igreja e seu gosto pelas atividades políticas e sociais deveu-se grandemente à militância apaixonada de seu genitor. Na militância política e social, apenas deu continuidade ao que já vinha fazendo no âmbito familiar e em sua vida de padre. (Fig. 343 a 345).

Figura 343 – Antônio Coelho Maia, antenado com o integralismo



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 344 – Sinhá em Paulo Afonso e Antônio em Recife



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 345 – Bodas de ouro de Antônio e Sinhá



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

O vínculo religioso com a Igreja Católica, com os empobrecidos e, mais especificamente com a Teologia da Libertação, Manoel Alcides adquiriu de seu avô Alcides Modesto (Papai Alcides) que devotava carinho especial às negrinhas da Rua da Igreja. Essa família de origem humilde esmerava-se na arte de tocar bandolim. Por terem nascido e serem afagadas por genitores de origem étnica e cultural africana, essas negrinhas não eram reconhecidas e sequer bem vistas pela sociedade remansense. O comerciante de origem sergipana reconhecia seu valor e as prestigiava com visitas frequentes. No seio daquela família regavam-se as longas conversas com cafés ainda fumegantes, enquanto se falavam veleidades e fatos do cotidiano remansense.

Este, na verdade, sempre foi o propósito da teologia da libertação. Primeiramente vem a libertação concreta da fome, da miséria, da degradação moral e da ruptura com Deus. Esta realidade pertence aos bens do Reino de Deus e estava nos propósitos de Jesus. Depois, em segundo lugar, vem a reflexão sobre este dado real: em que medida aí se realiza

antecipatoriamente o Reino de Deus e de que forma o cristianismo, com o potencial espiritual herdado de Jesus, pode colaborar, junto com outros grupos humanitários, nesta libertação necessária.

Esta reflexão posterior, chamada de teologia, pode existir ou não, pois pode não haver pessoas que tenham condições de exercer esta tarefa. O decisivo é que o fato da libertação real ocorra. Mas sempre haverá espíritos atentos que ouvirão o grito do oprimido e da Terra devastada e que se perguntarão: com aquilo que aprendemos de Jesus, dos Apóstolos e da doutrina cristã de tantos séculos, como podemos dar a nossa contribuição ao processo de libertação? Foi o que realizou toda uma geração de cristãos, de cardeais a leigos e leigas, a partir dos anos 60 do século passado. Continua até os dias de hoje, pois os pobres não cessam de crescer e seu grito já se transformou num clamor. (BOFF, 2013).

De sua avó laiá o fervoroso militante herdou a tradição cultural da família Amorim, partícipe da implantação da estrutura religiosa e cultural do município de Casa Nova – BA. (Fig. 346 a 348).

Figura 346 – laiá, em 1968, junto à Cachoeira de Paulo Afonso



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 347 – Iaiá no aguardo do guindaste que a levaria às obras



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 348 – Iaiá, em visita a Paulo Afonso, no 2º semestre de 1968



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Aí você chega e me encontra. Participa desse movimento.
Ordenei-me no dia 1º de janeiro de 1976. Fui vigário durante

dois anos, em Jaguarari – BA. Depois, mudei-me para Paulo Afonso. A primeira visita que eu recebi em Paulo Afonso, no segundo semestre de 1968, foi de minha avó laiá. Para chegar lá, ela viajou de Jeep e de caminhão para visitar o neto que ela carinhosamente chamava de Ti. Junto ao cajueiro da Fazenda Itaú há um poço que a minha avó layá chamava de Poço do Ti. (MODESTO COELHO, 2016).

Com a morte de Alcides Modesto de Sousa, a Fazenda Itaú foi abandonada. As casas caíram, as roças acabaram e os açudes secaram. Na década de 1970, as estruturas da velha Fazenda Pedra Preta estavam em ruínas. Fazia pena ver se desmoronar o que nas mãos do velho comerciante sergipano de Remanso fora tão bem cuidado. Em uma das viagens em que Manoel Alcides passou por lá, indo ao Piauí, entrou na propriedade abandonada, com aquela Kombi da diocese de Paulo Afonso que os integrantes das atividades pastorais coordenadas pelo bispo Dom Jackson Berenguer Prado, nos anos de 1975 e 1976, muito bem conheceram⁸⁰. Sem qualquer pretensão, aquele velho meio de transporte da equipe pastoral vincula seus usuários com a Fazenda Itaú.

Essa casa é a casa de lá. A casa de cá estava em ruínas. No espaço entre as duas casas, havia um pé de Tamboril e uma figueira. Toda vez que eu passava por aí, eu visitava a fazenda Itaú e lamentava o seu completo abandono. Aqui era a casa do vaqueiro. Era onde os trabalhadores que moravam na Fazenda Milagre, tinham um salão a sua disposição para armarem as redes e estenderem as esteiras quando vinham trabalhar aqui. Eram vaqueiros ligados a Jó Ferreira Braga que havia comprado isso. (MODESTO COELHO, 2016).

⁸⁰ Foi nessa Kombi que eu fiz a primeira viagem de Paulo Afonso a Rodelas, em 1975. Nessa viagem, Alcides e eu passamos por dentro da cidade de Glória que estava sendo destruída pela CHESF. Impressionei-me com as ruínas da igreja e das casas da praça central onde as caixas d'água se conservavam intactas. Eu aprendi a dirigir com essa Kombi, em 1976, no aeroporto de Uauá, quando Alcides Modesto era vigário geral de Paulo Afonso.

3.3.2.5 *De Casa Nova*

Em 1534, o território que na Carta de Évora D. João III definiu para a província destinada ao donatário Duarte Coelho Pereira estendia-se, à margem esquerda do Rio São Francisco, do Oceano Atlântico ao Rio Carinhanha, divisa atual do estado da Bahia com Minas Gerais.

Na segunda metade do Século XVIII, Casa Nova era uma fazenda onde, da mesma forma que em outras tantas do Vale dos Currais criava-se extensivamente gado solto na caatinga e se cultivavam pequenas caiçaras de lameiro, nas ilhas e às margens do Rio São Francisco e riachos dele tributários. Ela ainda se integrava à Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado que se subordinava ao bispado e à província de Pernambuco.

Em 1824, em represália à Confederação do Equador liderada pelos pernambucanos, D. Pedro I tirou de Pernambuco todo o território que constituía a Comarca do Rio São Francisco a que se integrava a área correspondente ao atual município de Casa Nova. Em 1827, anexou-a a Bahia a cujo estado ainda hoje pertence. No Século XIX, a dita propriedade, conhecida então como Fazenda Riacho da Casa Nova pertencia ao Capitão José Manoel Vianna.

Também, naquela época, já era grande a afluência de sertanejos procedentes do estado do Piauí, que iam àquele povoado vender suas boiadas e abastecer-se de gêneros de primeira necessidade. A essa altura, a povoação já possuía várias benfeitorias, inclusive a sua capela, erigida sob a invocação de São José, a mando do capitão José Manuel Viana, ainda no princípio da povoação. (FERREIRA, 1958, vol. 20, p. 146).

A partir da descoberta do grande potencial das lagoas salobras e exploração concomitante do sal grosso para a salga da carne bovina que, desidratada ao sol, se vendia como charque, Casa

Nova prosperou e fez-se conhecida e reconhecida pelos centros consumidores de todo Nordeste e Minas Gerais.

No dia 03 de abril de 1873, pela Lei provincial número 1265, o Arraial de São José do Riacho de Casa Nova elevou-se à categoria de freguesia, desligando-se de Santo Antônio do Remanso do Pilão Arcado a que se integrava como capela. Seu primeiro vigário foi o padre Roberto José da Costa Cerqueira, nomeado por Decreto no dia 10 de junho de 1874.

No dia 20 de junho de 1879, graças à prosperidade alcançada pela produção e comercialização de charque, couro e sal grosso, por força de uma lei provincial da Bahia, Casa Nova emancipou-se, em desmembramento de Remanso que, por sua vez, havia-se desagregado de Pilão Arcado. Por localizar-se sua sede junto à foz de um grande fluxo de água sazonal, então conhecido como Riacho da Casa Nova, nada mais oportuna a designação do município que se emancipava com o nome de seu padroeiro, associado ao intermitente manancial tributário do São Francisco. Por tempestivo, a ele atribuiu-se, desta forma, o nome de São José do Riacho da Casa Nova.

Casa Nova, onde domina a família Vianna, é uma pequena villa que se mantém com a industria do sal. Visitamos-lhe as salinas, e achamos interessantíssimo o processo de trabalhá-las.

O sal é um dos productos naturaes mais interessantes do valle de S. Francisco, no trecho entre Cabrobó e Chique-Chique. A sua origem é ignorada, mas o seu modo de ser eis como se nos apresenta.

O solo da salina é ordinariamente um terreno argiloso, secco, de alluvião, com superficie mais ou menos plana onde aparece manchas irregulares como as de um corpo graxo ou óleo derramado sobre a terra. São estas manchas inflorescências salinas, superficiaes e pouco extensas, que o povo costuma raspar, reunindo a terra para lancal-a em cochos de madeira em que fazem a decoada, que é evaporada depois ao sol no côncavo de grandes lagedos, ou fervida ao fogo.

Não se emprega nesse serviço instrumento algum metallico. Todos os utensílios são de madeira ou de procedência vegetal,

porque é crença arraigada do sertanejo que o ferro extingue a salina.

O sal assim obtido é impuro, lamellar ou escamoso, corado e contendo magnésia. Quem pela primeira vez o prova ou não está habituado, experimenta desarranjos do aparelho intestinal, leves e passageiros.

A lama retirada da decoada é amontoada ao lado da salina e ahi fica até que com os annos se degrada e volta muita vez a produzir sal.

É certo que as salinas produzem maior quantidade de sal nos annos chuvosos e que a safra é tanto mais abundante quanto mais tempestuoso correu o tempo. (SAMPAIO, 1879, p. 41-42).

Face à referência que, em 1879, fez o engenheiro escritor à família Vianna, buscaram-se informações sobre sua história no Submédio São Francisco. Descobriu-se em registros eclesiásticos que, mais de cem anos antes da emancipação política de Casa Nova, na povoação da Freguesia de Sento Sé fazia história Domingos Manoel Vianna, provável membro de sua genealógica cepa.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de cinquenta e quatro, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a inocente Josefa, filha de pai incógnito e de (...) escrava de Manoel (...). Foram padrinhos Domingos Manoel Vianna, casado com (...), e Domingas de Sousa Silva, filha de Manoel Ferreira, todos desta Freguesia de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário Sousa. (Registro 115).

Aos oito do mesmo mês e ano, nesta Freguesia batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente Januário, filho de pai incógnito e de Thereza, escrava de Domingos Manoel Vianna, com a condição de (...) por morte de sua (...) a sua senhora (...) os mesmos senhores em minha presença. Foram padrinhos Manoel e Anna, ambos filhos do Sargento Mor Veríssimo Caetano Felisbel, todos desta Freguesia de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário Sousa. (Registro 116).

Aos treze dias do mês de julho de setecentos e sessenta e um anos, nesta matriz, batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente Frutuoso, filho de pai incógnito

e de Maria, escrava de (...). Foram padrinhos Domingos Manoel Vianna e sua mulher Anna Rodrigues, todos desta Freguesia de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário-Sousa. (Registro 307).

Aos treze dias do mês de julho de setecentos e sessenta e um anos, nesta matriz, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a inocente Thereza, filha natural de Antônio Gildo Britto e de Joana de Matos, solteira. Foram padrinhos Domingos Manoel Vianna e Anna Rodrigues, sua mulher, todos desta Freguesia de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário-Sousa. (Registro 308).

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de setecentos e sessenta e um anos, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a Timbica, filha de Manoel e de sua mulher Sebastiana, escravos de Domingos Manoel Vianna. Foram padrinhos Maria Barbosa, casada com José Pacheco Ferreira e seu filho Bernardo Pacheco, solteiro, todos desta Freguesia de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário-Sousa. (Registro 320).

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e dois anos, nesta matriz, batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente Raimundo, filho de Manoel e de sua mulher Simoa, ambos escravos de Domingos Manoel Vianna. Foram padrinhos o Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel e Maria Ribeira, sua filha, solteira, todos desta Freguesia de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário-Sousa. (Registro 378).

Aos dezoito dias do mês de setembro de sessenta e três, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os Santos Óleos ao inocente Ipólito, filho de pai incógnito e de Thereza, escrava de Domingos Manoel Vianna, morador nesta Povoação. Foi padrinho o dito Domingos Manoel Vianna de que fiz este assento que por verdade assinei. Vigário-Sousa. (Registro 414).

Aos dez dias do mês de março de mil setecentos e setenta e hum nesta Freguesia de Sam José de Cento Sé batizou solenemente de licença minha o Padre Manoel dos Santos coadjutor atual desta Freguesia sub condicione a inocente Maria, filha legítima de Domingos Manoel Vianna e de sua mulher Theodózia Ferreira da Silva, moradores nesta Povoação e pôs os Santos Óleos. Foram

padrinhos por procuração bastante feita pelo Capitão Caetano Jacomo da Franca o qual foi apresentado pelo Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel e Dona Antônia da Cunha e Mello, casada, todos fregueses desta Freguesia de que mandei fazer este assento que por verdade assinei. Vigário Sousa. (Registro 813). (LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ, 1752 a 1783).

Concomitante ao desenvolvimento de São José do Riacho de Casa Nova o povoado de Santana que se situava também na margem esquerda do Rio São Francisco prosperava em função de sua localização à montante próxima da Cachoeira de Sobradinho. Ali, deixava-se sempre parte da carga das embarcações para que, subindo ou descendo, transpusessem-se, com segurança, as corredeiras do Rio São Francisco. Voltava-se, em seguida com os barcos vazios para buscar o restante da carga e prosseguir viagem com carregamento pleno em direção ao porto de Remanso ou Juazeiro. (Fig. 349).

Na Cachoeira do Sobradinho, ou melhor nas cachoeiras deste nome, porque elas são muitas, quatro pelo menos ao longo do canal, ali mais susceptível de navegação, divide-se o rio em dois braços desiguais e exhibe um verdadeiro archipelago de que são as maiores ilhas, as de Santa Anna e da Cachoeira.

Impraticável é o braço maior, do lado do sul; grandes são ali os desnivelamentos, múltiplos os obstáculos que o leito rochoso apresenta. O Canal do Sobradinho, porém, entre a ilha da Cachoeira e a margem esquerda, com um desnivelamento maior, reparte por quatro sucessivos e curtos rápidos ou corredeiras o maior desnivelamento que se observa no outro braço. Melhorado esse canal, com a rectificação da passagem, e remoção de Lages que o prejudicam em profundidade e direção, o trânsito para grandes barcas fica assegurado em qualquer época do ano, e as comunicações do Juazeiro com a secção desimpedida do rio garantidas.

No canal do Sobradinho tínhamos encontrado, nessa época de vasante, uma largura média de 12 metros, e o fundo mínimo de 50 centímetros sobre o travessão da cachoeira mais importante.

As embarcações passavam então descarregadas, ou, quando pequenas, aliviadas de meia carga. (SAMPAIO, 1879, p. 40).

Figura 349 – Santana do Sobrado e Sobradinho no final do Século XIX



Fonte: Sampaio (1879 *apud* Costa, 2007, p. 68)

Em Santana do Sobrado que se distava 20 km à montante da foz do Rio Salitre, desde períodos remotos da história e quiçá da pré-história fazia-se facilmente a travessia do Rio São Francisco de barco ou a nado porque as muitas ilhas e ilhotes propiciavam condições favoráveis à transposição. Ao que tudo indica, foi nesse local que, na segunda metade do Século XVII, fazendeiros e índios do Vale do São Francisco atravessaram o rio quando perseguiram nativos saqueadores de fazendas.

No dia seguinte, atravessou-se o riacho Dosré [Salitre] e acharam-se, no campo do inimigo, muitos bois mortos e retalhados e muitas cabras, algumas já meio assadas. Mas, como tudo isso já tinha um dia de permeio e ficara exposto ao sol, tudo apodrecera e deixara emanações, que dificultavam a nossa presença. Fomos, então, a três léguas daí, a uma fazenda

que os inimigos haviam incendiado depois de haver matado o dono e um negro, de que vimos os cadáveres. Encontramos muitos bois, que matamos e fizemos secar, para poder seguir o inimigo.

Depois de cinco dias de descanso, atravessou-se o rio, os portugueses em pequenas canoas que encontraram e os índios e cavalos a nado. (NANTES, 1979 *apud* KESTERING; SOUSA, 2014, p. 76).

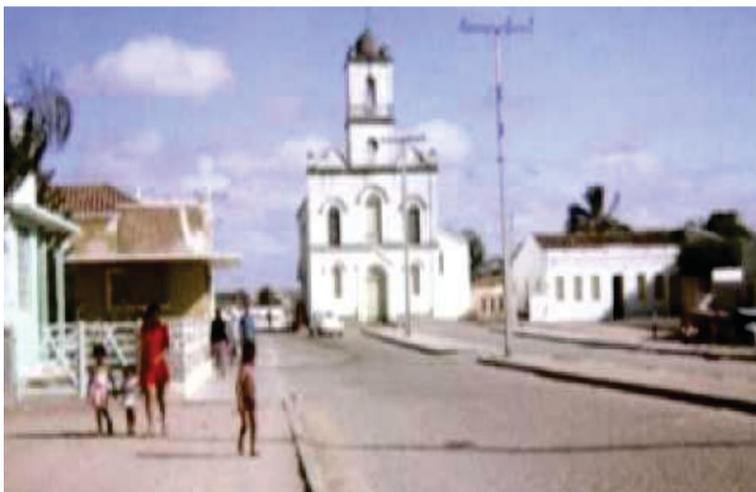
Em 1937, Casa Nova era uma pacata cidade ribeirinha, quando o município foi cenário do movimento messiânico conhecido como Guerra do Pau de Colher ou dos Caceteiros. (Fig. 350 a 356). Tudo começou no mês de março daquele ano, quando Getúlio Vargas era presidente do Brasil. Nesse movimento integraram-se aproximadamente quatro mil pessoas lideradas por Quinzeiro, Senhorzinho, Ângelo Cabaço e José Lourenço. Elas pretendiam ocupar as fazendas de Antônio Martins, Mariano Rodrigues de Sousa e Alexandre Oliveira, situadas na região limítrofe dos estados do Piauí e da Bahia.

Figura 350 – Praça central da velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019)

Figura 351 – Praça central da velha cidade de Casa Nova



Fonte: Castro (2019)

Figura 352 – Igreja Matriz da velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019)

Figura 353 – Rua Hermógenes Viana



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019)

Figura 354 - Rua São José na velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019)

Figura 355 – Rua São José na velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: YouTube (2019)

Figura 356 – Vista parcial da velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019)

O movimento ganhou muitos adeptos, e mais adeptos, e alcançou uma dimensão regional (Piauí e Bahia), num raio de 200 km. A conversa da cura milagrosa e da salvação espiritual correu numa velocidade assustadora. Atingiu as primeiras localidades do Piauí, na época município de São Raimundo Nonato, poucos meses após o início do arraial. Dentre elas, posso citar as mais relevantes: Cachoeirinha, Proeza e Minadouro. Muitas pessoas aceitaram o convite, e uma minoria resistiu. Do grupo das que aceitaram, os líderes: Quinca e sua esposa Hermenegilda, Zeferino e Zé Caboclo. Claro, juntos com a maioria do povo. Das pessoas que resistiram, as personalidades: Zé da Barra, Raimundo Carlos, Doquinha da Mata e Norberto. Vale ressaltar também, que esses líderes que resistiram foram os maiores colaboradores, como guias e soldados na destruição do arraial. Mas primeiro tiveram que se livrar da morte, foram perseguidos pelo movimento do começo ao fim. Como também, os primeiros sinais de resistência, de reação contra o movimento, surgiram em solo piauiense. É o Piauí e sua valentia. (PORTAL CASA NOVA, 2019).

Em dezembro daquele ano, o movimento revolucionário estava tomando proporções avantajadas em relação aos fazendeiros. Pediu-se, por isso, reforço policial ao comando da Polícia Militar de São Raimundo Nonato – PI que, de pronto atendeu. Mandou ao local soldados montados em cavalos. Esses se viram cercados de grandes problemas como dificuldade de

acesso, falta de estrutura, sede e fome. Quando chegaram à área, foram surpreendidos por uma multidão de pessoas. Recuaram apressadamente, deixando no espaço, armas de fogo e farta munição de que se apropriaram os caceteiros. Solicitou-se, por isso, reforço policial de Casa Nova.

A volante de Casa Nova logrou melhor êxito que a de São Raimundo Nonato. Ela conseguiu entrar no arraial e aprisionar algumas pessoas. Entretanto, no momento em que encurralava e tentava prender seus líderes, viu-se cercada por mais de três mil caceteiros. Alguns policiais morreram em combate e outros fugiram, deixando nova e compulsoriamente muitas armas de fogo e farta munição aos caceteiros.

Foi assim e em razão disso que a Polícia Militar do Piauí e da Bahia pediu ajuda ao Estado do Pernambuco. Em janeiro de 1938, o presidente Getúlio Vargas determinou que se enviasse uma volante policial de elite do estado de Pernambuco à zona de conflito habitada na ocasião por mais de quatro mil pessoas.

Quando chegou ao local do arraial, guiada pelas próprias pessoas resistentes, montou uma estratégia infalível: cercou toda a área do arraial. Eram 100 (cem) soldados. E muita estrutura. A invasão começou, e foram 24 (vinte e quatro) horas de guerra. Morreu muita gente. Apenas as crianças foram poupadas. O resto era matar ou morrer. Mas no final, quando a volante dominou a guerra, abriu exceção também para as mulheres saírem do terreno do conflito. Foram liberadas. O Quinzeiro, responsável por toda a formação do arraial, o mentor, conseguiu sair vestido de mulher. Fala-se que o soldado Militão Martins denotou seu patriotismo ao desafiar o Quinzeiro, dentro do próprio arraial, com uma coragem singular, ao dizer: “Apareça Quinzeiro, se tu és homem. Aqui no Piauí tem Lei”. Isso de certa forma desmoralizou o mentor do arraial. E o povo passou a perceber o equívoco de causa. Estava contra o próprio Estado do Piauí. Isso fruto do discurso cívico e heroico do Militão Martins. A partir daí, foi ficando fácil destruir o arraial. Os “caceteiros” perderam o estímulo e passaram a ficar do lado da polícia. Militão Martins concluiu dizendo: “Vimos

aqui ajudar vocês a se livrarem das garras desse pilantra” (Quinzeiro). No final, quando restavam poucas pessoas, o resto tinha morrido, muitos “caceteiros” e poucos policiais, houve a rendição. Foram presos de imediato, depois liberados. Eram pessoas do lugar. Arrependeram-se de tudo, e pediram uma nova oportunidade para reconstruírem suas vidas aqui mesmo na região. O presidente Getúlio Vargas, sob a intercessão do Bispo Dom Inocêncio, concedeu esse direito de liberdade. O arraial foi tocado fogo. E os outros 03 (três) líderes do movimento foram assassinados. (PORTAL CASA NOVA, 2019).

Diz-se que quando a polícia da Bahia chegou ao ambiente da guerra, o conflito havia já terminado. Tudo estava controlado. Muitas crianças órfãs foram levadas para Salvador - BA. Algumas se internaram em conventos, outras se integraram à Marinha e ao Exército.

Em Casa Nova – BA conservam-se tradições que tinham grande expressão na antiga cidade e nos povoados ribeirinhos. São exemplos: Caretas e Roda de São Gonçalo.

A Tradição dos Caretas cuja maior expressão conserva-se no distrito de Santana do Sobrado é praticada como nos velhos tempos se fazia no antigo povoado homônimo. Sobrevive o ritual festivo apesar de pouca gente saber se sua fundamentação mitológica e significado. Anualmente ela acontece com início ao nascer do sol do Sábado de Aleluia e encerra-se com a queima de Judas no Domingo da Ressurreição, à noite. Mascarados a rigor e vestidos em fantasia aterrorizante, os festeiros fazem-se irreconhecíveis e desfilam em blocos pelas ruas do distrito. Correm atrás das crianças desavisadas e pedem um real aos adultos que encontram no caminho. (Fig. 357 e 358).

No município de Casa Nova realiza-se o ritual da Roda de São Gonçalo desde os memoráveis tempos que antecederam a construção da Barragem de Sobradinho. Diz-se que ali se deve a origem da prática dessa dança ao Frei Henrique Cavalcante. No século XVIII, esse religioso pregou a palavra de Deus e

deixou construídas, como marcos de sua passagem pelo sertão, as igrejas de Remanso - BA, São Raimundo Nonato - PI, Caracol - PI e Ponta da Serra - PI.

Figura 361 – Caretas em desfile pelas ruas de Santana do Sobrado



Fonte: Britto (2018)

Figura 362 – Caretas em desfile pelas ruas de Santana do Sobrado



Fonte: Passos (2018)

Desde que foi introduzida em Casa Nova a Roda de São Gonçalo tem carácter eminentemente rural. No meio urbano, ela acontece nas pontas de rua, em frente às casas dos trabalhadores rurais mais pobres.

[Trata-se] de uma manifestação lúdico-religiosa de carácter popular, realizada, sobretudo na roça e promovida por pequenos proprietários e trabalhadores rurais e, excepcionalmente, por assalariados urbanos, jamais por “pessoas de posses” que não acham de bom tom patrocinar este culto que expressa uma resposta / agradecimento face a uma graça alcançada. É que a Roda é prometida ao santo em troca do atendimento de um pedido. Relaciona-se, pois com “pagar promessa – uma das obrigações fundamentais do catolicismo popular. Os favores então solicitados referem-se a doenças, seca, muita chuva, desaparecimento de animal ou de objeto, “sorte ruim”, roça (“para nascer bem tudo e ser boa a colheita”). O promitente oferece as condições (local, alimentação, presença da imagem do santo, músico, dançantes, etc.) para a realização do evento. E pode ocorrer que outros aproveitem a ocasião para pagar promessas menores, tais como, dançar de pés descalços, ajudar o promitente com algum dinheiro ou “criação” (porco, carneiro, cabra, peru, galinha que se constituem na alimentação básica do evento), permanecer com a imagem sobre a cabeça todo o tempo de uma roda, colocar fitas coloridas na imagem de São Gonçalo, e assim por diante. (AZZI, 1977 *apud* ATTA, 1983, p. 81-82).

A Dança da Roda de São Gonçalo teve origem no século XVII quando, anualmente, no dia 10 de janeiro, realizava-se no interior das igrejas de Portugal. No Século XVIII, os devotos do Santo de Amarante trouxeram-na ao Brasil. A partir de então, difundiu-se por diversos estados onde adquiriu características peculiares. Ainda hoje se preserva essa tradição portuguesa, mormente nas cidades ribeirinhas do Submédio São Francisco. (Fig. 359 a 361).

Figura 359 – Imagem de São Gonçalo de Amarante



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 133)

Figura 360 – Jovens no ritual da Dança de São Gonçalo



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 136)

Figura 361 – Jovens no ritual da Dança de São Gonçalo



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 135)

3.4 Relocação Traumática

A história dos municípios atingidos pelo Lago de Sobradinho divide-se basicamente em dois períodos. O primeiro deles inicia-se com a ocupação das terras originalmente pertencentes aos índios, para a implantação de fazendas de gado e a prática da agricultura de subsistência, com predominância no cultivo de mandioca para produção de farinha e tapioca. Finda com a construção da Barragem de Sobradinho e a conseqüente inundação das velhas cidades e povoados justafluviais. O segundo começa com a relocação da população da margem do Rio São Francisco e prossegue com a implantação e desenvolvimento das novas cidades.

3.4.1 De Sento Sé

Em 1971, a população de Sento Sé recebeu, com grande surpresa e indignação, a notícia de que a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) daria início à construção da barragem de Sobradinho. Justificavam seus assistentes sociais e agentes de comunicação a necessidade de se gerar mais energia elétrica para impulsionar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Dizia-se necessário, para tanto, submergirem-se as áreas próximas ao Rio São Francisco. Arrazoava-se que o embargo artificial do Rio dos Currais era inevitável. Dizia-se que a inundação das roças, das casas e dos povoados era um mal necessário porque todo o desenvolvimento planejado pelo sistema econômico e político do Brasil só aconteceria à custa do sacrifício de alguns. Nos povoados e na sede de Sento Sé, instalou-se pânico geral na população.

A partir do primeiro comunicado, deu-se seqüência a várias reuniões para estabelecer-se o local para onde iria a nova Sento Sé. Seria Piçarrão, Piri ou Tombador? Em 1974, pela Lei Estadual nº 3.347, exigia-se a transferência da sede municipal e da velha cidade a um local que ficava a 62 km de distância.

Em 1975 começaram as mudanças. Lentamente dava-se o adeus, às casas derrubadas, às roças queimadas, ao plantio abandonado, às fruteiras desvalorizadas. Os paus de arara transportavam gente. Barracas de lona abrigavam as crianças. Em 10 de outubro de 1976 chegou a vez de mudar a sede da municipalidade, e em seguida, as mudanças das famílias por completo. O mesmo sofrimento. A casa número 01... A casa número 02... que ora era pequena demais. Novembro de 1976. Última mudança. Atrás se deixavam parentes falecidos, casas caídas, a história. Aqui finda Sento Sé de ontem, abrindo espaço para uma nova vida numa nova cidade. A velha Sento Sé foi inundada pelas águas do grande Lago de Sobradinho. (COELHO, 2009 *apud* KESTERING, 2014, p. 15-16).

A população residente na antiga cidade de Sento Sé, edificada ao longo dos anos pelos próprios moradores locais, acompanhou de perto o desmoronar da igreja, dos edifícios públicos, das casas residenciais, da Vila Imperial e dos monumentos históricos. Testemunhou o momento em que as águas invadiram as ruas, avenidas e casas. Registrou a concretização da profecia do beato que dizia: “o sertão vai virar mar e a cidade de Sento Sé, cama de surubim”. O represamento do rio São Francisco dava, no coração do povo de Sento Sé, o medo de que algum dia o mar também virasse sertão. A população foi transferida assim, compulsoriamente, para uma nova cidade, planejada e construída pelo governo federal. (Fig. 362 a 379).

Quando há falta de chuva na nascente do Rio São Francisco e no norte de Minas Gerais compromete-se o reservatório de Sobradinho as ruínas da velha cidade de Sento Sé emergem.

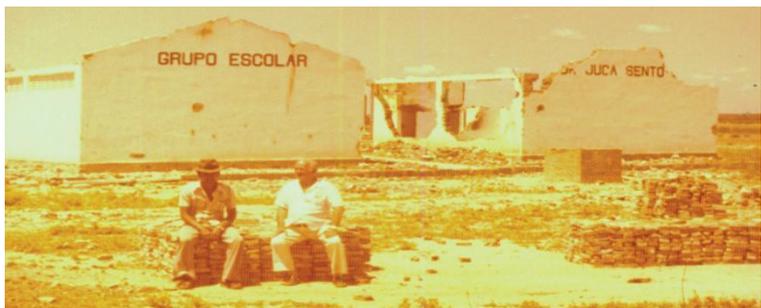
Veem-se assim detalhes de antigas casas, túmulos e praças.
(Fig. 380).

Figura 362 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 363 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 364 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 365 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 366 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 367 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 368 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 369 – Demolição da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 370 – Demolição da igreja



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kesting, 2014, p. 16)

Figura 371 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 372 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 373 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 374 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 375 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 376 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 377 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 378 – Inundação da cidade



Fonte: Acervo de José Gomes (2012)

Figura 379 – Inundação da cidade



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kesting, 2014, p. 17)

Figura 380 – Ruínas da velha cidade



Fonte: Brito (2015)

3.4.2 De Sobradinho

Do atual município de Sobradinho relocaram-se os povoados de Juacema, São Gonçalo e Algodões que então se integravam ao território de Juazeiro – BA.

3.4.3 De Pilão Arcado

Em 1978, sua população transferiu-se devido à implantação da Barragem de Sobradinho. Sua sede foi relocada para local distante 24 km da sede velha. A nova cidade foi planejada e construída pelo Governo Federal, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Muitas pessoas surpreenderam-se e abespinharam-se com a notícia da construção da nova cidade de Pilão Arcado. O Lago

de Sobradinho não chegou a inundar a cidade. As águas chegaram somente até as portas da igreja. Quem mais sofreu com essa mudança foi a população humilde porque às casas de taipa não se atribuiu justo valor. A contragosto ela teve que deixar a velha Pilão Arcado para morar na nova cidade.

Algumas famílias ainda permanecem na velha cidade. Muitos a visitam nos finais de semana e feriados. É um bom ambiente perto do rio. Lá eles bebem, fazem churrasco, fritam peixe, colocam redes, barracas e revivem velhas lembranças. (Fig. 381 a 383).

Figura 381 - Residências ainda ocupadas na velha cidade



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 31)

Figura 382 - Residências ainda ocupadas na velha cidade



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 32)

Figura 383 - Residências ainda ocupadas na velha cidade



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 33).

A estrutura da antiga igreja tem formato arquitetônico diferente e interessante. O que mais chama a atenção é o conjunto de paredes que até hoje não se demoliram. Ela é a estrutura que se encontra em condições de maior visibilidade em relação às demais ruínas. (Fig. 384 a 386).

Os arcos das portas e das janelas das igrejas antigas tinham um padrão arquitetônico e estético com a unção de suportar o peso das paredes. O arco nas estruturas arquitetônicas perpassa longos períodos da história. A sua utilização nos arranjos arquitetônicos surgiu na antiguidade. O arco apresenta diversas formas e localizações, com variadas combinações, decorações, aduelas e, sobretudo, posições (Fig. 387 a 390).

Figura 384 - Ruínas da antiga igreja



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 34).

Figura 385 - Ruínas da antiga igreja



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 34).

Figura 386 - Ruínas da fachada da antiga igreja



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 35)

Figura 387 - Parte interna da antiga igreja



Fonte: Alessandra Rocha (2016, p. 35).

Figura 388 - Paredes, janelas e portas da antiga igreja



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 36).

Figura 389 - Paredes e janelas da parte interna da antiga igreja



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 36).

Figura 390- Portas e janelas da antiga igreja



Foto: Alessandra Rocha (2016, p. 37).

As crianças que residem na Velha Pilão Arcado assistem aula com uma professora que as visita todos os dias, à tarde. As pessoas mais idosas relatam que viveram a necessidade de construir uma nova cidade sem que a antiga fosse alagada. Muitos barcos fazem o trajeto da cidade nova para a antiga.

No antigo cemitério de Pilão Arcado, preservam-se muitos túmulos apesar de não se realizarem mais sepultamentos nele. Muitas famílias visitam-no aos domingos e feriados. Quando morre algum morador da velha cidade, seu corpo é sepultado no cemitério do novo Pilão Arcado.

3.4.4 De Remanso

Em 1972, chegou a Remanso a notícia de que os moradores da margem do rio teriam que se relocarem pela construção da

barragem de Sobradinho cujo propósito era regular e garantir a vazão das águas do São Francisco para a geração constante de energia elétrica a sua jusante. Os engenheiros e assistentes sociais, responsáveis pela construção da barragem, chegaram, enganando os moradores da cidade com promessas de melhorias na saúde, educação, segurança e habitação.

Depois de quatro anos do início de sua construção, em 1975, a companhia responsável começou a planejar o reassentamento da população. Ela apresentava três alternativas. A primeira era realocá-la para a Serra do Ramalho, próximo a Bom Jesus da Lapa, distante 600 km rio acima. Uma porcentagem de 14% das pessoas, muito inferior ao que se esperava, aceitou essa proposta. A segunda era uma passagem de ida para qualquer lugar que se desejasse. Apenas 23% da população a aceitou. A terceira era a relocação para as bordas do lago. A maioria absoluta, 63% das pessoas optou por essa alternativa. Em Remanso, a maioria da população decidiu ficar o mais perto possível de rio. Propôs mudar-se para as terras altas e planas, apenas seis quilômetros do lugar em que nasceu e se criou. Um forte sentimento de atavismo não a deixou distanciar-se das suas origens.

Os engenheiros e assistentes sociais visitavam cada casa da cidade para explicar à população os objetivos da mudança, bem como convencê-los daquilo que seria o melhor para suas vidas. Ofereciam indenizações e casas na nova sede em troca das casas que seriam submersas. Muitas dessas promessas até hoje não se cumpriram. O processo de transição para a nova cidade durou aproximadamente cinco anos.

Em 1977, findou o processo de transferência para a nova sede. Durante a mudança, o povo levou seus pertences em caminhões cedidos pela CHESF. Alguns levavam até materiais de alvenaria de suas casas para fazer as novas moradias na atual cidade. Muitos acidentes como atropelamentos aconteceram durante a mudança. Levou-se pouco em

consideração a questão arqueológica da cidade, fazendo assim com que se perdessem muitas informações importantes.

O registro do patrimônio arqueológico de Remanso - elaborado pela CHESF - foi voltado somente para os sítios pré-históricos que existiam na área a ser inundada pelo lago de Sobradinho. As estruturas arquitetônicas que representavam o patrimônio arqueológico histórico foram demolidas. (PINHEIRO, 2009, p. 26).

Concluída em 1977, a barragem, foi oficialmente inaugurada em maio de 1978 pelo General Ernesto Geisel, então presidente da República. As obras compreendiam um sistema de eclusas para navegação e uma tomada de água para irrigação. O reservatório teve seu enchimento concluído no final do primeiro semestre daquele ano, passando imediatamente a integrar o sistema energético da CHESF. Com a inundação de uma área de 4.214 quilômetros quadrados e acumula o de 34,1 bilhões de metros cúbicos de água, formava-se um dos maiores lagos artificiais do mundo. (Fig. 391 a 393). Sua constru o implicou na reloca o de 72 mil pessoas e a reconstru o de cinco cidades: Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcade, Remanso e Casa Nova, além de diversos povoados.

Figura 391 – Alagamento do centro da cidade, em março de 1978



Fonte: Silva (2010, p.189)

Figura 392 – Alagamento do centro da cidade, em março de 1978



Fonte: Adelaido Viana *apud* Ledoux (2017, p. 66)

Figura 393 – Inundação da igreja matriz, em março de 1978



Fonte: Silva (2010, p. 190)

Nesta região do Médio São Francisco, a população estava concentrada nas imediações do rio, que funcionava como um atrator (sic) das atividades ao longo de seu curso pelo Semiárido: as áreas de caatinga eram desertas ou fracamente povoadas. Com a formação do lago, desapareceram as melhores terras para o exercício da agricultura nas condições sociais de produção então vigentes: as terras aluvionais das margens e ilhas do São Francisco. A maior parte dos camponeses ribeirinhos foi reassentada na borda do lago, localizada a vários quilômetros da antiga beira do rio, em plena caatinga, onde os solos apresentam-se secos e arenosos. A retomada do processo produtivo na borda do lago passa atualmente por uma modernização compulsória da agricultura, com a adoção da irrigação, introdução de lavouras comerciais como a cebola, e modificações nos parâmetros do cálculo econômico. Com a formação do lago, os camponeses foram expropriados das condições sociais de produção e reprodução até então vigentes na área, e de todo um modo de vida tradicional a elas associado. (COSTA, 1990, p. 56).

Dois agricultores relocados, que moravam no povoado de Riacho e vivem hoje de aposentadoria na cidade de Remanso, contam que eles viviam como agregados no interior da fazenda. Eles nunca aceitaram a imposição da construção da barragem e, no íntimo, acreditavam que as águas nunca chegariam até suas terras. Continuaram nelas como se nada estivesse acontecendo.

[Um deles] teve que sair com "a água invadindo sua casa", apressado, pois o nível do lago subiu de uma hora para outra, sem que ninguém do povoado fosse avisado. O resultado é que muitos pertences ficaram debaixo d'água, assim como muitas cabeças de gado. Ele foi praticamente expulso da terra, indo morar numa casa da Chesf na nova Remanso. (...)

[O outro], dono de uns 60 hectares de terra, no povoado de Riacho, também não acreditava na inundação. Comentava que "eram s  boatos". Na recusa completa de sair de sua terra e de aceitar a constru o da barragem, saiu retirado por um helicóptero da Chesf, com a água já entrando em sua casa e

com muitas cabeças de gado totalmente submersas. (MOURA, 1997, p. 52).

A Implantação da barragem trouxe a proposta de mudanças profundas nos modos de produção que ocorreram e percebem-se até os dias atuais. Em 1978, a velha cidade ficou completamente submersa. Em tempos de seca severa, a água recua. Ressurgem, então, as ruínas do cais, do altar da igreja matriz, da caixa d'água, das escolas, do mercado municipal, da delegacia e do cemitério da velha cidade. (Fig. 394 a 398).

Figura 394 – Ruínas do velho cais



Fonte: Regis (2018)

Figura 395 – Ruínas do velho cais



Fonte: Acervo pessoal de Sara Souza (2012 apud Ledoux, 2017, p. 77)

Figura 396 – Ruínas do altar da velha igreja



Fonte: Souza (2016 *apud* Ledoux, 2017, p. 75)

Figura 397 – Ruínas do Bar de Ó



Fonte: Régis (2018)

Figura 398 – Ruínas da velha caixa d'água



Fonte: Régis (2018)

3.4.5 De Casa Nova

No período de 1972 a 1977, funcionários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e de empresas terceirizadas realizaram levantamentos técnicos, sociais e econômicos na área que seria inundada em consequência da construção da Barragem de Sobradinho. Aproveitava-se o ensejo para avisar a população ribeirinha que a relocação seria inevitável. Dizia-se que seria necessário o sacrifício de alguns para se alavancar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil.

Em 1975, elaborou-se o Projeto de Colonização da Serra do Ramalho para reassentar quatro mil famílias em território do município de Bom Jesus da Lapa, 700 km à montante da Barragem de Sobradinho. Até o ano de 1977, apenas 25% da população havia, porém, acatado a proposta da relocação para

aquele projeto colonialista. Isso demandou que, em caráter de urgência urgentíssima, adotasse-se um plano emergencial para seu assentamento na borda do lago, quando já se haviam fechado as comportas e estava em andamento o represamento do rio.

Os técnicos responsáveis pela relocação pressupunham haver homogeneidade cultural entre eles, os colonizadores e a população local a ser relocada e colonizada. Julgavam que os ribeirinhos estariam interessados em abandonar sua tradicional relação atávica com o rio, o lameiro e a caatinga, cimentada de geração em geração, durante milênios. Pensavam que os beiradeiros do município de Casa Nova sonhavam usufruir com avidez das modernizantes benesses civilizatórias urbanas quais eram: energia elétrica, água encanada, rede de esgotos, televisão e geladeira.

Conforme observou Sigaud (1986), a postura do Estado frente à população rural a ser deslocada assemelha-se àquela do colonizador, que ignora os códigos culturais das sociedades “primitivas” que domina ou quer dominar. Em seu trabalho sobre a intervenção colonial francesa na Argélia, no período de 1955 a 1962, Bourdieu e Sayad (1964, p. 25) chamam a atenção para esta “ignorância” do Estado a respeito da lógica das sociedades sobre as quais atua: homens políticos e técnicos do Estado não podem conceber generosidade maior do que conceder aos camponeses o “direito” de ser o que eles devem ser, o que consiste em negar o que eles são de fato, em sua originalidade de homens particulares, participando de uma cultura particular. (COSTA, 1990, p. 61).

No município de Casa Nova muitos agricultores não acreditavam que o lago inundaria lugares altos da caatinga onde nunca as maiores enchentes de que tinham conhecimento haviam chegado. Prevalencia a expectativa de que a empresa responsável pela construção da barragem pretendia expulsá-los para apropriar-se de seus endométrios lameiros. É por isso que, em 1977, quando se fecharam as

comportas, muitos ribeirinhos, temendo perder seus húmicos solos, ainda não haviam saído de suas casas. De húmus eram filhos e a húmus pensavam retornar somente quando lhes faltasse o sopro vital.

Assim, fechadas as comportas, os camponeses foram surpreendidos pelo estranho comportamento do rio. Tinham se preparado para enfrentar uma enchente alta, mas não um rio diferente, que subia rápido, de um modo nunca visto. Não é de estranhar, portanto, que todas as notícias sobre o momento da inundação dos povoados falem de pânico e desespero: camponeses fugindo da inundação, muitos sendo resgatados por helicópteros, gado morrendo afogado, casas desabando sobre moradores. O fator imediato que mais contribuiu para a catástrofe da inundação dos povoados foi a velocidade da subida das águas, que não era compatível com o ritmo dos procedimentos tradicionais de retirada [nas grandes enchentes]. (COSTA, 1990, p. 66).

Expulsos do paraíso terreal restaram-lhes lembranças infinitas da praça central, da igreja matriz onde foram batizados, das ruas Hermógenes Viana e São José.

Casa Nova... minha cidade! Não de nascimento...
Mas é tão de mim nascida, que não sai do pensamento.
Era a terra dos meus pais, o meu refúgio de menina.
Apenas nas férias a visitava, mas posso dizer:
Aprendi mais lá, que na escola onde estudava.
Aprendi a sentir o tremor do peixe no anzol.
Aprendi a andar de bicicleta, para mim tudo ali era sol.
Talvez por isso hoje, me atreva a ser poeta...
Como ensaio de gente grande,
Aprendi com os tombos que levei.
Pedalava de mãos soltas,
Confiando na farmácia da Tia Maria Inês.
Subi em pés de goiaba, e também nos umbuzeiros.
Saudade, por favor, me traga a luz dos candeeiros.
Era dez da noite que a luz apagava.
Ela vinha da usina que seu Simão controlava.
Depois desse horário, entre ansiosas e cordatas,

As moças ficavam em casa, esperando as serenatas.
A igreja... A sorveteria de Zé Hermelino,
A pracinha do morro...
Lembrar disso faz qualquer um virar menino...
O doce de leite da Tê, era uma farra danada.
Ninguém queria saber se aquela delícia engordava...
O Centro Social me pegou na adolescência,
Quando no carnaval pra me vestir de Colombina
Não precisava influência.
Lá em Casa Nova ninguém era sozinho.
Tinha que ser de alguém.
Lembro-me do Adão do Pelado,
Que compunha como ninguém.
À noite, as cadeiras eram na porta de casa,
Mas podiam ser esteiras.
A prosa era sempre animada.
Casa Nova com Tereza?
Era alegria, frito e paçoquinha,
Mas o que importava mesmo,
Era quão grande alma tinha nossa Teinha.
As festas domingueiras não precisavam conjunto,
Bastava uma radiola e a gente dançava muito.
Essas festas tinham um nome engraçado.
Só hoje vislumbro porque se chamavam assustado.
Casa Nova era pura alegria. Não era fantasia.
Era um mundo real, de muita poesia...
O meu amor a essa terra tem laço e tem nó.
Veio também de você, pai querido
Para quem Almir e Casa Nova eram um só.
Hoje não importa se brilha o sol ou se chove,
Casa Nova será sempre beleza e cor,
Como as telas do meu amigo George.
Do povo daquela cidade só o que é bom posso falar.
Vive na minha alma, não preciso esforço
Para de cada um lembrar...
Muitos amigos lá deixei,
Mas que por mim jamais foram deixados.
Respiram em mim, toda hora,
Como um tesouro guardado.

Minha pequena e grande Casa Nova mudou de lugar,
Mas em nenhum instante a deixei de amar...
Não gosto muito de rimas,
Prefiro a abstração...
Mas por minha querida Casa Nova
Entro em qualquer confusão... (CASTRO, 2019)

Quando há falta de chuva na nascente do Rio São Francisco e no norte de Minas Gerais compromete-se o reservatório de Sobradinho cujo volume já tem chegado a 1% de sua capacidade. As ruínas da velha cidade de Casa Nova emergem então. Veem-se assim detalhes de antigas casas, túmulos e praças. (Fig. 399 a 401).

Figura 399 – Ruínas da velha cidade de Casa Nova



Fonte: Borges (2015)

Figura 400 – Ruínas da velha cidade de Casa Nova



Fonte: Borges (2015)

Figura 401 – Ruínas da velha cidade de Casa Nova



Fonte: Silvana Leite *apud* Mendes (2015)

4 MAUS-TRATOS COLONIALISTAS

Considerava-se prioritária para o desenvolvimento regional a implantação efetiva de um grande patrimônio edificado, qual seria a Barragem de Sobradinho. Não fosse o caráter colonialista do milagre brasileiro, ela teria promovido crescimento econômico e melhor qualidade de vida à população local. Ao se definir como prioritária a regularização da vazão do Rio São Francisco para a geração constante de energia elétrica nas usinas à jusante de Sobradinho (Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso e Xingó), traçou-se um cruel fadário às famílias autóctones que, desde períodos remotos da pré-história ocupavam seu pródigo vale. Com empreendimento de tal envergadura tinha que a empresa executora, capitã dos interesses escravagistas do hemisfério norte, promover o expurgo da população rural e urbana ribeirinha, em prazo que não compromettesse a celeridade das obras.

Assim as mazelas provocadas pelos atropelos decorrentes desta definição de prioridades, além de criar graves problemas econômicos e sociais para a região, entre os quais a presente ação é um pequeno exemplo, incluiria incoerentemente os problemas ocasionados pelas migrações da população rural para médios e grandes centros, gerando por seu turno um círculo vicioso, aumento da demanda de energia na zona urbana e onerando os setores produtivos com as necessidades de uma população que se tornou miserável e pouco produtiva, por lhe terem cortado suas raízes, sua cultura e seu meio de produção. (TELES; LIMA, 1980, p. 324-325).

O trauma da relocação do povo ribeirinho autóctone era previsto. No dia 19 de agosto de 1977, três representantes da ELETROBRAS procuraram Dom José Rodrigues de Souza, bispo da Diocese de Juazeiro, para relatar que essa empresa de economia mista estaria muito preocupada com a sobrevivência das populações transferidas por causa da Barragem de Sobradinho. (Fig. 402). Nessa ocasião, o bispo que nunca traiu

os pobres fez veemente apelo para que se adotassem medidas urgentes, com o intuito de se atenderem os clamores dessas populações e de futuras barragens como a de Itaparica.

Figura 402 – Dom José Rodrigues de Souza



Fonte: UNESER Interativa (2012)

Ainda agora, 12 de outubro, quando da inauguração da nova igreja de Sento Sé, sobrevoei a região e pude observar como estão atrasadas as construções desses novos núcleos. Já estamos prevendo que vai acontecer com esses novos núcleos o mesmo que aconteceu com a Nova Casa Nova e com seus novos núcleos: as populações sendo tiradas às pressas e sendo abrigadas debaixo de lonas cedidas pela CHESF ou debaixo de juazeiros e umbuzeiros. (SOUZA, 1977, p. 3).

Para prosperar qualquer empreendimento cuja luz se dá em berços colonizadores, distantes dos sonhos libertários, demanda-se a assepsia de humanos e outras espécies animais ocupantes da área que se lhe destina. Na área designada ao Lago de Sobradinho, fez-se o acrisolar dos *Brasilianer, die nichts haben*⁸¹, pela artilosa aplicação de métodos nada respeitosos.

⁸¹ Brasileiros que nada têm.

Isto posto passemos a analisar a atuação dos prepostos da CHESF, ré na ação, responsáveis pela colocação da área à disposição da Barragem e do imenso Lago. O trabalho deles acarretava uma série de arbitrariedades, constituindo-se em um dos mais desumanos tratamentos possíveis já caracterizados na história, em se tratando de obras públicas, uma vez que os critérios de comportamento estavam voltados para a defesa dos interesses da empresa CHESF, ré na ação, que era a construção da Barragem, onde a técnica e o progresso se achavam em primeiro lugar, enquanto o homem se reduzia ao segundo plano.

A função dos prepostos, em nome da CHESF, era exigir a evacuação da área no prazo mais rápido possível. Para isso tentava envolver, nesse processo de convencimento do povo, as autoridades e pessoas influentes do local, mostrando não só para essas pessoas, como também para os trabalhadores rurais as “vantagens” e o “progresso” que viriam para a área, sendo esse indispensável ao “desenvolvimento” nacional gerador de riqueza para a região. (TELES; LIMA, 1980, p. 325).

Na empresa responsável pela implantação da Barragem de Sobradinho e do lago homônimo montou-se um moderno sistema de propaganda. Utilizavam-se filmes e slides para se criarem artificialmente expectativas de melhoria de vida no projeto que se havia planejado para os ribeirinhos desalojados de Sobradinho, na Serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa.

Quantas lágrimas, quantas tristezas, pior, perdas de memórias, mortes apaixonadas e repentinas. Nos municípios [de Sento Sé e Remanso] tudo isso aconteceu. Estávamos acostumados ao torrão natal, ao carnaubal, ao Rio São Francisco, às cozinhas humildes, mas que víamos nascer e crescer.

A CHESF não aceitava debate. Começam as míseras indenizações (...), as permutas de casas e de roças. Algumas famílias a CHESF resolveu levar para as Agrovilas de Bom Jesus da Lapa. E quantas ofertas boas! Era desnatural (sic) o tamanho do feijão, do milho, do tomate. Até filmes eles fizeram. As moradias, Santo Deus, não eram casas. Eram sobrados. E muita gente se foi. Alguns puderam voltar e outros nem este direito tiveram. (COELHO, 2009 *apud* KESTERING, 2014, p. 15).

Foi na fase das indenizações que se apresentou mais claramente a face etnicida da empresa colonialista, responsável pela construção da barragem na Cachoeira de Santana do Sobrado. Alguns técnicos, qualificados para efetuar medições e ou avaliações patrimoniais, não compareciam aos locais, nos horários previamente agendados. Outros havia que demonstravam desprezo pelas propriedades, posses e/ou benfeitorias.

Os autores eram embromados com as promessas dos prepostos da ré, quando esses afirmavam para os mesmos que nenhum curral de porco, nenhuma cova de banana ficaria sem indenizar. Entretanto, os autores procuraram os encarregados das indenizações, nos escritórios locais, muitos deles comparecendo ao escritório central, em Sobradinho, e aí diziam que não mais iam indenizar e outras vezes que iam indenizar. Contudo jamais concretizaram.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é todo requinte administrativo e burocrático a que o trabalhador era submetido, passando inclusive por várias fases: levantamento, autorização de indenização, emissão de cheque e pagamento. Isso acarretava perda de tempo e prejuízo, além de criar uma insegurança muito grande. (...)

O aparato administrativo e burocrático era tão grande que chegava ao ponto de deixar a CHESF aparentemente ileisa de problemas futuros que poderiam recair sobre ela, no caso concreto, aquelas benfeitorias que ficaram sem medir e sem indenizar por falhas e menosprezos dos encarregados.

Quantos serviços de trabalhadores rurais ficaram sem medir, nas ilhas e em outras localidades! Quando os indenizadores passavam, era tempo das cheias e, depois, não voltavam mais para efetuar as medições, ficando somente promessas e prejuízos para os mesmos trabalhadores. (TELES; LIMA, 1980, p. 330).

A implantação da Barragem de Sobradinho e a consequente inundação de quatro cidades e povoados rurais promoveram drástica ruptura na cultura e na estrutura básica de sustentação econômica e organizacional das populações ribeirinhas atingidas. Esfacelaram-se as tradições milenares e

provocou-se desassossego e insegurança, infinitésimas vezes maiores que o etnocídio colonialista pombalino. Rompeu-se com a nata periodicidade rítmica das idas e vindas do Rio São Francisco sobre as margens húmicas, ávidas de domésticas animálias e cultivares vegetais de cuja prenhez dependia a sobrevivência dos curibocas sanfranciscanos.

O Rio São Francisco não tem mais periodicidade. Observa-se que, devido à baixa declividade do terreno nas áreas circunvizinhas ao Lago, qualquer pequena variação do nível da água acumulada, em consequência das diferentes vazões do rio acima da Barragem ou do controle da água que passa pela mesma, provoca naquelas áreas, num período de tempo muito curto e sem nenhuma periodicidade, uma variação enorme da área alagada. Isso representa um grande transtorno para quem cultiva [a terra] com técnicas tradicionais, como é o caso do trabalhador rural. Ele não saberá quando a área estará seca e a água muito distante e quando a área estará totalmente coberta, destruindo a plantação.

O que vemos é que, na medida em que ele não tenha mais condições de se adaptar, pelo drama da mudança e incerteza das colheitas, provocadas pelas enchentes, esse homem lentamente está sendo expulso da borda do lago, deixando assim as melhores terras para os projetos agropecuários que, cada vez mais, estão penetrando na região porque têm condições técnicas de sobreviver a essa variação. Resta-lhes, como única saída, serem assalariados ou boias-frias nesses projetos. (TELES; LIMA, 1980, p. 331-332).

A população ribeirinha podia até não ser letrada, mas sabia diferenciar, pela leitura empírica dos fatos, o que lhe era favorável e o que lhe soava em desfavor⁸².

⁸² (...) E é com razões bem fundadas que as populações vitimadas pelas repetidas enchentes de 1978 a 1980, atribuem ao sistema de barragem toda essa situação de calamidade. As alterações verificadas, periodicidade, duração, intensidade da fúria das águas, consequências novas e atípicas, etc., respaldam a convicção das populações vitimadas, especialmente as

4.1 Ribeirinhos que Nada Tinham?

As comportas da Barragem de Sobradinho fecharam-se no ano de 1977 sem que muitos ribeirinhos dos municípios de Sento Sé e Remanso recebessem qualquer indenização pelo seu patrimônio material inundado no lago que se formou. Moveu-se, por isso, uma Ação de Reparação de Danos (Processos nº 02/80 na Comarca de Sento Sé e nº 49/80 na Comarca de Remanso) contra a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Os advogados da aludida empresa, como já se presumia, contestaram-na com base na argumentação de que se tratava de mais um dos famígeros golpes de indenização em que, ao longo dos anos, esmerava-se a população do Vale do Rio São Francisco.

Os advogados dos autores, por sua vez, objetaram com veemência, os preconceituosos dizeres dos coronéis da empresa responsável pela edificação de barragens no Rio dos Currais. Propuseram que o poder judiciário sustasse com firmeza a prática do desrespeito aos humanos extramuros dos seculares feudos colonialistas da região Nordeste do Brasil.

Os autores são trabalhadores rurais que viviam da cultura de subsistência, retirando dali o sustento para si e sua família, trabalhando de sol a sol, quer na beira do rio onde as terras

ribeirinhas, quanto ao nexo de causalidade entre o sistema de barragem e as enchentes que se sucedem. (CONTAG, 2010 *apud* TELES; LIMA, 1980, p. 332). (...). Também são frequentes as suspeitas, não menos bem fundadas, de que a CEMIG e a CHESF, durante as fases críticas geradas pelo próprio sistema de barragens, ainda agravam a situação na medida em que administram as enchentes segundo critérios de prioridades, onde não são levados, na consideração devida, os interesses das parcelas menos favorecidas da população da região, especialmente da população rural. Os critérios de acumulação e vazão das águas estariam a obedecer a uma hierarquia de interesses bastante discutíveis e até comprometedores. (CONTAG, 2010 *apud* TELES; LIMA, 1980, p. 332).

eram bastante férteis, devido ao limo deixado nas épocas de cheia, quer nas roças de chuva, em terra firme.

Não só a roça era a base de sustentação das famílias ribeirinhas, mas também o criatório que representava para eles uma garantia a mais para enfrentar a vida.

Vale aqui ressaltar que a sobrevivência dos trabalhadores rurais da região, autores da ação, consistia principalmente no recolhimento de sua produção agrícola, levando-a a feiras livres e a pequenos comerciantes de vários municípios e se estendendo até outros estados, fazendo assim a comercialização desses produtos.

Existia entre os ribeirinhos toda uma rede de relacionamento, baseada no compadrio, na boa vizinhança, onde eles se sentiam seguros, solidários, ajudando uns aos outros para enfrentar o cotidiano e às vezes o imprevisto. Embora não vivendo como muitos afortunados, a comida não lhes faltava à mesa e nem as crianças choravam famintas, sem ter o que comer. (...)

Enfim, havia um padrão de vida que lhes garantia seguramente a sobrevivência, adquirida e conquistada através dos tempos no cultivo da terra, no zelo ao criatório e nas relações comerciais. (TELES; LIMA, 1980, p. 323).

Por razões desconhecidas e interesses à deriva dos anseios libertários ribeirinhos, enquanto tramitavam em juízo, após a abertura da instrução probatória, desapareceram misteriosamente os autos dos processos de indenização sem que o sistema judiciário procurasse os responsáveis pelo crime para, devida e exemplarmente os punir. Neles constavam as planilhas de avaliação do patrimônio material das famílias reassentadas, feitas em 1985. (Fig. 403 a 412). Debalde se tentaram inúmeros contatos com o setor jurídico da empresa responsável pela geração de energia elétrica no Vale dos Currais. Dessa forma, a ação foi relegada ao esquecimento e os desamparados reclamantes amargaram sozinhos o imenso prejuízo patrimonial e o trauma da desumana relocação.

Passados todos esses anos, a obrigação de indenizar permaneceu inalterada, mesmo porque os reclamantes e suas

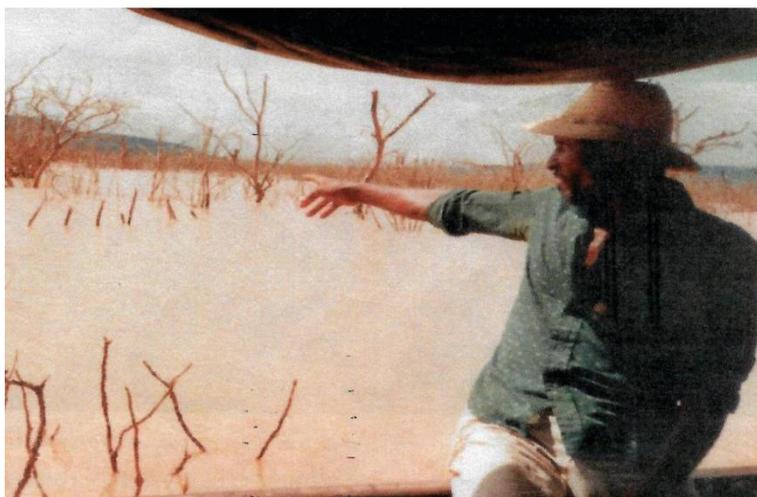
famílias que viveram naquela área continuam a sofrer as consequências da implantação da Barragem e do Lago de Sobradinho.

Figura 403 - Perícia técnica do que não foi indenizado



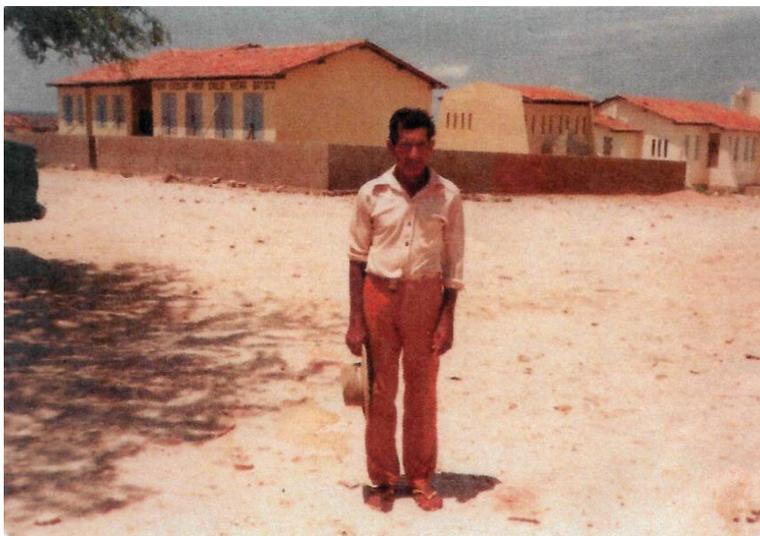
Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 404 – Estacas da cerca da roça de Leôncio Leão de Souza



Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 405 – José Ferreira Lima quer indenização da roça do Desejado



Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 406 – Vestígios da roça de Alice Cardoso dos Santos



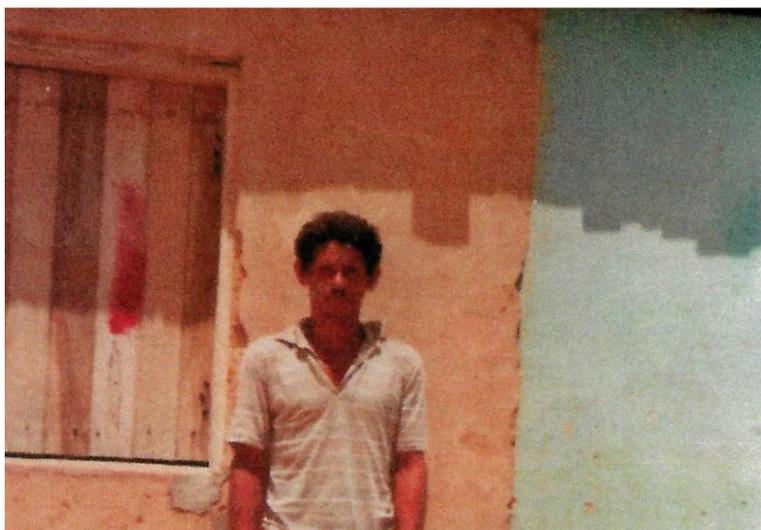
Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 407 – Perito do juiz na roça de Domingos Teixeira Gama



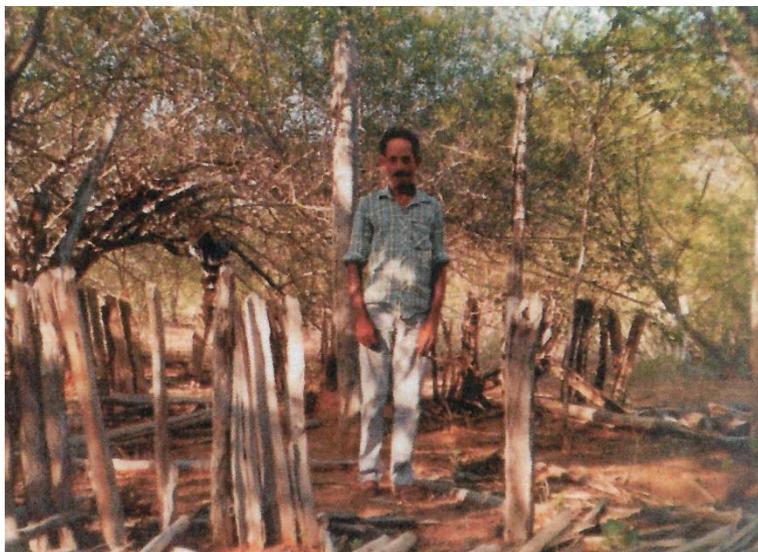
Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 408 – Afonso Vieira da Cruz não foi indenização devidamente



Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 409 – Olímpio Ferreira da Cruz junto aos escombros da casa



Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 410 – Adão Alves da Cruz na roça nunca indenizada



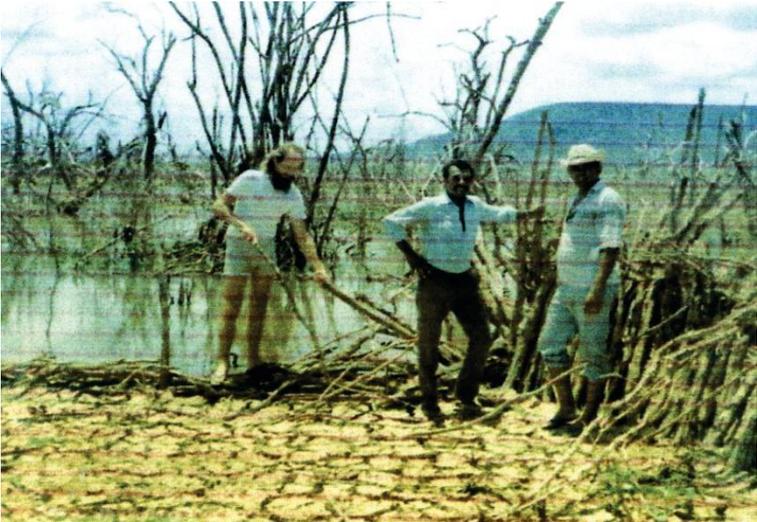
Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 411 – Perito do juiz na roça de Raimundo da Rocha Bonfim



Fonte: Acervo do autor (1985)

Figura 412 – Perito do juiz na roça de Manoel Lopes da Silva



Fonte: Acervo do autor (1985)

Por conta disso, mesmo não dispondo de cópia de todas as peças que formaram aqueles autos, o autor e outros reclamantes daquela ação procuraram e obtiveram algumas cópias das petições juntadas no processo à época, as quais juntam a esta inicial para auxiliar na restauração, mesmo que parcial, daqueles autos. (FERREIRA, 2004, p. 3).

Da mesma forma, com fragmentos das planilhas de avaliação do patrimônio material que não foi devidamente indenizado, preservados nos arquivos do perito do juiz, refizeram-se os laudos⁸³.

Por tais documentos, fácil se torna a resolução da presente demanda vez que ficou satisfatoriamente restaurada a parte da ação nº 02/80 [e 49/80] onde estavam devidamente detalhados os danos causados pela CHESF aos autores daquela indenizatória, inclusive com avaliação feita por perito técnico, que percorreu todas as áreas utilizadas pelos acionantes / ribeirinhos que foram atingidas pela cheia do Lago de Sobradinho. Por oportuno, diante das avaliações já realizadas pelo perito técnico no ano de 1985, requer a juntada de planilha contendo simulação dos valores a serem indenizados aos acionantes, salientando que tais valores só se referem ao montante devido, acrescido de juros moratórios no patamar de 1% (um por cento) ao mês, não abrangendo a aplicação dos índices de correção monetária desde a data da propositura da Ação de Reparação de Danos nº 02/80, dos quais os acionantes não abrem mão, haja vista o acúmulo de sofrimento dos mesmos desde aquela época até a presente data, os quais vêm

⁸³ Na inicial, os autores reclamam indenização por perdas e danos, das propriedades e posses alagadas ou alagáveis pelas águas do Lago de Sobradinho, com o fechamento definitivo das comportas da Barragem homônima.

Os autores, aproveitando o rebaixamento das águas do Lago de Sobradinho, ocorrido no último verão, quando o Lago estava na cota 387,84 m, através do Engenheiro Agrônomo Celito Kesting, CREA nº 13834 e do Estagiário de Direito Emmanuel Barbosa Gomes, OAB nº 5182, documentaram e declararam as condições dos vestígios que se encontram nas suas propriedades e posses.

arcando inúmeras despesas sem qualquer indenização por parte da ré. (FERREIRA, 2010, p. 256).

No dia 03 de agosto de 2010, trinta e três anos depois que se fecharam as comportas da Barragem de Sobradinho e inundaram-se as margens e ilhas do Rio da Unidade Nacional, os autores da ação de indenização apresentaram em juízo uma Ação de Restauração de Autos, acompanhada de proposta de acordo.

Cumprе informar que o ora acionante possui direto e inequívoco interesse em realizar acordo com a ré. Sabe-se que não é interesse da CHESF prorrogar esta demanda por mais tempo, pois o dano ocorreu há mais de 30 (trinta) anos e as vítimas do ocorrido, se não já falecidos, são pequenos agricultores.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que se digne mandar intimar a CHESF para se manifestar acerca da presente petição, pela qual se espera sua concordância com relação aos valores encontrados pelo assistente técnico do requerente, a fim de que esta questão seja, enfim, concluída. (FERREIRA, 2010, p. 575-576).

No dia 15 de setembro de 2010, promotores e advogados do Setor Jurídico da Companhia Hidrelétrica do Rio dos Currais foram a juízo para argumentar não caber à empresa que representavam a responsabilidade pelo desaparecimento dos documentos aludidos. Na oportunidade arrazoou-se a impossibilidade de se juntar quaisquer peças, face à inexistência delas e nem quaisquer informações pertinentes ao caso em seus arquivos.

Ocorre que, desvirtuando demasiadamente o objeto da presente ação, a parte adversa apresenta planilhas de cálculos, bem como laudos de avaliações referentes a supostos danos materiais suportados pelos autores em época remota.

Outrossim, em petição às fls. 604, afirmam de forma surpreendente e inconsciente que já teriam sido realizadas perícias técnicas sobre áreas de cultivo, inclusive com a presença de suposto assistente da CHESF. Ora, Excelência,

inexistiu pretensa perícia ou participação da demandada em qualquer levantamento de áreas, já que sequer houve reconstituição dos autos da suposta ação.

Assim, em que pese a natureza natimorta do documento carreado aos autos, eis que apresentado sem qualquer critério razoável que espelhe a sua confecção e valores e, por conseguinte, desprovido de qualquer exigibilidade, essa planilha não poderia ter serventia para o deslinde feito, dado o seu específico objeto. (...)

Em bem da verdade, os autores pretendem se antecipar ao provimento jurisdicional final a ser prolatado nestes autos e iniciar uma pretensa instrução processual, haja vista o requerimento para audiência de conciliação na qual a planilha alhures serviria de parâmetro para composição amigável de eventuais danos sofridos por aqueles.

Ademais, convém ressaltar que a partir das peças juntadas pelos autores, percebe-se a insuficiência de documentos que permitam a restauração pretendida, frustrando-se, por conseguinte, qualquer possibilidade de transação judicial.

Por tudo quanto o exposto, a requerida refuta veementemente as planilhas apresentadas pela parte autora, bem como laudos de avaliações, pugnano outrossim, que sejam os referidos documentos desentranhados do presente feito. (SANTOS, 2010, p. 665-666).

No dia 29 de junho de 2012, na relação dos ribeirinhos não indenizados constavam 230 autores⁸⁴. O patrimônio material desses *Brasilianer, die nichts haben*⁸⁵ dos municípios de Sento Sé – BA e Remanso - BA, com correção monetária e juros moratórios, correspondia a R\$ 382.278.643,14 (Trezentos e oitenta e dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e catorze centavos). (KESTERING, 2012, p. 671-674; KESTERING, 2013, 318-320).

⁸⁴ 163 autores de Sento Sé (junho de 1978 a julho de 2012) e 67 de Remanso (junho de 1978 a agosto de 2013).

⁸⁵ Brasileiros que nada têm.

Em relação aos autores da Comarca de Remanso, no dia 09 de abril de 2018, proferiu-se sentença judicial, exigindo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco o pagamento de indenização justa pela perda dos respectivos bens, acrescidos de juros, correção monetária e lucros cessantes, bem como, perdas, danos e honorários advocatícios.

O feito se encontra apto para julgamento e não há pendências a serem sanadas.

Afirmam os autores, em sua exordial, que a construção da Barragem de Sobradinho causou danos e prejuízos com a perda de suas lavouras, além dos lucros cessantes.

Dentre a vasta gama de provas produzidas nos autos, são da maior relevância o Laudo Pericial de fls. 318/462 que descreve detalhadamente os danos materiais sofridos pelos autores. (...)

O laudo técnico especializado tem por objetivo auxiliar o juiz com conhecimento especializado que ele não possui, de modo a lhe dar condições objetivas para que tome a melhor decisão possível, formando seu convencimento a partir do esclarecimento técnico de questões controvertidas. (...)

Importante salientar que, em que pese o laudo de fls. 368/462 ter sido produzido pelo assistente técnico dos autores, não houve qualquer insurgência por parte dos requeridos, razão pela qual não há motivos para não aceitá-lo como meio de prova. (TARGINO FILHO, 2018, p. 741-742).

No dia 16 de junho de 2018, o juiz de direito da Vara Cível da Comarca de Santo Sé – BA indeferiu o pedido de prazo solicitado pelos advogados da Companhia Hidrelétrica do São Francisco para defesa e produção de provas em desfavor dos autores da Ação de Restauração de Autos. Na ocasião, fundamentou-se o magistrado na afirmação dos profissionais do Direito da CHESF de que não dispunham de quaisquer documentos referentes à ação originária. Ponderou, porém, o Meritíssimo Togado que o processo não estava suficientemente maduro para a prolação da decisão final. Houve então por bem apreciar as provas constantes na Ação

de Restauração para fundamentar as razões de seu convencimento.

(...) parece-me razoável submeter ao contraditório judicial o levantamento de vestígios das propriedades e posses (fls.339/390) juntados aos autos pelos autores, conforme petição de fls. 338, inclusive, **com a oitiva em juízo dos profissionais que elaboraram tal estudo (...)**. Na oportunidade, os nobres advogados das partes poderão esclarecer questões de fatos e justificar a eventual necessidade de produção de outras provas. (NASCIMENTO, 2018, p. 1-3).

Realizou-se a audiência que ao juiz parecia razoável para submeter ao contraditório os dados apresentados pelos peritos. Ouviram-se os profissionais que confirmaram realização, há mais de três décadas, do levantamento proposto pelo juiz das Comarcas de Sento Sé e Remanso quando, pela depleção do Lago de Sobradinho, puderam-se identificar vestígios de muitas propriedades, roças e escombros de estruturas domiciliares não indenizadas. Nenhum advogado presente à audiência contestou os dados ou contradisse o que afirmou o perito e confirmou seu assistente. (Fig. 413).

Figura 413 – Audiência na Comarca de Sento Sé



Fonte: Acervo do autor (2018)

4.2 Práticas Colonialistas no Estribo da Lei

Reza a legislação vigente que a indenização deveria compensar os prejuízos dos expropriados de modo a cobrir o valor dos objetos, os lucros cessantes, as despesas com o processo e outros dispêndios. Além disso, para plena recomposição da condição jurídica dos expropriados, cumpriria atender o quanto dissesse respeito aos danos morais, aos efeitos materiais e ao caráter social.

Além dos prejuízos causados pelas atividades lícitas do estado, seriam passíveis de indenização todos aqueles atos que se servissem da perpetração de ações ilícitas. Na indenização de objetos expropriados dever-se-ia, por isso, levar em conta os imperativos constitucionais e os direitos naturais. A indenização deveria ser justa porque sem justiça a desapropriação seria um ato de desmando, de arbítrio e de procedimento antijurídico incontrolável. O expropriante teria o dever de recompor plenamente as anteriores condições jurídicas e econômicas dos expropriados.

Perfilha a doutrina dominante que, pela sua especificidade, é o instituto jurídico da indenização, o único capaz dentro do instituto da desapropriação, para ressarcir as formas de prejuízos consequentes e eventuais. Não se compreende, pois, integrado às desapropriações, não sejam considerados quaisquer elementos probantes capazes de dar à coisa desapropriada o justo valor atual indenizatório. (FRANCO SOBRINHO *apud* TELES E LIMA, 2010, p. 334).

Depois de mais de três décadas da separação compulsória da população justafluvial de seu patrimônio material e imaterial, natural e edificado nas ilhas e margens próximas do Rio São Francisco, a empresa de economia mista responsável pela implantação do lago artificial propôs improcedência do processo de indenização.

[Arrazoou] inexistência de vestígios da propriedade dos autores; completa imprestabilidade do levantamento e planilha anexada pelos autores aos autos; ausência de elementos para aquilatar a extensão das posses e/ou propriedades, bem assim benfeitorias e os danos suportados (plantio, animais, cercas, bens rústicos eventualmente existentes) (...). (NASCIMENTO, 2018, p. 2).

Proferiu-se sentença em desfavor dos autores, com fundamentação na interpretação de leis que ao longo de cinco séculos, fizeram-se para harmonizar o sistema colonialista com os interesses do capital externo. Segundo os atos normativos que ao longo dos anos se fizeram para beneficiar os colonizadores, a vida e o patrimônio herdado e ou modificado pelo colonizado não têm valor algum se seu vínculo de pertença não for reconhecido pelos menestréis do sistema que lhes dá sustentação.

O laudo pericial é imprestável para sustentar a condenação da ré e, face à inexistência de comprovação da posse / propriedade dos autores, dispensável nova perícia, pois não terá outro fim se não a sua deficiência. Portanto, não havendo comprovação da posse/propriedade dos bens imóveis lançados na peça de ingresso, bem como a imprestabilidade da prova técnica realizada, a improcedência do feito se impõe. **Diante do exposto e de tudo que dos autos consta, nos termos do Art. 487, I do CPC, julgo totalmente improcedentes os pedidos contidos na inicial.** (NASCIMENTO, 2018, p. 5).

Penso que deveria pesar em favor dos expropriados o fato de serem remanescentes dos grupos indígenas que há mais de dezesseis mil anos ocupam a região do Médio e Submédio São Francisco. Deles se dizia, nos anos iniciais da colonização agropastoril, serem avessos a tudo que se relacionasse com o rei, a lei e a fé. Em mais de cinco séculos de amarga companhia, constataram que, em nome do que lhes era mais estranho, usurpou-se parte substancial de seu patrimônio material e imaterial.

Devemos admitir que esses pobres índios, não tendo Fé, nem Lei, nem Rei, nem artes, que são ajudas e guias de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar essas falhas gerais, e estavam de tal modo embrutecidos pela maneira de vida grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tinham senão a figura de homem e as ações de animais e, conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto quanto as coisas que adoravam.

Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância. (...)

Como eram extremamente embrutecidos, e como a sua nudez lhes fizera perder o pudor natural, não há tipo de desregramento contra a pudicícia que não cometam, alguns em idades tão tenras que poderia parecer incrível, numa palavra, era uma desordem assustadora. Não há necessidade de dizer mais, para não ferir almas castas que pudessem ler esta pequena Relação. (NANTES, 1708 *apud* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 4 e 6).

5 RESTAURAÇÃO PATRIMONIAL

Desacreditados das instituições públicas das esferas municipal, estadual e federal, bem como dos poderes Executivo Legislativo e Judiciário, em 1992, membros das famílias Modesto e Coelho começaram a se reunir e tomaram a histórica decisão de reconstruir o que sobrou do bombardeio colonizador na Fazenda Itaú. Fizeram-no, não com pouco sacrifício nem tampouco sem o suplício de investir o pouco recurso econômico que tinham para realizar o sonho de Antônio Coelho Maia de revitalizá-la para preservar a memória de Alcides Modesto de Sousa. O velho patriarca barqueiro apreciava sentar-se sobre as pedras da Fazenda Itaú, com um rádio portátil às mãos, para ouvir os noticiários regionais, do Brasil e do mundo.

Como incentivo a essa iniciativa tinham tão somente a máxima cristã: “Onde dois ou três estiverem reunidos, aí estarei no meio deles”. (MATEUS, 18:20). Apostaram tudo no resgate do trabalho e usufruto coletivos dos bens restaurados e nos produtos que resultem das atividades agropastoris.

Restaurou-se a antiga sede da fazenda, de arquitetura vernácula. Implantaram-se novas roças. Reconstruíram-se os açudes, com o intuito de cuidar do local para lazer da família e preservação da memória de seus avós e pais que ali viveram durante anos. Todos os trabalhos e projetos de Alcides Modesto Sousa estão sendo preservados. Hoje seu neto, Manoel Alcides Modesto Coelho, junto com alguns familiares, desenvolve um importante trabalho de preservação de elementos tangíveis e intangíveis do senhor Alcides Modesto de Sousa. (Fig. 414 a 422).

Da antiga sede da Fazenda Itaú mantiveram-se apenas as fundações e o piso da varanda. Demoliram-se as paredes porque não havia a mínima condição de reaproveitá-las. A

única árvore do tempo de Alcides Modesto, avô de Manoel Alcides, que se conservou foi o pé de xixá (*Sterculia apetala*) que layá plantou ao fundo da casa. (Fig. 423 a 425).

Figura 414 – Manoel Alcides de volta à Fazenda Itaú, em 1992



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 415 – Reunião da família para reconstruir a Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da família Modesto (2016).

Figura 416 – Reunião de família para reconstruir a Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 417 – O caixilho escavado por Papai Alcides estava assoreado



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 418 – Mutirão de reconstrução da sede da Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 419 – Manoel Alcides e Celina no mutirão de reconstrução



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 420 – Mutirão de reconstrução da sede da Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 421 – Mutirão para reconstrução da sede da Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da Família Modesto (2016)

Figura 422 – Fazenda Itaú, junto à divisa da Bahia com o Piauí



Fonte: Google Earth (2014), adaptado pelo autor

Figura 423 – Antiga sede da Fazenda Itaú, reconstruída em mutirão



Foto: Rafael Godinho (2014)

Figura 424 – Pé de xixá plantado por mamãe layá ao fundo da casa



Fonte: Acervo da família Modesto (2016)

Figura 425 – Sede atual da Fazenda Itaú



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

No entorno próximo da sede da fazenda implantaram-se cisternas. Nelas se armazenam as águas pluviais dos telhados e dos terreiros das casas. Antes de chegarem ao tanque de armazenamento, elas são filtradas em pequenos muros de seixos e matacões. (Fig. 426 e 427).

Figura 426 – Seixos em curva de nível para filtrar águas pluviais



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

Figura 427 - Filtros de seixos e matacões



Foto: Maria Betânia de Castro (2014)

Observa-se nos pequenos detalhes da restauração a preservação da memória e identidade dos antepassados da fazenda. Em toda a intervenção realizada por Alcides, preserva-se a memória de seu avô, para que as gerações futuras possam visualizar e entender as suas construções edificadas com técnicas da arquitetura vernácula, ao alcance dos pés e das mãos. Ele utilizava a matéria prima que dispunha na fazenda.

Na Fazenda Itaú, preservam-se algumas geoformas onde se realizam romarias, imprimindo àquele local um valor místico. Ali há um quadro com a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e um cruzeiro sobre um grande matacão que se destaca na paisagem. (Fig. 428).

Figura 428 – Geoformas que se preservam na fazenda



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentados em princípios econômicos, políticos, míticos, religiosos e legais, os colonizadores e seu séquito menestrel encastelam-se em sectarismos absolutistas de onde não veem os outros e muito menos reconhecem seus direitos e respectivos sonhos libertários. Quarenta e dois anos se passaram desde que se fecharam as comportas da Barragem de Sobradinho e a qualidade de vida das populações ribeirinhas, traumáticamente relocadas em nome do progresso, modificou-se substancialmente para pior. Em momento histórico, no dia 11 de dezembro de 2018, aproximadamente 200 pessoas participaram de audiência pública em que se apresentou o diagnóstico de sua atual vida social, econômica e cultural.

Foram acessadas 493 localidades, onde 255 foram selecionadas para a etapa quantitativa. Foram aplicados questionários em 3.133 domicílios, representando um universo de quase 11 mil pessoas. Entre os dados, os que mais chamam a atenção, estão relacionados à infraestrutura, principalmente o acesso à energia elétrica. Os indicadores apontam que não há acesso à energia em 82 comunidades espalhadas entre os municípios pesquisados, sendo a maioria em Casa Nova e Sento Sé.

Esse dado aponta uma violação muito grande, já que essa população foi retirada justamente para a criação de uma hidrelétrica. E ainda podemos ver que dos que têm acesso à energia, muitos recebem só a placa solar que não dá para quase nada. (RODRIGUES, 2018 *apud* MOREIRA, 2018, p. 2).

Apesar de se ter implantado um dos maiores reservatórios de água doce do mundo, com 34,1 bilhões de metros cúbicos, 14% da população atingida serve-se hoje de outras fontes para dessedentação humana e animal, lavagem de roupa e asseio pessoal. Grande parte do público pesquisado faz uso de cisternas abastecidas regularmente por carros pipas. 77% dos

entrevistados relataram que ela falta com frequência porque a água da barragem beneficia prioritariamente o agronegócio.

Não tem água para a agricultura que hoje é o que mais precisa e que seria muito bom porque poderia a população produzir, plantar para ter o alimento para se alimentar e também vender, para ter um meio de vida melhor porque é difícil. (MORADORA ANÔNIMA, 2018 *apud* MOREIRA, 2018, p. 2).

Ouvem-se histórias de luta e resistência, mas muitas se contam sobre amargo sofrimento. Relata-se que um dos maiores problemas é a falta de regularização fundiária. Diz-se que os prepostos da empresa responsável pela relocação dos empobrecidos, ofertavam promessas e forneciam declarações, mas regularizavam terra de ninguém. 70% dos entrevistados dizem que perderam propriedades posses de terra e benfeitorias, bem como se lhes diminuiu a renda por causa da construção da barragem. 25% dos entrevistados responderam que sequer têm conta de água ou energia que se possa utilizar como atestado de residência. Apenas 16% da população visitada têm escritura da propriedade em que mora.

A falta de regularização fundiária tem promovido a geração de grandes conflitos com grileiros que antecedem a instalação de empresas mineradoras, de energia fotovoltaica e eólica, bem como do agronegócio. Deixam-nas, sobretudo, vulneráveis nas relocações que se exigem para a implantação de novos projetos colonialistas governamentais e não governamentais. É notório que se está a exigir expurgo da população autóctone que ocupa terras onde se está a implantar o Parque Nacional Boqueirão da Onça.

Observe-se que na margem e nas ilhas do Rio São Francisco considerava-se a população autóctone como estorvo quando, na década de 1970 implantou-se o Lago de Sobradinho. Em nome do progresso que exigia supremo impacto social e ambiental, a realocou-se sem lenço, documento, eira e beira,

para terraços fluviais antigos ou para altiplanos da fronteira setentrional da Chapada Diamantina.

Nas serras e nas chapadas que a elas circundam, considera-se hoje a população nativa como empecilho para a implantação do Parque Nacional Boqueirão da Onça. Em nome da preservação do ambiente que, ao longo da história, o próprio sistema colonizador degradou, diz-se que ela novamente precisa ser relocada para onde ainda não se sabe. A verdade é que se diz necessária a assepsia humana para que se protejam animais e plantas ameaçadas de extinção.

O Parque Nacional Boqueirão da Onça é importante porque está no coração do bioma caatinga que sempre foi muito esquecido pelo governo federal, tanto para a proteção quanto para a pesquisa. Achava-se que na caatinga não existia muitos animais e nem muitas plantas. Nos últimos vinte anos começou-se a estudar esta região e viu-se que ela tem muitos animais e plantas que só existem aqui. Eles são restritos, endêmicos na região. Um exemplo disso é o parede vermelha que todo mundo vê perto de casa. Ele só acontece na caatinga. É passível de conservação e tem que ser preservado. Ele tem que ser protegido.

Esta região é onde estão as maiores formações de serras do Nordeste Brasileiro. Todo esse relevo acidentado a gente protege porque é um modelo geológico importante. Tem que ser preservado. Tem que ser conservado. Aí tem muita biodiversidade, quantidade de insetos, de animais (tatu, tamanduá, onça) que deve ser protegida. Todos os animais endêmicos, que são restritos da caatinga, estão ameaçados de extinção, correm risco de desaparecer, têm que ser preservados. Um desses animais é a arara azul que só existe no Raso da Catarina.

Essa região tem também um papel fundamental na segurança hídrica porque tem muitas nascentes e olhos d'água. Isso é muito importante para a gente manter as plantações dos projetos de irrigação que dependem das nascentes, dos olhos d'água. Essa água vai para o Rio São Francisco, depois para os

canais. Então nossa região é importante para manter a economia.

Além de tudo, existem nessa região as maiores cavernas do hemisfério sul, como a Toca da Boa Vista e a Toca da Barriguda com mais de 120 km de galerias subterrâneas. A Toca da Boa Vista é a segunda maior caverna do mundo. Então é uma riqueza muito grande. Além disso, tem muitos sítios com pinturas rupestres, possivelmente da mesma importância dos da Serra da Capivara que é bastante conhecida. Ainda têm que ser explorados cientificamente.

É por isso que foram criadas essas duas unidades de conservação: o Parque Nacional que tem 347 mil hectares e a Área de Preservação Ambiental que tem 550 mil hectares. Eles abrangem parte dos municípios de Sento Sé, Campo Formoso, Sobradinho, Juazeiro e Umburanas. Por causa da beleza cênica, principalmente, se definiu a área do parque que pode ser explorada economicamente de uma nova forma, por meio do turismo integrado com a conservação da área. (...)

O Parque Nacional do Boqueirão da Onça tem objetivos bem claros no decreto de criação. É proteger a biodiversidade biológica e os ambientes naturais: a fauna, a flora da caatinga e os relevos acidentados. É garantir a manutenção das populações de espécies ameaçadas de extinção, endêmicas ou raras, tais como a onça pintada. A onça pintada se alimenta de todas as outras espécies. Para ela sobreviver no ambiente ela precisa de grandes áreas e de espécies como o tatu e o tamanduá. Ela é considerada como indicador de conservação, indicador de que a área é súper-bona. Existem onças pintadas aqui. Dentro da caatinga existem poucas onças. Aqui está a maior abundância de onças pintadas da caatinga. Aqui existem aproximadamente 250 onças. Nesse bioma elas estão sendo consideradas criticamente ameaçadas. Onde as onças estão sendo mais ameaçadas é aqui. A onça que existe aqui não é a mesma que existe no Pantanal, na Mata Atlântica, no Sul ou na Amazônia. É outro tipo de onça. Ela é diferente.

A arara azul de lear que só tem aqui e no Raso da Catarina. A população dela hoje é de mil e quinhentos animais no mundo todo. Ela só existe aqui e em um parque criado em outra região. E o tatu bola que está também ameaçado de extinção

principalmente por causa da caça. É um animal que é facilmente caçado. É fácil de coletar a ele. Ele está ameaçado. Aqui é um dos lugares em que ainda existe o tatu bola. Em outras regiões ele já foi extinto.

Também para proteger as formações cársticas e sítios paleontológicos, arqueológicos com pinturas rupestres. Proteger e promover a recuperação da vegetação e preservar e valorizar essas paisagens naturais que são especialmente lindas e proporcionar o desenvolvimento das atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Nos parques, normalmente a gente tem essa função de promover o turismo. Inclusive eu trouxe um material a respeito de outros parques e o sucesso que eles têm no número de visitantes e o quanto isso promove o desenvolvimento regional. (ICMbio, 2018).

É assim que, ao longo de séculos, os menestréis do sistema colonialista apropriam-se das terras que originalmente pertenciam aos ancestrais dos grupos familiares que, pelos sentimentos de atavismo e pertença, ocupam o entorno dos boqueirões onde se preservam artefatos arqueológicos entre os quais milhares de painéis de registros rupestres. Apesar de preservarem feições e costumes indígenas, quase todas as pessoas dizem nada saber sobre o passado de seu grupo familiar. Há muitas que confirmam descender de índios, mas não reconhecem a sua identidade íncola. Este não é um problema exclusivo dessa região. Amplos setores da sociedade brasileira atual, embora tenham origem autóctone, não reconhecem sua identidade cabocla porque não possuem atributos que correspondem aos critérios e padrões de indianidade convencionalmente aceitos pela sociedade colonialista. Aprende-se, desde pequeno, que a realidade indígena brasileira é passada e pré-histórica. Aos nativos nega-se, inclusive, a possibilidade de integrarem-se, como bugres, no processo de evolução e de construção da história brasileira.

De um modo geral, fala-se dos índios de hoje como meros remanescentes, resquícios que continuam agarrados ao pouco

que lhes resta, após cinco séculos de depredação e espoliação. (MONTEIRO, 1999, p. 238).

Para reconhecer-se e ser reconhecido, o nativo teve e tem que corresponder a uma imagem estereotipada e cristalizada no tempo. A cultura colonizadora ocidental judaica negou e continua negando-lhe o direito de evoluir, de renovar seu estoque técnico e cultural para se relacionar com as outras culturas e sobreviver física e culturalmente. O destaque que recebem os problemas de sua resistência nos meios acadêmicos não encontra correspondência na busca de informações de natureza física e cultural que contribuam para o resgate de atributos da sua identidade. A tarefa de destruir imagens estereotipadas deve ser acrescida, por isso, de uma busca de informações que permitam a construção de uma ponte entre a história etnicida e o passado desconhecido do original habitante brasileiro.

Para resgatar e consolidar a identidade dos grupos indígenas, antropólogos, historiadores e, sobretudo, arqueólogos devem romper com abordagens que enxergam na resistência apenas uma reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada. Novas leituras de espaços intermediários podem revelar sinuosos caminhos por onde passou e passa a resistência que permitiu ao índio pré-histórico tornar-se histórico e sobreviver no ostracismo imposto pela cultura colonizadora. (MONTEIRO, 1999, p. 243).

Em quatro décadas de pesquisa arqueológica e convivência com grupos remanescentes das etnias que originalmente ocupavam as margens do Rio São Francisco e os muitos brejos que há nos boqueirões e grotas da fronteira setentrional da Chapada Diamantina permitem-nos propor que o índio da região semiárida não foi exterminado. Ele sobrevive. Documentos históricos caracterizaram-no como tapuias, tal qual no sul do Brasil se os chamavam de bugres. Essa denominação, utilizada já pelos nativos de Etnia Tupi traduz-se como o outro, o forasteiro, o bárbaro, o inimigo, o sertanejo, o

interiorano ou, até mesmo, o estrangeiro. Os grupos autóctones de Etnia Tupi não se referiam a nações, tribos ou etnias. Reconheciam-nos, tão somente, pela identidade genérica de tapuia sertanejo.

Para os tapuias sobreviverem tiveram e têm que, não poucas vezes, camuflar-se culturalmente e negar atributos de sua identidade. É por isso que, durante séculos, não se reconheceram e nem se respeitaram as etnias que compunham seu grande grupo sertanejo. As circunstâncias históricas obrigaram-no a fazer que esquecesse sua história para entregar seu destino nas mãos dos colonizadores europeus.

Nos quinhentos e tantos anos de história do Brasil, enquanto se orquestrava o genocídio das etnias, conquistavam espaços econômicos, políticos e sociais os grupos que se destacaram na aplicação de ardilosas estratégias de usurpação do paraíso terreal indígena. Um dos ardis que perpassam os tempos diz respeito à autoritária imposição de leis definidoras da identidade, do direito à vida e ao usufruto das terras que inicialmente eram suas.

No período colonial, a Coroa portuguesa outorgou-se o direito de legislar e exercer o poder político sobre as nações indígenas brasileiras. No campo operacional, seu poder político consolidou-se na ação dos jesuítas e colonizadores. Aos jesuítas interessava o aldeamento e a evangelização, aos colonos, a terra e a mão de obra. A Coroa conciliava os projetos dos jesuítas com os dos colonos, porque ambos, de certa forma, lhe interessavam. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116). Nesse período a Coroa portuguesa incentivava alianças com as nações indígenas tapuias do interior brasileiro, para defender vilas e plantações dos ataques dos gentios e as fronteiras, de ataques dos inimigos europeus. Isto acontecia quando não eram suficientes os índios aldeados que já tinham a função de servir aos interesses dos colonos e da Coroa. As

alianças eram reafirmadas sempre que houvesse necessidade de grandes contingentes de guerreiros, que as aldeias podiam fornecer. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 121).

Na implantação do projeto colonial, alguns povos autóctones aldearam-se pacificamente. Houve muitos chefes que procuraram autoridades coloniais para pedir o descimento e o aldeamento de seus povos. Outros, sem abandonarem seus territórios, uniram-se aos portugueses ou aos seus inimigos. Firmaram tratados de paz e tornaram-se nações aliadas.

Na segunda metade do século XVIII, quando os portugueses ainda investiam na colonização do Submédio São Francisco, a política indigenista desarticulava a vida tribal. As interferências na vida das aldeias aceleravam as transformações da identidade dos índios, dificultando o reconhecimento das relações filogenéticas das populações atuais com os seus ancestrais pré-históricos. Gestou-se, nesse momento da história do Brasil, um tapuia genérico, sem tribo e sem etnia definida. Esse tapuia ficou conhecido como caboclo. O tapuia caboclo surgiu onde houve a colonização portuguesa, com escassa presença de brancos. Nessas regiões, utilizou-se, intensivamente, a mão de obra indígena e a mestiçagem cresceu rapidamente. (MOREIRA NETO *apud* PORTO ALEGRE, 1993, p. 312).

O projeto do Estado português, através das leis do diretório pombalino, procurou anular a diferenciação das etnias, atingindo diretamente sua cultura e identidade étnica. Impôs a língua portuguesa, proibindo o uso das línguas nativas ou mesmo da língua geral. Obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o nudismo, sobretudo por parte das mulheres. Procurou, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las. (PORTO ALEGRE, 1993, p. 2012).

Durante o período imperial brasileiro, os índios foram vítimas de um processo orquestrado de espoliação gradativa e

contínua de suas terras. Esse processo caracterizou-se por um conjunto de irregularidades que tinham o objetivo claro de banir sua etnicidade. O processo iniciou-se com pressões para que se concentrassem os índios em aldeias e fossem vendidos os terrenos que ficassem vagos. Alegava-se que os nativos aldeados eram proporcionalmente poucos para a ocupação de extensões relativamente grandes de terra. Expropriaram-se, assim, grandes quantidades de terras das aldeias. Liberaram-se, dessa forma, vastas áreas com títulos indígenas incontestes, em troca do limitado chão das aldeias. O processo de expropriação continuou com o incentivo imperial ao assentamento de estranhos junto, ou mesmo dentro das aldeias.

A miscigenação étnica fez surgir os mestiços que o governo usou como critério para caracterizá-los como população não indígena, para despojar as aldeias de suas terras. (CUNHA, 1992, p. 145).

Desalojados os caboclos, suas terras passaram a ser administradas pelas Câmaras Municipais que se apropriaram do direito de vendê-las aos foreiros ou usá-las para a fundação de vilas, povoações ou mesmo logradouros públicos. (DECRETO 2672, 20/10/1875, *apud* CUNHA, 1992, p. 146).

No período republicano, sob influência de ideias positivistas, prevaleceu a opinião da criação do Serviço de Proteção aos Índios com o objetivo de fixá-los no campo como mão de obra rural e treiná-los tecnicamente como força de trabalho. A proteção aos índios tinha e tem como intenção transformá-los em pequenos produtores rurais capazes de se autossustentarem na pouca terra que lhes resta.

Para sobreviver, o índio do Médio e do Submédio São Francisco, mormente o que ocupava os territórios dos atuais municípios de Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova teve que se adaptar às exigências colonialistas. Sobreviveu como escravo, caçador, coletor, pescador, ceramista,

horticultor, criador, vaqueiro ou militar. Continuou relativamente sedentário. As condições climáticas exigiram que mantivesse sua tradicional mobilidade sazonal. Hoje, participando da evolução do sistema de comunicação e de transporte, ampliou seus horizontes. Nos períodos de crise, migra, temporária ou definitivamente, para outras regiões do Nordeste ou do Brasil.

Há que se considerar que os grupos são sistemas abertos, com dinâmicas próprias e que, por imperativos de sobrevivência e de sucesso reprodutivo, promovem trocas genéticas e culturais. As trocas de genes e os intercâmbios culturais revigoram os indivíduos, aprimorando aptidões físicas e a visão de mundo. Mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais acabam em apropriações biológicas e culturais, tanto pelos remanescentes dos vencidos como pelos vencedores. (FERREIRA NETO *apud* CARDOSO e VAINFAS, 1997).

De acordo com Bateson (1977, *apud* Kesting 2007, p. 31), as apropriações que ocorrem nos contatos sociais promovem fusão completa dos grupos originalmente diferentes, eliminação de um dos grupos ou até mesmo dos dois, ou ainda, persistência dos dois grupos em um equilíbrio dinâmico, no interior de uma comunidade maior. Os registros históricos mostram que, na região semiárida, em equilíbrio dinâmico (entre a paz e a guerra), ao longo dos séculos, do período colonial ao republicano, ocorreu a fusão quase completa dos genes e das culturas de origem europeia, africana e nativa.

Para sobreviverem, os colonizadores de origem europeia contaram com a experiência milenar dos nativos acostumados à dureza de climas áridos e semiáridos. Dependiam deles, da alimentação à hospedagem, do remédio aos serviços e das redes às mulheres, para casamento ou acasalamento.

Tudo para o pioneiro era obstáculo vivo ou inerte. Até para comer uma fruta (...) era preciso um ímpeto de audácia: conhecia-lhe por acaso o nome, a forma, o sabor, a ação? A

própria raiz que fornecia a farinha de guerra para as longas jornadas escondia um veneno terrível quando mal preparada. Rodeava-o, dia e noite, um mistério quase sempre hostil: homem, clima, terra, feras, insetos, doenças. (PRADO, 1972, p. 56 *apud* HERNÂNI, 2000, p. 84).

No período em que exploravam o pau-brasil, os portugueses contaram com a presteza dos índios do litoral e do sertão. Nesse intercâmbio comercial deram-se bem os portugueses que lhes pagavam muito mal, com bugigangas. Mesmo assim, contaram com o apoio íncola porque essa atividade extrativista não alterava seus costumes de viverem soltos, usufruindo do conforto de ir e vir a que estavam acostumados. Nesse período, já se praticava o comércio de escravos nativos, muitas vezes vendidos pelos caciques que obtinham vitória nas guerras tribais. Eram frequentes a uniões naturais entre os portugueses e as nativas, livres ou escravizadas.

O mesmo não aconteceu nos canaviais e nos engenhos de açúcar. A esse trabalho os nativos não se prestaram porque a estrutura capitalista e mercantilista europeia não respeitava suas vontades, costumes e tradições. Não se deixaram escravizar porque não suportavam ficar reclusos em atividades de plantio, de colheita e de moagem da cana de açúcar. Os portugueses começaram, então, a introduzir escravos africanos no Brasil. Quando isso aconteceu, já havia transcorrido meio século “de contato e de mestiçagem eurotupinambá, época suficiente para a conformação de duas gerações de mestiços”. (ALVES, 2008, p. 3).

É verdade que, ao longo da história, promoveram-se guerras entre tribos para a compra de índios aos caciques vencedores. Houve, também, campanhas planejadas para a caça ao silvícola sem o fomento de guerras intertribais. No período de 1581 a 1640, os bandeirantes apreenderam, assim, muitos índios para submetê-los à escravidão.

Investiram e aprisionaram do extremo sul ao alto sertão hoje mato-grossense. Foi esse o tempo em que o maior número de silvícolas foi tirado às suas aldeias e hábitat, transformados em escravos ainda que sob os eufemismos de administrados, locados para o serviço, resgatados e outros. (HERNÂNI, 2000, p. 86-87).

Nem a bula do Papa Paulo III que, em 1537, condenava a escravidão e nem as cartas régias de D. João III e D. Sebastião conseguiram conter o aprisionamento indígena para serviços escravos. Apesar da clara argumentação papal de que os índios também eram criaturas racionais, livres por natureza e com direito à salvação, os colonizadores católicos portugueses acintosamente desrespeitavam a bula. Revoltavam-se, com frequência, contra os jesuítas que exigiam o seu cumprimento. Para atender às exigências dos colonizadores, com argumentos de que sem escravos não haveria progresso e nem fixação de portugueses na terra, em 1611, o Rei Felipe I permitiu a escravidão de índios aprisionados em guerras justas. (HERNÂNI, 2000, p. 86-87).

É inegável que, tanto na condição de aliados quanto na de escravos, os nativos do litoral e do sertão participaram do processo de mestiçagem da nação brasileira, intercambiando genes e atributos culturais. No primeiro século do Brasil Colônia, predominaram os cruzamentos entre portugueses e índios. A mestiçagem não era apenas praticada. Ela era estimulada pela Coroa portuguesa porque o mestiço viabilizava a ocupação luso-brasileira do sertão. Ele participou das bandeiras, combateu invasores e ajudou os portugueses até a baterem, aprisionarem e escravizarem índios insubmissos.

Tal a necessidade de contar com ele, seu pai branco, seu avô acobreado, que o severo jesuíta, dando-se conta dessa indispensabilidade para o Brasil português e católico, abriu e defendeu uma exceção escandalosa para os cânones relativos à família: perdoar os colonos que casados lá no reino, uma vez no

Brasil tiveram filhos, com uma e muitas indígenas. Perdoá-los e casá-los, aqui. (HERNÂNI, 2000, p. 74).

Percebendo a importância da mestiçagem, a Coroa portuguesa incentivava não só o casamento dos homens com as índias, como também, o das mulheres com os varões nativos. É claro que, no incentivo à mestiçagem, desejava padronizar o comportamento silvícola ao dos europeus. Não poucas vezes, porém, os portugueses e as portuguesas aderiam aos costumes indígenas.

As informações a respeito dos índios da região são vestigiais e, por isso, limitadas. Espera-se que possam, mesmo assim, contribuir nas pesquisas que visem identificar, na relação filogenética (antecessor – sucessor), a ligação genética (genomas) e cultural (mitos e ritos) das populações atuais com as tribos ou as nações das quais se têm registros históricos e/ou vestígios arqueológicos. Os dados corroboram a hipótese do genocídio étnico fomentado, inicialmente, pelos tupis e, depois, pelos portugueses e por quem se locupletou e se locupleta, apropriando-se do que, por herança, pertenceria aos tapuias genéricos e sem etnia definida. São fortes os indicativos de que, na região Semiárida do Médio e Submédio São Francisco sobrevivem muitas famílias cujos ancestrais participaram da mestiçagem, bem como da edificação do patrimônio cultural pré-histórico. Recomenda-se, por isso, o incremento de pesquisas arqueológicas de prospecção e de escavação para evidenciar o seu patrimônio cultural.

Recomenda-se, também, a participação das comunidades locais no processo de implantação de memoriais do patrimônio arqueológico e ambiental nos povoados em cujo entorno existem vestígios arqueológicos. Elas podem fazer a leitura dos registros históricos e dos bens arqueológicos de forma diferente da dos arqueólogos porque, para ambos, a forma de interpretar o mundo depende dos instrumentos que se têm ao

alcance. Elas, por certo, traduzirão os registros e os artefatos em explicações que condizem com sua cosmologia.

As explicações dos fatos e dos artefatos atualizam-se e multiplicam-se na forma de traduções contemporâneas. As leituras das evidências são individuais, por serem feitas por cada indivíduo, e múltiplas porque são realizadas por várias pessoas. Assim, pesquisadores e a população local devem participar conjuntamente na tarefa de preservar a riqueza cultural e natural herdada. Com essa riqueza preservada, o passado faz-se presente. Ele ajuda a criar e/ou fortalecer a identidade nacional, no respeito à diversidade das culturas e das etnias, mesmo que genéricas.

Nas quatro décadas de convivência com os sertanejos do Médio e Submédio São Francisco aprendi a ver, com grande afeto, as divindades do Toré, genuína religião dos índios. Vez em quando, membros das etnias Truká, Caimbé, Tupiná, Tamoquim, Aticum, Amoipirá, Acoroá, Crinquirim, Tuxá e Guegoá realizam seus rituais sagrados junto aos boqueirões e grotas das serras onde seus ancestrais realizaram painéis de pintura e gravura rupestres. Mantive contatos com eles com o intuito de identificar padrões comportamentais e gestuais dos seus ancestrais que se conservam nesses rituais.

Para eles, os boqueirões e as grotas são lugares sagrados onde dizem morar os espíritos dos ancestrais encantados. Para chamar por eles reúnem-se, periodicamente, nas proximidades dessas feições sagradas de relevo. Ali, ao ritmo do Toré, entoam hinos do catolicismo tridentino. Dizem que, em tempos remotos da história, sua dança sagrada realizava-se dentro dos boqueirões.

Em lutas contra injustiças, consegui congregiar brancos, negros e índios, de religiões e crenças diferentes para o enfrentamento conjunto de problemas. Nesses encontros rompia-se o sectarismo etnocêntrico de cada uma delas para,

em união efetiva, encorajarem-se trabalhadores diversos na luta pela conquista de direitos comuns.

Poucos vivem essa experiência do deus plural. Em rituais nativos, ajudei a invocar espíritos de ancestrais encantados. Aprendi a relativizar o mito judaico que na infância e juventude eu acreditava ser absoluto. Exercitei-me a respeitar as divindades dos outros. O mito mor de Trento passou a ter menos valor dos deuses que até então eu considerava pagãos e de categoria inferior. **No gesto da partilha**, que a relativização de minha divindade propiciava, eu sentia a presença do Cristo Ressuscitado que João XXIII pretendia para a sua e nossa Igreja pós-conciliar.

Assim, pelo patrimônio natural e cultural eu reconheço o Deus relativo e verdadeiro que dava resistência a Abraão, Isaac, Jacó e Jesus Cristo e respeito às divindades dos Caimbé, Tupiná, Amoipirá, Crinkirim, Acoroá, Guegoá, Aticum, Tuxá, Tuxi, Tamoquim, Truká, Ocrém e todo tapuia Muribec que, há milênios residem e resistem em Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova. Para sobreviver, a ferro e fogo eles tiveram que negar sua etnicidade. Não se renderam, porém, aos colonizadores e nem a seu séquito menestrel. Como marcador de memória, orgulhosamente o Tapuia sertanejo repete: **Minha bisavó era índia**. Ela não se rendeu. **Foi pega a dente de cachorros** que a Casa da Torre e as empresas colonialistas criavam e criam soltos no Vale do Rio dos Currais.

A luta continua.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, João; PRATA, Tatiana. **Craton Sanfranciscano**. 2016. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 25 fev 2019.

ALVES, Edenevaldo. **Sobradinho – BA comemora 28 anos de emancipação política**. 2017. Disponível em: <https://www.edenevaldoalves.com.br>. Acesso: 04 abr 2019.

ALVES, José de Arimatéa Nogueira. Índios em Salvador (identidade, memória e alteridade). IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 2008.

ÂNGELO, Vitor Amorim de. **Integralismo: a ação integralista brasileira**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/integralismo-a-acao-integralista-brasileira-aib.htm>. Acesso: 21 jun 2018.

ANGELIM, Luiz Alberto de Aquino. (Org.) **Programa Levantamentos Geológicos do Brasil. Petrolina. Folha SC.24-V-C. Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí**. Escala: 1/250.000. Brasília: CPRM, 1997.

ARAGUAIA, Mariana. **Tatu-galinha (Dasypus novemcinctus)**. Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/animais/tatu-galinha.htm>. Acesso: 17 dez 2018.

ARCANJO, João Batista Alves; BRAZ FILHO, Pedro de Alcântara (Orgs.). **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Folha SC.23-Z-A (Curimatá), SC.23-Y-B (Corrente) e SC.23-Z-B (Xique-Xique)**. Escala 1/250.000. Estados da Bahia e do Piauí. Brasília: CPRM, 1999.

ARQUEANO. Disponível em:

<http://www.fgel.uerj.br/dgrg/webdgrg/Timescale/Arqueano.html>. Acesso: 29 ago 2017.

ARQUIVO TG. **Matrinxã-do-são-francisco**. 2015. Disponível:

<http://g1.globo.com>. Acesso: 02 jan 2018.

ATAÍDE, Yara Dulce de. **Os Construtores do Sertão – Casa da Torre**. A Tarde Cultural, 1995. Disponível em:

<http://www.casadatorre.org.br/constrsertao.htm>. Acesso: 19 jun 2018.

ATTA, Dilza. **A Roda de São Gonçalo na Região do Médio São Francisco, na Bahia**. Sitientibus, Feira de Santana, V.; 1 (2), p. 79-89, janeiro / junho, 1983.

AUGUSTO, Pedro; TEIXEIRA, Fábio; GARDEL, Caio; MENEZES, Pedro; CARVALHO, Kelvin. **Rio Jacaré**. 2015. Disponível em:

<http://caatingaproject.blogspot.com>. Acesso: 29 jan 2019.

BASTOS, Dorgival Mangueira. **O Brejo da Serra, em Pilão**

Arcado, está morrendo. 2016. Disponível em:

<http://acaopopular.net>. Acesso: 03 mar 2019.

BELÉM, Euler de França. **Dom Helder Câmara, de fascista a esquerdista, deve se tornar santo católico**. Jornal Opção, 2017.

Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/dom-helder-camara-de-fascista-esquerdista-deve-se-tornar-santo-catolico-87535>. Acesso: 20 jun 2018.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Praça da Igreja Matriz de Casa Nova –**

BA. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 06 fev 2019.

_____. **Igreja Matriz de Casa Nova em 1957.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 06 fev 2019.

_____. **Rua Hermógenes Viana em 1957.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 06 fev 2019.

_____. **Rua São José na Velha Cidade de Casa Nova.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 06 fev 2019.

_____. **Vista Parcial da Velha Cidade de Casa Nova.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 06 fev 2019.

BILL, Luiz Carlos. **Perdiz da Caatinga.** 2013. Disponível em: <http://www.focadoemvoce.com>. Acesso: 10 fev 2019.

BOFF, Leonardo. **Papa Francisco e a Teologia da Libertação.** 2013. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2013/04/26/papa-francisco-e-a-teologia-da-libertacao>. Acesso: 27 jun 2018.

BÖGER, Celestino. **Boas Memórias não têm Preço: de Henrique a Augustinho.** 2013.

_____. **Boas Memórias não têm Preço: Arco e flecha.** 2017.

BORGES, José Carlos. **Casa Nova Velha: aparição de ruínas revela memórias de moradores de cidades inundadas na Bahia.** 2015. Disponível em: <http://blogzecarlosborges.blogspot.com>. Acesso: 06 fev 2019.

BORGES, Juliana Sento Sé. **Origem do nome Sento Sé.** 2017. Disponível em: <http://jusentose.com.br>. Acesso: 14 fev 2019.

_____. **Memórias de um povo**. 2017. Disponível em:
<http://jusementose.com.br>. Acesso: 14 fev 2019.

_____. **A Coluna Prestes em Sento Sé**. 2017. Disponível em:
<http://jusementose.com.br>. Acesso: 14 fev 2019.

BRAZIL ADVENTURE INTERNATIONAL. **Cráton do São Francisco**. 2006. Disponível em: <http://www.ecoturismoaventura.com.br>. Acesso: 25 fev 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico do Macrozoneamento ecológico-econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/SEDR/DZT/MMA**. – Brasília: MMA, 2011.

BRITANICA ESCOLA. **Caititu**. Ministério da Educação – CAPES. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br>. Acesso: 17 dez 2018.

BRITO, Carlos. **Tradição dos Caretas é mantida no maior distrito de Casa Nova**. 2018. Disponível em:
<https://www.carlosbritto.com>. Acesso: 25 fev 2019.

_____. **Ruínas da Velha Sento Sé reaparecem com baixa do Lago de Sobradinho**. 2015. Disponível em:
<https://www.carlosbritto.com>. Acesso: 17 fev 2019.

BRITO, Ney Clemente Dias; SILVA, Déborah Gonçalves; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani. Sertanejos da Borracha: O Comércio da Maniçoba no Município de São Raimundo Nonato (1890-1960). In: KESTERING, Celito (Org.) **Escavando a História de São Raimundo Nonato – PI**. Petrolina – PE: UNIVASF, 2013, p. 87-123.

BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; NETO, José Maria. **Um Pé de História: estudos sobre aprendizagem histórica**. Rio de Janeiro / União da Vitória: Edição Especial Ebook LAPHIS / Sobre Ontens, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso, 28 nov 2018.

CALDERÓN, Valentin; JÁCOME, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Câncio. **Relatório das Atividades de Campo Realizadas pelo Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Recife: CHESF, 1977.

CAMPECHE, Daniela. **Peixes**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>. Acesso: 02 jan 2019.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus. 1997.

CARVALHO, Ciro Duarte de; REZENDE, Eduardo Soares de; BROD, Emanuela Reis; VALE, José Alberto Rodrigues do. **Geologia e recursos minerais da folha Bom Jardim - SC.23-X-D-III: estados do Piauí e Bahia**. 2017. Teresina: CPRM, 2017. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br>. Acesso: 02 mar 2019.

CARVALHO, João Renôr F. de. **Resistência Indígena no Piauí Colonial: 1718 – 1774**. 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2008.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Presidente Dantas Tomando Lenha**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 25 dez 2018.

CASA NOVA. Wikipedia. 2018. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 30 dez 2018.

CASTRO, Maria da Conceição. **Casa Nova, Minha Cidade**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 07 fev 2019.

CAVALCANTI, Nilton de Brito. **O tatu china da caatinga nordestina**. 2009. Disponível em: <https://fatosefotosdacaatinga.blogspot.com>. Acesso: 02 jan 2019.

_____. **A raposa da caatinga nordestina**. 2013. Disponível em: <https://fatosefotosdacaatinga.blogspot.com>. Acesso: 02 mar 2019.

CERQUEIRA, Suele Magalhães. **As casas de Farinha de Remanso – BA: patrimônio cultural sertanejo**. 2014. (Monografia) Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI, 2014.

CHAVES, Juarez Morais. **Vapores: Wenceslau Braz**. 2009. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

_____. **Vapores do Rio São Francisco: Halfeld e Raul Soares**. 2010. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 24 dez 2018.

_____. **Foto do Rio São Francisco: Vapor Raúl Soares**. 2011. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 24 dez 2018.

_____. **Vapores do Rio São Francisco: Vapor São Francisco**. 2013. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 24 dez 2018.

_____. **Vapores do Rio São Francisco: Djalma Dutra.** 2013. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

_____. **Vapores do Rio São Francisco: Vapor São Salvador.** 2013. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

_____. **Vapores do Rio São Francisco: Vapor Siqueira Campos.** 2013. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

_____. **Vapores do Rio São Francisco: Delsuc Moscoso.** 2014. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

_____. **Vapores que Navegaram no Rio São Francisco: Barão de Cotegipe.** 2015. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 24 dez 2018.

_____. **Peixes do Rio São Francisco: a piranha.** 2009. Disponível em: <http://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

CIPRIANI, Rudimar Narciso. **Asa-branca.** 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 02 jan 2019.

COELHO, Gracilene Eufigênia dos Santos; MARTINS, Thor Gabriel; KESTERING, Celito. **Quadrilha de São João.** In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 167-175.

COELHO, Jackson. **Um Pouco da História da Nova Sento Sé.** 2010. Disponível em: <http://www.sentoseagora.com.br>. Acesso: 12 fev 2019.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.
Plano Municipal de Saneamento Básico de Remanso, 2018.
Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 10 fev 2019.

_____. **Pirá-tamanduá: uma espécie de peixe singular**. 2017.
Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br>. Acesso: 10 fev 2019.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Monitoramento da Codevasf Indica Reaparecimento da Espécie Curimatã Pioia no Baixo São Francisco**. Disponível em:
<http://www.adalbertogomesnoticias.com.br>. Acesso: 17 dez 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Revista Nera, Ano 12, Nº 15, julho/dezembro de 2009. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br>. Acesso: 28 dez 2018.

COSTA, Ana Luiza Borralho Martins. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado. In: **Hidrelétricas, Ecologia e Progresso: contribuições para um debate**. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Rio de Janeiro, 1990, p. 55-67. Disponível em:
<https://acervo.socioambiental.org>. Acesso: 06 fev 2019.

COSTA, Ivoneide de França. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio**. 2007. (Dissertação). Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2007.

CPRM. **Mapa Geológico do Estado da Bahia.** Escala 1:1.000.000. Secretaria das Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia. 2003. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/8665>. Acesso: 16 dez 2018.

_____. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Casa Nova – Bahia.** VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil Vilaverde; CAMPOS, José Cláudio Viégas; GUIMARÃES, José T.; COSTA, Juliana M. da; BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COUTO, Pedro Antônio de Almeida; BEVENUTI, Sara Maria Pinotti. (Orgs.). Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br>. Acesso: 31 dez 2018.

_____. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Sobradinho – Bahia.** VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil Vilaverde; CAMPOS, José Cláudio Viégas; BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COUTO, Pedro Antônio de Almeida; BEVENUTI, Sara Maria Pinotti. (Orgs.). Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br>. Acesso: 06 abr 2019.

_____. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Santo Sé – Bahia.** VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil V.; VIÉGAS, José C.; CAMPOS, José C. Viégas; GUIMARÃES, José T.; COSTA, Juliana M. da; BOMFIM, Luiz Fernando C.; COUTO, Pedro Antônio de A.; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. (Orgs.). Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br>. Acesso: 30 jan 2019.

_____. **Carta Geológica. Folha Petrolina – SC.24-V-C.** Escala 1 / 250.000. Brasília – DF: CPRM, 1997.

_____. **Carta Geológica: Folha Curimatá / Corrente / Xique-Xique** – SC.23-Z-A / Y-B / ZB. Escala 1:250.000, Brasília: CPRM, 1999.

CUNHA, Lygia Machado. **Bichos do meu Brasil**. 2017.
Disponível em: <http://bichosdomeubrasil.blogspot.com>. Acesso: 17 dez 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política e legislação indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. P. 133-154. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP. 1992.

DECRETO-LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Disponível em: <http://www.antt.gov.br>. Acesso em 01 mar 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DINIZ, João Alberto Oliveira; LIMA, Josias Barbosa de. **O Aquífero de Dunas da Região do Médio São Francisco – BA**. 2019. Disponível em: D:/Arquivos/Downloads. Acesso: 03 mar 2019.

DIOCESE DE SÃO CARLOS. **Dom Helder Câmara é Declarado Patrono dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.diocesesaocarlos.org.br/dom-helder-camara-e-declarado-patrono-dos-direitos-humanos>. Acesso: 27 jun 2018.

DURAN, Maria Renata da Cruz; BENTIVOGLIO, Julio. **Paul Ricoeur e o Lugar da Memória na Historiografia Contemporânea**. Programa de Pós Graduação em História da UFES: Revista Dimensões, v 30, 2013, p. 213-244.

DU ZUPPANI. **Vegetação no Sertão Nordestino**. 2007.

Disponível em: <https://fotonatural.photoshelter.com>. Acesso: 03 mar 2019.

FAUNA DA CAATINGA. **Preá**. 2017. Disponível em:

<http://riquezaculturaldacaatinga.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo; ALVES, José Willame Felipe. A Importância da Fonte Oral como Instrumento de Resgate Histórico das Mulheres do Quilombo Sítio Arruda, no Estado do Ceará. In: **História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade**. XIII Encontro Nacional de História Oral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 1-13, 2016.

Disponível em:

<http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais>. Acesso: 28 nov 2018.

FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Cidades da Bahia**. Conselho Nacional de Geografia e Estatística, v 20 e 21, jan de 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>. Acesso: 19 jun 2018.

FERREIRA, Leonardo. **Os Gaiolas do São Francisco**. 2011.

Disponível em: <http://tudoissoejanuaria.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

FERREIRA, Márcio Moreira. **Processo Nº 0000012-70.2005.805.0245. Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Remanso – BA, 2004, p. 3.

_____. **Processo Nº 0000012-70.2005.805.0245. Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2010, p. 256.

_____. **Processo Nº 000012-70.2005.805.0245. Ação de Restauração de Autos.** Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2010, p. 574-606.

FERREIRA, Rafael. **Tatu-peba: gosta de salada, mas tem fama macabra.** 2013. Disponível em: <https://www.oeco.org.br>. Acesso: 02 jan 2019.

FIGUEIRÊDO, Maria Beatriz Braga. **Viajando com o PAS pela História de Remanso.** Juazeiro; UEB/DCH III, 2004.

FIOCRUZ. **Cascavel.** Disponível em: www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/cascavel.htm. Acesso: 15 jun 2018.

FLOGÃO. **Remanso, Bahia.** 2006. Disponível em: <https://www.flogao.com.br>. Acesso: 26 dez 2018.

FLORIO, Clara Pereira; SANTOS, Fábio Isídio dos; OLIVEIRA, Daline Lima de; KESTERING, Celito. Reisado. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 157-166.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários.** Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Teoria e Arqueologia Histórica: a América Latina e o Mundo.** Vestígios, v. 1, p. 49-56, 2007.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Pilão Arcado e Remanso: patrimônios que dormitam.** Revista Labor e Engenharia, Campinas [Brasil], v. 8, n. 3, p. 5-18, 2014. Disponível em: www.conpadre.org. Acesso: 21 mar 2016.

GASPAR, Maria Dulce. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 13, p. 269-301, 2003.

GIRARDI, Giovana, **Mascote da Copa do Mundo, tatu-bola está em risco de extinção**. O Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acesso: 02 jan 2019.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As Secas da Bahia do Século XIX (Sociedade e Política)**. 2000. (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. (2000).

GOOGLE. **Sobradinho** - BA. 2019. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 04 abr 2019.

GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2017.

_____. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2018.

_____. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2018.

GOULART, Jose Alípio. **O Brasil do boi e do couro**. Vol. 2, Rio de Janeiro: GRD, 1966. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292600&search=bahia|remanso|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso: 01 jun 2018.

GROSSET, Arthur. **Jacucaca: Fotos de Arthur Grosset**. 2019. Disponível em: <https://www.flickr.com>. Acesso: 02 mar 2019.

GUNTEN, Peter Von. **Terra Roubada**. Bern: Cinov Filmproduktion Ag, 1980.

HERNÂNI, Donato. **Brasil 5 séculos**. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes. 2000, 421 p.

IBGE. **Igreja Matriz: Pilão Arcado – BA. 1957**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 21 abr 2019.

_____. **Rua Foriano Peixoto: Pilão Arcado. 1957**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 21 abr 2019.

_____. **História de Remanso – BA. 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 26 dez 2018.

ICMBIO. **Pato-Mergulhão: embaixador das águas brasileiras**. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso: 02 mar 2019.

_____. **Audiência Pública sobre o Parque Nacional do Boqueirão da Onça, Realizada na Câmara Municipal de Sento Sé no dia 30 de Novembro**. 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL (IDESAB). **Território do Sertão do São Francisco**. 2011. Disponível em: <http://idesabjuazeiro.blogspot.com>. Acesso: 05 dez 2018.

KELLY, Magnus. **Patrimônio Histórico de Juazeiro – BA: o vapor Saldanha Marinho**. 2014. Disponível em: <http://prmaguskelly.blogspot.com>. Acesso: 24 dez 2018.

KESTERING, Celito. **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho – BA**. 2001. (Dissertação de mestrado).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2001.

_____. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho - BA.** 2007. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2007.

_____. Simulação dos Juros Moratórios de 5% ao mês, do período de 06/1978 a 07/2012, Perfazendo um Total de 409 Meses e um Total de R\$ 2045,00 de Juros. In: **Processo Nº 0000012-70.2005.805.0245. Ação de Restauração de Autos.** Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2012, p. 671-674.

_____. **Índios da Área Arqueológica de Sobradinho – BA.** Revista Digital História e História. Centro de Pesquisa Arqueológica e Histórica da UNICAMP. 2012.

_____. Simulação dos Juros Moratórios de 5% ao mês, do período de 06/1978 a 08/2013 e mora de 1% conforme discriminação... In: **Processo Nº 00013-80.26.2008.805.0208. Ação de Restauração de Autos.** Vara Cível da Comarca de Remanso – BA, 2013, p. 318-320.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Sento Sé – BA.** São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF, 2014.

_____. Dança da Saga do Vaqueiro. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 118-124.

KESTERING, Celito (Org.). **Escavando a História de São Raimundo Nonato – PI.** Petrolina – PE: UNIVASF, 2013, p. 18-85.

_____. **Arqueologia: memória, ciência e poesia.** São Carlos – SP: Pedro e João, 2018.

KESTERING, Celito; BELARMINO, Vanessa da Silva. Dança de Abóbora faz Melão. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 110-112.

_____. Dança da Ciranda. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 113-117.

KESTERING, Celito; LIMA, Breno Reis Silva; RIBEIRO, Davi Feitosa; MAGALHÃES, Rafael Pereira; MONTEIRO, Maria de Lourdes Oliveira. Roda de Capoeira. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016.** Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 199-214.

KESTERING, Celito; LIMA FILHO, Sebastião Lacerda de; ALVES, Rakel de Castro. **Rota Migratória de Grupos Pré-históricos da Tradição Nordeste: uma hipótese que se fortalece.** Revista Digital história e-história, Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da UNICAMP, 2012.

KESTERING, Celito; SILVA, Jaionara Rodrigues Dias da; CHAGAS JÚNIOR, José Nicodemos. **Escavação do Sítio Arqueológico Pedra do Cavalo, no Município de Sento Sé – BA – I Etapa.** Revista Digital história e-história, Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da UNICAMP, 2013.

KESTERING, Celito; SOUSA, Gizelle Santos de. **Umbuzeiro dos Defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí.** Cadernos do LEPAARQ, V XI, Nº 22, p. 65-83, 2014.

LANDIM, José Paes. **As Agruras de um Rio**. 2017. Disponível em: <https://folhadeformosanews.blogspot.com>. Acesso: 25 dez 2018.

LANGSTEN, Ray. **Vapor Wenceslau Braz...** Disponível em: <http://py.geoview.info>. Acesso: 25 dez 2018.

LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, Rememoração e Lembrança em Maurice Halbwachs**. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>. Acesso: 28 nov 2018.

LEAL, Sérgio. **Codorna do Nordeste**. 2012. Disponível em: <http://avesalagoas.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

LEDOUX, Nina Rosa Pereira. **Casa do Major José Desidério: um estudo de caso sobre os espaços domésticos de uma casa rural em Remanso - BA**. 2015. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI, 2015.

_____. **Arquiteturas Sufragadas e Memórias Construídas: uma arqueologia da memória da Remanso submersa**. 2017. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: UFSE, 2017.

LEITE, Carlson de Matos Maia. **Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil: Campo Alegre de Lourdes – Folha SC.23-X-D-IV e Peixe – Folha SC.23-X-D-I; Escala 1:100.000**. Brasília: CPRM, 1997.

LEITE, Carlson de Matos Maia; FRÓES, Raymundo José Bulcão. **Características Petroquímicas do Granito Alcalino Serra do Meio (Campo Alegre de Lourdes-Bahia)**. Litogeoquímica e

Geoquímica Isotópica, p. 157-167, 2019. Disponível em:
<https://inis.iaea.org>. Acesso: 21 fev 2019.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V, da Bahia ao Nordeste, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LIMA, Eduardo Gonçalves de; MACÊDO, Eron Pires; LOUREIRO, Herman Santos Cathalá; AMOR DIVINO, Jocilene Santana do. **Projeto Remanso-Sobradinho. Carta Geológica**. Salvador: CPRM, 2017. 1 mapa color. Escala 1:250.000. Programa Geologia do Brasil. Disponível em:
<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/18814>. Acesso: 15 dez 2018.

LIMA, Flávio César Thadeo de; BRITSKI, Heraldo Antônio. ***Salminus franciscanus*, a new species from the rio São Francisco basin, Brazil (Ostariophysi: Characiformes: Characidae)**. Neotropical ichthyology. Vol. 5, nº. 3, Porto Alegre, July/Sept. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso: 17 dez 2018.

LIMA, Guarabira Queiroz. **Pilão Arcado um marco no Rio São Francisco**, 2005.

LIMA, Gabriel Matos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do. **Desertificação e Unidades Geomorfológicas na Região Norte do Estado da Bahia**. III Encontro Latino Americano de Geomorfologia. 2010. Disponível em: <http://lsie.unb.br>. Acesso: 01 fev 2019.

LIVRO DE REGISTRO DE BATIZADOS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DE SENTO SÉ - 1752 a 1783. (Manuscrito original). Cúria Diocesana de Juazeiro – BA. 2003.

LOURENÇO, Andresa Cristina. **Seriema**. MBLOG. 2016.
Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 18 dez 2018.

MACIEL, Ana Carolina Teixeira. **Correlação entre a Indústria Lítica das Dunas Fósseis de Casa Nova – BA e o Paleoambiente do Submédio São Francisco**. 2016. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF. 2016.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Anais do Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos; **A pesquisa qualitativa em debate**, Bauru, 2004. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: 29 nov 2018.

MARBACK, Guilherme. **O Sertão que Virou Mar** (Documentário Cinematográfico). Realização do Centro de TV IRDEB, 1989.

MARINHO, Ana Clara. **Mocó prejudica meio ambiente e história de Noronha**. Viver Noronha, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 17 dez 2018.

MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi; SOARES, Paulo Fernando. **A Importância da Arquitetura Vernacular**. Akrópolis, Umuarma, v. 17, n. 1, p. 45-54, Jan./mar. 2009. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/2842/2110>. Acesso: 27 nov 2018.

MARQUES, Juracy. **Cultura Material e Etnicidade** (Documentário Cinematográfico). Roteiro e Edição de André Souza, 2004.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kiwanski de. **História Oral como Fonte: problemas e métodos.** Revista Historiae, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/>. Acesso: 28 nov 2018.

MELLO, Daniel. Relato do workshop de fotografia com João Quental na Pousada Paraíso, em Petrópolis – RJ. 2012. Disponível em: <https://virtude-ag.com>. Acesso: 02 jan 2019.

MENDES, Henrique. **Chuva evita uso do volume morto em Sobradinho, na Bahia: é uma esperança.** 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 06 fev 2019.

MIRANDA, Reginaldo. **São Gonçalo da Regeneração: marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja; da aldeia indígena aos tempos atuais.** 2. Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.

MODESTO COELHO, Manoel Alcides. **Entrevista concedida no mês de outubro de 2016.**

MONTEIRO, John Manoel. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios.** Páginas 237 a 249. In NOVAES, Adauto (Org.); **A Outra Margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

MOREIRA, Ana Paula Dantas. **Fotos Marcantes: Construção da Barragem de Sobradinho.** 2017. Disponível em: <http://acaopopular.net>. Acesso: 12 mai 2019.

_____. **Audiência Pública do Diagnóstico da Dívida Social, Econômica e Cultural dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Sobradinho – BA.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília - DF: IPEA, 2018.

MOURA, Rosicleide Alves. Remanso: a coexistência de tempos / espaços. In: ANPOCS. **Ciências Sociais hoje**. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1997. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 28 dez 2018.

MUSEU VIRTUAL DOS MINI-MUNDOS. **Snow Ball Earth e a evolução da vida multicelular**. 2019. Disponível em: <http://projectos.est.ipcb.pt>. Acesso: 09 abr 2019.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris**. 1701. Tradução e comentários de SOBRINHO, Barbosa Lima. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: <http://etnolingustica.wdfiles.com>. Acesso: 09 jan 2019.

NASCIMENTO, Aroldo Carlos Borges do. **Processo Nº 0000012-70.2005.805.0245. Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2010, p. 1-3.

_____. Processo Judicial Eletrônico Nº. **0000012-70.2005.8.05.0245. Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2018, p. 1-6.

NASCIMENTO, Socorro. **Reminiscência....** 2012. Disponível em: <http://www.geraldojose.com.br>. Acesso: 15 fev 2019.

NUNES, Maria Theti. **Garcia d'Ávila**. 2011. Disponível em: <http://taylanalis.blogspot.com>. Acesso: 14 fev 2019.

OITICICA, Luiz Ferreira. **Cultura e Opulência do Brasil** (Fac-símile da edição portuguesa que João Antônio de Andreoni Antonil escreveu em 1711). 1969.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Catingueiros da Borracha: vida de maniçobeiros no sudeste do Piauí.** 2001. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

OLIVEIRA, Andréa. **Peixes de água doce do Brasil.** 2018. Centro de Produções Técnicas. Disponível em: <https://www.cpt.com.br>. Acesso: 02 jan 2019.

OLIVEIRA, Jaime de Santana; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. São Raimundo Nonato, um Projeto de Emancipação Política. In: KESTERING, Celito (Org.) **Escavando a História de São Raimundo Nonato.** Petrolina – PE: UNIVASF, 2013.

OLIVEIRA, Márcio Pires de. **Mandaçaia (Melipona mandaçaia).** 2011. Disponível em: <http://www.meliponarioreidamandacaia.com>. Acesso: 18 dez 2018.

_____. **Cupira (Partamona Cupira).** 2011. Disponível em: <http://www.meliponarioreidamandacaia.com>. Acesso: 02 jan 2019.

ORSER JR, Charles. E. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Tradução e apresentação de FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/253917110/ORSER-JR-Introducao-a-Arqueologia-Historica-libre>. Acesso: 27 nov 2018.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia.** Salvador: Progresso, 1958.

PASSOS, Waldiney. **Casa Nova: Distrito de Santana do Sobrado mantém tradição e festa dos caretas continua atraindo cada vez mais público.** 2018. Disponível em: <https://www.waldineypassos.com.br>. Acesso: 25 fev 2018.

_____. **Casa Nova: Festa dos Caretas em Santana do Sobrado mantém tradição centenária.** 2018. Disponível em: <https://www.waldineypassos.com.br>. Acesso: 25 fev 2018.

PEIXOTO, Paulo. **Os meios rurais e a descoberta do patrimônio.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). Páginas 115 a 132. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP. 1992.

PERSON, Giselda. **Sagui-de-tufo-branco tem origem da Caatinga e vive em bando.** 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 02 mar 2019.

PNDPA. **Pacu – Piaractus mesopotamicus.** 2019. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br>. Acesso: 09 fev 2019.

PEREIRA, Maurício. **Mazama gouazoubira.** Disponível em: <https://www.flickr.com>. Acesso: 02 jan 2019.

PINHEIRO, Karol Jarryer de Jesus. **O Uso e a Transformação do Espaço Urbano: um estudo arqueológico da cidade de Remanso Velho - BA.** 2009. (Monografia). Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato - PI, 2009.

PIRES, Aloísio da Silva. **Caracterização e gênese das formações ferríferas do Complexo Lagoa do Alegre (BA) com base em estudos geológicos, petrológicos e isotópicos.** 2016. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Geologia no Instituto de Geociências da Universidade de

Brasília. Brasília: UNB, 2016. Disponível em:
<file:///D:/Arquivos/Downloads/2016>. Acesso: 02 mar 2019.

PORTAL CASA NOVA. **Pau de Colher: Guerra do Pau de Colher – Guerra dos Caceteiros**. Disponível em:
<https://portalcasanova.com.br>. Acesso: 25 jan 2019.

PORTAL DO SÃO FRANCISCO. **Irerê**. 2019. Disponível em:
<https://www.portalsaofrancisco.com.br>. Acesso: 02 mar 2019.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do Século XVIII: aspectos demográficos da “Cultura de Contato”**. Páginas 195 a 218. In: DINIZ, E. et al. (Orgs.). São Paulo: Ciências Sociais Hoje; 1993. ANPOCS/Hucitec. 1993.

PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE (BAHIA-SERGIPE). **História**. 2015. Disponível em:
<http://capuchinhos.org.br/base/institucional/historia>. Acesso: 29 mar 2017.

PRUVOST, Patrice. ***Duopalatinus emarginatus***. Muséum National d'Histoire Naturelle. 2019. Disponível em:
<http://fishbase.se>. Acesso: 02 jan 2019.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí (1900-1920)**. 1994. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1994. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br>. Acesso: 21 dez 2018.

RANGEL, Carlos Henrique. **Barcos a Vapor no Rio das Velhas e São Francisco**. 2016. Disponível em:

<http://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com>. Acesso: 24 dez 2018.

REGIS JUNIOR. **Prainha de Remanso: área de preservação ambiental**. 2011. Disponível em: <https://tovinhoregis.wordpress.com>. Acesso: 29 dez 2018.

_____. **Cais da Velha Remanso**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 29 dez 2018.

_____. **Ruínas do Bar do Ó**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 30 dez 2018.

_____. **Caixa d'Água da Velha Remanso**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 29 dez 2018.

_____. **Santo Antônio – Padroeiro de Pilão Arcado**. Disponível em: <https://mapio.net>. Acesso: 02 mar 2019.

REMANSO PASSADO E PRESENTE. 2018. Disponível em: <https://sites.google.com>. Acesso: 29 dez 2018.

REVISTA PESCA E COMPANHIA. **Curso Apostila Criação e Cultivo Pintado Surubim Cativo**. 2019. Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br>. Acesso: 10 fev 2019.

RIBEIRO, Krukemberghe Divino Kirk da Fonseca. **Período Ordoviciano**. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biologiao>. Acesso: 21 fev 2019.

ROCHA, Cláudio. **Aves da Caatinga – Nambu**. 2014. Disponível em: <http://forrozeirospe.blogspot.com>. Acesso: 02 mar 2019.

RODRIGUES, Vítório. **Zabelê: um animal da caatinga ameaçado de extinção**. 2009. Disponível em:

<http://ovagalume.blogspot.com>. Acesso: 10 fev 2019.

SÁ, Luiz Carlos Pereira de; GUARABYRA FILHO, Guttemberg Nery. **Sobradinho**. 1975. Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/sa-guarabyra>. Acesso: 05 dez 2018.

SALERNO, Melisa Anabella; ZARANKIN, Andres. **El Sur por el Sur: una revision sobre la historia y el desarrollo de La arqueologia histórica em La América meridional**. Vestígios – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, Minas Gerais, v. 1, n. 1, 2007.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. **O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem**.

Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz, 1879-80. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1903. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com>. Acesso: 05 jan 2019.

SANTANA, Cristiana de C. S; SANTANA, Hélio Augusto de; SILVA, Virgínia de Cerqueira; SILVA, Gilmar d'Oliveira; SANTANA, Manoel Augusto de. **Levantamento Arqueológico do Empreendimento Linha de Distribuição LD 69 KV: diagnóstico não interventivo**. Senhor do Bonfim: HAS Consultoria Arqueológica e Pesquisa LTDA. 2011.

SANTOS, Álysson Souza Barretos. **Processo Nº 0000012-70.2005.805.0245. Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2010, p. 664-666.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Universidade de Brasília. Brasília - DF: UNB, 2015.

SANTOS, Jocimara Patrícia. **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**. 2014. (Monografia). Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2014.

SANTOS, José Cláudio E. dos; LUZ, Ronald K.; PEDREIRA, Marcelo M.; SATO, Yoshimi. **Reprodução e Larvicultura do Cascudo Preto**, 2008. Disponível em: <https://panoramadaaquicultura.com.br>. Acesso: 17 dez 2018.

SANTOS, Marcos. **Macaco-prego da Caatinga**. 2012. Disponível em: <http://www.imagens.usp.br>. Acesso: 02 mar 2019.

SANTOS, Maria Vanessa dos. **Lobo-guará**. 2019. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br>. Acesso: 02 mar 2019.

SANTOS, Severino Ferreira dos. **Remanso passado e presente**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

SANTOS, Solon. **Formosa de Minha Infância**. 2015. Disponível em: <http://notassocialistas.com.br>. Acesso: 25 dez 2018.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval; MAHFOU, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Revista do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). 1993, p. 285-298. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acesso: 04 dez 2018.

SCHOBENHAUS, Carlos. **As Tafrogêneses Superpostas Espinhaço e Santo Onofre, Estado da Bahia: revisão e novas propostas**. Revista Brasileira de Geociências, V. 26, p. 265-276. 1996.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre a ameaça, que se organize... In: **Hidrelétricas, ecologia e progresso – contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, p. 11-20. 1990. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso: 28 dez 2018.

SILVA, Amanda Paes Landim; SILVA, Andreiza Oliveira; GIRÓ, Jéssica da Mota Ribeiro; KESTERING, Celito. Dança da Roda de São Gonçalo. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 125-146.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. 2010. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, 2010.

SILVA, Eduardo José da. **Prochilodus argenteus – Curimatã pacu – Peixe do Rio São Francisco**, 2012. Disponível em: <http://peixesmg.blogspot.com/2012/08/peixes.html>. Acesso: 17 dez 2018.

SILVA, Alessandra Rocha da. **Fragmentos da História de Pilão Arcado – BA. 2016**. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF. 2016.

SILVA, Amanda Paes Landim; SILVA, Andreiza Oliveira; GIRÓ, Jéssica da Mota Ribeiro; KESTERING, Celito. Dança da Roda de São Gonçalo. In: **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 125-146, 2016.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela Barragem de Sobradinho**. 1992. Programa de Pós-Graduação em Ciências

Sociais da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1992.

SOUSA, Alcides Modesto de. **Manuscritos em Caderno contábil**. 1910.

SOUSA, Paula Ravena Pereira de; GONÇALVES, Rafael; BELARMINO, Vanessa da Silva; KESTERING, Celito. Dança do Xaxado. In: KESTERING, Celito (Org.) **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 147-156.

SOUZA, Francisco. **Arribaçã Zenaida auriculata (Des Murs, 1847); Fauna do RN**. 2014. Disponível em: <http://faunaefloradorn.blogspot.com>. Acesso: 02 jan 2019.

SOUZA, João Dalton de; TEIXEIRA, Léo Rodrigues; FIGUEIRÔA, Ivo; AZEVEDO, Robério Ribeiro de; BARRAL, Niwton Macêdo; COSTA, Ivanaldo V. Gomes da; ANDRADE FILHO, Edgard L.; OLIVEIRA, Rui B. d’Araujo e; LOPES, Jane Nobre. **Projeto Colomi: relatório final. Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia (DNPM – CPRM)**, Superintendência Regional de Salvador, 1979.

SOUZA, Sara Oliveira de. **Atributos Conservados e Modificados nos Cemitérios de Remanso – BA**. 2016. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2016.

TARGINO FILHO, João Celso P. Sentença. In: **Processo nº 0001380-26.2008.805.0277. Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Remanso – BA, 2018, p. 240-249.

TEIXEIRA, José. Moradia de um trabalhador Rural de Remanso. FIOCRUZ. 1912. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br>. Acesso: 26 dez 2018.

TELES, Luiz Alberto; LIMA, Maria Angélica C. Fraga. **Processo Nº 000012-70.2005.805.0245**. 1980. **Ação de Restauração de Autos**. Vara Cível da Comarca de Sento Sé – BA, 2010, p. 322-336.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. In: Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010, Vol. 7, Ano VII, nº 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso: 10 mar 2016.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOURTUER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

UNESER INTERATIVA. **Dom José Rodrigues de Sousa**. 2018. Disponível em: <http://uneserinterativa.blogspot.com>. Acesso: 02 ago 2018.

VIEIRA, Carla Araújo. **Emma**. 2009. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso: 18 dez 2018.

_____. **Capivara**. 2009. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso: 10 fev 2019.

WIKIPÉDIA. **Remanso**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso: 05 nov 2018.

_____. **Casa Nova**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 19 fev 2019.

_____. **Sento Sé**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 25 Jan 2019.

_____. **Pilão Arcado**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 19 fev 2019.

VILELA, Joana. **Conceito de Estromatólitos**. 2018. Disponível em: <http://knoow.net>. Acesso: 06 abr 2019.

VIVA O SERTÃO. **Penitentes. 2015**. Disponível em: <https://www.vivaosertao.com.br>. Acesso: 22 abr 2019.

YOUTUBE. **Casa Nova Bahia Imagens**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 07 fev 2019.

_____. **Abelha Moça Branca**. 2017. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 10 fev 2019.

_____. **Cutia (*Dasyprocta aguti*)**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 10 fev. 2019.

_____. **Leopardus tigrinus**. 2017. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 02 mar 2019.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e Seus Palácios de Barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista**. (2005) Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo (USP), 2005.

Este livro é fruto de um projeto maior, denominado **Rio de Lutas**, desenvolvido por uma equipe interdisciplinar da qual Celito Kesting faz parte. Seu objetivo é duplo: investigar a história e registrar a memória das lutas sociais protagonizadas por diferentes grupos de sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras na região do Submédio São Francisco entre 1968 e 1994. A proposta é atentar para o que não aparece nas apologias do progresso e do desenvolvimento que predominam nas imagens e narrativas sobre aquele pedaço de Brasil.

Ainda são limitados os conhecimentos disponíveis sobre quem eram esses sujeitos e como suas vidas foram atingidas pelas grandes obras na calha do Rio São Francisco. Conhecemos ainda menos a história de como eles responderam às mudanças e o que resultou de suas ações. Mas, ao valorizar tais experiências somos levados a questionar a hegemonia da memória oficial. As lutas concretas travadas no passado por aqueles homens e mulheres se prolongam, no presente, como luta simbólica e política em torno da memória, isto é, dos sentidos de que se recobrem os acontecimentos do passado quando lembrados hoje.

O livro de Celito e outros frutos que virão do Rio de Lutas são mais que relatos acadêmicos isentos. São intervenções vivas em lutas que, em formas renovadas persistem.

(EURELINO COELHO, 2022)